

VOZES NEGRAS ECOAM

*Construção de projetos de vida e as
subjetividades de mulheres negras
periféricas de Cachoeira – Bahia*

Kleyne Janne Costa de Souza





Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS – CAHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E TERRITÓRIOS –
PPG POSTERR**

KLEYNE JANNE COSTA DE SOUZA

VOZES NEGRAS ECOAM: Construção de projetos de vida e as subjetividades de
mulheres negras periféricas de Cachoeira – Bahia

CACHOEIRA – BA
2023

KLEYNE JANNE COSTA DE SOUZA

VOZES NEGRAS ECOAM: Construção de projetos de vida e as subjetividades de mulheres negras periféricas de Cachoeira – Bahia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Política Social e Territórios da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Política Social e Territórios. Linha de Pesquisa: (1) Políticas Sociais, Territórios e Estado.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lúcia Maria Aquino de Queiroz

S719v Souza, Kleyne Janne Costa de.

Vozes Negras Ecoam: construção de projetos de vida e as subjetividades de mulheres negras periféricas de Cachoeira – Bahia. / Kleyne Janne Costa de Souza. Cachoeira, BA, 2023.

207f.:il.; color.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Maria Aquino de Queiroz

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios, 2023.

1. Racismo – Cachoeira (BA) - História. 2. Negras – Cachoeira (BA) – Aspectos sociais. 3. Mulheres negras – Cachoeira (BA). I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 320.5608142

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.

Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)
(Os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

KLEYNE JANNE COSTA DE SOUZA

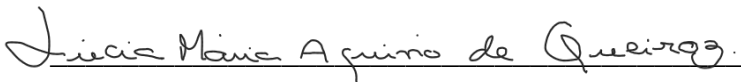
VOZES NEGRAS ECOAM: Construção de projetos de vida e as subjetividades de mulheres negras periféricas de Cachoeira – Bahia

Dissertação submetida à avaliação para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.


Cachoeira, 19 de dezembro de 2023.

EXAMINADORAS:

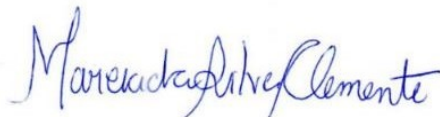
Prof.^a Dr.^a Lúcia Maria Aquino de Queiroz
(UFRB – Orientadora)



Prof.^a Dr.^a Georgina Gonçalves dos Santos
(POSTERR/UFRB – Membro interna)

 Documento assinado digitalmente
GEORGINA GONCALVES DOS SANTOS
Data: 21/12/2023 18:25:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Márcia da Silva Clemente
(UFRB – Membro externa)



CACHOEIRA/BA
2023

Dedico este estudo a todas as mulheres negras do Recôncavo da Bahia. Em especial às intelectuais participantes desse trabalho, à mainha e à Claiene. Aos meus afetos: a painho, à Gabriela dos Anjos e à minha grande amiga Dona Tide. Esta dissertação é resultado da construção de afetos em comunidade, pois “quem falou que eu ando só? Nessa terra, nesse chão de meu Deus, sou uma, mas não sou só” (Sued Nunes).

AGRADECIMENTOS

À minha família

À minha irmã, Claiene Janne de Souza, à mainha, Telma de Souza e a painho, Josias de Souza. Meu porto seguro e quem me faz ter a certeza que não estou só, pois tenho quem me dedica cuidado, carinho, compromisso e alegria;

À minha prima, Tamires Costa, minha grande inspiração e primeira referência de mulher negra que acessou a educação em minha família;

À Taís Lima, minha companheira de estrada, com quem compartilho muitas experiências de vida e cuja amizade eu considero uma das mais preciosas que tenho construído.

À comunidade do Cucui

Às crianças e seus risos e brincadeiras como fundo musical dos meus estudos, que muitas vezes me desconcentravam, mas me recordavam, também, que esse “barulho” é a alegria da rua;

Às vizinhas, vizinhos e a painho, com seus sons ligados, entre o samba, pagodão, gospel ou forró, entre Nenho e Joelma, as músicas que, as vezes, me faziam dispersar da escrita para apreciá-las, reafirmaram a felicidade de viver do povo dessa comunidade.

Às instituições e grupos

À Fundação Konrad Adenauer, pela concessão da bolsa que me deu as condições objetivas de manutenção do mestrado;

Ao Arquivo Público Municipal de Cachoeira, em nome de Luis Claudio Nascimento, Rita Maria Santos, Angélica Maria Moreira, Diego Trindade e Igor Almeida, colaboradores essenciais para o desenvolvimento do estudo;

À Unidade Básica de Saúde Aristides Novis, pela concessão de dados indispensáveis à pesquisa;

A todas/os as/os colegas da rede socioassistencial de Cachoeira, onde pude atuar como assistente social, pelo aprendizado e pelos momentos vividos.

À Escola Percussiva Para Mulheres Yakurinxirê, em nome de Profa. Martha Rosa, Profa. Denize Ribeiro, Anastácia Flora, Beatriz Sena, Flávia Gomes, Fernanda Nascimento, Claiene Janne, Telma de Souza, Vinicius Martins, Talita Honorato, Ana Paula, Maria Antonia, Liliane Cerqueira, Iraí Iakowsky, Débora Melo, Itana Sena, Jéssica S. e Géssica di lua.

Às/aos amigas/os e colegas

À Gabriela dos Anjos, pelo gigantesco apoio, cuidado, presença e incentivo na minha caminhada e pela amizade preciosa que temos vivenciado;

À Caliane Patrícia e Mércia Viana, pelo companheirismo, aprendizado e afetos compartilhados;

À Lorena França e Aryelle Miranda, companheiras que ganhei durante o mestrado e com as quais pude construir amizade e afeto num “trio improvável”;

Às senhoras do grupo de pilates, pelos risos frouxos, pelas tantas ousadias proferidas e pelas gargalhadas compartilhadas;

À Clícia Carolaine, Leilane Fernandes, Ana Maria Carvalho e Daniele Sampaio pela escuta compartilhada, pelas conversas curativas, pelos risos e pelas fofocas;

Aos amigos cujas amizades tenho cultivado e que são muito especiais, em nome de Rodrigo Queiroz e Wagner Souza;

À Rosana de Jesus e Tércia Adeleifá, companheiras de turma com quem dividi momentos e anseios, mesmo que à distância;

Ao colega assistente social Edson Almeida, que me acompanhou em um momento de grande fragilidade e cuja atuação foi essencial para minha permanência no mestrado;

À psicóloga Alessandra Lopes, por fazer parte da minha reelaboração enquanto sujeito.

Às docentes

À Profa. Lúcia Aquino, minha orientadora, pela presença, diálogo, compreensão das minhas subjetividades e crédito ao meu trabalho e à minha pessoa enquanto pesquisadora e mulher negra;

À Silvia Pereira, pelas orientações, diálogos e encontros aleatórios nas ruas de Cachoeira;

À Márcia Clemente, por acreditar em mim e na minha legitimidade enquanto mulher negra, periférica e pesquisadora, e principalmente, por expressar isso em palavras e gestos;

À Georgina Gonçalves, a quem muito admiro por sua intelectualidade, sabedoria e sorriso leve e com quem pude aprender muito no Estágio Docente, uma das melhores experiências do mestrado.

MARIA, MARIA
Milton Nascimento

Maria, Maria,
É um dom,
Uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece
Viver e amar
Como outra qualquer
Do planeta

Maria, Maria,
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri
Quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força,
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria,
Mistura a dor e a alegria

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar as interlocuções entre racismo, desigualdades sociais e território presentes na narrativa de mulheres negras moradoras do bairro do Cucui, na cidade de Cachoeira, Recôncavo da Bahia. Para além disso, pretende compreender suas estratégias de agenciamento e resistência e projetos de vida. Esta é uma pesquisa situada, onde quem vos fala ocupa o lugar de pesquisadora-sujeita. Esta pesquisadora-sujeita, ao mesmo tempo, é mulher negra periférica, moradora do Cucui e conduz esse estudo. Observa-se que a construção de narrativas nos espaços formais de aprendizagem é uma estratégia de manutenção de poder, considerando que quem possui poder sobre o discurso é capaz de manipular as noções da realidade e moldar a história de acordo com sua conveniência. Nesse cenário, mulheres negras têm sido retratadas das mais violentas formas, apesar de estarem nas trincheiras de luta desenvolvendo tecnologias de vida e conhecimentos ancestrais. Partindo da imprescindibilidade de inserir narrativas dissidentes na academia, esta pesquisa se propõe a trabalhar com a intelectualidade das interlocutoras participantes. A pesquisa, orientada pela teoria feminista negra e pela interseccionalidade, segue uma abordagem qualitativa, de objetivo exploratório, de amostragem pelo método bola de neve, com a realização de entrevistas semi estruturadas e produção de diário de campo que revelou uma série de nuances, experiências de vida distintas e semelhantes entre as participantes. Os resultados demonstraram que as mulheres negras interlocutoras desse estudo possuem conhecimentos diversos acerca da realidade em que estão inseridas, conhecimentos esses que se relacionam intimamente com suas identidades, com suas vivências no Cucui e com a convivência com a comunidade. Foi constatado que, diante das opressões e violências causadas pelo racismo, sexismo e pobreza intrínsecos em nossa sociedade, mulheres negras têm desenvolvido estratégias de resistência que comprovam que suas experiências de vida não estão centralizadas nas opressões, mas sim na construção de intelectualidade, por meio de projetos de vida que escancaram o anseio pelo alcance da dignidade plena, anseio esse que não se limita ao desejo, mas que é perseguido por meio das lutas por direitos.

Palavras-chave: Mulheres negras; interseccionalidade; território; raça; gênero; pobreza; periferia; projetos de vida.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the interlocutions between racism, social inequalities and territory present in the narrative of black women living in the neighborhood of Cucui, in the city of Cachoeira, Recôncavo da Bahia. In addition, it intends to understand their strategies of agency and resistance and life projects. This is a situated research, where the one who speaks to you occupies the place of researcher-subject. This researcher-subject, at the same time, is a black woman from the periphery, living in Cucui and conducts this study. It is observed that the construction of narratives in formal learning spaces is a strategy for maintaining power, considering that those who have power over the discourse are capable of manipulating notions of reality and shaping history according to their convenience. In this scenario, black women have been portrayed in the most violent ways, despite being in the trenches of struggle developing life technologies and ancestral knowledge. Starting from the indispensability of inserting dissident narratives in academia, this research proposes to work with the intellectuality of the participating interlocutors. The research, guided by black feminist theory and intersectionality, follows a qualitative approach, with an exploratory objective, of sampling by the snowball method, with the realization of semi-structured interviews and the production of a field diary that revealed a series of nuances, distinct and similar life experiences among the participants. The results showed that the black women interlocutors in this study have diverse knowledge about the reality in which they are inserted, knowledge that is intimately related to their identities, to their experiences in Cucui and to their coexistence with the community. It was found that, in the face of the oppression and violence caused by racism, sexism and poverty intrinsic in our society, black women have developed strategies of resistance that prove that their life experiences are not centered on oppression, but rather on the construction of intellectuality, through life projects that escape the desire for the achievement of full dignity. This longing is not limited to desire, but is pursued through struggles for rights.

Keywords: Black women; intersectionality; territory; race; Gender; poverty; periphery; life projects.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
APMC	Arquivo Público do Município de Cachoeira
APMC	Arquivo Público Municipal de Cachoeira
APP	Avaliações Participativas sobre a Pobreza
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAHL	Centro de Artes, Humanidades e Letras
CASSMAF	Centro Acadêmico de Serviço Social Marielle Franco
CPERS	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DEAM	Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher
IBDFAM	Instituto Brasileiro de Direito da Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IsF	Idiomas sem Fronteiras
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis e Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais+
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MESS	Movimento Estudantil de Serviço Social
MNU	Movimento Negro Unificado
MST	Movimento Sem Terra
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SBMFC	Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade
SECOM	Secretaria de Comunicação
SecultBA	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

SUS	Sistema Único de Saúde
TI	Território de Identidade
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de cidades do Recôncavo baiano.....	55
Figura 2 – Mãe Filhinha de Yemoja (D. Narcisa Cândida Conceição)	57
Figura 3 – Abatedouro municipal de Cachoeira – Bahia.....	57
Figura 4 – Atual Delegacia de Polícia.....	58
Figura 5 – Morro do Cucui na década de 1930-40.....	59
Figura 6 – Construção da subida da ladeira do Cucui.....	60
Figura 7 – Cucui de Caboclo, 1999.....	60
Figura 8 – Cucui de Caboclo, 2023.....	61
Figura 9 – Moradora do Cucui de Brito, ano desconhecido.....	61
Figura 10 – Cucui de Brito, 2023.....	62
Figura 11 – Travestis também amam.....	149

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pessoas em condição de extrema pobreza no Brasil (%)	50
Gráfico 2 – Identificação segundo Raça/Etnia por autodeclaração.....	63
Gráfico 3 – Pessoas que desejam informar Orientação Sexual.....	65
Gráfico 4 – Pessoas que desejam informar Identidade de Gênero.....	65
Gráfico 5 – Percentual de Pessoas Com Deficiência no Território.....	66
Gráfico 6 – Identificação de Registros de Nascimento.....	68
Gráfico 7 – Proporção de trabalhadoras domésticas remuneradas de 16 anos ou mais de idade no total de ocupadas no mercado de trabalho, por raça/cor – Brasil e grandes regiões (2019) (Em %)	73
Gráfico 8 – Mapa de Entrevistas.....	83

SUMÁRIO

REFLEXÕES INICIAIS	16
CAPÍTULO I – RAÇA, GÊNERO E TERRITÓRIO: articulações interseccionais no Serviço Social.....	25
1.1. Mulheres negras: interfaces entre gênero, raça e pobreza.....	25
1.2. Mulheres negras e o movimento de mulheres.....	30
1.3. Serviço social e pobreza: diálogos sobre a marginalização social.....	35
1.4. Perspectivas contemporâneas em Serviço Social e território: epistemologias periféricas.....	43
CAPÍTULO II – DA DIÁSPORA AFRICANA AO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO: aspectos sócio históricos da comunidade da Rua da Feira e do Cucui.....	48
2.1. Segregação socioespacial e racismo na formação sócio histórica do Brasil....	48
2.1.1. <i>O território da Rua da Feira: história de luta e resistência</i>	54
2.1.2. <i>O Cucui: aspectos territoriais e socioeconômicos</i>	63
2.2. Mulheres negras periféricas: identidade e representação.....	71
CAPÍTULO III – “FALO EU PORQUE SOU NÓS”: as mulheres negras da comunidade do Cucui.....	78
3.1. Prelúdio de uma ópera quase falida: as dores e delícias da vida acadêmica...78	
3.2. Caminhos metodológicos.....	83
3.3. Trajetória das sujeitas do estudo.....	84
3.3.1. <i>Aqaltune</i>	84
3.3.2. <i>Luísa Mahin</i>	88
3.3.3. <i>Dandara</i>	91
3.3.4. <i>Xica Manicongo</i>	94
3.3.5. <i>Beatriz Nascimento</i>	99
3.3.6. <i>Maria Felipa</i>	102
3.4. Eu, Kleyne Janne: notas sobre a minha (re)existência.....	106
CAPÍTULO IV – “EU QUERO VOAR, ESCREVER O MEU ENREDO”: subjetividades, percepções e projetos de vida de mulheres negras do Cucui.....	112

4.1.	Debates privilegiados: percepções de raça, gênero e território.....	112
4.1.1.	<i>O tornar-se: processo de assunção da identidade negra.....</i>	112
4.1.2.	<i>Religião e espiritualidade.....</i>	120
4.2.	Mulher negra: trabalho e educação.....	125
4.2.1.	<i>Xica Manicongo: educação, travestilidade e resistência.....</i>	128
4.2.2.	<i>Beatriz Nascimento: ecoando a voz da negritude.....</i>	134
4.3.	Mulheres negras intelectuais e <i>griots</i> na periferia: estratégias de resistência e enfrentamento.....	139
4.4.	Negritudes, mulheres e afetividade.....	145
4.5.	Projetos de vida e subjetivação de mulheres negras.....	150
REFLEXÕES INCONCLUSIVAS.....		163
REFERÊNCIAS.....		168
APÊNDICE A – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.....		177
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Semiestruturado.....		187
ANEXO A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa.....		193
ANEXO B – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (Emenda).....		198

REFLEXÕES INICIAIS

A presente pesquisa dialoga com os campos de estudo da sociologia e ciências sociais aplicadas, tendo relevância e aplicação na realidade concreta e no enfrentamento às desigualdades de gênero, raça e território.

Estudos de grande importância têm sido realizados durante os anos, alguns desses que são referências essenciais para a realização da presente pesquisa. Patrícia Hill Collins tem chamado a atenção para a importância da produção de mulheres negras – por mulheres negras, para mulheres negras e para o mundo, seja essa produção artística, científica etc. Ela reitera a magnitude do ponto de vista único de mulheres negras acerca de suas experiências e vivências tanto nos espaços subalternizados ou nos ambientes elitizados, bem como a relevância do feminismo negro enquanto teoria social crítica (1990).

Lélia Gonzales tem feito discussões de grande significância acerca da realidade da mulher negra brasileira, ressaltando que nossa existência não tem sido feita de forma passiva (1982), mas perpassou diversos movimentos políticos, seja por estratégias coletivas, seja pelas formas cotidianas que temos encontrado para não apenas sobreviver, mas também viver. Ela explana a problemática dos estereótipos impostos às mulheres negras, figuras formuladas para construir como verdade a ideia de que corpos negros femininos – e demais – são passivos e desprovidos de resistência e autoconhecimento.

Todavia, ainda se percebe a necessidade de enegrecer a academia e de entender as diversas epistemologias, dentro e fora do ambiente acadêmico, que não as normativas, legitimando a relevância do que é proposto nesse estudo. É imprescindível continuar a produzir sob a perspectiva única das mulheres negras, levando à frente o trabalho das intelectuais negras que me antecederam. bell hooks (1994) destaca que a teoria não é libertadora de forma inerente, mas é essencial que possamos coordenar a teoria para prática curativa, libertadora e revolucionária. Esse conhecimento é impulsionador para a proposição do presente estudo.

Conceber a própria existência de forma positiva numa sociedade que faz deliberadamente o contrário é um grande ato de resistência. Enquanto pessoas negras e de territórios onde o Estado não atua de forma positiva, vítimas de uma série de opressões provocadas pelo processo sócio histórico de submissão dos corpos e epistemes, inseridas em territórios igualmente oprimidos e pensados milimetricamente

para perpetuar suas exclusões, imaginar a si mesma enquanto sujeito de conhecimento e merecedor de determinadas vitórias, capaz de alcançar determinados objetivos, é um ato de enfrentamento à realidade dura desses indivíduos.

Para além disso, é imprescindível compreender como as desigualdades sociais são determinantes no acesso a oportunidades nos diversos âmbitos e aspectos. Os projetos de vida dos sujeitos são construídos de acordo com suas experiências e vivências. Os marcadores sociais são decisórios nos processos de deliberação acerca dos projetos individuais e coletivos e, por conseguinte, as desigualdades sociais e opressões que permeiam as relações sociais serão igualmente categóricas nesse decurso.

O campo do cotidiano é o que permite compreender como se constituem os projetos de vida, na observação de como se desenvolvem as relações sociais na realidade concreta. Destarte, mulheres negras da periferia constroem seus projetos de vida fundamentando-se nas próprias trajetórias, considerando que estão envoltas em uma realidade concreta marcada, dentre outros aspectos, pela opressão e desigualdade, que conseqüentemente limita o acesso a oportunidades.

É importante apontar que, para que alcancemos uma descolonização do conhecimento, é imprescindível que vejamos a história e a realidade sob uma outra ótica, ótica daqueles considerados outros. Trazer para o protagonismo as concepções de pessoas negras de territórios ancestrais na compreensão de que não apenas a percepção de existência que conhecemos e aprendemos a aceitar como verdade é legítima, que podemos ser representados por histórias que privilegiam as imagens de sujeitos outros de forma positiva, sob filosofias não-ocidentais.

O que esse estudo tem a pretensão de perceber é o que os sujeitos mulheres negras periféricas estão vendo e expressando referente a si, ao outro e à realidade que o permeia a partir de seus projetos de vida, sob sua ótica epistemológica, a despeito do que se é considerado conhecimento e ciência para os padrões tradicionais, o que o conduz à seguinte questão: como mulheres negras de comunidades periféricas do município de Cachoeira no Recôncavo da Bahia desenvolvem seus projetos de vida a partir da construção das suas identidades e subjetividades considerando as categorias sociais a que pertencem?

A identidade da branquitude fica num lugar central e inominado que não necessita ser discernido como importante, porquanto é considerado sinônimo de humano, e conseqüentemente, algo normal (Kilomba, 2016, p. 8). Entretanto, não é

essa identidade já positivamente sondada que se tenciona apreender nesse estudo, e sim a identidade do que Grada Kilomba intitula “o outro”. Sendo assim, essa pesquisa se propõe a trazer esses sujeitos como protagonistas, saindo desse lugar citado para o lugar de personagem principal.

A pesquisa se justifica pela necessidade e relevância de se considerar as individualidades na construção de estratégias de enfrentamento às desigualdades que estão no cerne das relações sociais. É imprescindível compreender as subjetividades dos sujeitos e grupos para assimilar questões importantes e, assim, promover transformações no âmbito da realidade concreta partindo de um ponto de vista único e não normativo. Partindo do questionamento de qual agenda tem composto os espaços formais de conhecimento ao longo da história, o que é reconhecido enquanto conhecimento legítimo e quem tem o poder de interpretá-lo, e quais os espaços são, geralmente, reconhecidos enquanto fidedignos da considerada ciência, observa-se a necessidade histórica de ouvir e compreender como legítimos sujeitos e narrativas que ao longo dos séculos foram vistas como “o outro” (Kilomba, 2016).

Este trabalho se articula com a linha intitulada “Políticas Sociais, Territórios e Estado”. Tem como objetivo geral analisar, tendo como referência as mulheres negras do bairro do Cucui, as mediações entre racismo, desigualdades sociais e território e compreender as estratégias de resistência nas narrativas e nos projetos destas mulheres da comunidade periférica do município de Cachoeira. Para que se desenvolva tal qual supracitado, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: 1. Entender na narrativa das interlocutoras suas noções de raça, gênero e território e como esses marcadores influenciam no acesso à oportunidade e à construção da subjetividade dos sujeitos; 2. Discutir as inter-relações entre pobreza, desigualdade e exclusão social na narrativa das interlocutoras; 3. Identificar quais os projetos de vida das interlocutoras do estudo diante das possibilidades a que elas têm acesso.

As transformações ao longo do tempo modificam as estruturas sociais, e conseqüentemente as identidades dos sujeitos, pois as ideias que os indivíduos possuem de si mesmos têm relações estreitas com os aspectos culturais e históricos, que são modificados constantemente, considerando que a sociedade não é estagnada. Identidade não deve ser compreendida enquanto um conceito cristalizado e individualista, onde o ser é de si para si sem influências externas. Os sujeitos e o

corpo social têm relação inerente, se ambos se transformam em constância, influenciando-se continuamente (Hall, 2006).

A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, "sutura") o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis (Hall, 2006, p. 12).

A identidade assume, então, seu aspecto mutável. Ela é representada de acordo com os fatores culturais e históricos que rodeiam os seres humanos nas relações sociais. Sujeitos se transformam à medida que se desenvolvem, pelas interações sociais, econômicas, religiosas e educacionais a que se envolvem, pela territorialidade, pelos preceitos e epistemologias dos povos a que pertencem, etc. Sendo assim, não se considera que sua identidade será única e congênere durante toda a vida, pois se a sociedade vive em constante transformação, assim será também com os indivíduos que compõem essa sociedade. Isso não desconsidera a importância das tradições dos diversos grupos e povos, já que passado, presente e futuro são estruturados no cotidiano e nos vínculos das pessoas (Giddens, 1990, p.37-38 apud Hall, 2006).

Hall (2006) salienta que não somente um indicador social será determinante na construção das identidades humanas, mas todos os interesses sociais e identidades dos sujeitos são considerados e possíveis de conciliação. Essa identificação valoriza uma política de diferença em detrimento de uma política de identidade única e imutável.

Nossa percepção da realidade é construída, dentre outros aspectos, pelas perspectivas nos imbuídas nas várias instituições sociais a que temos acesso. Ao escrever sobre os perigos de uma história única, Chimamanda Ngozi Adichie (2014) reflete que, após ter tido contato e ter se familiarizado com a literatura sob uma perspectiva branca e eurocêntrica, de forma automática, seus próprios personagens e sua imaginação eram levados a idealizar uma fantasia sob a mesma ótica pré-estabelecida.

Essa realidade reflete a existência de relações de poder que privilegiam uma história exclusiva, onde os personagens são desenvolvidos de acordo com a ótica do contador. Somos levados a pensar o mundo e suas relações com base em uma ótica branca e masculina heteronormativa que acaba por excluir existências dissidentes;

consequentemente, excluem-se do processo de construção de subjetividades coletivas as mulheres negras periféricas.

Então é assim que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa como somente uma coisa repetidamente e será o que eles se tornarão (Adichie, 2014).

Considerando que ao longo da história, pessoas brancas têm detido para si o poder e os meios de construir histórias, seja em relação a si ou a outros povos, é possível afirmar que, nessa equação, mulheres negras da periferia compõem o grupo daqueles que crescem ouvindo, assim como Chimamanda, histórias com versões bastante distorcidas da realidade, que não refletem a perspectiva ancestral dos mesmos.

Trazendo como referência principal um instrumento de tortura utilizado no período colonial – a máscara, que era utilizada como mecanismo de silenciamento de pessoas negras escravizadas no período colonial escravocrata, Grada Kilomba levanta a reflexão acerca da permanência simbólica desse estratagema na contemporaneidade. A partir dessa ponderação, questiona-se quem pode falar, quem deve ser silenciado, o que diz aquele que pode falar e quem deve ouvir.

Obviamente que nesse cenário, o sujeito branco é quem tem o poder da fala; fala essa compreendida aqui não somente como a verbalização em alto som de sentenças aleatórias, mas a construção de histórias, ideias, regras e imagens da realidade, dos sujeitos e grupos. O poder de criar verdades não somente acerca de si, mas acerca do outro. Sendo assim, quando aquele que supostamente não deveria falar – o negro, se propõe a fazê-lo, concepções de outras perspectivas são emitidas e os sujeitos privilegiados são obrigados a ouvir “verdades do ‘Outro’”. Verdades que supostamente não deveriam ser ditas, ouvidas e que “deveriam” ser mantidas “em silêncio como segredos” (Kilomba, 2016, p. 2).

O que se questiona aqui é a ideia de um conhecimento universal, propagada como verdade absoluta. Apesar de sujeitos dissidentes falarem constantemente ao longo dos séculos, suas vozes são tanto quanto constantemente silenciadas num projeto eficaz articulado pelo que Kilomba (2016) denomina “sujeito falante” para com os “sujeitos ouvintes”. Existe uma ligação inerente entre conhecimento e raça, gênero e poder.

O conceito de conhecimento não se resume a um simples estudo apolítico da verdade, mas é sim a reprodução de relações de poder raciais e de gênero, que definem não somente o que conta como verdadeiro, bem como em quem acreditar. Algo passível de se tornar conhecimento torna-se então toda epistemologia que reflete os interesses políticos específicos de uma sociedade *branca colonial e patriarcal* (Kilomba, 2016, p. 4).

As epistemologias, aqui compreendidas enquanto a ciência da obtenção do conhecimento, decidem aspectos muito expressivos, tais quais que questionamentos podem ser feitos com fins de se adquirir um conhecimento legítimo, bem como que percepções serão privilegiadas para compreender os fatos e fenômenos, ou seja, sob qual perspectiva se desenvolverá o estudo de determinada temática, e por fim, quais métodos determinam a condição de verdade e validade para um estudo (Kilomba, 2016, p. 5).

Ao falar de lugares hierárquicos, Grada Kilomba chama atenção para relação interseccional entre raça, gênero e poder no entendimento das relações sociais. A delimitação de lugares pré-determinados para dado grupo e/ou sujeito indica que, quando esse grupo e/ou sujeito transpõe essas barreiras pré-delimitadas, ele se encontra fora de seu devido lugar.

Bourdieu (1989, p. 7-8) salienta a existência do poder simbólico, que somente pode ser efetivado sob a conivência daqueles que não possuem consciência de sua própria condição de subjugo, sendo assim, ele o denomina como invisível. Esse poder inclina-se a definir noções e pontos de vista análogos para, conseqüentemente, haver concordância. Dessa forma criam-se concepções similares que se configuram enquanto verdades absolutas, aceitas sem grandes questionamentos por parte dos sujeitos. Uma estratégia eficaz de dominação que, de acordo com Bourdieu (1989), perpassa as questões de classe, mas que podemos afirmar que também atravessa problemáticas relacionadas às questões étnico-raciais e de gênero.

Para que a ordem estabelecida seja aceita enquanto legítima e quaisquer manifestações sejam contidas – a chamada “falsa consciência” (Bourdieu, 1989) – utiliza-se a cultura dominante. Essa dominação é empregada de forma camuflada, determinada enquanto natural e normal, portanto, dispensável de questionamentos.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (Bourdieu, 1989, p. 14).

Patrícia Hill Collins observa a importância histórica da autodefinição de mulheres negras por meio de movimentos de mulheres negras e estratégias diversas de enfrentamento e vivências. Reitera-se aqui a importância de compreender a si enquanto mulher negra e a outras mulheres negras sob o próprio ponto de vista único e privilegiado; essas autodefinições que reestruturaram percepções são essenciais na resistência contra as imagens de controle que formulam a existência de mulheres negras de forma extremamente negativa e estereotipada (Collins, 2019, p. 45).

Inerente a todos esses processos, as desigualdades sociais produzidas na sociedade movida pelo sistema capitalista envolvem diversas dimensões tais quais a socioeconômica – que toca aspectos relacionados à propriedade, riqueza, renda e consumo, de forma intrínseca às questões de gênero, raça, território e outras. Considerando que a classe trabalhadora no contexto brasileiro é majoritariamente negra (MST, 2017), o que inclui as mulheres negras, sujeitos protagonistas do estudo proposto, é possível perceber a relação direta entre a construção das subjetividades e identidades e as desigualdades provocadas estrategicamente pelo capital.

Sérgio Lessa (2006), em outra conjuntura política, já observava as consequências da crise do capital para a classe trabalhadora. Ele alerta que as desigualdades sociais, desumanidade do capitalismo, são também reveladas na transformação do ser humano em mercadoria, numa sociedade em que esse não possui um lugar se não for convertido em mercadoria. A estratificação social tem revelado uma divisão injusta das camadas sociais, em consonância à afirmação de que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes” (Marx & Engels, 1998, p. 40).

Apesar de a marginalidade imposta a mulheres negras ser um agente interventor na experiência de vida de mulheres negras, esse não o único fator. Sendo assim, é fundamental compreender as diversas experiências que permeiam as vivências de mulheres negras e sua construção singular de conhecimento.

A pesquisa em questão é de abordagem qualitativa, visto que se propõe a compreender as construções de identidades de mulheres negras de periferia a partir de suas próprias narrativas. A partir dessa abordagem será possível perceber nas falas dos sujeitos suas percepções e entendimento acerca de suas identidades, subjetividades e projetos de vida, como é delineado nos objetivos desse estudo. A pesquisa qualitativa abarca satisfatoriamente os objetivos e finalidades da pesquisa.

Considerando que as categorias às quais indivíduos e grupos pertencem são determinantes na forma como irão vivenciar a vida cotidiana, bem como por quais violências serão atingidos, afirmamos essa pesquisa como de natureza aplicada, pois seus resultados podem ser utilizados na compreensão dos sujeitos para a construção de estratégias de enfrentamento às diversas opressões que permeiam a sociedade. De objetivo exploratório, intenta descrever os fenômenos das realidades dos sujeitos.

Ambas as escolhas dos sujeitos e do lócus do presente estudo tem forte relação com a identidade e pertencimento da proponente da pesquisa e suas vivências, porquanto foi a partir de experiências adquiridas organicamente e da conexão afetiva e concreta da mesma que foi possível observar sob um ponto de vista privilegiado, como pontua Patrícia Hill Collins (2019), as dinâmicas cotidianas e algumas problemáticas inerentes a elas.

No que diz respeito aos procedimentos, foi utilizada tanto a pesquisa bibliográfica quanto a pesquisa de campo. A primeira deu subsídio e aporte teórico acerca da temática, com os estudos já existentes sobre tema. A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas semi estruturadas, a fim de haver uma aproximação mais íntima entre proponente da pesquisa e interlocutores, e também para estabelecer uma escuta sem imposição e guia hierárquica entre esses dois atores do estudo. Foi utilizada, em adição, observação participante, considerando que esse método enriquece o desenvolvimento do estudo.

Aliada intimamente à observação participante, foi a utilização do diário de campo enquanto técnica de coleta de informações, descrição de eventos, sujeitos e ambientes, fatos e fenômenos no decorrer do desenvolvimento da pesquisa. Objetivou-se utilizar dados primários e secundários, dada à importância e necessidade de entendimentos prévios acerca dos sujeitos e do campo de pesquisa.

A presente dissertação foi dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo traz uma discussão que correlaciona o debate de território ao Serviço Social. Foi apresentada a discussão acerca dos entrelaçamentos das categorias de gênero, raça e pobreza no Brasil e a relação desse entrecruzamento com a realidade sócio política das mulheres negras, bem como a história da participação das mulheres negras nos movimentos de mulheres. Nesse capítulo foi possível aprimorar o debate acerca da marginalização social da população negra, em especial mulheres negras, e como o Serviço Social pode – e deve – se situar frente a essa questão.

O segundo capítulo é resultado da análise documental e pesquisa de campo acerca da história da comunidade da Rua da Feira, onde se encontra o Cucui – território lócus desse estudo. O debate girou em torno das temáticas envolvendo segregação socioespacial e racismo, explanando os efeitos, no período de pós-abolição, da escravização e de um sistema gerador de desigualdades sociais que marginaliza pessoas negras há séculos nesse país. Nesse capítulo, também se abordou a realidade das mulheres periféricas.

O terceiro capítulo apresenta as interlocutoras do estudo, seis mulheres negras de diferentes idades e faixas etárias que se dispuseram a participar da pesquisa e compartilhar sua trajetória e seus conhecimentos ancestrais com a investigadora, quem vos fala. É um capítulo resultado das entrevistas, em que narro suas histórias de vida desde a infância, dando ênfase aos aspectos que elas consideraram mais relevantes. Como pesquisadora-sujeita, me apresento e conto, também, minha história de vida.

O quarto e último capítulo exhibe os resultados mais densos da pesquisa de campo, entre entrevistas e diário de campo. São expostos os debates desenvolvidos pelas interlocutoras nas entrevistas, voltados para as temáticas que se correlacionam com este trabalho: gênero, raça, pobreza, território, história de vida. Os relatos das entrevistadas perpassam desde a discussão de trabalho e educação até as questões envoltas na religião e espiritualidade. Neste capítulo elas contam seus processos de vida para conquistarem tanto coisas materiais – casa própria, diploma universitário etc. – quanto subjetivas – amor-próprio, amizades etc. O capítulo finaliza com a exposição dos projetos de vida das entrevistadas.

CAPÍTULO I – RAÇA, GÊNERO E TERRITÓRIO: articulações interseccionais no Serviço Social

1.1. Mulheres negras: interfaces entre gênero, raça e pobreza

Os marcadores sociais são determinantes na discussão das relações de poder e distribuição de riquezas no Brasil. Classe, raça e gênero são elementos fundamentais para compreender os processos que geram as desigualdades sociais em grande escala no país, tendo em vista o imbricamento entre os marcadores e como essa relação influencia a experiência coletiva e individual dos grupos (Crenshaw, 2014), considerando sua formação socio histórica marcada por um longo período onde a escravidão era basilar para as relações econômicas, que se davam no campo das relações sociais.

Nesse cenário onde a colonialidade está intimamente ligada ao exercício do poder e ao desenvolvimento da vida social, a população negra é uma das mais vulneráveis, protagonizando os piores lugares nos índices de saúde, educação, emprego e renda etc. Essas desigualdades se potencializam para mulheres negras, se pensarmos a interseccionalidade entre raça, gênero e classe. É nesse sentido que o presente estudo se propõe a tratar brevemente sobre a relação interseccional entre raça, gênero, pobreza e território, tendo como sujeitos protagonistas as mulheres negras.

Baseado no conceito de necropolítica de Achille Mbembe (2013), compreende-se a pobreza não como um resultado não proposital dos processos sociais, mas como um dos processos de promoção da morte e estratégia de consumação de soberania e poder sobre os grupos, levando em contas diferenças de raça, gênero e classe como primordial para privilegiar ou subjugar, matar ou deixar viver.

No Brasil, a discussão de pobreza necessariamente precisa estar ligada à discussão dos marcadores sociais, tendo em vista que esse serão determinantes em muitos aspectos do debate. A pobreza no Brasil tem cara, tem cor e tem gênero, sendo assim, não é coerente ignorar esse fato ao tratar da temática.

Na discussão de interseccionalidade e pobreza, é imprescindível falar de raça, tendo em vista que a construção do Brasil contemporâneo é atravessada pelo racismo e pela colonialidade. A raça é um marcador social constitutivo no Brasil, e determinante de acessos e não acessos à direitos sociais. Entre 2004 e 2014,

estimou-se que três em cada quatro pessoas (76%) pertencentes ao grupo com menor renda – mais pobres – no Brasil são negros, enquanto observou-se uma redução dos brancos nesse grupo, de 26,5% para 22,8% (Pitombeira et al, 2020, p. 201)

Ao contrário do que se propaga com o mito da democracia racial, o Brasil é um país extremamente desigual, onde a pobreza tem cor. A população negra é estigmatizada como inerente e responsável pela pobreza. Os lugares e papéis sociais são deliberadamente construídos, e nesse processo pessoas negras são relegadas à pobreza e pessoas brancas a posições de poder, como estratégia de dominação e permanência de uma contemporaneidade colonial.

Essa estigmatização é muito explanada pela pesquisadora Alba Zaluar (1985) em sua tese acerca das representações de pobreza dos moradores da comunidade periférica de Cidade de Deus, no Rio de Janeiro. Durante e ao final da pesquisa, Alba Zaluar teve a percepção da diferenciação feita entre ela e os moradores da Cidade de Deus, muito devido às suas origens e os espaços e oportunidades as quais ela tem acessado. Ela é capaz de identificar alguns fenômenos sociais que estão intrínsecos às relações sociais, tais como o racismo, o sexismo, o preconceito de classe, bem como observou em diversos acontecimentos as formas como as relações de poder são operadas no território referido.

Pitombeira et al (2020) afirma que existe, por parte das classes dominantes brasileira, um caráter escravocrata que se alia à estigmatização da pobreza. Assim, pessoas pobres e negras são interpretadas como subservientes, com capacidade limitada a ponto de provocar sua situação de miséria, os culpabilizando pela pobreza que os relega a posições subalternas nas várias esferas sociais (saúde, educação, emprego e renda etc.). Os processos sociais são naturalizados.

A intersecção entre pobreza e racismo se configura enquanto pilar para compreender a realidade social na contemporaneidade, tendo em vista que o colonialismo e o sistema escravocrata foram substanciais na formação da sociedade brasileira. Após o marco histórico do ano de 1888, a escravidão foi abolida enquanto sistema econômico social constitucional, entretanto a população negra não recebeu nenhuma estrutura ou indenização do Estado, nem sequer foram criadas políticas públicas para superar as desigualdades geradas pela escravidão. Muito pelo contrário: escravocratas foram indenizados por suas “perdas”, e a população negra ficou relegada à pobreza, tendo que subsistir à duras penas (The Intercept Brasil, 2019).

O capitalismo contemporâneo não foi menos hostil com a população negra. As desigualdades persistem e as relações de poder continuam operando em favor dos mesmos grupos, desde a invasão do Brasil no século XVI.

Apesar de a feminização da pobreza ser relacionada, muitas vezes, a inserção das mulheres no mercado de trabalho, vale salientar que mulheres negras sempre trabalharam no Brasil, e nas condições mais degradantes possíveis. Diante disso, vê-se a necessidade de se ter um olhar crítico interseccional na discussão de pobreza, encarando os múltiplos fatos históricos e compreendendo o caráter heterogêneo do grupo mulher.

É imprescindível compreender a dimensão epistemológica dentro da discussão de gênero, pois as epistemologias permeiam e definem as normas e estratégias controle. Conhecimentos esses que são localizados, não ao sul, mas ao norte, para uma epistemologia branca eurocêntrica. Sendo assim, faz-se necessário recorrer às “outras” (Beauvoir, 1980) e, além disso, às “outras das outras” epistemologias (Kilomba, 2008).

[...] as epistemologias do Sul (Santos, 2014) são, para além de geográficas, relativas a modos de conhecimento que produzem a dessubjugação do conhecimento e as modalidades tradicionais da sua legitimação, conhecimentos que servem grupos e movimentos sociais, em vez do desperdício de conhecimentos e do epistemicídio que resulta na supressão do conhecimento subordinado pelos conhecimentos colonizadores ocidentais (Oliveira, 2016, p. 113).

Essa hierarquização dos sujeitos onde os corpos dissidentes são posicionados no lugar da subordinação incide também sobre a construção do conhecimento (Carneiro, 2005). Os conhecimentos “outros” são invisibilizados enquanto o conhecimento considerado tradicional se faz presente nas instituições sociais, inclusive aquelas com finalidade de produzir conhecimento, como a universidade. Percebe-se aqui a presença do epistemicídio, que Oliveira (2016, p. 113) afirma que tem como consequência a “supressão do conhecimento subordinado pelos conhecimentos colonizadores ocidentais”.

Aliado ao epistemicídio que intenta assassinar os conhecimentos dissidentes está o genocídio desses corpos, que tem por objetivo eliminá-los. A propagação de ideias ultra conservadoras fundamentalistas religiosas ligadas à ideologia cristã é uma estratégia de desumanização desses corpos, que uma vez subtraídos de sua humanidade, são violentamente exterminados sob a justificativa de que sua existência

é não apenas um erro, mas também uma tragédia nacional de grande perigo para os valores tradicionais, propagados como modelo normativo, padrão de conduta e forma correta de se viver, o gênero feito e criado, como afirma Butler (2018).

Em *Necropolítica* (2018, p. 123), Achille Mbembe faz, dentre outros questionamentos, o seguinte: “sob quais condições práticas se exerce o direito de matar, deixar viver ou expor à morte?”. Facilmente é possível imaginar as formas mais tradicionalmente conhecidas de “fazer morrer”, como genocídios praticados em periferias por agentes do Estado, ou contra grupos étnicos, como o holocausto. Mas necropolítica incide muito mais amplamente na realidade.

O conceito necropolítica tem em sua abordagem a tratativa das formas de dominação e exercício do poder, partindo do conceito de biopoder, cunhado por Michel Foucault, que versa sobre as formas de organização de dominação no Estado moderno. Mbembe vai ressaltar o papel do colonialismo e do racismo para a emergência das desigualdades sociais tais quais estão postas no Brasil contemporâneo. As formas de organização do Estado são desenvolvidas historicamente para exercer poder e soberania sobre o corpo do outro, se para viver, se para morrer, e para além disso, a promoção da morte como estratégia de gestão política. E o que isso tem a ver com pobreza e mulheres negras?

Para o exercício da lógica colonial e do poder, a presença do Estado é essencial. No contexto da pandemia do covid-19, por exemplo, observou-se a ausência de discussões sobre a questão racial e o coronavírus, mesmo que a população negra tenha sido maioria entre os mais afetados, seja pelo desemprego, pela potencialização da pobreza e agravamento da fome, seja pela morte. Esse contexto soma-se a realidade já existente previamente onde os lares chefiados por mulheres negras já estavam, antes da pandemia, entre os mais pobres. Essas intersecções, necessárias de serem feitas, não estão protagonizando os debates sobre pobreza na contemporaneidade.

Mais recentemente, durante o (des)governo do presidente Jair Bolsonaro, o Brasil presenciou o desmonte do Programa Bolsa Família, que nos seus dezoito anos de existência foi responsável por tirar milhões de famílias brasileira da situação de extrema pobreza, aumentando a renda dos 5% mais pobres em 20,1% em 2012 (MDS, 2013) e trazendo resultados positivos desde a sua implementação. Observa-se aqui uma política que atenta contra a vida das pessoas em situação de pobreza, em

especial pessoas negras, tendo em vista que os beneficiários do Bolsa Família são majoritariamente negros.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (2013), 68% das famílias beneficiárias do Bolsa Família eram chefiadas por mulheres negras, apresentando a importância do programa como uma das estratégias de erradicação da pobreza.

Diante desse exemplo é perceptível a relevância da interseccionalidade enquanto conceito e metodologia na análise das realidades sociais. Mulheres negras têm tomado posse do próprio discurso e evocado suas demandas no movimento de mulheres e em outros espaços políticos, demonstrando, para além de muitas outras coisas, que os debates em torno das desigualdades sociais não estão descolados dos debates de gênero, raça e sexualidade (Collins, 2019).

Discutir a relação entre pobreza, mulheres, mercado de trabalho e acesso a bens e serviços é de extrema importância, todavia, é imprescindível atentar-se para os mecanismos de execução de mulheres negras. Esses mecanismos se relacionam intimamente com a questão de classe e com a pobreza, pois essa irá influir não apenas na insegurança alimentar, mas também no acesso a políticas públicas de qualidade, como saúde e educação, onde poderão alcançar mobilidade social e acessar espaços até então elitizados, como por exemplo, a universidade.

1.2. Mulheres negras e o movimento de mulheres

Uma série de disparidades enfatizam a heterogeneidade do grupo mulheres. Sueli Carneiro (2003) aborda desigualdades nas mais diversas áreas para basear sua premissa de que, apesar dos grandes avanços conquistados pelas lutas feministas, o preconceito e as desigualdades intragrupo fazem parte de uma realidade histórica no movimento de mulheres.

Muitos foram os avanços, dentre os quais se cita o marco histórico da Constituição Federal de 1988, que apreciou grande parte das reivindicações do Movimento de Mulheres, como a destituição do pátrio poder; o reconhecimento do caráter também público na discussão da violência contra a mulher que reverbera na construção de políticas públicas voltadas para essa pauta, na criação das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM); a ampliação da discussão acerca da equidade de gênero que tem refletido na participação feminina em espaços de decisão e representação; o avanço nas postulações pelos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres.

A despeito e não reduzindo a importância das conquistas alcançadas, está a caracterização do feminismo tradicional branco como um movimento historicamente eurocêntrico e com visão universalizante do sujeito mulher. O não reconhecimento das diferenças e desigualdades, e conseqüentemente, das diversas demandas apresentadas por mulheres negras e indígenas tem sido uma realidade motora para invisibilização dessas mulheres e de suas pautas.

As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo, vêm exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil (Carneiro, 2003, p. 118).

O texto de Carneiro já se inicia com uma proposta de intervenção, a proposição de enegrecer o feminismo. Segundo Carneiro (2003), enegrecer o feminismo enfatiza a trajetória das mulheres negras dentro do movimento feminista, considerando que as formulações classistas, brancas e ocidentais não esgotam, pelo contrário, nem levam em conta as pautas “outras das outras” (Kilomba, 2008). Assim, a agenda feminista negra tem pautado as desigualdades de gênero e intragênero, assentando nas

discussões feministas a realidade que abarca mulheres negras, grupo majoritariamente atingido pela pobreza, demarcando a necessidade de intersecção entre racismo e sexismo na agenda feminista; um feminismo antirracista.

Carneiro ressalta que gênero não pode ser tratado de forma hierarquizada, levando em consideração que mulheres negras e indígenas no Brasil têm demandas que tocam a questão de gênero, raça e território imbricadas. Ela chama atenção para o reconhecimento das especificidades dos diversos grupos de mulheres que compõem um todo tão díspar; e não no sentido de tratar as pautas negras e indígenas como específicas em oposição às pautas “universais”, mas para a compreensão de que todos os grupos possuem especificidades, e dentro de um movimento político de luta e emancipação feminina, seguir arquétipos brancos ocidentais não elimina as desigualdades, apenas as potencializa.

Num país marcado pela escravidão em seu processo sócio-histórico “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial” (Carneiro, p. 119, apud Gonzales). Pensar no racial é refletir sobre a existência dos gêneros subalternizados, tais quais aquelas que não seguem as normas de existência branca cis heteronormativa, aquelas que estão estigmatizadas e culpabilizadas pela pobreza, aquelas que tem seu “status de gênero” (Carneiro, p. 119) rebaixado pelo racismo. É válido salientar que esse rebaixamento de gênero toca também aos homens negros, que em diversos aspectos da vida social estão em uma posição inferior às mulheres brancas. Diante disso percebe-se a necessidade de uma discussão de gênero para além do superficial e padrão, analisando as várias nuances.

A diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduzem no feminismo é resultado de um processo dialético que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, de outro exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres (Carneiro, 2003, p. 119).

Lélia Gonzales identificou dois grandes desafios para as mulheres negras no feminismo brasileiro. O primeiro diz respeito à perspectiva eurocêntrica no movimento e a deliberada ignorância à centralidade da raça no seio das relações sociais, e, conseqüentemente, nos debates de quaisquer movimentos políticos em prol de equidade. A ideia imposta de unidade nacional e universalidade da cultura brasileira

e o mito da democracia racial tem estado presentes dentro do movimento feminista, o que dificulta agudamente o avanço no debate sobre as desigualdades interseccionais.

O segundo desafio é a negação da história de luta e resistência de mulheres negras que tem sido realidade muito antes da existência do movimento feminista tal qual existe na contemporaneidade. Mulheres negras estão em movimento no Brasil desde que esse país se constitui, o que se observa atualmente, com todas as violências e genocídios; elas têm sido resistência para mostrar ao mundo que somos muito mais que dor, apesar de a dor ser uma realidade latente, e que tudo que somos independe da existência do padrão eurocêntrico.

A solidariedade racial intragênero não é natural, Carneiro afirma. Para mulheres negras, vivenciar cotidianamente nos movimentos feministas as desigualdades entre mulheres brancas e negras e, nos movimentos negros, as desigualdades entre homens e mulheres é realidade. Para além de vivenciar, elas têm sido certas em manifestar sua presença e suas pautas em ambos os movimentos, que muitas vezes não se conversam, denunciando a realidade exposta nos índices de desigualdades nas mais diversas áreas que em muitos momentos, as atinge de forma mais violenta.

No mercado de trabalho, grandes avanços foram logrados para as mulheres, mas enquanto esses avanços se mostram significativos para mulheres brancas, apenas respigam em mulheres negras, que são a maioria das mulheres pobres e as que ocupam os cargos mais subalternos ligados à servidão. E não é coincidência um país que ainda flerta com seu passado escravocrata.

[...] o fato de 48% das mulheres pretas [...] estarem no serviço doméstico é sinal de que a expansão do mercado de trabalho para essas mulheres não significou ganhos significativos (Carneiro, 2003, p. 121 apud LIMA, 1995, p. 28).

Como cita Carneiro (1995, p. 121), a tão conhecida exigência de “boa aparência” nas seleções de emprego exemplificam processos sutis de expressão do racismo. Notícias recorrentes de mulheres negras sendo resgatadas do trabalho análogo à escravidão de casas de famílias brancas revelam a face mais violenta e grosseira do racismo. O que nos leva ao aspecto abordado em seguida: violência.

A violência doméstica, sexual, psicológica e outras atingem ao grupo mulheres como um todo. Os índices revelam um Brasil que ainda precisa caminhar bastante para alcançar uma sociedade que concretamente respeita as mulheres enquanto

sujeito. Todavia, um tipo específico de violência é direcionado para mulheres negras, impedindo ou dificultando seu acesso para “as possibilidades de encontro no mercado afetivo, [o que] inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a auto-estima” (Carneiro, 1995, p. 122). Essa violência corrobora com a construção de um imaginário social que enxerga mulheres negras de forma hipersexualizada, ou que não reconhece a capacidade, intelectualidade e genialidade dessas mulheres, que não reconhece a beleza dos cabelos crespos, da pele escura.

Na saúde as violências raciais também se manifestam fortemente. Mulheres negras tem se movimentado pela inclusão do quesito raça no sistema e nos atendimentos em saúde e pela capacitação dos profissionais para um exercício profissional antirracista. É importante que profissionais de saúde sejam capazes de reconhecer os aspectos de raça que influenciam no acesso à saúde. Dentre as reivindicações citadas por Carneiro está a luta contra a esterilização forçada de mulheres negras, pobres, em situação de rua. Também o enfrentamento à anemia falciforme e a luta por acesso à saúde de qualidade para pessoas com anemia falciforme, doença que atinge majoritariamente a população negra.

Adiante, Sueli Carneiro aborda os efeitos das mídias de comunicação para a construção social da mulher negra perante a sociedade, sendo esse um espaço onde se naturaliza diariamente o racismo e o sexismo, um espaço de sub representação positiva feminina negra e de distorção da imagem desse grupo. Essa afirmação negativa constante influi na formação das crianças negras, que desde pequenas se veem representadas como feias e rejeitadas. Lélia Gonzales (1984) é assertiva em demonstrar os papéis sociais auferidos às mulheres negras: a mulata, a doméstica e a mãe preta.

Apesar da dureza dos fatos apresentado, é relevante ressaltar que avanços foram feitos e hoje é possível ver mulheres negras acessando espaços antes não acessados, mesmo que a passos lentos. Mulheres negras acadêmicas, apresentadoras de televisão, atrizes, escritoras renomadas. Em todos os espaços.

As mulheres negras vêm atuando no sentido de não apenas mudar a lógica de representação dos meios de comunicação de massa, como também da capacitar suas lideranças para o trato com as novas tecnologias de informação, pois falta de poder dos grupos historicamente marginalizados para controlar e construir sua própria representação possibilita a crescente

veiculação de estereótipos e distorções pelas mídias, eletrônicas ou impressas (Carneiro, 2003, p. 126).

É perceptível a relevância da interseccionalidade enquanto conceito e metodologia na análise das realidades sociais. Pessoas negras e LGBTQIA+ têm tomado posse do próprio discurso e evocado suas demandas no movimento de mulheres e em outros espaços políticos, demonstrando, para além de muitas outras coisas, que os debates em torno das desigualdades sociais não estão descolados dos debates de gênero, raça e sexualidade (Collins, 2019). Tem se empoderado e reconstruído as narrativas sobre suas próprias existências (Berth, 2018), não de forma superficial e visando lucros, mas aspirando concretamente a construção de um novo modelo de sociedade.

1.3. Serviço social e pobreza: diálogos sobre a marginalização social

Para Garcia (2009), racismo e capitalismo estão intimamente ligados, considerando que o sistema capitalista se utilizou do racismo para produzir não apenas a mais valia, mas uma cultura de desigualdades e doutrinas de que imputaram elementos negativos à população negra no Brasil. Esse processo influenciou em todos os aspectos da vida social, construindo imagens de controle de inferioridade e agressividade aos negros e negras (Bueno, 2017).

A imbricação entre racismo e questão territorial se demonstra também desde os primórdios do que os europeus tem chamado de “civilização” pela forma de dominação dos territórios indígenas e dos corpos africanos.

No Brasil, desde os primeiros europeus que aqui vieram para dominar territórios indígenas sob o regime colonialista-escravista, a mestiçagem demarca a forma como nossa sociedade foi engendrada. É relevante pensar que a miscigenação ocorreu em parte pela violência sexual praticada pelos colonizadores brancos, e práticas definidas pelos movimentos de mulheres negras como “estupro colonial” (Garcia, 2009, p. 54-55).

O desenvolvimento das teorias racistas e o debate sobre as hierarquias raciais pode parecer distante da discussão de território para olhos não treinados, entretanto não se pode falar em questão urbana e desigualdades sem tocar na questão racial, pois essas estão intrínsecas desde os primórdios da formação da sociedade brasileira tal qual observa-se na contemporaneidade.

O processo de concentração de capitais e a necessidade do crescimento dos mercados para comercializar seus produtos acabam pela busca da burguesia em “dominar o mundo”, ou, como disse Marx, “conquistar todo o globo terrestre” (Fontes, 2010, p. 22 apud Marx, 1998, p. 11). Ele vai apontar que a contradição desse processo, da relação entre os proprietários de capital monetário, que são os portadores de juros, e o capital funcionante, que são os extratores de mais valor, não vai reduzir o capital funcionante, e sim expandir. Essa diferenciação entre os recursos sociais de produção e a propriedade dos meios de produção revela o quão fundamental um é para o outro.

Toda riqueza social provém do trabalho, sendo assim, os juros também serão uma parte do mais-valor extraído por outros capitalistas que extraem o sobretrabalho. Parte do lucro será o juro pago ao proprietário do capital, o capitalista monetário. E aí

podemos perceber o que Virgínia Fontes (2010) discute, sobre o imbricamento entre o capital monetário e o capital funcionante: a venda do capital tem como imperativo que aquele que o compra atue como extrator de mais-valor, para sobre os lucros obtidos retirar o juro a ser pago ao capitalista monetário. Esse irá exigir que o capitalista funcionante tenha lucros altos, ou seja, extração desenfreada de mais-valor, exploração absurda dos trabalhadores, pois dali irá sair sua própria remuneração.

A concentração de capitais, tal qual se apresenta, fomenta as expropriações. Essa dinâmica de reprodução do capital dá a impressão de que a economia é autônoma, com lógica própria, ao que Marx vai enfatizar a dimensão fetichista, onde as relações humanas se tornam relações entre coisas (inclusive o próprio capital, ele vai dizer), e apesar de as relações capitalistas dependerem das condições sociais, da forma que são forjadas, elas permitem que essas fetichizações ocorram. Marx chama atenção para que nunca percamos a dimensão histórica do capitalismo a base da vida real, pois modo de produção não incide apenas na atividade econômica, mas em toda a produção da totalidade da vida social ou modo de existência.

Vale ressaltar que a massa de força de trabalho não é formada igualmente, não é homogênea, apesar de estar subjugada e disposta igualmente para o capital. Também é válido ressaltar que, apesar de a relação-capital estar baseada na expropriação, ela não se limita a ela. Para que o capital possa existir, é necessário colocar a população em condições de existência críticas que a faça se disponibilizar ao mercado. Isso ocorre com as populações rurais, que são obrigadas a migrar para as grandes cidades em busca de formas de subsistir, deixando sua forma de vida e cultura para trás para sobreviver. A população mundial que era majoritariamente rural tem mudado de forma acelerada, gradativamente se transformando em majoritariamente urbana.

Isso irá incidir sobre todas as dimensões da vida, pois transforma as tradições, as relações familiares, gera grandes transformações culturais. Não mais em seu território de origem, eles serão relegados em favelas, segregados em locais inóspitos e em péssimas condições de existências, com diversas barreiras sociais e culturais, sujeitos ao preconceito e a subordinação, à violência e a falta de acesso a coisas básicas para a sobrevivência.

O desmonte dos direitos sociais vem ocorrendo desde as últimas décadas do século XX. A naturalização das relações sociais capitalistas é tão real que mudou o

pensamento social acerca de determinados assuntos de forma a beneficiar o capital. Ela exemplifica com o direito à aposentadoria, que é o momento em que o trabalhador fica desobrigado a vender sua força de trabalho. Houve um aumento na idade mínima para se aposentar, e para além disso, passou-se a ter a ideia de que a juventude deve ser prolongada, e esse anseio em permanecer jovem nada mais é que a imposição de continuar disponível para o mercado.

A extinção de direitos é uma realidade que persiste. As privatizações de instituições públicas ou ligadas a providenciar acesso à saúde, educação, previdência social, etc. O sucateamento das que não foram privatizadas. Nem os recursos naturais ficaram de fora. O capitalismo toma posse das águas, do vento, do patrimônio histórico, dos códigos genéticos.

Quijano (2005), ao tratar da realidade do Peru, expõe essa presença do eurocentrismo e do racismo para com as classes trabalhadoras não-brancas. Ele vai dizer que aos brancos eram reservados os empregos assalariados. Nos países da América Latina, a presença do colonialismo persiste e é intrínseca a todas as relações sociais. Assim, trabalhadores e trabalhadoras negros e negras, indígenas e povos mediterrâneos, eram relegados ao trabalho não remunerado, o que remete ao período escravocrata. Essas opressões não se dão apenas por parte da classe dominante para com as classes trabalhadoras, mas também intraclasse, por parte das próprias classes trabalhadoras brancas, mesmo que ambos estejam subordinados ao capital.

O fenômeno da pobreza possui diversas abordagens e é deveras complexo. Segundo Crespo e Gurovitz (2002), a pobreza está envolta nas categorias de juízo de valor, pobreza relativa, pobreza absoluta e pobreza relativa/absoluta. O presente estudo se baseia nesses conceitos, levando em consideração aspectos econômicos e sociopolíticos. No decurso do século XX, vários conceitos de pobreza foram discutidos. Crespo e Gurovitz ressaltam a indispensabilidade de compreender as diversas abordagens e conceitos de pobreza para a formulação e implementação de políticas públicas e estratégias de enfrentamento.

A pobreza como juízo de valor é uma categoria com um ponto de vista subjetivo sobre a pobreza. Considera os graus de satisfação das necessidades ou níveis de privação dos sujeitos. Compreende-se que o fenômeno que envolve sujeitos não pode ser analisado apenas do ponto de vista objetivo, considerando a relevância das subjetividades. Visão mais abstrata, leva em conta que a pobreza está para além da falta de recursos.

Já a pobreza relativa e a pobreza absoluta são conceitos que relacionam a pobreza diretamente à distribuição de renda. Para o conceito de pobreza absoluta, serão considerados pobres aqueles que se encontram na posição mais baixa da distribuição de renda, em paralelo àqueles sujeitos que estão no topo (Crespo & Gurovitz, 2002).

O conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. Uma linha de pobreza relativa pode ser definida, por exemplo, calculando a renda per capita de parte da população (Crespo & Gurovitz, 2002, p. 4).

Na concepção de pobreza absoluta, Crespo & Gurovitz (2002) afirmam que pobres são os sujeitos que se encontram abaixo de uma linha preestabelecida de padrões mínimos de sobrevivência, relacionados à acesso à moradia, emprego e renda, vestuário, alimentação de qualidade, educação, saúde, transporte público, saneamento básico etc. Para se chegar à conclusão de quais seriam esses padrões, foi determinado um valor aproximado suficiente para arcar com tais gastos, ou seja, uma renda aproximada.

Tendo como base as abordagens supracitadas de concepções de pobreza, foram formuladas, ao longo do século XX, três noções: sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa. A noção da sobrevivência, que teve sobrevalência nos séculos XIX até meados do século XX, versava que a renda dos mais pobres não era suficiente para prover o “rendimento físico do indivíduo” (Crespo & Gurovitz, 2002). Os autores observam a fragilidade dessa noção, que como o próprio nome já revela, apenas considerava os mínimos para sobrevivência. Mais adiante, a partir da década de 1970, surge a noção de necessidades básicas, que complexifica o entendimento sobre a pobreza e insere outros aspectos ao debate, como as demandas de serviços e políticas que proovessem água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura.

Essa concepção passou a ser adotada pelos órgãos internacionais, sobretudo por aqueles que integram a Organização das Nações Unidas (ONU), representando uma ampliação da concepção de sobrevivência física pura e simples (Crespo & Gurovitz, 2002, p. 4-5).

A contar de 1980, surge a noção de pobreza como privação relativa. Crespo & Gurovitz (2002) destacam que esse conceito tem “um enfoque mais abrangente e

rigoroso, buscando uma formulação científica e comparações entre estudos internacionais, enfatizando o aspecto social”. Entendeu-se como necessário o provimento de acessos que promovessem confortos básicos, mas também que infringissem no “desenvolvimento de papéis e de comportamentos socialmente adequados” (Crespo & Gurovitz, 2002). A noção se amplifica na compreensão de que a pobreza não é sinônimo apenas de privação material, mas de uma série de privações em diversas áreas e considerando diversos aspectos e categorias, incluindo e para além da renda. Apesar de ser uma noção mais aprimorada, apresenta desafios para sua implementação na formulação de estratégias de enfrentamento à pobreza, tendo em vista a dificuldade de designar a magnitude dos sujeitos que sofrem privações de recursos.

Amartya Sen, professor de economia e filosofia da Universidade de Harvard, foi responsável por desenvolver o conceito de pobreza como privação das capacidades, não sendo apenas a carência de uma renda mínima de um padrão preestabelecido. Sen define capacidade como a combinação de possibilidades de realizações, “um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos ou a liberdade para ter estilos de vida diversos” (Crespo & Gurovitz, 2002 apud Sen, 1999). Escolhas como alimentação de qualidade, vestimenta e acesso a um curso superior, por exemplo, necessitam de um conjunto de capacidades para serem realizadas. Amartya Sen traz uma compreensão de grande relevância para o entendimento da pobreza e do que significa ser pobre, e à época de seu estudo, o termo “capacidades”, que pode ter dúbias interpretações. Para a presente explanação, traduziremos como possibilidades ou oportunidades.

Assim, a privação de capacidades elementares pode refletir-se em morte prematura, subnutrição considerável (especialmente de crianças), morbidez persistente, analfabetismo e outras deficiências. Essa definição não despreza o fato de a pobreza também ser caracterizada como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido, pois uma renda baixa pode ser a razão primeira da privação de capacidades de uma pessoa (Crespo & Gurovitz, 2002, p. 5).

Diversas singularidades influem no que significa ser pobre, para além da falta de uma renda mínima. Crespo & Gurovitz (2002, p. 6) ressaltam que aspectos como idade ou doença vão influenciar no que é a pobreza real, considerando que um idoso ou doente, por exemplo, necessita de mais renda que uma pessoa saudável e jovem para viver dignamente; uma mãe solo certamente irá necessitar de mais renda que

uma pessoa sem filhos, pessoas que vivem no campo irão necessitar de maiores condições para suprir necessidades do que as que vivem na cidade, onde os acessos são mais possibilitados. Sendo assim, fatores como gênero, raça, território, idade, entre outros, são cruciais para compreender os significados de privação e pobreza. A renda é um fator relevante aliado a outros fatores.

Dentro de um núcleo familiar, os autores destacam a questão de gênero para análise das desigualdades que geram maior pobreza para as mulheres e meninas. A forma que renda familiar será utilizada e investida entre os membros de uma família pode revelar desigualdades, se houver membros negligenciados ou privilegiados. Esse exemplo se estende para outras problemáticas, como o racismo. Se em uma família os bens são mais investidos nos membros brancos, em detrimento dos negros, por exemplo, haverá uma disparidade que revelará que esse membro excluído e desprivilegiado estará em maior condição de pobreza.

Salienta-se que as noções de pobreza como baixa renda e como inadequação de capacidade estão correlacionadas, entretanto mais renda não necessariamente significa mais capacidade.

Segundo Sen, é importante ter em mente que a redução da pobreza de renda não pode ser o único objetivo de políticas de combate à pobreza. É perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda e a partir daí justificar investimentos em educação, serviços de saúde, etc., com o argumento de que são bons meios para a redução da pobreza. Isso seria confundir os fins com os meios. A pobreza deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm (Crespo & Gurovitz, 2002, p. 6).

Sen atrelava diretamente seu conceito de pobreza do de desenvolvimento, que ele enxerga como “um processo de expansão das liberdades das pessoas” (Crespo & Gurovitz, 2002, p. 7). A liberdade substantiva, na visão de Sen, é, então, considerada o principal percurso do desenvolvimento. Para ele, ter as possibilidades de evitar a fome, a morte prematura, a subnutrição, saber ler, participar ativamente dos espaços políticos etc. faz parte de possuir as liberdades substantivas.

Trata-se de um sistema de desenvolvimento que promova a autonomia dos sujeitos e as oportunidades sociais, pensando o enfrentamento à pobreza de forma a fortalecer as liberdades individuais, sem responsabilizar os indivíduos pela pobreza. Considera também a importância de se formular políticas públicas que promovam a participação social e o exercício da democracia. Sen elucida cinco tipos de liberdade

instrumental, sendo elas: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora (Crespo & Gurovitz, 2002).

As liberdades políticas incluem o direito a votar e ser votado, a escolher quais as representações políticas que irão governar, e também o controle social, o direito à fiscalização e críticas às autoridades, a liberdade de expressão. As liberdades econômicas dizem respeito às oportunidades de utilizar recursos econômicos para troca e consumo. As oportunidades sociais se relacionam com as políticas públicas designadas ao acesso qualificado à saúde, educação, transporte, segurança, lazer etc., que irão possibilitar aos indivíduos, por exemplo, optar por cursar uma graduação, ou ter uma determinada dieta, praticar exercícios físicos, ir à shows musicais. As interações sociais compõem a liberdade de interagir com o outro com garantia de transparência. Por fim, a segurança protetora tem o papel de assegurar garantias de sobrevivência e dignidade para as pessoas que se encontrem em situação de risco social.

Essas liberdades instrumentais alimentam-se umas às outras, reforçando-se. Assim, o crescimento econômico tem de ser julgado não apenas pelo aumento de rendas privadas, mas também pela expansão de serviços sociais que ele pode estimular (Crespo & Gurovitz, 2002, p. 8).

A partir dos estudos e proposições de Amartya Sen, a cientista social Deepa Narayan se propõe a ampliar as concepções de pobreza apresentadas por ele. Ela tem como ponto inicial os resultados de estudos realizados pelo Banco Mundial a partir do ano de 1993, que utilizou como método as APP's (Avaliações Participativas sobre a Pobreza), entrevistando populações pobres ao redor do mundo, tendo em conta que não há "ninguém melhor do que os próprios pobres para falar sobre sua situação" (Crespo & Gurovitz, 2002, p. 8). Segundo Narayan, as estratégias de enfrentamento à pobreza só serão eficazes se tiverem a participação ativa das populações a que se destinarão desde a formulação até a execução.

Compreender a importância das subjetividades na elaboração das políticas públicas é essencial para garantir seu sucesso. Isso, aliado à compreensão multidimensional e multifacetada do fenômeno da pobreza, são artifícios imprescindíveis. Um dos aspectos que permeiam a pobreza é a falta de oportunidades de se expressar livremente e de forma transparente. Pensar na inclusão dos grupos

vulneráveis desde as fases iniciais dos estudos acerca da pobreza e das desigualdades sociais é, também, parte da estratégia de dirimir essas desigualdades.

1.4. Perspectivas contemporâneas em Serviço Social e território

A interlocução entre serviço social e território é um dos dilemas atuais da profissão, potencializado com a intensificação da pobreza e das desigualdades em decorrência da pandemia de covid-19. A realidade de trabalhadores e trabalhadoras de territórios já outrora negligenciados, como as periferias urbanas e o campo, se torna mais dura e as vulnerabilidades crescem.

A interiorização das universidades públicas teve como consequência extremamente positiva a inserção de temáticas dissidentes às pesquisas de graduação e pós-graduação no Brasil, tendo em vista que os debates que eram travados anteriormente apenas nas periferias e nos movimentos sociais tomam os espaços da academia. Jovens negros e negras das periferias passam a propor pesquisas sob seus pontos de vista que retratam criticamente sua realidade (Koga, 2021).

Esse movimento gerou uma transformação na construção de conhecimento, onde olhares não novos, mas antes não escutados, passam a ter notoriedade na academia e a levar discussões sob perspectivas únicas.

Sim, esses outros lugares, para além do mundo acadêmico, também apresentam seus intelectuais, que tensionam o debate em torno das realidades vivenciadas e que até então eram mais (re)conhecidas por meio de estudos, pesquisas, dissertações e teses produzidas por intelectuais considerados externos ou “estranhos” (Koga, 2021, p. 23).

Esses conhecimentos são marcados pelas vivências dos sujeitos, ao que a intelectual Dirce Koga vai cunhar o conceito de “Território de vivência”, se referindo “mais particularmente, de uma trajetória marcada pela vivência e convivência na favela” (2021, p. 23). Esse conceito demonstra as interlocuções entre as experiências sociais e a percepção dos sujeitos, que ao chegarem nas universidades, fazem uso desses olhares para a construção de estudos de grande relevância social.

O Serviço Social tem se beneficiado desse movimento, e tem se transformado com ele. Uma profissão que teve em suas origens as inscrições da doutrina social da igreja católica, e que atualmente ainda tem um longo caminho a percorrer no que diz respeito a consideração de temáticas como racismo e questão territorial como igualmente importantes e intrínsecas à discussão de trabalho e classe, pode ao

mesmo tempo observar o início dessa mudança nas pesquisas produzidas por estudantes negros e negras, indígenas, de origem periférica ou do campo.

[...] o debate do conservadorismo na academia diz respeito não somente à formação do assistente social no processo de graduação em Serviço Social, mas também no campo da pós-graduação, enquanto lócus de formação de pesquisadores e intelectuais. Também aqui se pode observar traços desse conservadorismo (Koga, 2021, p. 27).

Ainda necessita-se superar a colonialidade do saber nas ciências, e mais especificamente no campo do Serviço Social, para fins da discussão que se propõe no presente artigo. Koga (2021) chama atenção para a necessidade de se tensionar a matriz colonial imposta à produção de conhecimento, e de se deslocar para uma ciência decolonial, distante do eurocentrismo.

Nesse sentido, raça, classe e gênero estão ligados de forma interseccional. A exemplo dos índices de pobreza comparados da população branca e negra no Brasil. Nesse cenário onde a colonialidade está intimamente ligada ao exercício do poder e o desenvolvimento da vida social, a população negra é uma das mais vulneráveis, protagonizando os piores lugares nos índices de saúde, educação, emprego e renda etc. Essas desigualdades se potencializam para mulheres negras, como observa o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2013, p. 109):

As discriminações de raça e gênero produzem efeitos imbricados, ainda que diversos, promovendo experiências distintas na condição de classe e, no caso, na vivência da pobreza, a influenciar seus preditores e, conseqüentemente, suas estratégias de superação. Neste sentido, são as mulheres negras que vivenciam estas duas experiências, aquelas sempre identificadas como ocupantes permanentes da base da hierarquia social.

No cerne desse debate também está o território, visto que não é possível pensar em racismo e sexismo no Brasil sem pensar em território. O Ministério de Desenvolvimento Social – MDS define território não apenas como uma delimitação espacial, mas como um espaço complexo de vivência de grupos que se exprimem nos aspectos cultural, econômico, religioso e identitário, e nesse espaço plural se manifestam tanto múltiplas expressões de desigualdades sociais quanto potencialidades dos grupos e sujeitos que ali habitam (MDS, 2019). É com essa pluralidade que o serviço social lida no cotidiano profissional, e para atuar de forma ética e qualificada, é essencial para assistentes sociais repertório intelectual para

compreender e respeitar essa multiplicidade, bem como saber identificar e contribuir para o desenvolvimento das potencialidades dos grupos e comunidades.

Território é uma categoria de suma importância no que diz respeito à gestão das políticas sociais. A política de assistência social, por exemplo, compreende território como central na análise e trato das vulnerabilidades e riscos sociais (MDS, 2009). E para além dos riscos, as potencialidades que grupos e sujeitos desenvolvem em suas comunidades e núcleos familiares. Sendo assim, a relevância da discussão que entrecruza as categorias de território e serviço social já tem sido considerada para formulação, implementação e avaliação das políticas públicas e sociais no Brasil. Dirce Koga (2015) elucida que essa consideração de forma efetiva ainda é um desafio, visto que em vários momentos corre-se o risco de perceber a realidade de forma homogênea e acabar por não fazer intersecções na formulação de políticas, ou seja, estamos travando uma longa jornada, todavia à passos lentos.

Políticas públicas como o SUS – Sistema único de Saúde e SUAS – Sistema Único de Assistência Social concebem que para que haja o pleno acesso aos direitos e à proteção social, se faz necessário referenciar o território como elemento primordial (Koga, 2015).

Observando o Brasil como um território que vivenciou um processo histórico de escravatura que se perdura por quase quatro séculos é possível compreender as razões pelas quais a população negra hoje tem a “cara” da pobreza. População essa que foi raptada, usurpada de seus bens e do seu próprio corpo, a qual foi renegado o direito a exercer sua cultura diversa e religião, a qual foi vetado o direito a exercer sua humanidade. Quijano (2005) desenvolve a teoria da Colonialidade do Poder, que discorre sobre a permanência do eurocentrismo como base para a construção e forma de efetivação do conceito de raça.

Ao fim do período escravocrata, organizam-se novas estratégias de continuidade de operação do racismo nesse território denominado Brasil, tornando a população negra o grupo mais empobrecido e um dos que mais vivencia as violências perpetradas pelo Estado. Sendo assim, raça e território estão presentes nos pilares que formaram o Brasil tal qual vê-se hoje. Dirce Koga (2013) reitera esse pensamento, considerando que o Brasil tem um “paradigma societário pautado sob a égide da pobreza como caricatura e, por isso, passível de ser personificada e identificada a partir de determinadas características individuais, que configurariam a pessoa do pobre”.

A intercessão de categorias sociais se expressa nitidamente ao se observar a organização física e social das cidades, grandes e pequenas. As marcas do passado colonial se revelam na divisão territorial que privilegia as regiões centrais e relega às periferias os locais mais subalternizados. A própria formação das periferias é um traço da raiz escravocrata no Brasil. E quando se parte para a observação dos sujeitos e grupos que vivem em determinados territórios das cidades, evidencia-se ainda mais as desigualdades e o racismo institucionalizado no país.

A imagem da desigualdade socioterritorial prevalece, e nesse ponto é que as cidades brasileiras se tornam parecidas, apresentando cada qual pedaços de chãos que conformam um mosaico de condições de vida extremamente discrepantes entre seus moradores, em que somente alguns são considerados cidadãos, e outros cidadãos de segunda categoria (Koga, 2015, p. 13).

Eurico (2013) explicita que a aproximação e colaboração do Serviço Social para o debate racial ainda é muito sutil, e aponta para a necessidade de qualificar a discussão sobre a questão racial por assistentes sociais no Brasil. Como resultado de seu estudo, Carneiro (2013, p. 301) conclui que “a percepção dos assistentes sociais acerca da *questão racial* e dos mecanismos de reprodução do racismo no interior da sociedade brasileira ainda está bastante distorcida”. Essa realidade tem raízes na formação e surgimento da profissão.

O Serviço Social surge no Brasil na década de 1930 enquanto uma profissão conservadora, e perpassa diversos processos histórico-políticos até a emersão do Movimento de Reconceituação, que inicialmente, na década de 1930, se aproxima do pensamento marxista, todavia de forma equivocada em determinados aspectos de sua interpretação (Neves, 2017). Esse momento foi de extrema importância para a construção de um outro Serviço Social, que não o tradicional, mas foi apenas na década de 1980 que a intenção de ruptura se concretizou, e foi possível construir um novo projeto ético-político e uma nova práxis profissional sob influência do pensamento social marxiano e gramsciano.

Uma parcela dos pensadores e pensadoras assistentes sociais no Brasil contemporâneo vai afirmar que a partir desse momento histórico, o Serviço Social efetivamente rompe com o conservadorismo.

Hoje, não temos mais uma intenção de ruptura com o conservadorismo, o Serviço Social brasileiro realmente rompe com essa concepção e tem em

Gramsci uma concepção importante para direcionar as práticas profissionais rompendo com o mecanicismo, o voluntarismo, com o messianismo presente nas práticas e análises marxistas que foram enviesadas por diferentes tradições e orientações (Neves, 2017, p. 35).

O presente estudo vai de encontro a essa ideia, talvez de forma bastante ousada, mas compreendendo que para que haja uma verdadeira ruptura com o conservadorismo, é mister relacionar a construção das relações que regem a sociedade brasileira na contemporaneidade com a colonialidade que permeia o saber e o fazer cotidiano em todos os aspectos. Esse entendimento precisa estar presente nos currículos de Serviço Social, nas salas de aula, de forma efetiva nos debates da categoria, e não apenas de forma periférica como o é atualmente. Se não formos capazes de, enquanto categoria profissional, tratar as categorias de raça, classe, gênero e território em suas intersecções, ainda estamos longe de romper com o conservadorismo e com o pensamento social de base tradicional.

Isso não significa que o processo iniciado na década de 1960 e qualificado na década de 1980 não tenha sido relevante. Muito pelo contrário. O Movimento de Reconceituação foi um marco histórico onde assistentes sociais de todo o Brasil firmaram compromisso com a classe trabalhadora, e nesta pesquisa defendo que ainda necessitamos continuar esse movimento em prol de uma compreensão antirracista, antissexista e anti LGBTQIA+fóbica da realidade social. Essa compreensão só se alcança com a contribuição dos grupos dissidentes desde a formulação do pensamento que rege o Serviço Social. É a existência de currículos que tenham, com paridade, a presença de homens negros e mulheres negras, de toda a comunidade LGBTQIA+, de pesquisadores e pesquisadoras quilombolas e indígenas. O Serviço Social necessita com urgência refletir objetiva e subjetivamente o povo brasileiro, a classe trabalhadora, que tem cor, tem orientação sexual e de gênero, pertence a territórios.

CAPÍTULO II – DA DIÁSPORA AFRICANA AO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO: aspectos sócio históricos da comunidade da Rua da Feira e do Cucui

2.1. Segregação socioespacial e racismo na formação sócio histórica do Brasil

Ao discorrer sobre a história das instituições no Brasil, Cida Bento (2022) afirma que existe uma reafirmação de um sistema de valores que perpetua privilégios e mantém papéis e lugares sociais, por meio de um discurso meritocrático que não apenas impede a ascensão da população negra e seu acesso a direitos e a lugares elitizados, mas preserva um esquema onde a branquitude permanece sempre em sua posição de salvaguarda, no que Bento denomina de pacto da branquitude. De acordo com Bento (2022, p. 18), “esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”.

A narrativa do mérito sustenta o pacto e dá subsídios para que a branquitude consiga justificar sua posição sem citar os horrores a que submeteram e submetem negros e indígenas nesse país. Se os brancos estão ocupando os cargos de poder e liderança, certamente é porque mereceram e se esforçaram para tal, enquanto os negros não possuem qualificação nem se esforçam o suficiente – é o que dizem. Ignoram os aspectos da vida social que influenciam as decisões e os acessos dos sujeitos e grupos, o fato de que a população negra foi impedida de acessar a educação no período de pós-abolição, tendo sido relegada à pobreza, sem terras, sem políticas de reparação pelos quase quatro séculos de escravidão. As cotas raciais, presentes nas Políticas de Ações Afirmativas voltadas para o ingresso de negros e negras nas universidades foram sancionadas apenas em 2012, cento e vinte e quatro anos após a falsa abolição.

A branquitude carrega a escravidão em sua herança histórica e se beneficia do passado colonialista e violento de seus ancestrais, da mesma forma que a população negra, na atualidade, colhe os frutos de um passado escravocrata ao qual foi subjugado (Bento, 2022).

É possível identificar a existência de um pacto narcísico entre coletivos que carregam segredos em relação a seus ancestrais, atos vergonhosos como assassinatos e violações cometidos por antepassados, transmitidos através de gerações e escondidos, dentro dos próprios grupos, numa espécie de

sepultura secreta. Assim é que a realidade da supremacia branca nas organizações públicas e privadas da sociedade brasileira é usufruída pelas novas gerações brancas como mérito do seu grupo, ou seja, como se não tivesse nada a ver com os atos anti-humanitários cometidos no período da escravidão que corresponde a ¼ da história do país, ou com aqueles que ainda ocorrem na atualidade (Bento, 2022, p. 23 e 24).

Sendo assim, trazer para os espaços de discussão a realidade sobre a herança da escravidão e a formação de privilégios e desprivilégios é uma forma de subverter os padrões do fazer institucional e levantar a voz para a necessidade de se construir novas narrativas cuja perspectiva seja pautada na pluralidade, e não na manutenção da ordem social racista que concede vantagens inúmeras à população branca.

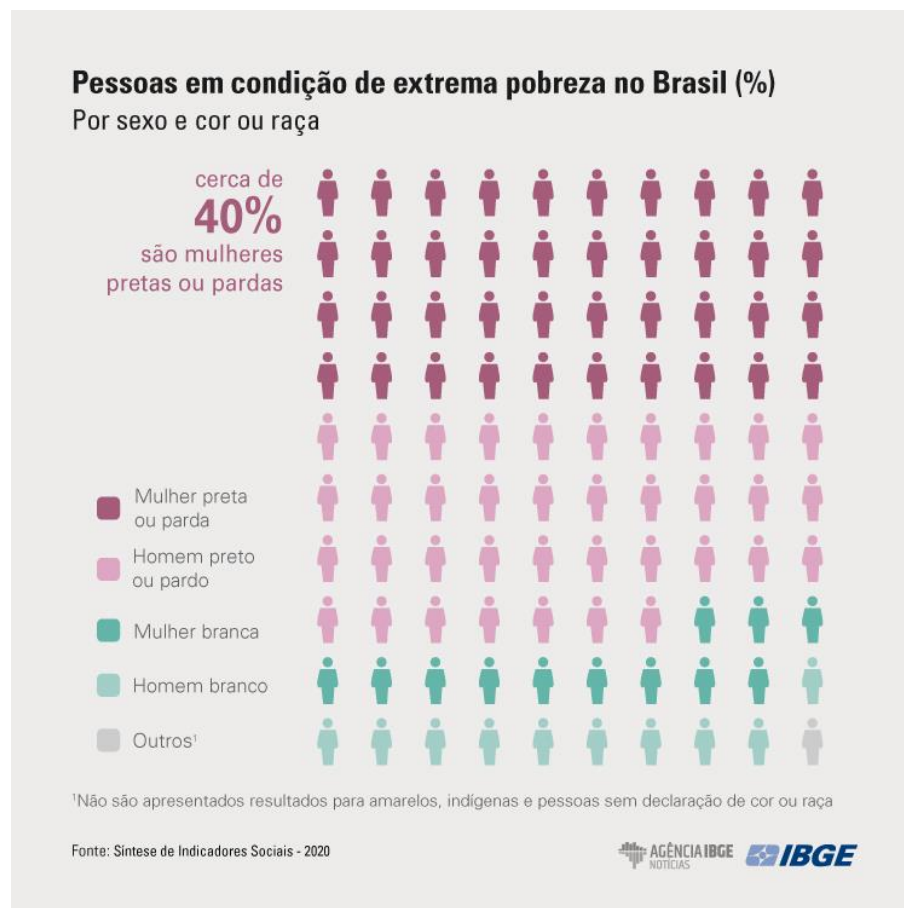
Carneiro (2015), em referência a Joaquin Nabuco, afirma que a escravidão vai impor seus signos ao funcionamento da sociedade brasileira por muito tempo após a abolição, pois essa abolição não se segue com a construção de políticas públicas de reparação à desumanidade que foi perpetuada durante séculos; nada se elaborou no campo socio econômico para a população negra, que foi relegada ao léu. A permanência no pensamento colonial e escravocrata nas instituições sociais só tem gerado desigualdades e violências as mais diversas, exclusões e discriminação.

Entretanto, esse mesmo país não poupou esforços para dissipar quaisquer descrições históricas que afirmassem a existência do racismo, escolhendo perpetuar a ideia de que o Brasil é um país com uma sociedade com “predisposição racialmente democrática” (Bento, 2022, p. 16). Cida Bento reitera que essa tentativa de desracialização da sociedade brasileira é uma forma de negar a existência das desigualdades sociais, e, conseqüentemente, eximir o Estado de propor e desenvolver políticas públicas. As pautas do negro se tornam, então, responsabilidade inteiramente dele, responsabilidade do seu grupo, recaindo sobre eles a culpa pela própria exploração e seus resultados.

De fato, as disparidades nos Índices de Desenvolvimento Humano entre brancos e negros revelam que o seguimento da população brasileira autodeclarado branco apresenta em seus indicadores socioeconômicos – renda, expectativa de vida e educação – padrões de desenvolvimento humano compatíveis com os de países como a Bélgica, enquanto o seguimento da população brasileira autodeclarado negro (pretos e pardos) apresenta índice de desenvolvimento humano inferior ao de inúmeros países em desenvolvimento, como a África do Sul, que, há menos de duas décadas, erradicou o regime do *apartheid* (Bento, 2022, p. 18).

Dados apontam que a realidade dos brasileiros analisada com intersecções de raça demonstra que a população negra protagoniza os piores índices em todas as áreas. Negros (pretos e pardos) representam 56% da população brasileira, e figuram entre os 71% abaixo da linha da pobreza, enquanto brancos representam 27%; mulheres negras estão entre as mais afetadas pela pobreza, constituindo 38,9% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres (IBGE, 2020). A disparidade é absurda. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020), a população negra configura cerca de dois terços da população que reside em domicílios com algum tipo de inadequação.

Gráfico 1 – Pessoas em condição de extrema pobreza no Brasil (%)



Fonte: Síntese de Indicadores Social – 2020, IBGE

Juntos, homens e mulheres negros protagonizam os índices de pobreza, caracterizando 87% das pessoas em situação de extrema pobreza no Brasil, enquanto juntos, homens e mulheres brancos representam 23%. A pandemia do covid-19 (coronavírus) ocorrida a partir de 2019 potencializou esses índices e observou um

nível de mortalidade e pobreza extremos para a população negra, com o recrudescimento da fome e corte no financiamento das políticas sociais. Cenas com pessoas nas chamadas filas do osso foram comuns nesse período, onde os grupos mais vulnerabilizados buscavam nos estabelecimentos os restos de comida para alimentar suas famílias.

Dados revelam os efeitos das desigualdades sociais no acesso à moradia da população brasileira. De acordo com o IBGE (2022), o percentual de pessoas negras residindo em moradias sem documentação é o dobro em comparação com pessoas brancas, sendo que 20,8% das pessoas pardas e 19,7% das pessoas pretas encontram-se nessa situação. Já para pessoas brancas, a taxa é de 10,1%. Além da insegurança no acesso e posse de moradia, pessoas negras enfrentam a falta de acesso à saneamento básico e problemas para acessar a rede de abastecimento de água e coleta de lixo, o que os torna ainda mais vulneráveis à problemas de saúde e perigos ligados à infraestrutura (IBGE, 2022).

Em suma, o conjunto de dados apresentados pela PNAD Contínua mostra que os imóveis próprios da população preta ou parda eram em geral menores, apresentavam pior inserção na infraestrutura urbana e possuíam maior proporção de informalidade em relação à documentação que os imóveis próprios da população branca (IBGE, 2022, p. 7).

A escravidão sustentou o capitalismo e possibilitou a sua ascensão. Enquanto, na Europa, o processo de industrialização incentivava o trabalho livre, nas Américas os horrores da escravidão eram perpetuados, e se produzia unicamente para enriquecer o continente europeu e alavancar seus negócios, transformando-os nas potências que veem contemporaneamente, enriquecidos pelo “[...] tráfico de africanos escravizados que substituiu a mão-de-obra indígena, também escravizada nos primeiros anos de colonização” (Garcia, 2009, p. 53). Os países europeus que promoveram a colonização das Américas gozam atualmente de altos índices de desenvolvimento humano, enquanto países como o Brasil enfrentam sérios obstáculos em mitigar as desigualdades sociais.

A escravidão marcou a construção das afetividades negras. Famílias eram separadas, pais, mães e filhos, que se viam em situação de violência e solidão, longe dos seus afetos e tendo que criar estratégias para sobreviver ao sofrimento emocional e físico da separação. O iluminismo francês foi designado com pilar no pensamento de que existe igualdade entre os homens, mas percebe-se que se trata apenas dos

homens brancos. Outros grupos raciais e de gênero estarão sempre em posição mais ou menos inferior. Em tratando-se do negro, com base na historiografia do colonialismo e opressão europeia, a igualdade definitivamente não existe (Garcia, 2009).

Os estereótipos relacionados aos negros foram produzidos pelo racismo científico e pela propagação de imagens de controle (Collins, 2019) sobre todo o grupo, como estratégia de desumanização. Antonia Garcia (2009, p. 60) afirma que

[...] são quatro as máximas do determinismo racial: 1) que a raça constitui um fenômeno essencial. Dizia-se, com isso, que havia, por exemplo, entre o branco e o negro a mesma distância que existia entre o cavalo e a mula. Alguns desses teóricos advogavam inclusive a tese da infertilidade do mestiço, pautados nesse tipo de pressuposto; 2) estabelecia a relação entre atributos internos e externos (a cor, o tamanho do cérebro, o tipo de cabelo – poderia chegar a conclusões sobre aspectos morais das diferentes raças; 3) que os indivíduos não seriam mais do que a soma do seu grupo “rácio-cultural”; 4) não é um pressuposto, mais uma prática: a eugenia.

Admitir a problemática do racismo no Brasil com a magnitude que esta questão possui ainda é um grande desafio. Não podemos negar que avanços foram feitos, entretanto, é necessário tocar nas narrativas e no imaginário popular acerca da questão racial. Recentemente o Ministério da Igualdade Racial, sob a liderança da Ministra Anielle Franco, lançou o Atlânticas – Programa Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência, voltado para o financiamento de estudos e oferecimento de bolsas de pesquisa para mulheres negras, indígenas, quilombolas e ciganas no contexto da pós-graduação. O programa foi recebido positivamente por grande parte do público, mas pôde-se observar em meio aos muitos comentários elogiando a proposta, comentários questionando o lugar da mulher branca nessa política e o porquê dessa “exclusão”. Ainda há uma dificuldade por parte de pessoas brancas em aceitar a proposição e os resultados das políticas de reparação para os grupos étnico-raciais “outros”, pois isso significa para elas a ameaça à sua posição de privilégio até então inabalada.

Para além disso, Garcia (2009) reitera que, apesar dos avanços conquistados, ainda não existe uma admissão crítica da existência do racismo no Brasil por parte de vários setores da sociedade – cientistas, políticos, pessoas em geral. Ela ressalta que essa realidade se faz presente mesmo com as demonstrações de racismo cotidiano e a presença das diferenciações raciais em todas as esferas das relações sociais, o que

torna, para a maioria das pessoas, extremamente complexo compreender as relações humanas com base nos aspectos sociais.

Nas áreas urbanas, formas de marginalização tem se estabelecido desde a falsa abolição, em que a população negra foi relegada à segregação nos campos e nas cidades, habitando em áreas residenciais com pouco acesso à bens e serviços públicos – saneamento, educação com escolas de qualidade, universidades, áreas de esporte e lazer, infraestrutura, emprego e renda, a presença do Estado se dá por meio da violência policial, e o acesso ao capital cultural é limitado e minuciosamente organizado para que esse grupo não o obtenha (Gonzales, 2022; Garcia, 2009). Nesse processo de violência e exclusão, a Igreja Católica desempenhou um papel importante, tendo em vista que possuía a maioria das terras no período colonial (Garcia, 2009). Todos esses fatores influem nas oportunidades de ascensão social, relegando a negros e negras a posição social da pobreza e vulnerabilidade geracional.

Lélia Gonzales (2022) explica que, apesar de sua força de trabalho representar um percentual importante nas últimas décadas, isso não representa que tem havido melhorias nas condições objetivas e subjetivas de vida da população negra. Essa população ocupa a maioria dos serviços que exigem baixa qualificação e que possuem menores salários e piores condições de trabalho. Quanto ao espaço físico, está segregada nas periferias das cidades, longe dos que detêm privilégios.

Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (Gonzales, 2022, p. 15).

A vivência de pessoas negras nesse território tem sido marcada por lutas e resistência, entretanto, ainda não conseguimos superar os tantos males do racismo e das desigualdades sociais nem dilacerar as formas de organização social alicerçadas na hierarquização e manutenção de privilégios de classe, raça e gênero (Garcia, 2009). Sendo assim, a luta avança e a resistência permanece em suas velhas e novas formas de se fazer. O Recôncavo protagonizou momentos históricos de resistência e

oposição aos regimes autoritários a que fomos submetidos. Apesar de a data de 7 de setembro de 1822 ser considerada como Independência do Brasil, só em 25 de junho de 1823 os baianos expulsaram os portugueses por completo, com destaque para as lutas de cidades do Recôncavo, em especial Cachoeira (IBGE Cidades).

2.1.1. O território da Rua da Feira: história de luta e resistência

O Recôncavo é um dos Territórios de Identidade (TI) da Bahia, uma região que compreende as cidades do entorno da Baía de Todos os Santos¹. O estabelecimento dos Territórios de Identidade (TI) da Bahia se deu no ano de 2007, baseando-se em um conceito de território que tem a cultura como pilar. Sendo assim, para a divisão dos 27 territórios atualmente reconhecidos, foram considerados aspectos ambientais, econômicos e culturais (SecultBA). Dentre as suas 20 cidades, destacam-se Cachoeira, São Félix e Santo Amaro, pela presença de fortes manifestações culturais afro religiosas reconhecidas como patrimônio histórico, pela diversidade de terreiros de candomblé e comunidades quilombolas².

O Recôncavo é a região historicamente mais densa da Bahia, um universo profundamente diversificado, em cuja composição coincidem elementos gerados em diferentes momentos da história desse Estado, que permanecem, lado a lado, tolerando-se mutuamente, nos modos como se reproduzem (Pedrão, 1998).

Apesar da grandeza cultural, Pedrão (1998) afirma que o Recôncavo passou a ser reconhecido, também, pela pobreza após a decadência de seu poderio econômico, no período de industrialização e urbanização das cidades, na década de 1950. Para realização desta seção, foram utilizados dados primários e secundários provenientes de fontes eletrônicas, do Arquivo Público do Município de Cachoeira – APMC e do Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Também foi realizada entrevista com o historiador e pesquisador Professor Mestre Luiz Claudio Dias do

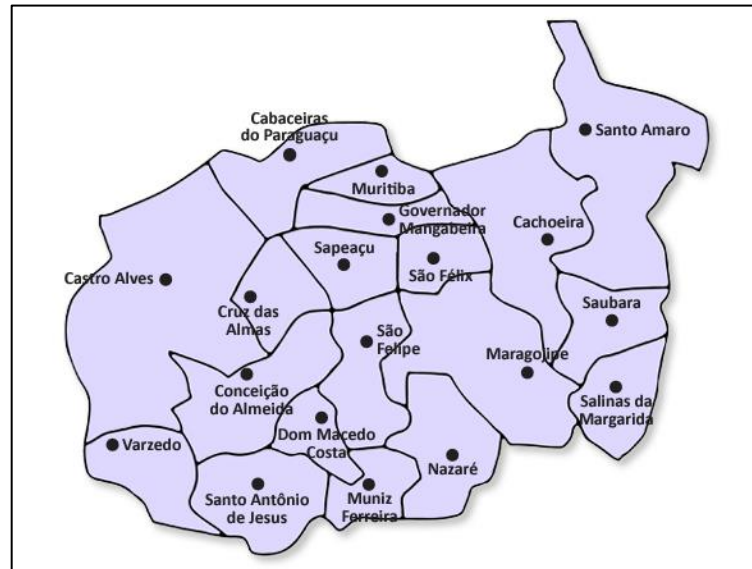
¹ São elas: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (SecultBA).

² De acordo com a Secretaria de Cultura da Bahia (SecultBA), em 2010, o Recôncavo contava com 45 comunidades quilombolas reconhecidas legalmente, estando a maioria delas nos municípios de Cachoeira e Maragogipe.

Nascimento³, que prontamente me forneceu informações contidas em suas pesquisas e trabalhos anteriores, cujos documentos não fui capaz de localizar.

Abaixo observa-se o mapa desse território:

Figura 1 – Mapa de cidades do Recôncavo baiano



Fonte: Secretaria de Cultura da Bahia – SecultBA⁴

O município de Cachoeira é dividido geograficamente entre zona urbana e zona rural. A zona urbana, formada por pouco mais de 16 mil pessoas, é considerada em sua totalidade um único bairro chamado de Centro. O território analisado nesse estudo denomina-se Cucui, formado por três ruas: Cucui de Brito, Cucui de Caboclo e Cucui de São Cosme. Essas três ruas encontram-se na microárea denominada Rua da Feira, de acordo com dados da Unidade de Saúde da Família. Para fins de dissipar quaisquer dúvidas: Rua da Feira não trata da rua em que ocorre a feira livre, no centro comercial da cidade, mas sim outro território localizado numa zona periférica.

A ocupação da comunidade da Rua da Feira se iniciou no período de pós-abolição, quando se principia o processo de nuclearização do local, no ano de 1881. As terras eram, anteriormente, de propriedade particular, pertencentes a vários donos cujas vinculações eram familiares.

³ Doutorando e Mestre em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Atua na Secretaria de Cultura do município de Cachoeira-BA.

⁴ Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=314>. Acessado em 02 ago. 2023.

Tereza de Jesus Penha, tutora dos menores, seus filhos, registrou uma sorte de terras pertencente a sua filha e tutelada Maria Josefa Fiuza, situada na Capapina, subúrbio dessa cidade, principiando da ponte dos riachos e ali divide-se com os fundos das terras do Capitão Lino Martins Bastos, de seu cunhado José Corrêa da Silveira e de seu irmão Silvestre Gonçalves Fiuza da Silveira, descendo em linha, dividindo-se também com as terras das casas da Rua da Feira, cujas casas estão edificadas em terras pertencentes a diversos possuidores, até os fundos da rua formosa, da Rua da Feira, pertencente as terras de terreno ao seu irmão Silvestre Gonçalves e daí em linha, dividindo-se com os fundos do cemitério, também pertencente as terras da rua a seu irmão Silvestre Gonçalves , até o valado do cemitério, e por ele abaixo até a estrada da Capapina, e pela dita estrada acima, defronte das terras de seu irmão Silvestre Gonçalves e dos herdeiros do finado Belchior Rodrigues Moura, até encontrar as terras de Domingo Antonio Netto e subindo pela cerca que divide-se o dito Netto, até um valado que também abaixo até encontrar o riacho Capapina, e riacho abaixo até encontrar a dita ponte dos três riachos e terras do Capitão Lino Martins Bastos. Cachoeira, 3 de Agosto de 1958. Vigário Dionísio Borges de Carvalho (Registro de Terras de Cachoeira, 1958, nº 25).

Nesse momento, a maioria dos negros já estava liberto e buscava formas de se alocar no território, visto que o Brasil não construiu políticas para compensar as consequências da escravidão. As terras da supracitada rua pareciam ser o local mais fácil de ser ocupado, visto que sua documentação apresentava incoerências e informações inconsistentes sobre sua posse e finalidade eram de conhecimento popular. No ano de 1841 essas terras foram adquiridas com a suposta intenção de realizar abertura de ruas, intenção essa que não foi cumprida, ao que o Procurador Jurídico, pessoa responsável, à época, por monitorar as questões envolvendo terras, questionou: o que houve com as terras compradas em 1841?. Como resposta, ele obteve a informação acima passada: alguém, não se sabe quem, disse que o objetivo das terras era abrir ruas, o que não foi feito. Nesse período, a palavra tinha grande valor, em razão disso levava-se em consideração o que foi dito por “fulano” ou “ciclano”⁵ (Nascimento, 2023).

Com o decurso de desenvolvimento do local, formas de organização social e processos de trabalho foram se estabelecendo. O local chamado de Rua da Baixa da Olaria, por exemplo, ganhou esse nome por ter ali de estabelecido uma olaria pertencente à Dona Filhinha, integrante da Irmandade da Boa Morte e Yalorixá fundadora do terreiro *Ilé Àṣẹ Itayle*, localizado na mesma rua. Nessa Olaria se confeccionavam painéis, fogareiros, alguidar, turíbulo entre outras coisas, que eram vendidos na feira livre (APMC, 1888). Mãe Filhinha faleceu aos cento e dez anos, no ano de 2014, em Cachoeira.

⁵ Substantivos que qualificam indivíduo não identificado. Linguagem utilizada popularmente.

Figura 2 – Mãe Filhinha de Yemoja (D. Narcisa Cândida Conceição)



Página Comunidade da Rua da Feira Cachoeira-Ba no Facebook⁶

Nesse período, o então proprietário das terras as oferece à prefeitura a fim de serem utilizadas como matadouro público. Essas terras correspondem à localidade onde atualmente se encontra a rua chamada de Currais Velhos.

Figura 3 – Abatedouro municipal de Cachoeira – Bahia, 1934



Fonte: Página Comunidade da Rua da Feira Cachoeira-Ba no Facebook⁷

⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/ruadafeiracachoeiraba/photos/pb.100064946103372.-2207520000./3274884082636669/?type=3>. Acessado em 25 jul. 2023.

⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/ruadafeiracachoeiraba/photos/pb.100064946103372.-2207520000./550991375025967/?type=3>. Acessado em 24 jul. 2023.

Figura 4 – Atual Delegacia de Polícia



Fonte: Site Bahia Recôncavo, 2013

No ano de 1888, assinada a Lei Áurea no dia 13 de maio, a realidade dos negros e negras não foi nem um pouco animadora. Apesar das tentativas de romantizar a dita abolição, a população negra foi jogada como imundície atoa. Em Cachoeira, escravizadores expulsaram seus, agora, ex-escravizados de suas senzalas. Homens e mulheres, jovens, adultos, crianças, idosos sem ter para onde ir. Alguns foram fadados a mendicância, crianças ficavam às portas das igrejas, abandonadas, e outros foram se alocando nas periferias da cidade.

Para sobreviver, vendia-se comida, água – as chamadas quituteiras. Mulheres negras que desenvolviam pequenos negócios próprios para o sustento da família. Os homens trabalhavam com atividades braçais, arando a terra, na lida no matadouro. O processo de pauperização levou algumas pessoas à atividade do furto, à realização de pequenos furtos de objetos em casas de pessoas mais abastadas para serem vendidos posteriormente.

Esse processo de favelização foi acompanhado com a criação de estigmas relacionados aos moradores da Rua da Feira, considerados pessoas sem educação, sem modos, “briguentos”, “barraqueiros”⁸, ladrões, por se tratarem de negros e negras ex-escravizados e subalternizados. Esse estigma permanece até hoje, séculos depois, existindo a ideia de que as pessoas da Rua da Feira têm tendências perigosas. Criou-se a ideia de que a Rua da Feira é um local socialmente poluído. Como exemplo

⁸ Pessoa que procura briga desnecessariamente, que possui comportamentos agressivos para com outrem.

da experiência do corpo negro, feminino e residente da Rua da Feira da sujeita que vos fala, recordo-me que, certa feita, estava eu em um ambiente de realização de exercícios físicos formado apenas por mulheres (jovens e idosas), em meio a conversas animadas e risos, quando uma das mulheres disse para mim, brincando: “Olha, Fulana falou de você aí, ó” e rimos. A Fulana, por sua vez, se enrijeceu e demonstrou medo, e logo se defendeu: “eu não disse nada!”. Fiquei sem entender a reação, visto que estávamos todas brincando, ao que alguém diz: “ela tá com medo porque você é da Rua da Feira”. Eu, que nunca tive conflitos naquele ambiente, fiquei muito pensativa e apenas dias depois consegui elaborar com melhor objetividade o que realmente havia acontecido ali.

O acesso às políticas públicas também foi bastante limitado. Parte da Rua da Feira foi pavimentada apenas na década de 1990, na gestão do prefeito Salustiano Coelho de Araújo, mais de cem anos após a abolição. O Cucui de Caboclo e parte do Cucui de Brito só veio a ser pavimentado nos anos 2000, na gestão do prefeito Fernando Antônio da Silva Pereira. A construção da subida da ladeira só se deu em 1974.

Figura 5 – Morro do Cucui na década de 1930-40



Fonte: Acervo pessoal do Prof. Luis Claudio Dias do Nascimento

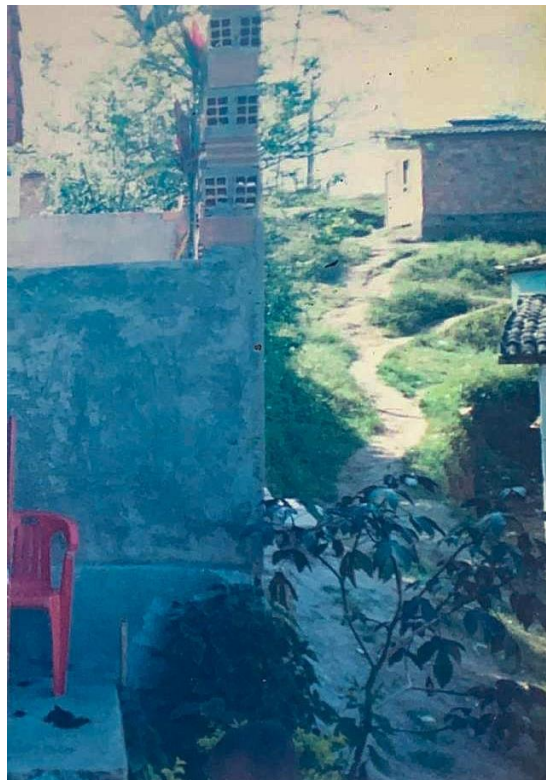
Figura 6 – Construção da subida da ladeira do Cucui



Fonte: Arquivo Público do Município de Cachoeira – Bahia

Atualmente, o território do Cucui possui novas configurações e sofreu algumas transformações consideráveis, como pode ser observado nas imagens abaixo, que comparam os mesmos locais em períodos distintos:

Figura 7 – Cucui de Caboclo, 1999



Fonte: Acervo pessoal da autora

Figura 8 – Cucui de Caboclo, 2023



Fonte: Acervo pessoal da autora

Figura 9 – Moradora do Cucui de Brito, ano desconhecido



Fonte: Acervo pessoal da autora

Figura 10 – Cucui de Brito, 2023



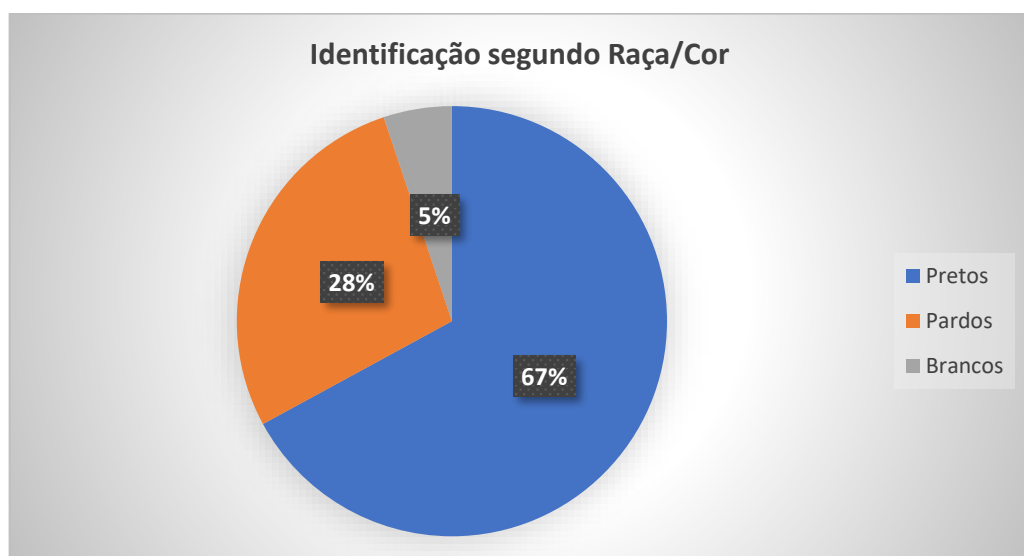
Fonte: Acervo pessoal da autora

2.1.2. O Cucui: aspectos territoriais e socioeconômicos

A área territorial compreendida pela Rua da Feira possui, atualmente, 4.187 (quatro mil cento e oitenta e sete) usuários, pertencentes a 1.519 (mil quinhentas e dezenove famílias), conforme cadastro no Sistema de Saúde Atenção Primária – E-SUS do Ministério da Saúde (2023). Esse sistema encontra-se em fase de implementação desde o ano de 2020, quando o processo de trabalho de Agentes Comunitários de Saúde do município de Cachoeira foi informatizado e aos profissionais foi disponibilizado material eletrônico para a realização dos cadastros. Isso significa que os números apresentados ainda sofrerão alterações futuras e alguns dados ainda estão sendo incorporados ao sistema. O número de usuários, por exemplo, é estimado em quase 6000 (seis mil), entretanto esse dado é de conhecimento, até o momento, apenas por meio de contagem manual de cadastros de papel. Todavia, as ruas analisadas aqui – Cucui de Brito, Cucui de Caboclo e Cucui de São Cosme – já estão com quase 100% dos cadastros completos.

Segundo dados do Ministério da Saúde (2023), o território que compreende às três ruas possui cerca de 485 famílias, 1.309 (mil trezentos e nove) usuários, sendo desses 40% homens e 60% mulheres. No quesito de autodeclaração étnico-racial, a maioria dos respondentes se considera preto ou pardo, sendo 67% autodeclarados pretos, 28% autodeclarados pardos, 5% autodeclarados brancos e 0,6% que não responderam.

Gráfico 2 – Identificação segundo Raça/Etnia por autodeclaração



Fonte: Elaboração própria (2023)

A autodeclaração étnico-racial no Brasil possui muitas nuances e diversas intelectuais abordaram o tema sobre diferentes perspectivas. Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao último censo realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, em 2022 demonstram que o índice de pessoas autodeclaradas pretas aumentou em 10,6%, o que a Ministra da Igualdade Racial considera uma conquista, visto que, por muitos anos, pessoas negras se envergonhavam de admitir sua negritude e não se viam como potências, em resultado do racismo estrutural. Todavia, a intelectual Carla Akotirene chama a atenção para a importância de uma autodeclaração correta para que não haja efeitos negativos nos indicadores sociais, que são utilizados para a formulação e implementação de políticas públicas para a população negra.

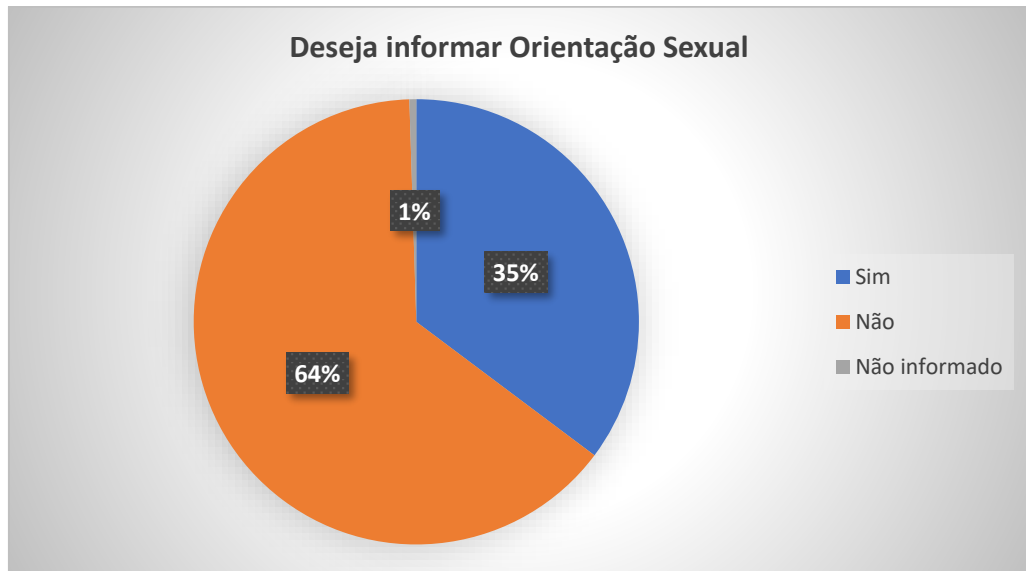
O Brasil conta com uma população negra diversa com pessoas de diferentes tons de pele. Akotirene (2023) ressalta que “nem todo negro tem a cor da pele preta”. Dentro desse grupo, pessoas retintas são as que mais são vulnerabilizadas pelo racismo, possuem menos acessos a direitos e locais de prestígio e são as que mais sofrem racismo recreativo, o que denomina-se colorismo.

Ao contrário do racismo, que se orienta na identificação do sujeito como pertencente a certa raça para poder exercer a discriminação, o colorismo se orienta somente na cor da pele da pessoa. Isso quer dizer que, ainda que uma pessoa seja reconhecida como negra ou afrodescendente, a tonalidade de sua pele será decisiva para o tratamento que a sociedade dará a ela (Djokic, 2015).

A intelectual aponta para a problemática envolvendo pessoas brancas que se declaram pardas, requerendo, inclusive, acesso a políticas de reparação racial voltadas para a combate ao racismo contra pessoas negras. Vale registrar que esse é um debate em discussão e que toca profundamente os povos indígenas; alguns questionamentos surgem sobre essa discussão, em especial, qual é o lugar do pardo indígena e como se daria essa declaração. Entretanto, o presente estudo não pretende discorrer sobre essa temática nem trazer respostas para uma discussão em andamento e que necessita de amadurecimento e diálogo entre os sujeitos não-brancos.

Em se tratando de orientação sexual e identidade de gênero, observou-se que a maioria das pessoas não desejou informar sua autodeclaração. Apenas 35,2% informou sua orientação sexual, sendo 98% desses, heterossexuais.

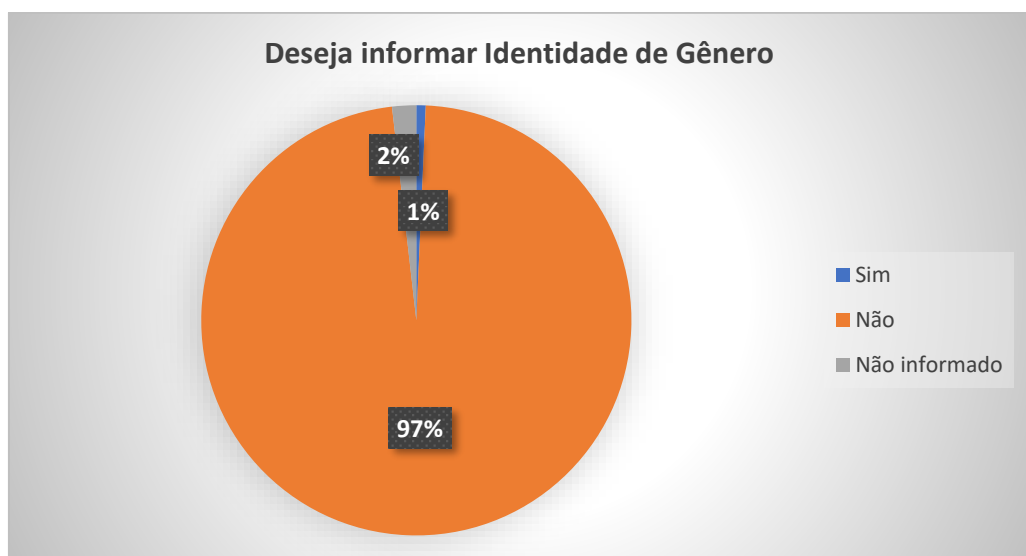
Gráfico 3 – Pessoas que desejam informar Orientação Sexual



Fonte: Elaboração própria (2023)

Quanto à identidade de gênero, a questão se agrava ainda mais: apenas 0,7% se autodeclarou. Um homem trans, três mulheres trans e uma travesti.

Gráfico 4 – Pessoas que desejam informar Identidade de Gênero



Fonte: Elaboração própria (2023)

Dados da Atenção Básica do Rio Grande do Sul (2014) reiteram a importância em se documentar a orientação sexual e identidade de gênero para dirimir as desigualdades e formular e fortalecer as políticas de acesso à direitos pela população LGBTQIA+. Apesar das legislações que visam proteger essa população das exclusões e violências, a realidade que se apresenta não é nada animadora. O Brasil é, atualmente, o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, sendo responsável por mais de 40% das mortes registradas, reduzindo a perspectiva de vida desse grupo para apenas 35 anos (ANTRA, 2019).

Do total de pessoas cadastradas no território, 4,7% são pessoas com deficiência, a maioria delas física ou intelectual e cognitiva.

Gráfico 5 – Percentual de Pessoas Com Deficiência no Território



Fonte: Elaboração própria (2023)

Os dados do Ministério da Saúde revelam um cenário preocupante no que diz respeito à saúde da população do território, considerando que 28,3% das pessoas possuem alguma doença crônica. Dessas, 19,4% possuem diabetes, 19,9% doença cardíaca e 60,6% hipertensão arterial. Esse dado releva que quase um terço da população do território do Cucui tem alguma das doenças citadas, sem contar outras patologias. Apenas 1% das pessoas possui algum plano de saúde; a população é majoritariamente usuária do SUS para todos os serviços de que necessita.

O processo de escravização foi responsável pelo adoecimento da população negra no Brasil, e a permanência da discriminação racial e a exclusão social reforçam esse cenário. Estudos revelam que a maior pretensão de pessoas negras à

desenvolver hipertensão arterial e doenças cardíacas está intimamente ligada às violências sofridas no período escravocrata (Da Cruz, 2003). Sequestrados de seus territórios e submetidos ao trabalho forçado, tiveram que construir novos hábitos para driblar a escassez na alimentação, a exaustão, o estresse. Além do trabalho forçado, eram obrigados a plantar e cultivar o próprio alimento para subsistir.

Portanto, sem fibras, sem proteínas, essa mesma dieta favorecia o surgimento de doenças crônico-degenerativas e, ao ser mantida de forma repetida, foi se construindo um hábito na população. Mesmo quando há mudanças nas condições desfavoráveis e uma possível fartura, pela construção cultural ou pelo atavismo, mantém-se uma alimentação que não atende em qualidade às necessidades corporais de crianças, mulheres, homens e idosos (Da Cruz, 2003).

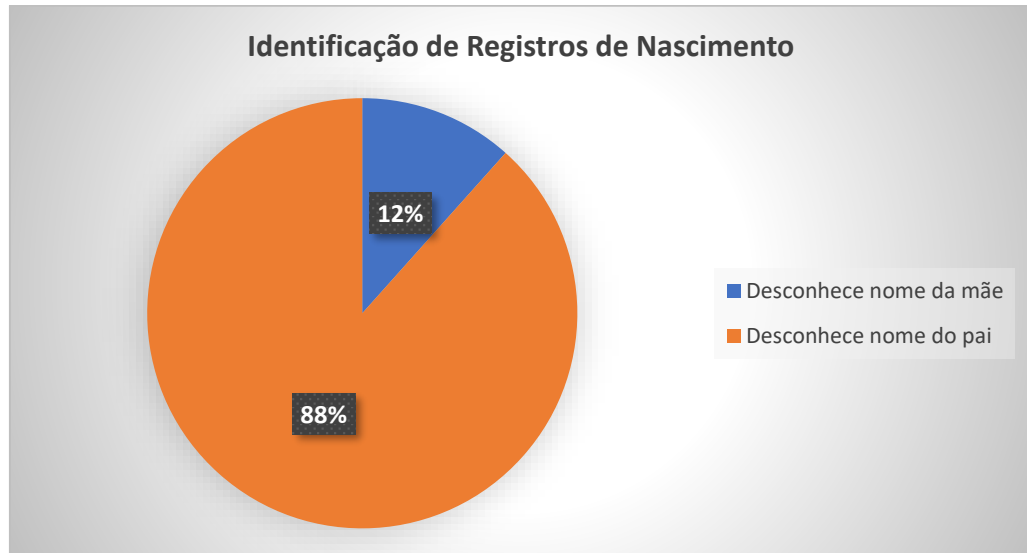
Essa realidade tem persistido. A população negra é, atualmente e desde a fundação do sistema de racismo e estratificação no Brasil, o grupo mais vulnerável a condições inóspitas e insalubres de moradia. Dados do Boletim Epidemiológico sobre *os Indicadores de Vigilância em Saúde descritos segundo a variável raça/ cor, Brasil* entre 2004 e 2013 (Ministério da Saúde, 2017), aponta que a população negra esteve mais exposta a doenças como hanseníase e tuberculose, consideradas como problemas de saúde pública, atestando-se a ligação direta desses problemas com a pobreza. Pobreza essa que afeta majoritariamente pessoas negras – ou seja, pretas e pardas segundo o que preconiza o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Essa questão problemática, dada a conexão das situações de vulnerabilidade social exposta acima, também se refletirá na saúde, em consequência às problemáticas citadas.

Constatou-se que 20,9% da população do território desconhece nome de mãe ou pai, sendo 11,6% os que desconhecem o nome da mãe e 88,3% os que desconhecem o nome do pai. Esses dados refletem o cenário nacional.

Dados do Conselho Nacional de Justiça presentes no Censo Escolar realizado em 2013 desvelam um panorama de crescente abandono paterno em todos os aspectos; de acordo com o CNJ, há 5,5 milhões de crianças sem nome do pai no registro, tolhidas da vivência de uma paternidade responsável e da referência de um pai, fato que se revela concretamente no próprio nome (IBDFAM, 2019). E essa realidade não tem se atenuado. Nos primeiros sete meses do ano de 2022, mais de cem mil crianças foram registradas sem nome do pai, segundo o Portal da

Transparência de Registro Civil no Brasil, gerido pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (IBDFAM, 2022).

Gráfico 6 – Identificação de Registros de Nascimento



Fonte: Elaboração própria (2023)

Esses dados ainda são insuficientes para mensurar quantas crianças, adolescentes e adultos vivenciam abandono paterno, seja ele afetivo, intelectual, material etc.

O abandono paterno, a depender das condições em que ocorre e da qualidade de afeto ou desafeto proveniente dessa figura, pode ser caracterizado como trauma, uma vez que é um evento de forte impacto à vida psíquica do sujeito que o vivencia, especialmente na infância e adolescência, quando não existem condições emocionais de lidar com tal experiência, ou ambiente acolhedor que pudesse sustentar a falta (Cardinali, 2022).

Também não demonstram os resultados da problemática nos impactos causados às vítimas e à sociedade, nem na maternagem das mulheres que acabam por se responsabilizar duplamente pelo cuidado com as crianças, sem a colaboração dos pais e, muitas vezes, sem rede de apoio.

A análise dos dados supracitados escancara os efeitos do racismo institucional nas vivências de pessoas negras. Para entender o conceito e a existência do racismo institucional, faz-se necessário considerar os fatores históricos que levaram a sociedade a se desenvolver até a forma como conhecemos hoje. Quase quatro séculos de sistema escravocrata foram responsáveis por moldar o corpo social em

determinados comportamentos, pensamentos e ideologias – tanto as pessoas quanto as configurações do Estado. A consideração do sujeito negro enquanto sub-humano ou não humano que foi criada e propagada durante a escravidão permaneceu, sob novos moldes, impregnada nas instituições do estado e da sociedade civil.

Pode-se dizer que o racismo institucional é um sistema protecionista que visa assegurar a existência do sujeito branco em uma posição hierarquicamente mais elevada do que todos os outros indivíduos da sociedade, inclusive e principalmente a população negra e os povos indígenas.

Esse sistema se utiliza de mecanismos históricos que fomentam a desigualdade entre os povos, desigualdade essa manifestada tanto no sistema escolar quanto no mercado de trabalho, no sistema de saúde, nas políticas de segurança pública etc. Assim, a categoria raça no Brasil é aplicada em todas as instâncias como aspecto decisório da posição dos indivíduos nos ambientes de trabalho, nos âmbitos de convivência, nos espaços elitizados ou subalternizados.

Tendo em vista essa realidade de desigualdades sociais e raciais, se admite a imprescindibilidade das políticas públicas para a população negra na atualidade. Ou seja, o Estado assumindo o ônus por uma problemática que existe historicamente com a legitimidade desse, e deve assim ser remediada também por seus meios institucionais.

Devido a isso, o que motiva essas políticas é a ideia de que essas desigualdades tendem a se perpetuar caso o Estado continue utilizando os mesmos princípios considerados universalistas (mas que, na prática, favorecem só a alguns setores da sociedade) com que vem operando até agora na distribuição de recursos e oportunidades para as populações que contam com uma história secular de discriminação (López, 2012 apud Carvalho, 2005).

De acordo com López (2012), podem-se considerar as políticas públicas voltadas à população negra como uma das muitas conquistas do Movimento Negro. A pressão constante dos Movimentos Sociais por políticas voltadas à população pobre foi um grande passo para pôr em pauta as demandas do povo negro, visto que esse compõe majoritariamente a classe trabalhadora e pauperizada.

O racismo institucional não se manifesta explicitamente, mas existe e coexiste dentro das instituições, muitas vezes, de forma pouco perceptível aos olhos não treinados e pouco críticos. Ele se dá nos processos de funcionamento cotidianos das

organizações, nos procedimentos de distribuição de bens e serviços à população, reputando a raça como resolutivo para isso.

Com base no que preconiza o Programa de Combate ao Racismo Institucional, implantado no Brasil em 2005:

O Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) implementado no Brasil em 2005, definiu o racismo institucional como “o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (GELEDÉS, 2013, p. 11 apud CRI, 2006, p.22).

Essa iniciativa foi de extrema importância para a identificação de práticas racistas nos diversos municípios, especialmente com as Oficinas de Identificação e Abordagem do Racismo Institucional. Nessas oficinas explicitou-se a desigualdade entre negros e brancos em relação ao tratamento nas instituições e organizações, não havendo por parte do corpo técnico desses ambientes a intenção, com ações, de transformar essa realidade. Constatou-se que não há um reconhecimento da capacidade de pessoas negras em ocuparem cargos de gestão, bem como a existência de diversas situações discriminatórias com usuários de serviços em razão de seu pertencimento racial.

Essas constatações configuram o primeiro passo para a implementação mais efetiva de políticas públicas para a população negra, visando superar o racismo impregnado nas instituições e organizações do Estado e da sociedade civil, tendo em vista a urgência de um olhar qualificado e crítico voltado para a problemática. É bastante válido ressaltar que há a admissão do racismo no Brasil, bem como a negação da narrativa ilusória e estrategicamente construída de que, nesse território, a diversidade de povos vive respeitosa e harmonicamente. É essencial reconhecer que essa estrutura que se fundou é assustadoramente racista e arquiteta suas ações muito minuciosa e cuidadosamente.

2.2. Mulheres negras periféricas: identidade e representação

A educação se torna extremamente perigosa, se acessada pela população negra, na perspectiva daqueles que tem como intenção e principal objetivo manter a dinâmica social colonialista e desigual. Para que o *status quo* se perpetue, é necessário não apenas que os padrões sociais sejam incorporados pela classe dominante, mas também e essencialmente pelas classes dominadas (Gonzales, 2020). Pode-se observar o desenvolvimento das relações entre as classes, onde a classe média desempenha um papel de importância veemente para a manutenção da chamada “ordem e progresso”. Esse fenômeno pôde ser constatado nas eleições presidenciais do ano de 2018 e o massivo apoio de sujeitos das classes dominadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Para além disso, vê-se a necessidade de assimilação das classes dominadas, inclusive as populações mais marginalizadas, da naturalização da pobreza.

A partir disso, compreende-se que o acesso à informação e o desenvolvimento da consciência de si se tornam as armas do povo contra a subjugação ao sistema, pois um povo que conhece a si próprio não curva aos ditames da classe dominante. A educação e os movimentos sociais tem sido, ante o exposto, objeto de marginalização e criminalização ao longo dos anos de existência desse território enquanto Brasil. Instrumentos de coerção são maquinados para desarticular esses espaços. Os últimos seis anos foram agressivos, com ataques diretos e violentos à política de educação, de forma a fragilizar o acesso a esse direito, bem como com os movimentos sociais, potencializando o processo de criminalização e regredindo direitos previamente conquistados através de lutas que duraram não apenas alguns anos, mas décadas, algumas das quais remete ao século XVIII, como a requisição da educação como direito de todos. A exemplo disso está a história da criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que surge da reivindicação da população da região do Recôncavo por uma instituição de ensino superior (Brito, 2012). Tendo sido formalmente solicitada no ano de 1822, sua fundação se deu apenas em 2006, durante a gestão do Governo Lula – PT (Brito, 2012).

Lélia Gonzales (2020) expõe a problemática do não acesso à educação para a população negra, que, apesar dos avanços nos índices de educação, não acessou, muitas vezes, o Ensino Médio e a Universidade, ficando, no máximo, no Ensino Fundamental. Observando o perfil das entrevistadas, é possível perceber que apenas

as mais jovens acessaram o Ensino Médio, e as mais velhas não acessaram o ensino formal ou apenas acessaram até o Ensino Fundamental. Apenas uma entrevistada acessou a universidade.

A experiência de vida de mulheres negras é entrecortada pelas desigualdades sociais e pelas consequências do racismo e da colonialidade na atualidade. Pôde-se observar grandes avanços no acesso à educação para a população negra na última década, mesmo que a passos lentos, entretanto, pessoas negras ainda têm que lidar com a divisão racial do trabalho e o mito da meritocracia. O desemprego é uma realidade latente que afeta milhões de jovens negros e negras no Brasil. Para aquelas que conseguiram acessar o nível superior com o desenvolvimento das políticas de ações afirmativas, deparar-se com um mercado de trabalho que oportuniza sujeitos por “boa aparência”, conexões familiares e origem social e racial ainda é um problema, e, para além disso, ver-se nesse contexto tendo consciência das desigualdades e da própria condição de pessoa denegada (Gonzales, 2020, p. 48).

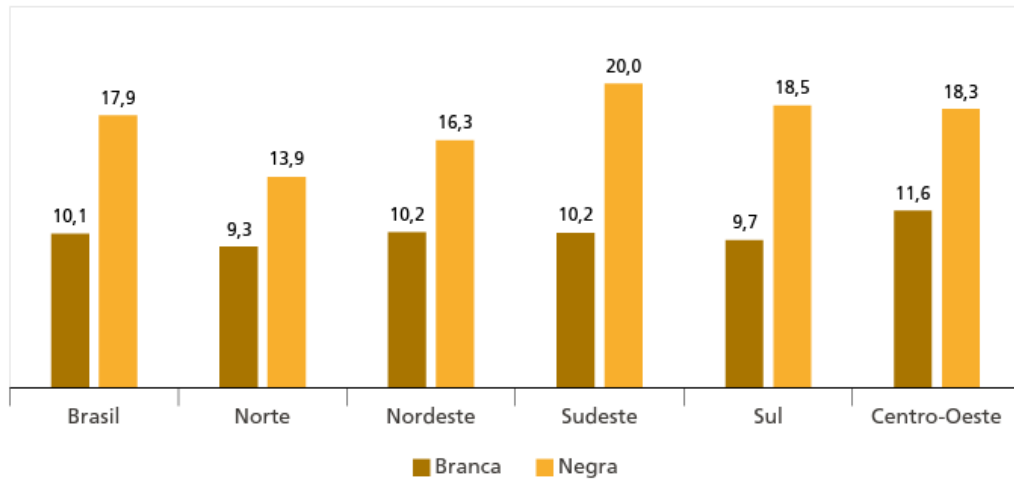
Para aquelas que não são oportunizadas ao acesso à educação de qualidade e ao ensino superior, resta o trabalho doméstico, sob condições desumanas e que remetem ao período escravocrata, como pontua Gonzales (2020, p. 47):

Para as jovens negras, o trabalho doméstico nas casas de família da classe média e da burguesia, ou então a prostituição aberta e a mais sofisticada dos dias atuais: a profissão de mulata.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, mulheres negras são maioria entre trabalhadoras domésticas, representando um percentual de 18%, com uma diferença de quase o dobro em comparação a mulheres brancas, com um percentual de 10%. O gráfico abaixo, elaborado por Luana Pinheiro, Fernanda Goes, Marcela Rezende e Natália Fontoura para o IPEA (2020, p. 72), apresenta a proporção de trabalhadoras domésticas por raça/cor e regiões:

Gráfico 7 – Proporção de trabalhadoras domésticas remuneradas de 16 anos ou mais de idade no total de ocupadas no mercado de trabalho, por raça/cor – Brasil e grandes regiões (2019) (Em %)

Proporção de trabalhadoras domésticas remuneradas de 16 anos ou mais de idade no total de ocupadas no mercado de trabalho, por raça/cor – Brasil e Grandes Regiões (2019)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE

Elaboração: Luana Pinheiro, Fernanda Goes, Marcela Rezende e Natália Fontoura

A história contada sobre a população negras, por aqueles que detém até hoje o poder de criar narrativas, tem sido cruel. Nos anos pós-abolição, propagou-se a ideia de uma democracia racial, que afirmava, entre outras coisas, que os conflitos no Brasil eram resolvidos de maneira cordial, que vangloriavam as relações interracialis como resultado da ausência do racismo e da presença de uma suposta harmonia entre as raças (Gonzales, 2020). Essa narrativa deu vazão para a construção de uma imagem infantilizada e ignorante do povo negro, que supostamente teria sofrido os horrores da escravidão de forma passiva, que não teria capacidade para se organizar intelectual e socialmente em prol dos próprios interesses (Gonzales, 2020). Todavia nós tomamos a caneta e erguemos a voz e estamos fazendo ecoar nossas narrativas e a verdadeira história da formação desse país, bem como a contribuição magnífica de pessoas negras, e nesse trabalho, em especial, de mulheres negras.

Sendo uma mulher negra em um espaço elitizado como a academia, pude ver, ouvir e vivenciar uma série de situações de violência. Cotidianamente eu era lembrada que meu corpo não se encaixava ali, e até hoje posso afirmar que ainda não me sinto totalmente integrada ao ambiente acadêmico, pois me parece que ele está sempre me expulsando e constantemente reiterando meu não-lugar. Certa feita, em sala de aula, travei uma discussão calorosa com um professor (branco), que afirmava, dentro outros absurdos, que os negros e negras não fizeram revolução no período da

escravidão, e sim apenas “revoltas”, entretanto, sua definição de revolta era a de um movimento desorganizado e desarticulado, ou seja: para ele, o povo negro apenas brigava agressivamente, mas nunca foi capaz de se organizar socialmente em favor de sua libertação. Para ele, devemos nossa liberdade ao surgimento do capitalismo contemporâneo e à Inglaterra, que “obrigou generosamente” Portugal a nos libertar.

Diante dessa fala, não pude deixar de me opor a ele, e rebatê-lo com veemência, o que gerou uma atmosfera conflituosa entre nós pelo resto do semestre. Outras colegas negras, quilombolas, indígenas, também fizeram oposição a esse pensamento racista em sala de aula, e pudemos nos acolher com nossas experiências e afeto. A violência institucional é uma realidade da qual pessoas negras não podem fugir. Nossa única opção é resistir, e nós resistimos, cansadas, exaustas, mas resistimos. Ao fim do semestre, o professor, coincidentemente, me encontrou fora da sala de aula, e admitiu que minha avaliação final tinha ótimos argumentos, portanto eu estava aprovada (com uma nota mediana), mas que ele não concordava comigo.

Assim como a história do povo brasileiro foi outra, o mesmo acontece com o povo negro especialmente. Ele sempre buscou formas de resistência contra a situação sub-humana em que foi lançado (Gonzales, 2020, p. 50).

A verdadeira história revela que a existência do povo negro durante os séculos de escravidão foi marcada por resistência e luta. Os quilombos são a prova viva de que nunca fomos passivos, sendo esses espaços formados por negros e negras que se opunham à exploração de seus corpos como meros objetos, como mera mercadoria. Lélia Gonzales (2020) ressalta os muitos movimentos urbanos organizados contra a escravidão e exploração europeia sobre os corpos negros e indígenas no Brasil.

Referimo-nos à chamada Revolta dos Alfaiates, à Confederação do Equador, à Sabinada, à Balaiada, À Revolução Praieira, etc. Mas o fato é que, apesar de sua importante contribuição, o negro jamais recebeu os benefícios obtidos pelos demais setores (“brancos”) da sociedade brasileira (Gonzales, 2020, p. 52).

Para a mulher negra, o trabalho não foi mais brando. A despeito das narrativas que, por muito tempo e ainda hoje, coloca a categoria mulher homogeneamente como uma figura doce, recatada e delicada, isso não inclui a mulher negra, que tem trabalhado duramente, não menos que o homem negro, que tem sido subjugada a

trabalhos braçais independentemente de quaisquer coisas, e que, para além, disso, tem sido o apoio e fortaleza de suas famílias negras, de seus homens, de seus parentes (Gonzales, 2020).

A pouca visibilidade e apoio às produções com perspectivas interseccional e/ou com foco nas opressões de gênero, raça e sexualidade no âmbito do Serviço Social corrobora com a narrativa violenta de que discutir essas categorias ofusca o debate da própria luta de classes – como se os diversos sujeitos pertencentes à classe trabalhadora não tivessem, também, múltiplas identidades (Borges, 2019, p. 10).

Somos obrigados pelas circunstâncias a viver em constante estado de alerta: sempre pensar e repensar tudo. Modo de sobrevivência (hooks, 2019, p. 33 apud Sembene, 1988).

E me dei conta de que, para pessoas negras, a dor de aprender que não podemos controlar nossas imagens, como nos vemos (se nossas visões não forem descolonizadas) ou somos vistos, é tão intensa que nos esotraçalha. Isso destrói e arreventa as costuras de nossos esforços de construir o ser e de nos reconhecer (hooks, 2019, p. 35).

Apenas mudando coletivamente o modo como olhamos para nós mesmos e para o mundo é que podemos mudar como somos vistos. Nesse processo, buscamos criar um mundo onde todos possam olhar para a negritude e para as pessoas negras com novos olhares (hooks, 2019, p. 39).

Durante a minha infância e adolescência, tentei assimilar todos os sinais possíveis da branquitude, muito com a influência da igreja, que perpetuava e perpetua uma ideologia onde o corpo, o movimento, as nuances e entrelaces da vida são pecados. Pecados esses cujo salário é a morte. O ponto chave do caminho entre o auto ódio, a auto reflexão e a consciência é o amor à negritude (hooks, 2019).

Agora que a discussão sobre racismo aparece na mídia com frequência, podemos observar, também, na atitude das pessoas brancas ao cometerem atos racistas a culpabilização do “racismo estrutural”, fragmentando o racismo dos sujeitos, e assim, tirando de si a responsabilidade pelos próprios atos. A exemplo disso podemos observar o caso da cantora Luisa Sonza, que “confundiu” uma mulher negra com servente, quando na verdade ela era cliente, assim como a cantora, em um hotel na Ilha de Fernando de Noronha. A cantora exigiu que a mulher negra a servisse com um copo de água, como se a servidão fosse sua função inerente. Após o caso vir à tona e após várias reviravoltas, a cantora publicou uma carta onde culpava o racismo estrutural, e nem sequer se deu o trabalho de pedir desculpas, uma atitude que faz

todo sentido, pois se pensarmos que, na lógica dela, a culpa é do racismo estrutural, e não dela, a pessoa branca que cometeu racismo, ela não precisa se desculpar nem admitir o erro e o crime que praticou, e também não deverá ser punida por tal. Será que então o “racismo estrutural” vai pedir desculpas? Ou até ser punido?

[...] chegara a um lugar de consciência política que nos permite reconhecer essa raiva abertamente como parte do processo de conscientização e de continuar nos apoiando criticamente. [...] É esse o processo de empoderamento que nos possibilita que nos olhemos nos olhos, que nos cumprimentemos com solidariedade, irmandade e amor (hooks, 2019, p. 99).

Parte do processo de auto avaliação e auto definição que mulheres negras em contexto de construção de autoconhecimento passam está a ressignificação da raiva como estratégia de resistência, e não como símbolo de selvageria insana de mulheres negras.

A selvageria é uma expressão metafórica para o desejo interior de se rebelar, de ir contra a corrente, de se desviar do rebanho. É a expressão da subjetividade radical da mulher negra (hooks, 2019, p. 110).

Assumir a selvageria de quem advoga por si de forma individual e coletiva em vez de assumir o local passivo e silenciador de vítima (hooks, 2019). bell hooks faz menção, em um dos exemplos didáticos que apresenta em suas obras, a uma garotinha negra que nutria grande raiva por seu cabelo e seus traços. hooks define com maestria que “ela não era raivosa. E, no entanto, sua fúria não tinha voz”.

Sujeitas negras radicais são constantemente rotuladas como loucas por aqueles que desejam minar seu poder pessoal e sua habilidade de influenciar os outros (hooks, 2019, p. 118).

Ao se referir à Sarah Bartmann, bell hooks destaca a relação entre a exibição de seu corpo nu com a exibição de mulheres negras nas vendas de pessoas escravizadas, explanando a conexão entre as duas, o objetivo da sociedade que ela ironicamente chama de “civilizada”, branca e europeia, com todos os traços da branquitude como pacto sistêmico que desumaniza e violenta corpos negros como, também, forma de manutenção do status quo (hooks, 2019, p. 131). Essa relação permanece nas dinâmicas adotadas pela mídia ao mostrar mulheres negras em filmes, séries, etc. Artistas negras tem suas imagens hipersexualizadas, a exemplo da Globeleza, que expôs por muitos anos a performance de mulheres negra sambistas

cobertas somente por pinturas corporais, num espetáculo que, estrategicamente, produziu narrativas e discursos e invadiu o imaginário social dos brasileiros (Ribeiro & Ribeiro, 2016).

Entender os projetos de vidas das entrevistadas perpassa entender uma dimensão completa de suas vidas. Obviamente não serei capaz de compreender todos os aspectos das complexas dinâmicas de vida das sujeitas negras participantes desse estudo, mas observo a urgência em ouvir os anseios, as potencialidades, as histórias, a sabedoria presente nos discursos de mulheres negras. E sim, também suas dores, mas não tão somente. Nós existimos e resistimos para além da dor.

Rememorando minha adolescência, me recordo de um dos tantos dias em que meu grupo de amigos da época e eu nos reuníamos para assistir TV, bater papo e comer nas casas uns dos outros. Nesse dia víamos um show de domingo, e uma das participantes era uma mulher negra. Ela usava uma minissaia e exibia, confiante, sua beleza incontestável. Imediatamente após sua entrada, um amigo negro comentou: “Essa mulher nem parece negra. Olha como ela é magra?! Ela não tem corpo de negra”. Aquilo me feriu profundamente, eu mesma sendo uma adolescente negra e muito magra “para uma negra”, e também me gerou inúmeras dúvidas que só pude refletir sobre de forma qualificada alguns anos depois, quando me foram apresentados os escritos de Lélia Gonzales e bell hooks.

No contexto religioso em que fui criada, costumava ter conversas sobre temas do cotidiano com um amigo negro que se interessava muito pelas dinâmicas sociais cotidianas, assim como eu. Mas tínhamos pensamentos muito distintos, ele mais conservador e eu mais progressista. Para ele, eu era muito radical, extremista. A mesma observação ele fazia de uma amiga minha, também inserida nesse contexto religioso na época, um pouco mais velha e muito mais sábia e experiente do que eu. Ela tinha um discurso extremamente libertador para alguém num âmbito tão tradicionalista e epistemologicamente branco. Mais adiante, ambas nos afastamos da igreja. Hoje estou tentando me encontrar nas encruzilhadas da vida, fazendo o caminho de volta. Sankofa.

CAPÍTULO III – “FALO EU PORQUE SOU NÓS”: as mulheres negras da comunidade da comunidade do Cucui

3.1. Prelúdio de uma ópera quase falida: as dores e delícias da vida acadêmica

Pergunto-me se este é o momento oportuno para escrever sobre este assunto. Refletindo sobre os meus ensejos na vida acadêmica e do meu lugar de pesquisadora, pude confirmar minha premissa inicial, meu incômodo desde a graduação: a sujeita sempre está presente. Uns podem afirmar que minha pesquisa é muito eu e pouco científica, ao que eu afirmo que minha pesquisa científica é muito eu, e assim será enquanto eu estiver exercendo o papel de pesquisadora. Se o leitor e a leitora não me virem nas minhas palavras, então eu falhei.

Ingressei no mestrado em 2021, em um período de efervescência política e uma grande crise de saúde pública. Eu havia finalizado a graduação no ano anterior, em meio às incertezas da vida (e da morte). Recordo-me de estar escrevendo as últimas páginas da monografia ao passo que me preparava para a fase da entrevista da seleção do mestrado, uma jovem emagrecida pelo adoecimento de fazer pesquisa enquanto se pergunta se vai sobreviver, se a família vai sobreviver, se a mãe trabalhadora da saúde vai sobreviver. A jovem que passou os dias pensando nessa mãe e que estava lidando ao mesmo tempo com os desafios da escrita, estava na linha frente na pandemia contra a covid-19. Posso dizer que minha vida acadêmica nunca foi calma, sempre foi um turbilhão de emoções e desafios. E assim fui aprovada no mestrado. Não me senti ansiosa com o resultado da seleção, pois eu não acreditava que conseguiria passar. A aprovação me surpreendeu e provou para mim mesma que eu estava errada em desconfiar da minha capacidade.

O apoio dos coletivos foi de suma importância para que eu tenha chegado onde estou hoje, enquanto mulher negra e de periferia. Não estive sozinha nesse processo doloroso: dei e recebi afeto de irmãs e irmãos que se empenharam para que a minha presença se fizesse na pós-graduação. Amigas e amigos que já estavam no mestrado se propuseram a orientar seus companheiros e companheiras que pretendiam seguir o mesmo caminho, corrigindo nossos projetos, fazendo simulações de entrevistas, nos dando – simbolicamente – o ombro quando precisávamos de alento. Ingressar no mestrado foi uma conquista coletiva.

Em razão da pandemia do coronavírus, todas as atividades realizadas no programa foram remotas. Para além disso, tive que conciliar estudos e trabalho – um trabalho de suma importância, entretanto, precarizado e mal remunerado – visto que comecei a atuar como assistente social na Política de Assistência Social no mesmo ano. De dia, atuava com famílias e sujeitos em suas mais diversas vulnerabilidades, visualizava a fome exacerbada pela pandemia, a pobreza extrema causada pelas políticas conservadoras que avançaram no Brasil, via o choro de mães fragilizadas pelo racismo, pela miséria que atinge diariamente a população negra. Ali, como assistente social, eu não podia desmoronar. Eu sou uma jovem profissional que tive que aprender o fazer profissional numa das piores fases da existência do Brasil dito democrático. E à noite, aula. O choro? Engole. A dor? Guarda. O sofrimento? Ignora. Mas o colapso vem.

Nunca imaginei que a experiência enquanto pesquisadora seria atravessada por tanto sofrimento e tantas dores, e escrevo isso em lágrimas. Poucas vezes me permiti chorar por mim, sair da posição de mulher negra forte que tudo suporta, mas percebo, diante de tudo que já foi vivido até o momento, que para sobreviver, preciso ceder, reconhecer e abraçar minhas fragilidades.

Em meio à crise no financiamento de pesquisas de pós-graduação e os ataques à ciência, não tive acesso à bolsa. Trabalhar não era uma opção. Entretanto não desisti, continuei buscando formas de financiamento até que, no segundo semestre de 2021, tive acesso a um edital de bolsas de pós-graduação financiadas por uma instituição estrangeira no Brasil. Notei imediatamente a exigência da proficiência em inglês, e naquele instante pensei que minhas chances estavam findadas, pois eu não tinha condições de arcar com um teste oficial de proficiência, mas decidi ao menos tentar, e enviar um teste feito on-line de forma gratuita.

Desde 2019 venho me dedicando ao estudo de idiomas; inicialmente o inglês, tendo sido contemplada com uma vaga na turma básica do Idiomas sem Fronteiras – IsF, posteriormente também com uma vaga no Curso de Inglês para Mulheres Negras promovido pela professora Ariani Teodoro, e atualmente estou formada no nível avançado no curso de inglês promovido pelo Coletivo Ponte Para Pretxs. Desde que decidi me empenhar nos estudos de idiomas, os Coletivos e pessoas negras tem aberto portas com oportunidades que eu nunca teria de outra forma, e que não seriam possíveis, para mim, custear. Reconheço a importância do aquilobamento e das lutas

de pessoas negras e dos movimentos sociais pela educação da população negra na minha caminhada.

Após realizar a inscrição, tomei a decisão de esquecer essa seleção, pois, mais uma vez, eu não acreditava que teria chances de ser aprovada, todavia, cerca de um mês depois recebi, com surpresa, um e-mail me convidando para uma entrevista. Fui aprovada, também, na entrevista. Dentre centenas de inscritos, eu havia conseguido. Com essa bolsa, minha qualidade de vida progrediu notavelmente.

Fazendo uma auto análise, vejo como crenças limitantes tem acompanhando minha trajetória acadêmica, a ideia de que eu não vou conseguir, não vou alcançar, não sou capaz de. Honestamente não posso afirmar que, diante da admissão desse problema, ele está resolvido. Como mulher negra, travo uma grande luta com a minha autoestima e, externamente, com os sujeitos que me rodeiam, para que meu caráter de intelectual seja legitimado.

Ao se referir a jovens de classes populares que adentram as universidades, Dyane Brito (2009, p. 74) afirma que eles “são como *Outsiders*, ou seja, não são membros da “boa sociedade”, estão fora dela”. Ser uma mulher negra na academia é ser – sempre – uma *outsider*. Fiz essa observação enquanto escrevia minha monografia em 2020, e confirmo que nada mudou.

Muitas foram as lutas para atravessar essa ponte, e aqui irei relatar algo que apenas os mais íntimos estão cientes: minha jornada com minha saúde física e mental. Sou portadora de endometriose, uma doença crônica que causa diversos efeitos e sintomas que prejudicam a funcionalidade do meu corpo. Lido constantemente com dores incapacitantes, hemorragias, fadiga, alterações hormonais que afetam o humor, o sono, e que conseqüentemente afetam minha saúde mental. No ano de 2022, estava num período em que esses efeitos faziam-se presentes todos os dias, pois eu ainda não havia acessado o tratamento adequado. Ao passo que estava no processo de escrita do primeiro capítulo e preparação para o exame de qualificação, lidava com uma hemorragia que causou problemas como a desnutrição.

Após tentar, por meses, dar conta dos estudos e do trabalho em meio ao adoecimento físico e mental e a todas as demandas que essas atividades tinham, decidi me desligar da função que exercia enquanto assistente social e me dedicar integralmente ao mestrado, aproveitando que no momento estava contemplada com uma bolsa. Para as colegas e os colegas de trabalho, assim justifiquei minha saída e

omiti os pormenores envolvendo minha saúde. Mas a maior luta eu estava travando, naquele momento, com meu próprio corpo, que parecia não querer funcionar.

Em vários momentos pensei que não daria conta de qualificar, considerando que em vários dias as dores não me permitiam sair da cama. Eu tinha que escrever deitada. A dificuldade de raciocinar em momentos de dor física é imensa, e espero que os leitores e leitoras não se identifiquem nem saibam do que estou falando. Mas, no final das contas, eu consegui.

Durante esse solitário processo de escrita, ignorei vários sinais de dor e sofrimento e ultrapassei todos os limites possíveis do meu corpo e mente, e isso não pode ser normalizado. Não via outra escolha: era isso ou desistir da pesquisa. Mas isso não significa que devemos considerar esse o processo natural da vida acadêmica. É preciso popularizar o debate acerca da realidade dos pós-graduandos e pós-graduandas no Brasil, principalmente aqueles e aquelas oriundos de classes populares, negros e negras, que fazem pesquisa sem férias, muitas vezes sem remuneração, sem direitos trabalhistas, sem licença para cuidar da saúde e sem capital financeiro para remediar as consequências dessa realidade na vida. Que carregam a ciência desse país às custas da própria sanidade.

Após a qualificação, uma nova história dessa saga se inicia. Iniciei os trâmites para submeter meu projeto ao Comitê de Ética. Algumas documentações e assinaturas eram necessárias e eu tive que aguardar o andamento dos processos. Foram quase dois meses de espera. Após toda a documentação estar reunida, fiz a submissão, já ciente das problemáticas que poderiam ocorrer em relação à demora nas análises dos projetos, pois já havia conversado com estudantes mais antigos do programa que estavam mais inteirados da realidade que envolve o Comitê de Ética da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Eu acreditava que o processo seria lento, mas jamais imaginei que teria que aguardar sete meses e meio por uma resposta definitiva com a aprovação da pesquisa de campo.

Durante esses meses, minha saúde mental foi se deteriorando e tive quase certeza de que iria desistir. O período de vigência da bolsa findou e fiquei totalmente sem renda, o período de permanência no programa, que são vinte e quatro meses, também chegou. Prorrogações foram feitas e eu permaneci na incerteza de que minha pesquisa realmente sairia do projeto e se tornaria real. Três coisas me sustentaram e me fizeram não desistir durante esse processo: 1. O apoio de pessoas especiais que tem carinho por mim (algumas amigas fiéis, meus pais e minha irmã); 2. A prática de

exercícios físicos e; 3. Terapia. Mesmo quando fiquei sem dinheiro para arcar com os valores necessários à manutenção da minha saúde mental, a psicóloga, uma mulher negra orientada por uma prática antirracista, não desistiu de mim. Eu sobrevivo à dor e à pobreza material, mas estou rodeada de ricos afetos. E aqui reconheço que nem todas as estudantes de pós-graduação contam com uma rede de apoio e pessoas que as apoiam nas adversidades, o que torna muito difícil conseguir permanecer.

Posteriormente, após longa espera pelo serviço público de saúde, tive acesso à uma consulta com a profissional que me acompanha. Minha medicação foi alterada e, desde então, tenho conseguido ter funcionalidade e controlar meu corpo, na medida do possível.

Após um tempo considerável sem escrever, estagnada pelo adoecimento e desesperança, quando, após tantos meses, recebi o e-mail que informava uma nova movimentação no meu processo de submissão do projeto ao Comitê de Ética. Fiquei com medo, frio na barriga e receio de haver mais pendências e impedimentos, mas, para o meu grande alívio, a aprovação do meu projeto e a permissão para iniciar a pesquisa de campo veio.

Todas as dificuldades e a demora afetaram imensamente meus estudos e redirecionaram meus objetivos para o que é exequível. Quando escrevi meu projeto e após dialogar com minha orientadora e professoras da banca de qualificação, ficou definido que eu faria nove entrevistas com mulheres negras de três ruas, de diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade. Com o encurtamento do tempo, não foi possível continuar com esses objetivos e posso afirmar que a qualidade final do meu trabalho foi seriamente afetada.

Muito me entristece ter tomado a decisão de escrever sobre minhas dores. Como pesquisadora sobre gênero, raça e território, sempre prezei por expor narrativas de resistência, focadas na pluralidade das mulheres negras, mas também como negra, vejo a necessidade de fazer a denúncia da realidade de pessoas como eu num ambiente tão hostil como a universidade. Sabemos que esse espaço não foi criado pensando em nossa presença, muito pelo contrário, por muitos anos fomos impedidos e impedidas de expressar nossa intelectualidade na academia, mas nós persistimos, e hoje sobrevivemos diante das várias formas de nos lembrar que não pertencemos. Pertencemos, e pertenceremos, nem que seja arrombando as portas.

3.2. Caminhos metodológicos

A pesquisa de campo foi realizada por meio de observação participante registrada no diário de campo. Também foram realizadas entrevistas semi estruturadas. O questionário possui sessenta questões, todavia, a aplicação não foi rígida e as entrevistas seguiram de acordo com as informações que as interlocutoras desejaram compartilhar. O método de amostragem utilizado foi Bola de Neve. O questionário levanta o questionamento acerca das pessoas que as interlocutoras têm admiração. A partir das respostas desse questionamento, busquei algumas das participantes do estudo. Abaixo, é possível ver os caminhos feitos:

Gráfico 8 – Mapa de Entrevistas



Fonte: Elaboração própria

A interlocutora Luísa Mahin apontou uma pessoa que poderia ser uma possível participante da pesquisa, bem como outras pessoas foram apontadas por todas as entrevistadas, entretanto, não houve tempo hábil para a realização dessas entrevistas. A escolha da participante Xica Manicongo não seguiu o método Bola de Neve, o que não significa que foi aleatória. No andamento da pesquisa e ao observar o perfil das moradoras do Cucui, notei a existência de várias pessoas com identidades dissidentes reconhecidas publicamente, e constatei a necessidade de ter uma mulher trans e/ou travesti representada no estudo. Por tal motivo, e por nenhuma das entrevistadas ter citado uma pessoa trans/travesti, tive que escolher essa participante.

3.3. Trajetória das sujeitas do estudo

A presente subseção tem como objetivo apresentar as trajetórias das interlocutoras e suas experiências de vida desde a infância, relatadas nas entrevistas. Para proteger suas identidades, seus nomes bem como outras informações trazidas por elas nos relatos (tais quais lugares, nomes de pessoas, datas, endereços, denominações religiosas etc.) serão alteradas ou não serão divulgadas. Serão utilizados pseudônimos para representar cada interlocutora, nomes de mulheres negras que marcaram a história com sua atuação, seja política, cultural etc., gerando transformações sociais e inspirando as gerações posteriores. Ressalto que a linguagem presente e suas falas não será alterada para uma adequação gramatical, sendo as transcrições fiéis às falas das participantes. Respeito, aqui, o Baianês Cachoeirano.

Durante a realização das entrevistas, ouvindo as tantas coisas que as mulheres tinham a dizer, percebi minha pequenez diante do mundo. Tanto conhecimento me foi compartilhado, e considero que não serei capaz de analisa-lo completamente com o repertório intelectual que possuo. Não por me considerar incapaz, mas por compreender que o tempo é essencial na construção da intelectualidade, na visão afrocentrada. Metade das interlocutoras é idosa e conta histórias que em décadas à frente eu ainda estarei refletindo e aprendendo com. Com isso, saúdo minhas mais velhas e presto respeito às jovens que, aqui, irei apresentar.

3.3.1. Aqaltune⁹

Aqaltune¹⁰ nasceu em uma comunidade rural da cidade de Cachoeira na década dos anos de 1950. Na primeira infância seu pai trabalhava como caseiro em uma fazenda, onde ela vivia com a mãe, o pai e mais sete irmãos. Ela, uma mulher negra de pele clara, hoje aos setenta anos, conta que veio morar no centro aos nove anos com sua família. Após algum tempo, com a conversão de sua mãe em uma igreja evangélica, a relação entre seus pais entrou em conflito.

⁹ Aqaltune foi uma mulher africana nascida no Congo e escravizada no Brasil. Se tornou uma figura lendária por suas lutas em prol de liberdade no Quilombo dos Palmares. Avó de Zumbi dos Palmares, sua memória guerreira quilombola permanece até hoje (NEAB/UFRGS, 2021).

¹⁰ Nome fictício.

Minha mãe teve início da minha família, que foi meio pesado porque minha mãe largou meu pai para ser crente. Não é que meu pai casou e se separou cedo da primeira esposa dele? E então minha mãe era viúva e se juntou com meu pai e com meu pai, ela teve... minha mãe teve 13 filhos. Aí teve 5 com meu pai, só que minha. Meu pai nunca se separou porque a família da primeira esposa dele, disse que da família dele ninguém se separava. Então minha mãe morava com ele. Quando minha mãe veio para Cachoeira que conheceu a assembleia, minha mãe entrou na igreja, né? E aí não podia casar e o pastor disse que pra ela se batizar, ela que tinha separar do meu pai ou casar, aí ela aí falou pro meu pai, meu pai se separou. Ela separou de meu pai, e aí foi uma fase que a gente passou ruim, mas a nossa família sempre foi unida. Como é minha família hoje. Eram cinco irmãos, mais três de minha mãe, oito (AQUALTUNE, 70 ANOS).

O fato de seu pai ainda estar legalmente casado com outra mulher e a demanda de sua mãe pelo casamento, para seguir as doutrinas da sua nova religião, causaram atritos irreconciliáveis, e assim os dois se separaram. Essa separação foi prosseguida de mais divergências que reverberaram na vida das crianças, que ficaram sob a responsabilidade majoritária da mãe. A mãe e seus filhos sofreram, por um tempo, com o abandono material e afetivo do pai.

A gente passou o tempo, sim, bem ruim, porque meu pai ficou magoado, não queria bancar e ela trabalhava sozinha, que era no Armazém. Naquela época. Mas aí depois, meu pai, alguém da família, conversou com meu pai. E aí meu pai começou dar despesa pronto, voltou normal. É uma fase ruim só nessa época, mas a outra época, minha infância foi boa, foi correndo ali no Cucui e com Joana brigando com a gente (AQUALTUNE, 70 ANOS).

A discussão acerca do abandono afetivo e material amadureceu consideravelmente desde a década de 1960, período em que Aqualtune era criança e vivenciava essa realidade. Existem dispositivos legais que subsidiam a responsabilização paterna sobre seus filhos, como, por exemplo, o estabelecimento do abandono material, afetivo e intelectual como crime no Capítulo III, artigo 244 do Código Penal, decreto que já era vigente na década de 1960:

Art. 244. Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo:

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, de uma a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País. Parágrafo único. Nas mesmas penas incide quem, sendo solvente, frustra ou ilide, de qualquer modo, inclusive por abandono injustificado de emprego ou função, o pagamento de

pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada (Código penal – Decreto-lei no 2.848/1940)

O que se observa é que, mesmo com tais dispositivos legais, a problemática do abandono paterno ainda é urgente no Brasil, e essa problemática se reflete no Cucui, como exposto no capítulo 2 deste estudo.

Apesar dos desafios vivenciados, Aqualtune relembra a infância e adolescência de forma muito positiva, destacando a dinâmica do bairro e entre vizinhos e vizinhas.

[...] a vida sempre foi essa. Bons amigos, bom vizinho. Foi boa, né, falando? Minha vida aí no Cucui. Maria Felipa brigava porque a gente ficava até de madrugada fazendo zuada na rua. Maria Felipa que controlava todo mundo ali, fazia fuxico de mim com meu marido, eu tomava conta do seu dela, que ela trabalhava. Foi uma fase boa na minha vida (AQUALTUNE, 70 ANOS).

Aqualtune perdeu sua mãe muito jovem, aos quatorze anos, casando-se logo em seguida, um mês antes de completar quinze anos, com um homem sete anos mais velho. Nesse meio tempo, ela viveu com o pai e a madrasta em Salvador, entretanto, os conflitos familiares impossibilitaram que a convivência fosse saudável e pouco depois ela se casou. A morte de sua mãe, ocorrida um dia antes de seu aniversário, causou um impacto muito grande em sua vida, motivo pelo qual ela não comemora seu aniversário, desde então.

Meu pai chegou no dia do enterro, meu pai já morava em outra cidade, em Salvador, em um sítio. Ai, meu pai chegou aqui, pegou a gente tudo e levou disso, não deixava o filho dele com ninguém. Só que ele tinha uma esposa que bebia muito. E aí, com menos de 6 meses, a gente não aguentou. Falei com meu irmão mais velho, ele pegou a gente. Só que eu já namorava com meu esposo quando minha mãe morreu. Aí ficou netinho sozinho com quatro irmãos pequenos, aí meu esposo falou que queria casar comigo, veio pedir a meu pai, meu pai disse não deixava. Eu tinha só 14 anos, ia fazer 15. Mas aí, minha irmã mais velha assinou o documento que eu casei. Minha mãe fez um ano de morta em outubro e eu casei em setembro. Aí, agora eu tenho 53 anos de casados. E minha mãe tem 54 anos de morta (AQUALTUNE, 70 ANOS).

Ela relata que o conheceu no bairro.

Ele era amigo de meus irmão. Ele chamava minha mãe de mãe e a gente se apaixonou. Foi criança, eu era criança e ele era mais velho do que eu sete anos. Sempre me tratou bem na véspera de minha mãe, morreu minha mãe pediu a ele que cuidasse de mim, que nunca deixasse a mim atoa. E ele cumpriu isso aí. Cuidou de mim até hoje, logo quando eu casei com ele, eu sentia que ele era meu pai. Porque ele cuidar, eu não sabia porque é meu cabelo, meu cabelo era muito grande, não sabia pentear, ele que penteava meu cabelo (AQUALTUNE, 70 ANOS).

Os conflitos com sua madrasta tiveram consequências irreparáveis para Aqualtune, que se viu, junto a seus irmãos, obrigada a dormir durante meses numa casa de farinha que havia no sítio em que seu pai trabalhava como caseiro. Em decorrência disso, ela foi picada pelo barbeiro e adquiriu a Doença de Chagas. Apesar de tudo, ela relembra de sua madrasta com afeto e sensibilidade, reconhecendo que seu comportamento decorria de problemas de saúde.

Ela bebia muito, era uma pessoa boa, mas bebia muito. Aí fazia muita queixa da gente a pai, né? E aí a gente ficou mais ou menos seis meses, oito meses nessa casa de fazenda. Meu pai, para não criar problema com ela, comprava as coisas, dava pra mim, eu, 14 anos, cozinhar para os meninos e a gente ficava lá. Foi aí que o barbeiro me mordeu, porque era uma fazenda de inhame. E essa casa que a gente ficava... e essa casa de farinha que a gente ficava, colocou cama pra gente dormir, era de taipa. aí foi lá que o barbeiro me picou. E depois ainda voltei, quando ela ficou bem doente, para cuidar dela, que ela veio pra aqui pra zona rural. Era uma pessoa boa, mas bebia muito. Quando ela não achava a cachaça pra beber, porque meu pai, toda a garrafa de cachaça que achava dela jogava fora, ela bebia até álcool. Era uma pessoa, mesmo, viciada em bebida. Morreu “feiona” (AQUALTUNE, 70 ANOS).

Diante da realidade dura em que viviam, seu irmão mais velho, que já vivia por si só, decidiu retirar os irmãos mais novos da responsabilidade do pai. Aqualtune diz que seu maior orgulho é sua família, seus filhos. Ela fala com orgulho de suas conquistas e se diz satisfeita com sua vida, tendo em vista que conseguiu criar seus cinco filhos, apesar das poucas condições financeiras, filhos que, hoje, vivem unidos e já formaram suas famílias.

Muito orgulho da minha família. Muito. Pessoa, oito netos minhas, neto, tudo já adulto é. Uma trabalha na Coelba. Uma é formada em farmácia. Outra faz enfermagem. Outra, administração, trabalha em hospital. Só tenho que ser orgulhar. Outro se forma agora de direito. Outro se forma agora para pastor. Um orgulho pra família, né, fraca, mas que seguiu a vida e meus filhos todos muito feliz. Muito bem (AQUALTUNE, 70 ANOS).

Atualmente, Aqualtune usa de seus talentos como cozinheira para expressar seu afeto pelas pessoas que admira. Cozinhar, para ela, é viver, e está posto na dimensão do afeto ancestral. Por conta de seus problemas de saúde, já foi aconselhada por profissionais da área a desacelerar sua rotina, mas ela afirma só vai parar quando morrer, pois cozinhar para as pessoas que ela ama a mantém viva. É razão de sua felicidade.

3.3.2. Luísa Mahin¹¹

Eu sou um “griot”, antes de qualquer coisa, e o “griot” é a memória do continente africano. Da parte da África do Oeste é a biblioteca e é, também, o guardião das tradições e dos costumes, encarregado da organização de todas as cerimônias. Ninguém se torna “griot”. Nasce-se “griot”. É de pai para filho. Mas há também as “griotes”, as mulheres. São muito poderosas. Quando elas estão, os homens se calam (A.F. de Almeida, 2020, p. 73 apud Sotigui Kuyaté, 2006).

Mulher preta, retinta, nascida no ano de 1914, na zona rural de uma cidade no Recôncavo da Bahia, hoje com 109 anos, Luísa Mahin é uma das mais velhas contadoras de histórias em Cachoeira atualmente, disposta a falar de suas vivências e das pessoas a quem conheceu com qualquer pessoa que esteja disposta a ouvi-la.

Veio para Cachoeira ainda criança, aos dez anos. Antes disso, vivia na zona rural com sua mãe, onde sua família subsistia da agricultura familiar. Desde muito nova ela já colaborava com as atividades da casa e do campo:

Capinar mandioca, plantar feijão, plantar milho, plantar aipim, batata (LUÍSA MAHIN, 109 ANOS).

Luísa Mahin conta que a vida na comunidade rural em que nasceu era dura naquele período. Vale ressaltar que ela nasceu apenas vinte e seis anos após a abolição legal da escravatura no Brasil, e não conseguiu encontrar registros se sua mãe foi escravizada ou não. Seu pai, ela conta, faleceu quando ela era muito jovem para criar memórias dele.

Quando eu nasci, tava com sete dias de nascida meu pai morreu. Sabe porquê? Vou te dizer. Dizem que ele tava gostando da mulher do “zoto”, aí fizeram uma feijoada e chamaram ele. Aí minha mãe disse que disse a ele: “você não vá! Você não, pros povo tá falando de você com essa mulher, pra que vai?”. Aí disse que ele respondeu minha mãe assim: “ora, você quer me governar. Eu vou sim!”. Quando deu oito hora da noite já ficou “uai, uai” com uma dor, e quando acabou trouxeram ele pra Santo Amaro. Aí lá morreu. Eu não conheci meu pai não (LUÍSA MAHIN, 109 ANOS).

Em seus relatos, sua relação com sua mãe apresenta conflitos: ora demonstrações de afeto, ora atritos:

¹¹ Luísa Mahin foi uma mulher, de etnia Jeje, que desempenhou um papel muito importante na luta abolicionista no Brasil. Lutou bravamente na Revolta dos Malês, na Bahia. Deixou seu filho Luiz Gama, poeta e abolicionista baiano (GELEDÉS, 2009).

O mil e quinhento que a gente trabalhava, mil e quinhento só dava pra mandar meu tio trazer caranguejo e fato pra passar a semana toda. Botava os fato dentro da frigideira, sal e botava pra fritar o fato pra comer a semana toda. E caranguejo pra comer dia de domingo. Tá vendo? E ainda minha mãe me batia. Eu tô aqui hoje, foi meu tio que me trouxe. Ela mandava eu ir botar a comida dos porco, criava dez porco. Quem me criou foi uma moça que a mãe morreu, não tinha quem olhasse, minha avó criou ela pequetitica do dia que nasceu. Ela cuidava de mim. Depois minha mãe pegava, botava pra eu trabalhar (LUÍSA MAHIN, 109 ANOS).

Sua mãe enfrentou uma série de adversidades para criar Luísa e seu único irmão, que faleceu ainda bebê.

Ah... minha mãe só teve um. Eu só vi um filho dela. A família desse menino era gringo, só comia era folha e pegava, comia batatinha que a gente compra pra fazer a comida, né. Ia descascar a batatinha, quando acabar fazia assim, ó., pisa pra fazer um escaldadinho pra dar a ele. E ele tomava leite. Nesse dia acabou a folha, e acabou o leite e a batatinha. Minha mãe tinha a farinha de araruta. Aí tinha araruta, não tinha leite, e nem a farinha. Ela pegou a farinha dessa que a gente come e cessou na meia e fez aquela papinha, eu me alembro, deu ao menino. Foi meio-dia. Quando, minha fia, quando é, assim, de tarde, é assim umas duas hora, o menino já tava se tremendo, aí quando foi cinco hora morreu. Ele tinha os olhos azul. Era branco. [O pai do menino] chorou, botou o nome dele tudo nos boi. Cabou falou que minha mãe matou o menino (LUÍSA MAHIN, 109 ANOS).

Após o ocorrido, o pai da criança culpou a mãe pela sua morte.

Aos dez anos, Luísa é trazida pelo tio para viver no centro de Cachoeira, com aval de sua mãe, pois ela não estava em condições de prover a subsistência das duas. Elas ainda mantinham contato, mas a partir desse momento, Luísa Mahin passou a ser criada por outra mulher.

Minha mãe só tinha eu e não tava com condição de me criar. Não tinha dinheiro (LUÍSA MAHIN, 109 ANOS).

Ela relata que essa mulher, vinda do Ceará, vivia só e desejava companhia, e sua mãe viu a oportunidade de Luísa viver uma vida menos dura. Contrariando o que era comum na época, de famílias brancas abastadas criarem meninas negras para submetê-las ao trabalho, Luísa Mahin conta uma outra narrativa.

Gostava que ela... parece que ela era minha mãe. Eu andava bem vestida, ela penteava meu cabelo, mandava os povo espichar meu cabelo. Até as minhas calcinha ela botava nova. Eu andava muito bonita. Penteava cabelo, ficava na janela e a moça... quem acabou de me criar foi a Cearense. Só era pra dormir com ela, ficar com ela, sair com ela (LUÍSA MAHIN, 109 ANOS).

Posteriormente a mulher retornou para o Ceará e Luísa Mahin preferiu permanecer em Cachoeira. Jovem, ela conheceu seu marido.

A mãe dele vendia na feira, comida na feira, aí eu fui passeando que de tarde ela saía mais eu, pra passear, aí quando ele me viu, ficou me olhando, dando psiu e dizendo assim... aí eu fiquei calada. Aí quando foi de noite que eu nem saía, quando foi nesse dia de noite ele passou pelo passeio de lá da casa e disse... eu tava na janela. “Depois eu venho aqui falar com você”, aí foi embora. Quando foi no outro dia ele passou e disse que queria gostar de mim (LUÍSA MAHIN, 109 ANOS).

Eles ficaram juntos por décadas, tiveram cinco filhos, entretanto Luísa Mahin vivenciou uma relação marcada por abusos físicos e emocionais, que levaram a separação do casal. Já idosos, ambos foram cuidados por uma de suas filhas. Por tal motivo, Luísa Mahin teve que conviver com seu ex-marido por muitos anos, até o seu falecimento.

Olha, ele... de primeira ele era bonzinho, mas depois virou. Depois virou. Não trava eu bem. As vizinha que pegava, me dava as coisa, e ele ia pra casa de Dona Perina lá, condomblezeira (LUÍSA MAHIN, 109 ANOS).

Esse tópico foi bastante sensível para ela, portanto decidi não me estender em perguntas nem solicitar que ela relatasse momentos específicos. A casa que ela vive desde a juventude foi comprada pela mãe para ela. Hoje ela vive com uma filha e um filho, que são seus principais cuidadores, mas o contato com a comunidade de origem não foi cortado. Ela possui um sítio onde ainda exerce a agricultura familiar, atividade que ensinou a sua filha, e que não pretende parar. Diante das exigências de médicos para que ela adote uma rotina mais leve, ela afirma que, se parar, ela morre. Plantar é uma de suas razões de viver. A idade avançada pode passar a impressão de uma senhora frágil e doente, mas isso não procede. Luísa Mahin, junto com sua filha, plantam, colhem e carregam sua colheita. Certa feita, a encontrei subindo a ladeira com três sacolas de frutas e raízes, nos braços e na cabeça.

Eu tenho essa menina aí (a filha), eu vou pra loja, eu compro um vestido bonito e não compro pra ela. Isso tá certo? E ela precisando? Porque quem tem que dar é eu, né. Fazer tudo pela minha fia, que só tem ela que é minha companheira dia e noite. Óia, eu ia pra lugar longe mas eu não ia sair e deixar minha fia, não. Eu não deixo minha fia não. Eu ia prum lugar longe, Jacobina, passear, passar cinco mês “ni” Imburama. Já fui pra Tobias Barreto, essa

terra pra lá que é só água. Fui sozinha. Mas agora eu só saio com ela (LUÍSA MAHIN, 109 ANOS).

Tomo a ousadia de afirmar aqui que Luísa Mahin é a maior griô da comunidade do Cucui, sendo a mais experiente pessoa que já encontrei em toda a minha vida, e que muito admiro por sua intelectualidade.

3.3.3. Dandara¹²

Dandara é uma jovem negra retinta de 25 anos, natural de Cachoeira e que reside no Cucui durante toda a sua vida. Mãe de três filhos, relata sua experiência enquanto uma mulher que luta diariamente para garantir a subsistência de sua família e qualidade de vida para os seus. Dandara tem dois irmãos, sendo ela a mais nova, e foi criada por sua mãe, que ela cita com bastante carinho e gratidão. Sua mãe vivenciou a realidade de muitas mães brasileiras: a maternidade solo.

Meu pai separou de minha mãe eu pequena. Eu não lembro. Não lembro de quase nada. E aí foi vivendo eu, minha mãe e meu irmão. Até ficar de maior. Ele não aparecia não, mas ele dava pensão. Um certo período, eu maiorzinha, aí eu comecei a ir pra lá pra casa dele, ficava lá com ele e minha madrasta. Mas porque eu não tinha muito entendimento... Eu acho que ele, né. Não é porque ele largou minha mãe que ele não podia ter uma convivência normal com a gente. Sei lá (DANDARA, 25 ANOS).

Sua convivência com os irmãos era bastante positiva, ela relata. Os conflitos eram os comuns a qualquer relação entre irmãos, mas ela reitera o afeto e o fortalecimento mútuo entre eles. Esse afeto foi essencial para que ela vivenciasse a infância com alegria, apesar da falta gerada pelo abandono afetivo paterno. A família passou por muitos desafios para se manter e sua mãe teve muitos percalços para garantir sua subsistência.

Tinha pouca coisa (em casa), mas era como uma casa normal. Tinha os quarto, né, tinha fogão, esses negócio. Mas era porque tinha um pouquinho de dificuldade, por ela também não trabalhava, ela fazia bico. Quando dava, tava ótimo, quando não dava, se contentava. Minha mãe, né, que ela, com toda dificuldade, com toda coisa que ela passou, que ela ainda teve que passar com a questão de separar, foi um trauma pra ela, mas ela

¹² Dandara dos Palmares foi uma das principais guerreiras da luta negra e quilombola no Brasil, sendo uma das lideranças do Quilombo dos Palmares, participando da formação do primeiro território livre das Américas, pensado e organizado africanamente (SBMFC).

continuou levar a vida, criando a gente. Admiro muito ela. (DANDARA, 25 ANOS).

Sua passagem pela escola deixou várias marcas negativas relacionadas à pobreza. Sobre isso, ela narra:

Horrível! Porque eu sofria, assim, um bullying. Não discriminação de cor, mas sim de... não tinha gás na casa de minha mãe, era uma fumaça horrível. Mesmo apagando, tomando banho ficava fedor de fumaça e as menina na escola ficava me chamando de Maria Fumaça. Minha mãe cozinhava de lenha. Era horrível! Eu não gostava. Eu entrava na escola e ficava doida pra terminar a aula pra vir pra casa (DANDARA, 25 ANOS).

A separação dos pais teve um grande impacto em sua vida. Entretanto, sua percepção dos fatos foi amadurecendo ao longo dos anos, o que não ameniza os efeitos emocionais dessa experiência.

Pra mim, eu não entendia muito disso, eu achava que foi a mulher, minha madrasta que tirou ele de minha mãe, tirou meu pai de minha mãe, mas é coisa da vida, né. Quando um não quer, dois não briga, eu acho assim. Hoje eu entendo que ninguém é de ninguém, ninguém fica com ninguém pra sempre. Pra ela (a mãe) foi super impactante. Ela até hoje ainda não superou isso, ela tá até com problema de cabeça devido isso e outras coisas, né, que meu avô faleceu fez esse santo, fez santo, foi pro cemitério, que não podia ir, tem esse negócio de resguardo, e aí, assim dizem, ela ficou com a mente ruim, ficou meio com problema de cabeça. Esse problema de cabeça continua, mas, assim, ela faz tratamento, toma remédio pra melhorar, que ela é muito nervosa, quebra tudo (DANDARA, 25 ANOS).

Sua infância foi marcada pelas brincadeiras na rua com os irmãos e outras crianças. Na adolescência ela conhece seu atual companheiro, que era amigo de seus irmãos. Na época, ela tinha quatorze anos ele, vinte e dois.

Ele dizia que já corria atrás de mim só que eu tirava um pouquinho de onda, né. Eu dizia a ele: "Deus é mais pegar você!". Mas a gente não faz o destino, quem faz o destino é Deus. E tamos aí (DANDARA, 25 ANOS).

Com seu companheiro, formou uma família e teve três filhos. A maternidade trouxe satisfações, e ela relata o prazer de experimentar o afeto de seus filhos e também de dar-lhes afeto. Todavia, não foi sem percalços. Logo no início do relacionamento, encarou a falta de moradia e posteriormente, a moradia precária como uma problemática presente. Até o momento, ela vive em um terreno nos fundos

da casa de seu sogro. Mas essa realidade não foi capaz de lhe tirar do rosto o sorriso e de si a esperança. Sobre a casa, ela conta:

Ela era de barro, era um quadradinho, aí foi quando eu conheci meu companheiro. Teve um tempo que ficou pra cair e a gente conseguiu ajuda de pessoas e aí fomos construindo aos poucos. Hoje é praticamente um vão dividido, mas é ali que a gente vive e é feliz (DANDARA, 25 ANOS).

Dandara, uma mulher observadora, em dado momento notou que seu filho mais velho apresentava comportamentos que ela não sabia explicar. Não deixou de observar e pesquisar sobre o que poderia ser. Posteriormente, ele foi diagnosticado com autismo moderado, não verbal. Até o diagnóstico, Dandara teve muitas andanças e uma busca incessante por profissionais que fossem capazes de auxiliá-la na compreensão do que havia com seu filho. Ao mesmo tempo, tinha que estar presente para seu outro filho (nesse período, a criança mais nova ainda não havia nascido).

Assim... ele veio andar já tarde, com um ano, veio falar com um ano e parou, aí eu comecei a suspeitar. Porque ele também era muito agitado, chorava muito, e aí veio umas características de ele ficar olhando rótulos de coisas, ele ficar parado no tempo, ele não gostar de brinquedos. Aí assistindo Fátima Bernardes, fui vendo essas características que se encaixavam com ele, e aí notei que ele era autista. Busquei ajuda no posto, na Unidade de Saúde, aí fui pro médico, pedi exames, neuropediatra, que trata as crianças, também, especiais, e aí fui pro médico e ele diagnosticou que ele é autista (DANDARA, 25 ANOS).

O diagnóstico não foi o fim da caminhada. Dandara ainda continuou sua busca pela garantia do direito ao Benefício de Prestação Continuada – BPC e de uma escola qualificada no ensino para crianças neuro diversas. Ela apenas foi contemplada com o BPC após várias tentativas frustradas. Até conseguir ser aprovada para o benefício, passaram-se anos. Foi um período complexo de muitos conflitos. Seu filho vivenciou, ainda muito cedo, o capacitismo de profissionais da educação, o preconceito de professoras que não tinham qualificação para desenvolver uma educação inclusiva e respeitosa e que não compreendiam os comportamentos de uma criança com autismo. Em inúmeras situações, ele foi considerado “mal criado” e “mal educado”, quando, na verdade, estava apenas expressando sua forma de existir como criança. Diante dessas violências, Dandara decidiu retirar seu filho da escola regular e

matriculá-lo na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE¹³, onde ele estuda até o presente momento.

Dandara traz em sua narrativa a importância de estar vivendo entre amigos e família. Ela considera essas pessoas sua rede de apoio e suporte para com as demandas da vida, dos filhos. São companhia no passar dos dias, pessoas com quem ela pode contar em momentos de alegria e de dificuldades. São relações que ela pretende manter para o resto de sua vida.

3.3.4. Xica Manicongo¹⁴

Xica Manicongo é uma preta travesti de apenas 18 anos de idade, mas com muito o que dizer sobre si e sua existência no mundo. Xica é Cachoeirana e moradora do Cucui desde que nasceu. Ela vive atualmente com um irmão mais novo, que ela considera seu melhor amigo e primeiro apoiador de sua existência livre, e sua avó, seu alicerce em meio às intempéries da vida. Sua primeira infância foi vivida com seu irmão e sua mãe. O pai, ela relata que sempre foi ausente, problemática que a afeta até hoje. Ela sabe quem é, tem certeza de si e deixa isso muito objetivo por onde quer que vá. Ao falar de sua identidade de gênero e como ela se identifica, ela diz:

Apenas travesti, porque tem também um termo que é chamado de mulher trans, mas eu não gosto disso. Prefiro usar mais travesti, porque é algo que expande a minha identidade de gênero, não só focada no “mulher”, e sim algo a mais. Travesti, algo mais, não preso no “mulher trans” (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

A infância de Xica foi marcada pela busca de si e pelos conflitos em torno das suas identidades, identidades essas que se constroem subjugadas às relações de poder. Elaine Borges Sousa (2021, p. 31) ressalta:

[...] Aquelas que estão dentro dos padrões normativos de sexualidade e raça, são consideradas merecedoras de privilégios, enquanto as que não correspondem aos critérios são relegadas à margem social. Os atributos

¹³ A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE é uma entidade reconhecida com utilidade pública que nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1954. É uma organização social que objetiva promover atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla (APAE CONCÓRDIA/SC, 2017).

¹⁴ Xica Manicongo foi a primeira travesti negra documentada na história do Brasil. Natural de Angola, foi sequestrada e escravizada na cidade de Salvador, na Bahia. Xica se destacou pela resistência na manutenção dos aspectos de sua existência como travesti, motivo pelo qual sofreu perseguição e ameaças de morte (Notícia Preta, 2022).

avaliados enquanto regra, enquanto normal viram parâmetro para determinar quem é desviante, portanto, antinatural e abjeto.

Seu processo de tornar-se foi complexo, sendo uma pessoa com múltiplas identidades dissidentes: preta, travesti, periférica, pobre.

Eu tive uma infância muito, assim, de tentar me achar, procurar, tentar encontrar a minha pessoa, aí muitas vezes eu estava em grupos sociais que eu não sabia se era o meu para tentar me achar, porque eu não tinha uma identidade própria. Se eu fizesse alguma coisa, alguém se incomodava, eu fazer diferente. Exemplo: se eu dançasse na internet ou algo do tipo e alguém reclamasse, eu pegava, tentava seguir a norma. Muito tempo fiquei nessa, sabe, tentando me encontrar, sabe? Eu sempre soube que eu não era aquilo que todo mundo falava que eu era, não era aquela figura masculina, não me sentia daquele jeito. Eu me sentia diferente, algo diferente do que todo mundo queria que eu fosse. Minha infância foi nessa tentativa de descoberta, pra saber quem eu era, que agora com meus dezoito eu consegui me encontrar (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Para Xica, todas as suas vivências foram perpassadas pelo processo de encontrar-se enquanto sujeita. Seja nos momentos felizes ou tristes. Ela relata uma infância de brincadeiras com colegas e com seu irmão, na rua, momentos nos quais ela observava os padrões de gênero, a forma como meninos e meninas se comportavam e o que era esperado deles pelos adultos e pelas próprias crianças. Principalmente, o que era esperado dela enquanto comportamento ideal.

Eu lembro que eu tentava ao máximo esconder que, na época eu achava que era gay, né. Não sabia direito o que estava sentindo, mas eu gostava de homens, então eu tentava ao máximo esconder isso, tentava fingir a postura de macho pra poder meio que passar despercebida. Porque eu via como é que os garotos tratavam as pessoas que eram gays ou algo do tipo na minha época, então eu tentava ao máximo esconder esse sentimento de gostar de homens. Então, por muito tempo eu estava escondendo esse lado e só fui me liberar agora, depois do Ensino Médio Técnico, que eu tive mais coragem de me assumir (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Na adolescência, esses conflitos persistem e se potencializam. Foi uma fase bastante difícil, onde Xica passa a questionar sua própria existência.

Foi muito pior, porque eu ficava desesperadamente tentando entender motivos. Eu até pensei em: “ai porque que eu nasci assim?”. Nessa dúvida sem entender o que eu sou. Então por muito tempo eu fiquei nessa de tentar me encontrar, entender o que estava acontecendo comigo. Eu não me sentia confortável daquele jeito que eu era antes (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Em meio aos desafios já citados vividos na adolescência, uma fase tão profunda na vida de um indivíduo, Xica Manicongo teve que lidar com o trauma repentino da perda de sua mãe, assassinada quando ela tinha apenas quatorze anos de idade. Seu irmão era alguns anos mais novo. Xica se viu só, sem saber como prosseguir diante de um fato tão violento que mudou para sempre sua vida. Em meio aos conflitos internos, chegou a se perguntar se sua identidade de gênero era real ou apenas uma expressão patológica de um trauma.

Foi um momento muito traumático, assim, pra mim, eu não estava conciliando bem sobre essa situação, não sabia lidar por muito tempo, tanto que eu achava que a minha identidade de gênero, hoje, teve desse trauma que eu tive de perder uma figura importante feminina pra mim. Aí eu fico nesse pensamento: “Será que eu só nasci agora que eu sou Xica Manicongo pra meio que me sentir um pedaço dela, algo do tipo?”. Então eu não entendo, não sei se é realmente por isso. Na época, quando aconteceu, não tive apoio psicológico, não tive nada, então até hoje eu tenho que me segurar muito e tentar relaxar e entender que essas coisas fazem parte, infelizmente, tentar lidar com isso sozinha, já que eu procurei apoio de familiares, muitas vezes eles falaram coisas horríveis sobre minha mãe, então eu acabei abstraindo as coisas, e lidando com isso sozinha (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

A partir desse momento é que Xica e seu irmão vão morar com sua avó. Ela relata a falta de apoio da maior parte dos familiares, que chegaram até a culpabilizar sua mãe pelas circunstâncias de seu assassinato. Nesse momento, ela pôde contar com poucas amigas, que lhe deram suporte e acalanto no período de luto.

Minhas amigas que conheciam ela, que eu tinha mais contato com essas amigas dela, que foram me apoiando, que foram me fazendo sustentar toda essa dor, toda essa angústia. Por conta desse acontecimento, eu meio que esqueci, deu um branco assim, total, dos anos anteriores, meio que é um trauma. Eu pesquisei, deve ser um trauma que eu tive, muito forte, que eu acabei esquecendo muita coisa, porque acho que meu cérebro fez esse papel de esquecer pra não sofrer mais. Aí tem muitas coisas que aconteceu antigamente que eu não lembro de nada, assim. A pessoa fala: “Ah, você fez tal e tal coisa em tal ano”, muitas coisas recentes. As coisas que eu lembro com mais de vividez é depois de Xica pra cá, que foi do ano passado pra cá, que eu lembro mais coisa direito, mas de lá pra lá não lembro muita coisa, não, eu esqueço, eu acabei esquecendo essas coisas (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais – ANTRA, 70% das pessoas trans e travestis não concluíram o Ensino Médio. Das que concluíram, apenas 0,02% ingressaram no Ensino Superior (CPERS, 2022). Xica Manicongo está subvertendo essa realidade em sua vida. Atualmente ela cursa o Ensino Médio

Técnico e tem o ensejo de cursar o Ensino Superior após se graduar no curso atual. Sobre o momento em que ela teve certeza de si, ela conta:

Eu tinha dezessete, eu estava na casa de uma amiga minha. Por muito tempo eu tava nessa... já passei pelo tipo de gênero fluido. O meu começo foi achando que era gênero fluido, porque era menina, era menino, eu fluía pros dois, aí tanto que eu até escolhi um nome não binário, aí podia ser “o” ou “a”, se alguém falasse de qualquer jeito eu tava aceitando. Aí, depois que eu parei assim, pensei: “não, não sei se eu quero atrelar a minha existência algo masculino”. Não sei se eu quero isso para mim. Aí um dia eu tava com a minha amiga e ela tava com um sutiã neon e eu achei lindo e disse: “Posso usar? Eu usei, tirei umas fotos, me senti bem e disse: “Nossa! Essa sou eu. Depois disso ela falou assim: “Aí, você vai travesti, então”, e eu disse: “Eu sou uma travesti!”. Depois disso escolhi o meu nome. Na hora eu disse: “aí que nome eu vou escolher?”. Eu escolhi Xica Manicongo e também eu sempre quis o nome composto, ter nome duplo, ter dois nomes. Daí eu escolhi Xica Manicongo (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Foi um misto de sentimentos. Se encontrar foi essencial para que ela construísse a autoestima que possui atualmente e para que ela não apenas sobrevivesse, mas vivesse enquanto si própria, de maneira autêntica e livre. Todavia, isso não ocorreu sem custos. Xica teve que lidar com a reação da família, os ataques transfóbicos daqueles que deveriam ser seus protetores e maiores defensores.

No começo foi uma grande repulsão, assim, de “ah, você não pode ser isso, não vai dar certo”, então eu decidi não enfrentar e fui relevando, corrigia de vez em quando, corrigia essas brincadeiras, assim. E com o tempo fui selecionando quem eu ia trocar, a partir da minha identidade de gênero, porque teve gente que não... até hoje não aceita, então resolvi não bater de frente e disse: “Aí, fica para lá agora, eu vou dar atenção, vou dar meu afeto, eu vou dar meu reconhecimento para pessoas que me aceitam da família” (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Seu pai foi o que demonstrou a reação mais negativa e que mais a afetou, mas ela tem abandonado as pessoas que não tem afeto para compartilhar e escolhido estar cercada dos e das pessoas que a amam genuinamente.

Olha, meu pai foi o pior, que até hoje está aí, metendo o louco, aí eu finjo que nem... Assim, eu comecei a esquecer da existência dele, já que ele não está querendo entender que agora ele tem uma filha, que tem que me respeitar. Então comecei a dizer: “Então fique aí, eu não vou dar muita ligação pra você”. Minha vó Edna, que é a mãe da minha mãe, ela no começo não entendeu muito bem, mas depois ela começou a aceitar, que eu comecei a tratar ela bem, comecei a ter mais convívio com ela, explicar direitinho e ela começou a entender de boa. Hoje em dia, ela nunca erra mais o pronome, agora Xica pra lá, Xica pra cá, minha neta, então não tem muito problemas com essas pessoas assim (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Xica Manicongo, assim como todas as pessoas dissidentes, se viu com a dupla necessidade de se mostrar perfeita, como alguém que não comete erros, pois era a única possibilidade de ganhar o respeito dos familiares, vizinhos e conhecidos, para que, na visão deles, “apesar” de ser travesti, ela fosse considerada uma boa pessoa, que “não dá trabalho”.

Eu fui mostrando, também, com essas atitudes, eu mudei, eu comecei a estudar direito, comecei a não causar motivos que mostrasse que eu estava errada da minha identidade de gênero ou que eu estava maluca, né? Como achavam que eu estava maluca. Então eu comecei a me portar mais, comecei a parar de sair, comecei estudar mais, comecei a focar mais no que eu quero ser e ficar tranquila com isso, não cometer muita loucura assim, sabe? Aí eu comecei a ganhar o respeito dos meus familiares e hoje em dia a maioria deles, tanto parte de mãe como parte de pai, me aceitam e me respeitam do jeito que eu sou. Às vezes tem uns que erram o pronome, mas eu corrijo ali, devagar. Aí eles entendem, já começa a entender, então não é muito atrito como antigamente (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Esse é um grande fardo que ela, enquanto uma travesti negra retinta, tem que carregar: ela não pode errar, pois para pessoas como ela, não há perdão, não há segunda chance. Até para alcançar a primeira chance, ela está tendo que correr, pois ela não tem direito a caminhar. A humanidade de Xica está fadada a ser deslegitimada por uma sociedade transfóbica e racista, mas isso não dirime seu potencial. Ela resiste!

A escolha do pseudônimo Xica Manicongo não foi aleatória. Foi um desejo dela ser representada pela primeira travesti negra que se tem registros na história do Brasil, uma figura de potência.

Eu amo ela, e a história dela é uma coisa que me deixa muito tocada, que foi Xica Manicongo. Ela foi uma das primeiras travestis, assim, negras, a serem escravizadas aqui no Brasil, que se tem relatos. Se não me engano, tem relatos dela, né, da existência dela como travesti e os portugueses não entendiam muito bem, porque assim as culturas africanas cultuavam, tinha um nome que falava de pessoas assim, que eles chamavam pessoas que não eram do gênero que... Assim, tinha um nome pra isso, não era travesti. Mas lá eles cultuavam pessoas assim, que eram pessoas que eram muito importantes e que eles respeitavam muito. Então quando Xica Manicongo é escravizada pra cá, os portugueses não entendem o que é aquela pessoa, o que é aquela identidade de gênero. Então, muito tempo ela sofreu ameaças. E aí a história não explica bem como é que ela se safou disso, porque ela foi acusada, né? Ela foi julgada porque ela não queria se vestir com roupas masculinas, então eu não sei se ela foi queimada na fogueira, algo do tipo, ou se ela começou a vestir roupas masculinas para poder não morrer, ela optou por esconder a sua identidade de gênero pra poder não ser morta. *Então, assim, a resistência que ela teve é algo que me deixa muito assim... Nossa! Me inspiro muito nessa mulher, porque ela chegou aqui, ela se negava.* E se eu não me engano, ela era baiana, era foi pra Salvador e tem

vários relatos dela na cidade baixa, como muito mulherenga, pegava muitos homens. Então ela é muito, muito legal pra mim (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

A Xica Manicongo do presente, assim como a do passado, são forças intelectuais que exercem suas potencialidades e constroem formas de agenciar sua existência em uma sociedade tão hostil. Ela tem sonhos, ensejos. Ela também tem dores, mas essas dores não a definem nem diminuem suas capacidades e sua intelectualidade. Xica Manicongo (r)existe!

3.3.5. Beatriz Nascimento¹⁵

Beatriz Nascimento é uma mulher negra de 31 anos, natural de Feira de Santana, mas que reside em Cachoeira por toda sua vida, cidade com a qual ela criou raízes e se formou enquanto sujeita. Beatriz viveu quase toda sua vida com sua mãe, próxima de suas tias, que vivem na mesma rua. Somente nos últimos meses ela decidiu se mudar para tornar mais prático seu cotidiano profissional. Beatriz cresceu sem a figura do pai, que nunca chegou a conhece-la, nem ao menos registrá-la. Na sua família, as mulheres têm um papel tanto de protagonismo quanto de maior responsabilidade pelo cuidado e gerência das demandas. Sendo assim, as mulheres representam a maior referência no seu desenvolvimento pessoal.

Minha família é uma família de mulheres. Eu tenho tios, mas as lideranças na minha família sempre foi mulheres, tanto que meu pai não me registrou, minha mãe me criou sozinha, então assim, eu não tenho essa figura masculina de representatividade tão evidente, mesmo tendo homens nesse cotidiano, mas quem dava voz, quem resolvia todas as demandas eram e são as mulheres. Na verdade, até hoje é assim. São as mulheres que têm essa perspectiva de resolução das coisas (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

Sua infância e adolescências são narradas com bastante afeto, enquanto ela rememora momentos com amigos, correndo e brincando pela rua. Sua experiência, ela relata, foi completamente positiva, vivendo em família e amigos e construindo uma infância alegre.

¹⁵ Maria Beatriz Nascimento é uma intelectual e historiadora sergipana, natural de Aracaju, cujo legado deixa marcas imensamente positivas no âmbito da produção de conhecimento. Dedicou sua vida à militância e à construção do Movimento Negro Unificado – MNU, bem como à pesquisa acerca das relações raciais e formação dos quilombos no Brasil (UFMG, 2023).

É uma periferia, né? É uma parte da periferia de Cachoeira. Tem muitas pessoas que têm famílias, núcleos familiares que moram muito próximos. Eu sempre gostei de morar no Cucui, nunca pensei em sair, tô morando aqui embaixo por circunstâncias. Mas não era um incômodo pra mim morar ali, não, até porque minhas melhores amigas são dali. Eu consegui, mesmo na faculdade, manter as minhas relações de amizade. A gente brincava muito de sete pedras, mesmo na ladeira, baleado, coisa no quintal, entendeu? Então, eu tive uma infância no Cucui que foi uma infância maravilhosa. Eu não troco minha infância por nada. A gente brincou muito na época que podia brincar, né? Hoje, não pode. Ficava no meio dos matos, fazendo comidinha, a gente montava casa, era uma briga pra ir pra dentro de casa. Seis horas da noite a gente no quintal, não queria entrar. Era uma época muito boa (BEATRIZ NASCIMENTO).

Sua mãe, maior referencial de pessoa para ela, sempre a incentivou a quebrar ciclos e trilhar novos caminhos. A educação foi sua ponte para a busca de uma nova realidade.

Eu cresci num ambiente familiar em que minha mãe era uma pessoa leitora... até demais. Ela colecionava revistas em quadrinhos. Inclusive, tinha toda a coleção de Jorge Amado e outras literaturas. Então eu cresci nesse ambiente familiar (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

O contato com a cultura e suas diversas expressões a forjou enquanto intelectual, professora, pesquisadora. Crescer em um ambiente com tantos contatos a possibilitou pensar o mundo de forma mais ampla. Beatriz relata, todavia, que em certo momento, sua família se aproxima da igreja evangélica, o que ela considera um retrocesso no processo de desenvolvimento cultural e no entendimento de si enquanto pessoas negras.

Assim como a questão da música minha família, antes de ser evangélica, que eu acho que são uma perda muito grande minha família ser evangélica, porque perdeu toda essa perspectiva de pensar a visão de mundo mesmo, porque eu acho que as religiosidades, se elas forem muito dogmáticas elas bitolam as pessoas. Então, assim, eu cresci num ambiente que eu ouvia Caetano Veloso, Tropicália, todo um arcabouço intelectual, um arcabouço cultural da minha família e antes da chegada do evangelho, do neopentenc... neopenten... não consigo me falar o nome desse negócio, que ele é tão pesado!... dessas religiões neopentecostais que acabou deixando esse tipo de situação. Não que hoje não aconteça, porque eu acho que quando você é formada de uma maneira que você acessou determinadas coisas, não se deixa, inclusive minha mãe é uma pessoa muito sagaz das coisas, mas a religiosidade colocou ela numa questão mais de paralisar e eu acho que isso é um problema. Eu tenho tios que são artistas plásticos e que hoje não faz mais a arte porque é evangélico. Então, pra você ver como a religião dentro das famílias negras, essas religiões, dessa forma, dessa natureza, retiram também essas perspectivas de avanço das famílias negras. Eu tenho essa reflexão (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

Para mim, enquanto pesquisadora, me tocou profundamente ouvir Beatriz falar sobre sua experiência com a religiosidade de sua mãe, sendo eu uma jovem que esteve por vinte e dois anos em uma igreja e evangélica que passou toda a adolescência em conflito pelos antagonismos entre a doutrina que me era ensinada e as noções de mim e da minha realidade enquanto mulher negra. A vivência de seus tios, que abandonaram a arte em resultado da conversão, também foi a experiência de meu pai, que deixou a arte da pintura e da escultura em prol da religiosidade. Assim como Beatriz, eu considero isso uma grande perda no processo de descobrimento de mim e de minha família enquanto pessoas negras e sujeitos políticos.

Felizmente, esses fatos na vida de Beatriz não fragilizaram sua relação com sua mãe, que, apesar de adquirir novas noções apreendidas na igreja, não assumiu uma postura acusatória e autoritária para com as pessoas ao seu redor. Ela compreende que quem ela se tornou é, também, resultado dos esforços de sua mãe.

Eu sou assim porque minha mãe me forjou dessa forma, né? Sempre tive essas leituras, revistas em quadrinhos, livros. Eu lembro que eu li Jubiabá, de Jorge Amado – inclusive eu tenho esse livro até hoje, dela, ela tem toda a coleção de Jorge Amado – quando eu tinha uns 14 anos assim, sabe. Como minha mãe fazia essa necessidade de que eu precisava ler, eu precisava estudar, eu precisava ser alguém na vida que ela nunca conseguiu passar na universidade porque quando ela tentou vestibular, um ela não pode e o outro, por ela ter problema de audição ela perdeu a prova. Então, assim, por questões outras, ela não conseguiu acessar o ensino superior, aí ela desistiu e tal. E aí eu era o resultado, eu tinha que fazer isso porque era o resultado do sonho dela também (BEATRIZ NASCIMENTO).

Beatriz Nascimento conta que não se sentiu, em nenhum momento, pressionada a seguir caminhos que não eram seus. O sonho de sua mãe era seu sonho também. Suas experiências se conversam bastante com as minhas, tendo em vista que a educação sempre foi considerada, por meus pais, a única possibilidade de ascensão e transformação social. Assim como a mãe de Beatriz, meus pais também desejaram imensamente que eu acessasse espaços que eles não tiveram a oportunidade de acessar, que eu alcançasse uma realidade menos dura, mais leve.

Eu sempre gostei de estudar, inclusive eu tô agoniada porque eu parei para dar foco ao meu empreendimento, mas retornarei porque eu acho que é uma coisa que me move. Eu sempre gostei de estudar, nunca fui pra uma recuperação na vida, não sei nem o que é a sala de recuperação. Sempre gostei de ler, sempre gostei de aprender, então eu não vi essa questão da universidade como um peso, que só porque mainha mandou fazer que eu tinha que fazer, não. Eu fui porque eu queria ser professora. Eu fui porque eu sempre quis ser professora. Porque eu sempre gostei de ensinar. Eu sempre

gostei de conversar, de trocar uma ideia, sabe? (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

Na infância, Beatriz estudou em uma escola particular, sendo contemplada com uma bolsa de estudos. Era uma das poucas crianças negras naquele ambiente, e vivenciou inúmeras situações de racismo e exclusão.

Seus esforços não foram em vão. Beatriz permaneceu fiel ao seu amor pelos estudos e pelos livros, se tornando a primeira mestra da comunidade do Cucui. Se graduou em um curso de licenciatura e fez mestrado na mesma área, se dedicando aos estudos das relações étnico-raciais no Brasil. É uma intelectual premiada, tendo sido ganhadora do Prêmio de Preservação dos Bens Culturais Populares e Identitários da Bahia Emília Biancardi.

Eu pesquisei juventude, raça e gênero. Eu trabalhei com jovens estudantes da escola pública, em que eu pesquisei a trajetória de vida e formação dessas meninas, dessas jovens, e aí, através dessas trajetórias que foram uma metodologia de ensino sobre autobiografias escritas de si – que eu tinha trabalhado isso na graduação também, mas com mulheres fumageiras, mulheres do fumo, charuteiras – E aí desse resultado a gente fez um livro de contos. Os contos sobre raça, gênero e identidade, tocando nos pontos centrais de racismo, sexualidade, entre outras questões, feminicídio e tal (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

Beatriz Nascimento pretende continuar sua jornada enquanto pesquisadora e, posteriormente, ingressar no doutorado, com as temáticas de relações raciais voltadas para a discussão de mulheres e violência. Seu pseudônimo foi uma escolha sua, pois se sente representada por Beatriz Nascimento enquanto intelectual negra, historiadora, ativista do Movimento Negro Unificado – MNU, uma mulher que quebrou barreiras e construiu um repertório gigante sobre a problemática da discriminação racial e das dores que pesam sobre as mulheres negras.

3.3.6. Maria Felipa¹⁶

Ao contar sobre sua vida, o trabalho ocupa uma posição de centralidade. Maria Felipa é uma mulher negra de 81 anos, oriunda de uma comunidade quilombola de uma cidade no Recôncavo da Bahia. Já vive em Cachoeira há mais de sessenta anos,

¹⁶ Maria Felipa foi uma mulher negra que se destacou nas lutas pela Independência do Brasil na Bahia, na Ilha de Itaparica. Forte liderança contra os portugueses, utilizou de seus conhecimentos sobre a terra e sobre as plantas para várias tropas de soldados, com sucesso (SECOM/SALVADOR).

a maior parte de sua vida. Maria Felipa não se identificou para mim como quilombola. Apenas no momento de transcrição da entrevista, ao pesquisar sobre seu município e comunidade de origem, constatei que seu território é certificado como remanescente de quilombo pela Fundação Palmares. Ao consultar os dados acerca do patrimônio cultural brasileiro, percebi que a portaria de certificação data do ano de 2015, se tratando de um fato muito recente.

Durante sua infância, morava com seus pais e seus sete irmãos, e subsistiam através da agricultura familiar.

Pequena, eu trabalhava na roça. Trabalhava na roça. Minha vida era assim, pequena: eu trabalhava em casa de farinha, rancava mandioca e botava cangaia em animal, carregava farinha, peneirava massa, tudo isso eu fazia. Ia pra maré percar de rede. Meus pais tinha rede, eu ia pescar. Então, tudo isso eu fazia. Menina, assim ó (mostrando o tamanho). De cinco anos em diante eu ia pra maré pescar com meus pais. E aí fui crescendo, crescendo, lavava azeite. Quando eu fui crescendo de uns oito, eu lavava azeite. Meu pai pisava azeite, que ele trabalhava no pilão, eu trabalhava em azeite, catava dendê. De dia a gente catava dendê, tinha as latas, e a gente tinha que ganhar um centavo por semana. E era gente, muita gente. Aquele pessoal, tinha aquelas pessoas que ganhava pela quantidade (MARIA FELIPA, 81 ANOS).

Ela relata como eram divididas as atividades entre os membros de sua família.

Meu pai, de noite, quando o galo cantava a primeira, segunda vez, o galo cantava e a gente ia pra maré. “A lua tá alumando, eu vou quebrar o torrão da mandioca, vou quebrar o torrão”. Aquilo demorava, demorava, demorava. E a gente, a lua alumando, a gente quebrando o torrão da mandioca pra... mandioca, já sabe, você conhece o que é. E aí a gente ficava, quando tava na base ele dizia que era uma nove horas, a gente via o sol cantar, “ah, já tô cansado”, suando, a gente ia pra casa, as vezes tomava banho, as vezes fazia aquela comida, comia e aí pronto. Só ia pra roça de tarde. As vezes a maré secava, a gente ia pra maré pescar. Minha vida era assim. Minha irmã trabalhava, mas não muito pra roça como eu. Ela ficava em casa, minha mãe que ia comigo, eu ficava com minha mãe. Eu seguia com ela. Agora minha irmã ficava em casa pra fazer comida, varrer casa, lavar prato, lavar roupa, mas ela era assim, eu não (MARIA FELIPA, 81 ANOS).

Maria Felipa viveu em sua comunidade de origem até aproximadamente os doze anos de idade, quando inicia suas andanças por outros lugares.

Eu morei na comunidade, da comunidade eu fui pra Salvador e depois eu vim pra aqui. Aqui eu passei um bocado de tempo, com minha irmã. Eu tô morando há um bocado de anos. Eu vim pra aqui passar quinze dias com minha irmã, e aí eu fiquei. Minha vida era lavar roupa na pedra rachada, quando não tinha armazém eu ia lavar na pedra rachada, saía de manhã e chegava de tarde, cinco horas da tarde. (MARIA FELIPA, 81 ANOS).

Em Cachoeira, Maria Felipa trabalhou como cozinheira em alguns estabelecimentos e como empregada doméstica em algumas casas de família, ainda na adolescência. Quando perguntei sobre sua adolescência, ela me respondeu:

Minha adolescência foi trabalhar, minha fia. Trabalhar sempre. Trabalhar em roça. Foi como eu tô dizendo a você: trabalhar em roça, trabalhar de fazer farinha, minha adolescência foi essa aí. Não tive adolescência, não. O lugar que eu morava não tinha colégio, então, adolescência era assim, mesmo (MARIA FELIPA, 81 ANOS).

Os relatos de Maria Felipa expressam a realidade do lugar social ocupado por mulheres negras no pós-abolição. Uma realidade marcada pela ocupação laboral em trabalhos subalternizados ligados à servidão, com aspectos muito próximos da estrutura escravagista que vigorou séculos atrás (Pereira, 2011). Ao falar sobre o lugar situado por mulheres negras numa sociedade onde racismo e sexismo se entrecruzam, Lélia Gonzales (2020, p. 82) afirma: “Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas”.

Nesse período, conheceu seu atual companheiro, com quem construiu uma numerosa família. Ela teve quinze filhos. Ela narra:

Doze eu criei. Os outros morreram. E tem três netos que eu criei. Um saiu do hospital, veio pra aqui, eu amamentava ele e uma filha. Minha filha estava com dois anos, aí eu ainda estava amamentando na creche, aí ele levou um bocado de ano... acho que uns anos amamentando ainda, aí eu tirei a mama dele. Tirei dela e tirei dele e voltei, aí pronto. Depois foi o outro neto. Esse a mãe deixou com cinco meses, ia deixando, deixando, e o primeiro, com oito meses que a mãe veio pra aqui, e ele ficou aqui e ela foi embora, deixou aqui (MARIA FELIPA, 81 ANOS).

Sua vida foi envolta no trabalho. Ela narra não uma infância com brincadeiras e desenvolvimento de amizades, mas uma vivência envolta na pobreza. Todavia, recorda com muito carinho de seu território, e demonstra o desejo de retornar. Trabalhar na agricultura gerava, para ela, uma grande carga, mas também lhe deu prazer, por muitos anos de sua vida. Ela se considera uma pessoa feliz.

Eu me acho feliz, graças a Deus, por viver aqui. Deus ainda me dá esse direito de conviver esse tempo todo, né. Se eu pudesse sair daqui, ir pra uma roça, tiver lugar de plantar, de criar meus bichos, criar galinha como eu criava, criar porco, galinha (MARIA FELIPA, 81 ANOS).

Assim como a maioria das mulheres de sua época, Maria Felipa não teve oportunidades de estudar. Frequentar a escola era uma realidade muito distante para ela, que tão nova já trabalhava nas lavouras. Ela relata que nesse período não havia escolas nas zonas rurais, impossibilitando a maior parte da população pobre – que é majoritariamente negra – de acessar a educação desde os níveis mais básicos. Por conta dos muitos desafios que enfrentava para subsistir, ela teve que abandonar a escola ainda criança.

Eu fui (para a escola), mas minha mente não dava pra nada. A lida do trabalho, criar filho, trabalhar, armazenar, lavar roupa, tudo isso, como era que ia ser? Eu não... a mente não deu não. Coisa é pra assinar o nome, assim, as vezes. Até as vezes, pra assinar, eu ainda copio, mas não dá não. Não aprendi a ler, não. Não deu tempo (MARIA FELIPA, 81 ANOS).

Como pesquisadora negra, muito me toca ouvir e perceber a forma como os percalços ligados à falta de acesso à direitos está intrínseco nas histórias de mulheres negras no Brasil. Todavia, pude ouvir, também, histórias das viagens de Maria Felipa e suas percepções sobre as realidades dos sujeitos ao seu redor. Histórias que contarei no próximo capítulo. Ressalto a figura de potência de Maria Felipa, uma mulher que não endureceu com as durezas da vida. É doce, sorridente e com sua voz suave, é uma mulher disposta a contar de si.

3.4. Eu, Kleyne Janne: notas da minha (re)existência

Não... não se trata de uma autoafirmação exacerbada e narcisista de mim. Trata-se, na realidade, da recusa à perspectiva da neutralidade e afastamento na academia. A subjetividade é parte integrante em todos os aspectos da minha vida, por isso a primeira pessoa sou eu, sem necessidade de distanciamento; muito pelo contrário, a necessidade que reflete é a de uma aproximação afetiva. Tudo que faço me contém, tudo que escrevo carrega quem eu sou (XAVIER, 2019).

Aos três anos de idade ingressei na escola primária do bairro, escola essa onde a grande maioria dos meus amigos e amigas de infância, primos e primas estudaram. Se tratava de uma instituição católica que possuía convênio com a gestão municipal, se tornando assim acessível para as populações mais pobres da cidade. A contrapartida financeira e material naquele período em 2001, chamada taxa de manutenção, era de R\$ 5,00 (cinco reais) mais a contribuição com alguns materiais contidos numa lista no início do ano letivo, tais como papel higiênico, sabonete, álcool, cartolina, lápis e canetas, etc.

Meus pais fizeram questão de me matricular nessa instituição que era conhecida por ter uma boa educação comparada a outras escolas no gênero ou públicas, aos padrões da época e na perspectiva de pais e mães naquele tempo. Fazendo a retrospectiva neste momento, surgem recordações afetivamente prazerosas, bem como memórias dolorosas e delicadas. Construí vínculos com professoras, funcionárias e colegas, várias dessas pessoas não mantenho contato atualmente, mas que marcaram profundamente minha trajetória de vida e, especialmente, minha trajetória acadêmica.

Aos cinco anos já era uma criança plenamente alfabetizada, realidade essa que não se repetia com a maioria dos meus colegas. Alguns aspectos valem ser explanados acerca desse fato, dentre os quais a presença constante de minha mãe em minha educação. Eu era alfabetizada não apenas na escola, mas também em casa. Minha mãe, que possui a mesma formação que minhas antigas professoras infantis – magistério, fazia questão de me ensinar todos os exercícios, e de elaborar novas atividades para que eu pudesse me desenvolver mais ágil e positivamente na escola. É essencial para mim admitir essas vantagens quando reflito sobre as experiências escolares e acadêmicas de colegas que estudaram comigo desde a infância nessa instituição, muitos deles com pais não alfabetizados, ou mães

trabalhadoras desde seus nascimentos que não dispunham do tempo que minha mãe dispunha nos meus primeiros 10 anos de vida.

Apesar da cultura e moral cristã ensinada na escola em que o questionamento não é aceito como positivo e ato de boa educação, sempre fui uma criança falante e com muitas inquietações, e era incentivada por meu pai e minha mãe a verbaliza-las. Assim, era conhecida como a terrível criança que “fala demais” para o gosto de muitos adultos. Ter sido compreendida pelos meus pais na infância foi mister para a construção da minha identidade tal qual se apresenta hoje.

A escola significou para mim um lugar de construção de afetos e relacionamentos, mas também de experiências de violências cotidianas; uma primeira infância marcada pelo bullying e racismo que me acompanharam, assumindo diferentes formas, durante toda minha vida escolar. Por isso, sempre disse para mim mesma e, às vezes para outras pessoas, que detestava esse ambiente. Hoje posso dizer que não desejo voltar a esse período da infância, mas compreendo mais criticamente todos os fatos que se sucederam nele.

Essas experiências, bem como a possibilidade de refletir acerca delas, tem me instigado no decorrer da minha vida universitária. Vivência e pesquisa são aspectos inerentes para mim em particular. Patrícia Hill Collins (2019) destaca a relação dialética entre opressão e ativismo onde grupos oprimidos são capazes de ressignificar suas experiências de vida e a partir da compreensão e consciência crítica de sua realidade, construir teorias críticas sob uma perspectiva singular e elaborar estratégias de enfrentamento.

Permaneci na escola do bairro até a terceira série (atual quarto ano) do ensino fundamental, e aos 10 anos de idade ingressei em uma escola, também confessional, de religião protestante. Um colégio particular onde o perfil do alunado era branco e de classe média. Meus pais já se preparavam há tempos para me transferir, no desejo de me proporcionar uma educação de melhor qualidade possível, e devido ao vínculo empregatício de meu pai, tive o benefício de bolsa.

Ainda assim, era um sacrifício diário custear minha estada nessa escola; era necessário um ano inteiro para pagar as despesas feitas com materiais no início do ano, além da mensalidade. Isso se refletia nas outras necessidades familiares, pois tínhamos que viver com o pouco do pouco. Todavia, faço o exercício constante de reconhecer que apesar dos pesares, eu acessei um ensino educacional mais

elaborado, em uma escola com muitos recursos para desenvolver suas atividades pedagógicas. Essa oportunidade chegou a poucas crianças da minha família.

Ao passo que estava em uma instituição educacional rica com bons recursos financeiros, tive que me deparar com o racismo escancarado por parte de outras crianças e alguns professores e funcionários. Se na primeira escola eu me parecia com todo mundo, nessa eu era muito diferente da maioria. Um pássaro solitário. Ainda assim fui capaz de fazer amizades com outras crianças como eu, que entendiam o que era ser eu naquela selva branca e hostil.

Leitura e escrita têm feito parte da minha trajetória desde que tive noção do que elas significam. Quando criança, costumava carregar uma edição do livro *Pele de asno*, de Charles Perrault por onde quer que fosse. Eventualmente, tanto o livro quanto as memórias acerca da história que ele conta se foram, mas essa lembrança permanece. O incentivo da família a manter esses hábitos influenciaram muito positivamente na minha trajetória escolar e na percepção de colegas e professoras sobre mim ao longo da vida.

Em 2016, logo após me formar no ensino médio, ingressei no curso de Serviço Social de uma universidade federal. Havia logrado aprovações em outros cursos com financiamento integral do ProUni, e também fui aprovada em Serviço Social em uma universidade privada. Apesar dos comentários de várias pessoas próximas que viam na universidade federal um ambiente desmoralizado, sob uma perspectiva bastante religiosa, eu tive naquele momento a percepção de que o ensino público deveria ser priorizado. Era um desejo, a realização de um sonho, por assim dizer.

Serviço Social não era o curso que eu queria. Ingressei tendo em mente uma transferência num futuro oportuno. Durante toda a graduação e até o momento atual da minha vida acadêmica, tenho sentido raiva, e essa raiva reside, também, na ausência de poder de escolha. Minha escolha pelo curso de Serviço Social levou em consideração apenas dois aspectos: empregabilidade e viabilidade de realização. O curso tinha que ser na região, pois nem eu nem meus pais poderiam me financiar morando em outra cidade, então fiz a escolha considerando os cursos existentes no Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Há alguns anos atrás estávamos em uma conjuntura política de crescimento, formulação e implementação de diversas políticas sociais, o que abrangeu o campo de trabalho de assistentes sociais no Brasil, e eu vi isso como

uma oportunidade de me inserir no mercado de trabalho e, finalmente, superar a pobreza.

Apesar de toda a problemática, o curso e eu fomos afetivamente nos escolhendo ao longo da jornada entre o primeiro e o terceiro semestre. Formou-se uma relação que transita entre a raiva e o afeto. Ao mesmo tempo que me revolto com as limitações às minhas escolhas e com uma liberdade tão relativa e pequena, tenho orgulho por minhas conquistas e fico feliz em exercer uma profissão de tamanha importância. Por muitos anos senti vergonha da minha raiva, até perceber que ela me move.

“[...] chegara a um lugar de consciência política que nos permite reconhecer essa raiva abertamente como parte do processo de conscientização e de continuar nos apoiando criticamente. [...] É esse o processo de empoderamento que nos possibilita que nos olhemos nos olhos, que nos cumprimentemos com solidariedade, irmandade e amor” (hooks, 2019, p. 99).

Venho me aproximando cada vez mais das temáticas das relações raciais e de gênero enquanto teoria crítica, movimento que não só acresce meu intelecto, mas em meu aspecto afetivo, com o objetivo de ser útil, com a pesquisa, no ativismo que contradiz dialeticamente a opressão.

Ao ingressar no ensino superior, estudantes necessitam aprender a decodificar o cotidiano da academia, suas regras institucionais e os significados do trabalho intelectual, a fim de se construir um *habitus* do estudante (COULON, 2017). O Movimento Estudantil, por meio do Centro Acadêmico de Serviço Social Marielle Franco – CASSMAF, foi o alicerce nesse processo, possibilitando a compreensão da relação inerente entre teoria e prática. Um ambiente de compartilhamento de afeto, dores e alegrias; conhecimentos incomparáveis. As relações construídas nesse período foram uma base para minha permanência na graduação, me incentivando, mesmo quando não percebendo, a não desistir dessa caminhada.

Ocupar-se cotidianamente com resoluções de conflitos, atividades com o público, grupos de estudo e reuniões foi o trabalho mais cansativo que tive durante toda a graduação até o momento, mas também o mais marcante. Atuar no Movimento Estudantil me tornou uma pessoa melhor, e com certeza eu serei uma profissional mais qualificada após passar por essa dolorosa e prazerosa experiência.

Paralela à minha experiência enquanto estudante universitária foi a minha participação no Quilombo Educacional ONNIM, o qual integro desde 2017 na função

de secretária. Trata-se de um projeto promovido por jovens negros e negras de uma determinada região que tem como objetivo possibilitar a entrada de negros, negras e pessoas da periferia no ensino superior, funcionando como um cursinho popular para vestibular e Enem, porém com uma metodologia pedagógica que protagoniza a ancestralidade africana e a cultura local.

Somada à oportunidade de criar ou estreitar laços de amizade com outras pessoas voluntárias no projeto, pude perceber na rotina das atividades com professoras e estudantes e nas reuniões muitas expressões da questão social que tornam o trabalho um desafio, mas que não provocam o desejo de desistir. Atuar no Quilombo Educacional tem sido essencial para minha formação profissional, bem como uma grande contribuição para a incorporação de aspectos positivos à minha subjetividade. A combinação entre afeto, conhecimento e ancestralidade é curativa.

Todo o incentivo ao estudo que recebi do meu pai e de minha mãe foram decisivos na elaboração dos meus projetos de vida. Meus pais compreenderam desde muito cedo que a educação era um caminho eficaz para me abrir possibilidades as quais eles não tiveram acesso. Eles têm expressado verbalmente que desejam que eu tenha “uma vida melhor, com menos dificuldades”, daí todo o sacrifício para me oferecer o máximo de instrução formal possível.

Minha família é o motor que me comove a seguir estudando e me dedicando à pesquisa. Meus planejamentos atuais não são fruto de desejos superficiais, mas sim a articulação entre minhas experiências positivas de educação em casa, a confiança na minha capacidade e intelectualidade por parte da minha família, os risos cotidianos e as opressões que sofri ao longo de minha curta vida. Tudo isso gera em mim a vontade genuína de transformar vivências em teoria social crítica, tal qual afirma Patricia Hill Collins (2019).

Escolher o caminho da pesquisa acadêmica e ser quem sou e de onde sou, é nadar contra a maré. Cansa, e causa a impressão de que estou falecendo sem ar num denso mar, pensando “Por que você quer voar pássaro negro? você jamais irá voar” (Simone, 1966). Mas de repente reflito sobre as minhas aspirações na vida e percebo que “é um novo amanhecer, é um novo dia, é uma nova vida pra mim... e estou me sentindo bem” (Simone, 1965).

Minha trajetória pessoal e acadêmica se conversa intimamente, visto que muitos dos questionamentos surgem de observações do cotidiano nos ambientes em que convivo. Há essencialidade na transmissão de conhecimentos sob a concepção

única de mulheres negras, que muitas vezes têm suas experiências ressignificadas, dando uma noção autodefinida de si próprias (Collins, 2019, p. 45).

Cada aspecto da vida cotidiana, palavras desgastadas de diários antigos, pensamentos e dúvidas, lembranças de infância, nas relações diárias, experiências dolorosas ou aprazíveis constitui parte formativa da minha identidade e subjetividade; parte essa que se mistura nos meus interesses acadêmicos e nos objetivos que traço. O que estudo me implica, e eu me implico no que estudo.

CAPÍTULO IV – “EU QUERO VOAR, ESCREVER O MEU ENREDO”: subjetividades, percepções e projetos de vida de mulheres negras do Cucui

4.1. Debates privilegiados: percepções de raça, gênero e território

Considero bastante acertada a escolha pela realização de entrevistas semi estruturadas, pois foi possível dar atenção aos variados debates, dentro das temáticas sugeridas, que as interlocutoras se propuseram a fazer. Cada entrevistada privilegiou as discussões que mais a interessavam e dialogavam com sua história de vida, razão pela qual algumas delas estão mais ou menos presentes em algumas seções desse capítulo. Será possível perceber que, em cada seção, as protagonistas mudam, de acordo com a temática abordada. Tomei a decisão consciente de engajar e oferecer escuta crítica às entrevistadas para os assuntos que elas se sentiram mais confortáveis para dialogar. Destaco que todos os nomes mencionados nesse estudo são fictícios.

4.1.1. O tornar-se: processo de assunção da identidade negra

Ao discutir o processo de tornar-se negra, Neusa Santos Souza (2021) ressalta a essencialidade de posse do discurso e das narrativas de si mesma na construção da autonomia enquanto pessoa negra. Não um discurso ingênuo, mas desenvolvido pela consciência da realidade concreta da população negra no Brasil. Assim ela introduz seu estudo: tomando a palavra. Sigo seus passos e reitero, aqui, a necessidade de – novamente e quantas vezes for preciso – me reafirmar enquanto detentora do poder de narrar minha história. Para além disso, espero estar sendo capaz de transmitir de maneira sensível e respeitosa as histórias de vida e percepções das interlocutoras intelectuais entrevistadas nesse estudo.

Denomino-as como intelectuais a partir da constatação, já existente, de que a periferia constrói conhecimentos e de que mulheres negras produzem saber no seu cotidiano. Me afasto do pensamento de que a produção de conhecimento está restrita à academia e à branquitude e me proponho nesse estudo a apresentar as mulheres negras do Cucui e suas noções sobre a realidade.

Ser uma pessoa negra no Brasil é estar envolta nas consequências da associação da figura do negro a aspectos negativos. Uma das estratégias de

desumanização de corpos negros, forjada no período de escravização, foi a de demarcação do lugar de inferioridade a africanos e africanas e seus descendentes, primeiro definindo a diferenciação social de raça, para posteriormente atribuir as mais diversas qualidades negativas (Souza, 2021). A partir disso, a sociedade tem sido elaborada milimetricamente pela branquitude para que a participação social do negro esteja condicionada aos ideais de hierarquia que privilegiam pessoas brancas e promovem o genocídio, epistemicídio e etnocídio de pessoas negras. Acerca disso, Neusa Santos Souza (2021, p. 48-49) afirma que “a categoria racial possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classe, conforme pertençam ou estejam mais próximos dos padrões raciais da classe/raça dominante”.

Diante dessa realidade, assumir a identidade negra de forma consciente e positiva se torna um grande desafio, dado o contexto de esforços massivos de construção social do negro enquanto indivíduo subalterno. Em uma sociedade onde tudo de positivo é associado ao branco, que é quem acessa irrestritamente direitos e bens, pode-se compreender que, para tornar-se gente, é preciso tornar-se branco (Souza, 2021). Isso leva uma parcela de pessoas negras a perseguirem a semelhança com o branco e a assimilar os aspectos da branquitude. Ou seja, desfazer-se de si para tornar-se algo em uma sociedade que não o considera nada.

Ao serem perguntadas sobre como se identificam racialmente, todas as interlocutoras se reconheceram como negras. Algumas reafirmaram:

Eu sou preta, sou negra. Tem a pele negra e nasceu de pai negros (AQUALTUNE, 70 ANOS).

Meu pai era branco e eu sou da cor da minha mãe (preta). Ô, o destino de Deus marcou tudo certo (LUÍSA MAHIN, 109 ANOS).

Eu sou negra. Até meus filhos que tem a pele um pouquinho mais clara que a minha é negro. Pra mim é isso (DANDARA, 25 ANOS).

Fazer o caminho contrário e se orgulhar da negritude é um caminho doloroso, porquanto significa tocar em feridas geracionais e em dores históricas.

A descoberta de ser negra é mais do que a constatação do óbvio. [...] Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (Souza, 2021, p. 46).

O racismo impõe a negros e negras a marca da diferença, sendo o negro diferente em relação ao sujeito branco, que ocupa a posição hegemônica de referência (Souza, 2021). Pessoas negras se veem obrigadas estar sempre em alerta e a, constantemente, se impor para afirmar seu valor e a legitimidade de sua posição. Ser negra é ter que lidar com episódios de racismo cotidiano.

Geralmente assim, quando entro algum mercado, sempre eu sou seguida. Principalmente os que têm aqui perto que eu nunca... eu nem entro. Eu tenho meio que pânico de entrar com bolsas largas, pra alguém achar que eu tô pegando alguma coisa. Quando eu entro em algum supermercado e ficam me seguindo (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Enquanto uma mulher negra num ambiente elitizado e branco tal qual a academia, tenho vivenciado essa realidade cotidianamente. A necessidade de estar sempre a postos para defender minha legitimidade enquanto pesquisadora. Recordo-me de, na graduação em Serviço Social, desabafar com uma professora branca bastante engajada nas lutas pela população LGBTQIA+ e pela afirmação de sua identidade lésbica. Disse-lhe que, embora meu vínculo formal fosse idêntico ao de qualquer estudante branco na universidade, não me sentia pertencente. Esse sentimento ainda perdura. Em um espaço criado para pessoas totalmente distintas de mim, e no qual meu povo adentrou arrombando as portas, considero que jamais me sentirei pertencente. Na academia, continuarei sendo resistente.

O processo de assunção da identidade negra se inicia na infância, nas experiências cotidianas em vários espaços – no âmbito da família, na vivência em comunidade, na rua, na escola, em templos religiosos etc.

Eu acho que um dos mecanismos de dizer que a gente é preta é a escola (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

Eu ficava muito triste quando elogiavam uma pessoa que geralmente era branca, passável e eu não era. Eu ficava assim: “Nossa, eu acho que eu também sou bonita”. Então se a pessoa não está falando que eu sou bonita, então tá, né? Eu não sou bonita e aquela pessoa é. Na minha infância toda um símbolo de beleza pras pessoas da época era uma pessoa branca, era um menino branco, cabelo liso, sabe. No colégio, também, se tinha um branquinho, todo mundo só ia pra cima dele, só conversava com ele e eu me senti assim... Nossa, então tá, né? Na época eu não tinha muita noção do que era racismo. Depois que eu comecei a entender essa questão social que eu disse: “Nossa, eu estava passando racismo e eu não sabia” (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Para mim, a escola e a igreja foram os maiores marcadores da minha negritude. Infelizmente, minha infância careceu de referências negras que me mostrassem o belo e esplendoroso em ser negra. Muito pelo contrário: era bombardeada de discursos religiosos cristãos tanto na igreja, quanto nas escolas em que estudei, ambas confessionais. Me lembro de quando iniciei o ensino fundamental em uma nova escola, particular e majoritariamente branca. Fiquei impressionada com a brancura daquelas crianças e desejei ser como elas. Me pegava pensando: se Deus fez todos à sua imagem e semelhança, e Jesus é tão branquinho, como posso ter nascido negra?

A referência religiosa que eu tinha era de um Jesus loiro dos olhos azuis. Eu passei, então, a orar fervorosamente, todas as noites, para que Jesus me tornasse branca, assim como o hino que eu escutava na igreja:

Eis nesse sangue, lavado
Com roupas que tão alvas são
Os pecadores remidos
Que perante seu Deus já estão

Alvo mais que a neve
Alvo mais que a neve
Sim, neste sangue lavado
Mais alvo que a neve serei
(Harpa Cristã)

Realizar essa pesquisa tocou em vários pontos sensíveis da minha existência enquanto jovem negra. Em muitos momentos me identifiquei com as interlocutoras e compartilhei de seus anseios, risos, dores e sonhos. Mesmo já estando ciente, *a priori*, da minha semelhança com as participantes por conta da minha condição pesquisadora-sujeita, me senti muito feliz cada vez que me identifiquei com elas. Pude compreendê-las como pesquisadora, como mulher negra, como periférica, como residente e vinculada a este território. Múltiplas compreensões.

No caminhar da assunção da identidade negra, o cabelo foi aspecto abordado por todas as entrevistadas, sendo um marcador escancarado de sua negritude. Segundo Grada Kilomba (2020, p. 126-127):

Historicamente, o cabelo único das pessoas negras foi desvalorizado como o mais visível estigma da negritude e usado para justificar a subordinação de africanas e africanos (Banks, 2000; Byrd e Tharps, 2001; Mercer, 1994). Mais do que a cor de pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização.

Isso fica nítido nas narrativas das entrevistadas. Aqualtune fala sobre as recordações sobre os cabelos de sua mãe e suas impressões sobre o assunto.

(O cabelo) de minha mãe era de escadinha, que a gente tudo falava que ninguém puxou o cabelo dela só puxou o de meu pai. Meu pai era negão e o cabelo era duro, bem duro. Aí a gente dizia: “ah, ninguém puxou o cabelo da minha mãe, puxou o cabelo do meu pai” (AQUALTUNE, 70 ANOS).

Era preciso passar por sessões dolorosas de alisamento para se adequar aos padrões de beleza que pregavam – e pregam – a brancura e tudo que a ela se relaciona como referência de belo.

Ah, ai meu cabelo, eu usava aqueles rabo de cavalo que era bem grande e quando começou a pichar e que rolava com ferro de cachear, que era tudo quente no fogo. É aí enrolar. Queimava. A gente se queimava, os povo tinha vez que pegava aqui assim na testa e queimava. Na minha época, usar nesse negócio, quem usasse *black* era mau caráter, né? Na minha época era cabelo liso, que era aquele ferro de espichar, que eu espichava o meu, que caiu todo aí, olha o cabelo caiu todo, fui dar ferro, caiu. Mas e pronto? Na minha época não tinha. Assim... você não era livre para fazer você queria. É... minha mãe mesmo, eu lembro da minha mãe ultimamente. Só a polpa do cabelo dela, que ela usava aquela roda dentro do cabelo (AQUALTUNE, 70 ANOS).

Embora tenhamos avançado consideravelmente, as mais jovens ainda têm relatos de experiências de racismo em relação aos seus cabelos crespos. Quando perguntadas se já ouviram comentários acerca de seus cabelos, Dandara e Xica contam:

Já, né. Que o cabelo é duro, pequeno. Fazer o que... Eu aprendi a não ligar porque é uma coisa natural, a gente tem que se aceitar como nós somos, né. Não pode ligar pra o que as pessoas pensam (DANDARA, 25 ANOS).

Ah, já, muitas piadas: “seu cabelo é um cocô, é cocozinho, cabelo bombрил”. Essas piadas de mau gosto, sabe. Pra pessoa não ter autoestima própria com o seu próprio cabelo. Muitas vezes já pensei até em alisar, passar alisante ou cortar ou enfim... tentar seguir a norma para não receber tantas piadinhas que eu não gostava. Mas eu só fui deixando o tempo passar, usando tranças e esperando, esperando até que eu consegui me aceitar com meu cabelo hoje em dia (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

O cabelo crespo é utilizado como marcador de diferença diante do padrão branco, o que gera inúmeras situações no mínimo desconfortáveis. Certa feita, ainda em minha adolescência, estavam em uma pizzaria uma professora minha, sua amiga

– duas mulheres brancas – e eu. Essa professora demonstrava grande carinho por mim, e sempre me convidava para eventos, para cantar, gosto que compartilhávamos. Percebi, em meio às conversas, que sua amiga tentava olhar meu cabelo, com uma expressão de curiosidade. De repente, ela pediu para tocá-lo e eu não consegui dizer não. Me arrependo amargamente de não ter imposto limites naquele dia. Sua reação foi dizer, imediatamente: “Nossa! É macio! Eu jamais ia imaginar. Pensei que era áspero”. Fiquei muito constrangida e essa situação, obviamente, arruinou o restante da minha noite.

O cabelo crespo tem sido marginalizado em todos os movimentos que tem pautado o amor aos cabelos naturais. Observamos uma grande quantidade de mulheres negras com fios de vários formatos que assumiram seus cabelos naturais, inclusive as que possuem cabelos crespos, mas a forma que a sociedade trata os cabelos tipo 4 é muito mais hostil. Para o pensamento popular, o cabelo cacheado tem passabilidade, e mesmo que haja muitos preconceitos, ainda há certa aceitação. Para os crespos, não há espaço, os estereótipos permanecem como antigamente. Em 2014 decidi parar de alisar o cabelo, num período em que várias meninas estavam passando pela transição capilar. Entrei em vários grupos do Facebook e vi que, apesar de todo o movimento que estava sendo levantado, os cabelos crespos ainda eram tratados como feios. Decidi que iria viver com texturizações, para que ninguém visse minha real textura crespíssima.

Felizmente, num dia de setembro, resolvi me livrar de toda a química. Não queria esperar o cabelo crescer. No momento em que me olhei no espelho com aquele cabelo crespo tão pequenino, me amei. Deixei pra lá a ideia de texturizar. Pela primeira vez, amei meu crespo. Ouvi muitos comentários negativos na escola: “assumir os cachos eu até entendo, mas assumir cabelo duro?”, eu ouvia em meio a risos de deboche. Para Gabriela dos Anjos de Jesus (2021, p. 98),

recriamos potencialidades ao nos autodefinir, já que impera no imaginário social imagens e ideias distorcidas, agressivas, sub-humanas e violentas sobre a aparência e estética negra. Essa desqualificação e inferiorização proveniente do ideal de branqueamento na sociedade brasileira fortalece a desvalorização da imagem da pessoa negra. Por outro lado, somos compelidas a fazer o caminho inverso: o da valorização, da autodefinição, da confiança e do reconhecimento da nossa beleza.

O cabelo de pessoas africanas foi considerado, pelo discurso racista, como um cabelo ruim, inadequado, sujo. Todavia, negros e negras da diáspora africana no

Brasil ressignificaram suas experiências com seus cabelos, transformando-o em ferramenta de consciência política (Kilomba, 2020). Eu fico muito feliz em perceber a admiração das crianças da minha família por meu cabelo, e o desejo dos meninos e meninas em cultivar seus crespos. É uma experiência que se reflete na transformação da consciência das crianças negras atualmente, uma vivência com muito mais aspectos positivos, se comparada à minha infância.

Dreadlocks, rasta, cabelos crespos ou “*black*” e penteados africanos transmitem uma mensagem política de fortalecimento racial e um protesto contra a opressão racial. Eles são políticos e moldam as posições de mulheres negras em relação a “raça”, gênero e beleza. Em outras palavras, eles revelam como negociamos políticas de identidade e racismo – pergunte a Angela Davis! (Kilomba, 2020, p. 127).

Cuidar dos cabelos e fazer penteados é uma estratégia de autocuidado para Xica. Ela me revela que, em seu tempo livre, aprecia fazer tranças e confeccionar dreads para arrumar seu próprio cabelo. Hoje ela consegue ver beleza em si e em suas pares.

Acho que, pra mim, uma mulher linda é uma mulher bem retinta, com tranças grandes ou cabelos enormes, com *blacks* lindos e com corpos grandes. Acho que um corpo grande pra mim, é a caracterização de beleza e saúde. Eu acho (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

As interlocutoras refletem sobre seus processos de ganho de consciência de si e de suas realidades.

A partir das leituras, a partir das experiências, das vivências, inclusive eu, enquanto é do movimento social, que eu sou uma mulher do movimento social, ativista, a gente é forjada tanto dentro da universidade quanto nas ruas, e a gente percebe esse tipo de preconceito todos os dias, né? É aquela coisa da pílula da consciência. A educação faz com que você abra possibilidade de você tomar a pílula da consciência, que você não cabe mais em espaços que você antes achava que era na normal. Então qualquer espaço que você vá, você vai perceber enquanto mulher, enquanto mulher preta, você vai perceber que o racismo é que o patriarcado está ali a todo tempo (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

Atualmente estou me sentindo mais incluída por conta que eu estou entrando em projetos lá no colégio. E no dia do Julho das Pretas, que foi um evento que aconteceu no colégio, eu tomei partida tocando nessa ênfase de que mulher trans negras também estão na margem, também estão na minoria. As pessoas falam de conscientização das mulheres pretas, mas elas não dão voz de fala as mulheres negras, retintas, às travestis negras retintas, não dão ênfase a elas. Então eu cheguei com essa voz pra poder dizer: “*gente, eu também existo, eu também sou negra, eu também passo por várias situações*”

de racismo e de transfobia, que estão atreladas, andam juntas". Porque não só o racismo como a transfobia é o que mais acarreta em mim, sabe? Então eu cheguei a dar ideia de rodas de conversa sobre essas coisas, esses assuntos, trazer mulheres negras travestis à tona, as histórias delas à tona, pra poder dizer que "olha, elas também existiram, elas também lutaram nessa marcha, nessa luta. A gente não é rival, a gente tá aqui, todas passando pela mesma situação". Aí, enfim, eu estou sentindo mais da acolhida, sim, lá no colégio. Aqui em Cachoeira, pouco, assim. Mas eu estou começando a entrar em umas rodas de conversa aqui também, tá sendo muito legal participar (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Me identifiquei deveras com o relato de Beatriz e sua vivência nos movimentos sociais, considerando que minha consciência política foi, assim como a dela, engendrada nos movimentos sociais, no Movimento Estudantil de Serviço Social – MESS na composição do Centro Acadêmico de Serviço Social Marielle Franco – CASSMAF, no Quilombo Educacional ONNIM, nas organizações de Marchas do Orgulho Crespo do Recôncavo, nas formações políticas organizadas por outros movimentos sociais as quais participava. Nessas andanças de lutas, Beatriz e eu nos encontramos diversas vezes e enriquecemos nosso vínculo grandemente.

Beatriz chega a um momento de sua vida onde ela conquista o controle sobre si de modo que a estética não se apresenta mais como uma problemática. Ela consegue fazer reflexões e conceituar beleza e imagem para além dos debates superficiais que comumente ocorrem.

Eu acho que cada um tem as suas particularidades, entendeu? Eu não estabeleço uma perspectiva de padrão de beleza. Existem pessoas que têm suas particularidades, sua beleza de determinadas formas. Eu acho que o belo é muito múltiplo. Não tenho essa complexidade da beleza, assim não, sabe. Tem algumas coisas em mim que me incomodam, mas eu não tenho mais idade pra pensar sobre isso. Eu já pensei muito, mas hoje eu não tenho mais essa complexidade, não. Eu acho que minha vida urge de outras maneiras. Eu estou preocupada com outras questões. Essas questões aí a gente foca na terapia, faz uma análise, porque você acha que você é pequena, você se sente menor, entendeu? Essas questões assim (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

Aqaltune também observa as transformações ocorridas com o tempo e como isso amainou seus sofrimentos.

Hoje é tudo diferente, né? Hoje mesmo ferro não se usa mais. É difícil, Ferro de espichar. Eu mesmo. Né? Eu uso escova e chapinha. E antigamente era ferro na brasa, as vezes chegava a queimar não sabia fazer o cabelo, o cabelo ficava bem fedendo quando acabava de fazer o cabelo. Queimava, tinha gente que não sabia espichar e queimava o cabelo todo, tanto que o meu caiu todo uma vez (AQUALTUNE, 70 ANOS).

A partir das experiências individuais e coletivas e da observação do cotidiano, as interlocutoras foram capazes de desenvolver percepções de si e a compreensão da importância da negritude enquanto categoria política, cada uma à sua maneira. Kabengele Munanga (2020, p. 20) afirma que

Enquanto uma única pessoa continuar a ser caracterizada e discriminada pela cor da pele escura, enquanto uma única pessoa se obstinar, por causa de sua diferença, a lançar sobre outra pessoa um olhar globalizante que a desumaniza ou a desvaloriza, a negritude deverá ser o instrumento de combate para garantir a todos o mesmo direito fundamental de desenvolvimento, a dignidade humana e o respeito das culturas do mundo.

4.1.2. Religião e espiritualidade

Dentre os muitos tópicos abordados pelas interlocutoras em suas falas, a questão da religiosidade muito me chamou a atenção. É fato que a religião influenciou a formação do pensamento social no Brasil, país cuja escravidão foi legitimada pelo cristianismo (Vasconcelos, 2013). bell hooks (2020) faz uma crítica à religiosidade ultraconservadora pelo seu papel na naturalização da pobreza e propagação da lógica de que ser pobre é apenas uma questão de mérito e escolha.

Em geral, os fundamentalistas, sejam eles cristãos, muçumanos ou de qualquer fé, moldam e interpretam o pensamento religioso para fazê-lo se conformar a um *status quo* conservador, legitimando-o. Pensadores fundamentalistas usam a religião para justificar o apoio ao imperialismo, ao militarismo, ao machismo, ao racismo e à homofobia. Eles negam a mensagem unificadora do amor que está no coração de todas as principais tradições religiosas (hooks, 2020, p. 111).

Essa forma de entender as desigualdades e a realidade social está muito presente nas falas de Maria Felipa. Em todas as suas afirmações, uma fala se repete:

Quanta gente, aí, pobre que não tem uma casa pra morar, não o juízo, dorme em qualquer lugar?! Tinha uma mulher que eu via, de lá de baixo, ela dormia em qualquer lugar. São essas pessoas que são... eu não tenho riqueza, porque Deus não me deu esse poder. Não ambição em nada dos outros, não tenho usura em nada dos outros. Quem tiver é porque Deus deu aquele poder de ter, de viver. Cada pessoa tem uma natureza, né (MARIA FELIPA, 81 ANOS).

Aquiltune, em sua vivência como evangélica, pôde notar esse fenômeno nos ambientes em que ela se engajou. Sua opinião sobre o assunto é muito categórica.

Para ela, não é admissível que líderes religiosos apoiem candidatos com posturas militaristas e autoritárias.

Agora, eu acho muito errado os diretores e pastores da igreja votarem em Bolsonaro. A Assembleia de Deus e a Deus é Amor tá assim (AQUALTUNE, 70 ANOS).

O fundamentalismo religioso tem retirado da classe trabalhadora a possibilidade de compreender criticamente os aspectos que envolvem sua própria realidade e as razões de existência da sociedade de classes. Trazendo as mazelas sociais para o campo espiritual, propaga-se a ideia de que a pobreza é fruto do pecado individual, sendo, dessa forma, responsabilidade dos sujeitos que são acometidos por ela. Naturaliza-se as desigualdades sociais como estratégia de manutenção do *status quo*. Para Beatriz Nascimento, o fundamentalismo religioso representa um dos aspectos do genocídio da população negra, por meio do epistemicídio e da construção de uma ética comprometida com a demonização de todos os aspectos da cultura negra no Brasil. Essa relação pode ser percebida na fala de Aqualtune:

Ó, eu trabalhava em uma pousada, e tinha uma menina que ela era muito problemática, e aí um dia eu caí da escada e as meninas lá ficou dizendo que quer dizer, eu já conhecia a religião por causa da minha mãe, que era da assembleia. Mas eu fui cristã. Adolescente. Aí depois eu sai. E aí nesse dia que eu caí da escada que eu fui pra emergência, a turma lá começou tudo, dizer que foi feitiço que a menina jogou em mim. E que eu tinha que ir ver o que foi que eu caí da escada ou... Que eu tinha que ir, né? Para a casa de candomblé e eu sempre tive medo de candomblé, eu sempre tive medo. E aí eu disse: “então eu vou ser crente”. Aí comecei a tomar estudo. E depois me batizei. Estou até hoje, graças a Deus (AQUALTUNE, 70 ANOS).

Sobre as razões que levaram Aqualtune a ter medo do Candomblé, ela explica e também reitera que mudou de opinião:

Antigamente era porque assim? Não tinha muita casa de candomblé, não tinha, né? Só tinha um aí. Da finada Teresa, então eu acordava assustando com as pessoas gritando. E colocavam na cabeça que aquilo ali era coisa que pegava nas pessoas, aí eu tinha aquele receio, mas depois eu receio acabou. Agora eu já entendo mais, entendeu? Aqui, cada um escolhe a sua religião, tanto faz a pessoa ser católica, tem catolicismo, cristão, e umbanda que chama, né? Então eu acho que cada um escolhe o seu e pronto, está tudo bem, tudo bem (AQUALTUNE, 70 ANOS).

Aqualtune demonstra que existe a possibilidade de vivenciar a experiência de espiritualidade em uma religião cristã e se mostrar disposta a aprender e reformular

pensamentos. Beatriz Nascimento, por sua vez, faz uma crítica muito contundente ao fundamentalismo e seus efeitos epistemicidas:

O tempo todo a violência, o preconceito, o racismo entranhado nessas religiões, que é o meu ponto de distanciamento dela. Eu acho que os vínculos dogmáticos prejudicam as pessoas, então assim eu acho que a gente pode transitar em vários espaços até você se encontrar, por exemplo, sem necessariamente você ser essa coisa bitolada. Eu acho que a gente precisa olhar para cada uma delas e perceber o que, de fato, ela tem a nos oferecer. Agora, a partir do momento, quando você coloca essa ideia de universalidade religiosa, porque o problema das religiões pentecostais e neopentecostais é a centralidade. “Eu existo, só existe meu Deus, só existe minha religião, as outras religiões são uma porcaria, a gente não quer contato com as outras pessoas” e isso é um problema, porque a partir do momento que você comunga desse tipo de reflexão, você também é uma dessas pessoas que faz esse tipo de violência com o outro. As vezes as pessoas não sacam porque é sutil, é de uma maneira muito sutil. Bem que a Universal do Reino de Deus, por exemplo, ela tem uma política de estabelecer a religiosidade dela de uma maneira muito realista: “É diabo, é satanás, venha meio-dia que a gente vai tirar”. Mas outras religiões que, pra mim, eu acho que são as piores, que não colocam esse tipo de demonização, e colocam nas entrelinhas, até para as pessoas se aproximarem mais e achar que é tudo lindo, mas que, na verdade, é um dos pontos de violência com o outro, né? E assim, a minha família, mainha é muito tranquila. A minha relação com minha mãe em relação à conversa sobre religiosidade é tranquila porque ela tem essa mente de lá atrás. Quem acessou leituras, quem acessou a educação, quem acessou uma visão de mundo, uma amplitude de situações, não vai ser bitolado. Eu digo como exemplo da minha mãe, entendeu? Mainha é super massa. Minha mãe não é preconceituosa com outras pessoas, ela não demoniza a fé do outro, acha que cada um tem que escolher o que você quer ser, tanto que eu vivo dessa forma aqui e tá tudo bem. Eu nunca fui pressionada pra ir pra igreja, pra você ter ideia. Eu nunca fui assim, tipo assim, mainha: “Ah, umbora pra igreja porque se você não for, não sei o que... Bora pra igreja, porque Deus tem um encontro lá com você”. Não, nunca rolou dessas lá, sabe? (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

Corroborando com Beatriz Nascimento, bell hooks (2020) afirma que as igrejas cristãs são, atualmente, os locais onde mais se expressa a discriminação racial na sociedade. Suas noções sobre espiritualidade excedem os limites da religião. Para ela, a sociedade teria muito mais ganhos genuínos se as religiões dominantes, ao invés de alimentar as estruturas já postas, construíssem uma comunhão mais respeitosa com o mundo e assumissem uma postura respeitosa e antidiscriminatória. Mas em realidade, o que se observa é demonização de religiões não brancas, em especial as religiões de matriz africana e seus entendimentos de mundo.

Agora, eu acho que estraga. É uma pena. Esses espaços são espaços de violência com a população negra. O nosso povo tem sido violentado todos os dias por essas igrejas e isso é um ponto que a gente precisa tratar. As pessoas precisam conversar entre elas sobre isso (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

Para bell hooks (2020), a espiritualidade não necessariamente precisa estar ligada à religião organizada. Algumas das interlocutoras corroboram com esse pensamento.

Eu confio em Deus, minha fia, que Deus falha, não. Não tem outro. A religião não salva ninguém. Eu confio em Deus. Onde a gente tá a gente chama... Quando a gente não acha lugar no transporte a gente chama por ele, né. Pois eu sou uma pessoa que eu não maltrato ninguém. Pra mim, minha religião é essa: eu confio em Deus (MARIA FELIPA, 81 ANOS).

Eu não tenho uma fixa, mas acredito em várias. Geralmente eu tô mais na de matiz africana, que é o candomblé, mas eu ainda não tô frequentando casas, algo do tipo, mas me cuido em casa com o conhecimento que foi me passado e também o que eu vou aprendendo com os mais velhos (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Quando perguntada se fazia parte de alguma religião, Beatriz Nascimento me responde que não.

É uma opção consciente. Eu transito em várias coisas. Eu tenho fé. Eu não estou falando de religião. Você está me perguntando de religião. Experiências espirituais eu acho que eu acredito em muitas coisas e desacredito, também, de muitas. Talvez pela minha formação em história, e sou historiadora, então, a gente consegue conceber e entender o mundo de diversas maneiras, né? Então é muito difícil você romantizar determinadas situações. Porque eu acho que as religiões elas colocam a gente dentro de caixinhas moldadas. Então, quanto menos você se encaixa, pra mim, é o que hoje me mantém, sabe? Eu acredito que existe um ser espiritual maior nesse mundo que é Deus, mas também não deslegitimo outras formas de espiritualidade que existem no mundo. Então, pra mim, estar em alguma denominação religiosa, hoje, é como se eu tivesse... Eu não sei. É porque eu não gosto de ficar em nada que eu acho que tem alguma mentira. Por exemplo, as igrejas evangélicas, mesmo, eu não queria, não seria evangélica. Tanto que minha família toda é evangélica e eu não sou. Por quê? Porque pra mim, ver aquela situação ali, todo aquele contexto, aquela estrutura religiosa para convencer as pessoas é muito cansativo. Então, a minha relação com espiritualidade é muito particular e eu transito assim em determinadas questões que eu não sei nem enquadrar. Possa ser que daqui um dia eu possa me enquadrar em alguma, posso ir pra algum templo religioso e me encontre, mas no momento, eu não tenho religião (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

Dandara ressalta aspectos importantes no seu processo de escolha de um ambiente religioso para frequentar. Ao ser perguntada sobre fazer parte de alguma religião, ela afirma:

Sim. Cristã. Através da minha cunhada. Ela frequentava lá, ela ia, aí me chamou pra fazer visitas, eu fui gostando, fazendo visitas e agora faço parte,

sou membro. Lá não tem esse negócio de política não. Não são contra, mas não aceita politicagem na igreja (DANDARA, 25 ANOS).

Dandara é vizinha bastante próxima de um terreiro de candomblé. Suas percepções acerca das práticas realizadas nos cultos é de que há uma desorganização e barulhos desnecessários. Sobre o terreiro, ela fala:

Tem a questão da... não sou contra religião, mas é uma zuada, uma falta de respeito, que eles gritam, falam palavrão, o que quiserem. Aí fica meio bagunçado. Até que a zuada não incomoda, mas eles gritam, é um negócio fora de ética. Até avisaram que ia ter, mas quando tem cachaça não combina com esses negócio, aí uma zuada, eles fogem do controle (DANDARA, 25 ANOS).

O poder de construir narrativas elabora ideias desumanizadoras sobre tudo o que se relaciona com o negro. A religião cristã surge, no Brasil, de maneira imposta e sendo utilizada como braço direito da escravização como sistema político, econômico e social, compactuando com os horrores do sistema escravagista (Ferreti, 1998). Esses estereótipos são facilmente assimilados, e a falta de compreensão sobre as religiões de matriz africanas fomenta ainda mais as discriminações. Dandara traz, no primeiro momento, uma narrativa negativa sobre o terreiro, mas ressalta que é totalmente favorável à diversidade de práticas religiosas. Pergunto se os sons das músicas do terreiro são empecilho para seu filho, que tem sensibilidade sensorial em razão do autismo. Ela responde que ele se habituou. Sobre a compreensão das pessoas com seus pedidos para abaixar o som em vários momentos, ela afirma que eles compreendem.

Quando iam fazer a festa lá (no terreiro), avisaram que ia ter zuada, por causa das crianças, né, que é pequena, tudo isso (DANDARA, 25 ANOS).

Percebeu-se a forte presença do sincretismo religioso afro-brasileiro nas falas das entrevistadas, e uma relação entre concepções distintas de fé ligadas, principalmente, às religiões cristãs evangélicas e católica e ao candomblé. Ao definir sua religião, Luísa Mahin diz:

Meu avô rezava Cosme e Damião e Senhora Santana. Eu? Por crente. A benção que Deus me deu. Quem me levou foi Soledade ali, ó. Assembleia. Na minha casa, Assembleia é de um lado, e do outro lado é a igreja de São Roque. Meus filho tudo é crente (LUÍSA MAHIN, 109 ANOS).

Sua escolha pela vinculação a uma igreja evangélica não apaga a diversidade de experiências espirituais vividas por Luísa Mahin. Ela conta de forma muito positiva e vívida de uma experiência ocorrida há várias décadas em sua comunidade de origem, quando ela era apenas uma criança.

Eu tava do lado de lá da roça e as meninas ia pescar pra ter aquele peixinho pra comer e me levou. Elas foram, assim, ó, pra um lugar que tem um riacho e eu fiquei na beira do rio, aí olhando assim aquela água branca, aquela água alvinha branca, aí, minha fia, quando eu fui assim olhar, uma moçona toda de branco com um zoião me olhando, eu não vi mais nada. Quando eu vim em mim, eu tava do lado daqui. Precisou pegar a canoa pra ir me buscar. Tem tempo. Eu tava com doze anos. Não sei quem me levou. Eu vi uma moça toda de branco com o zoião me olhando e aí eu não vi mais nada. Até hoje eu posso dizer que foi lemanjá. Quando eu acordei foi aqui, do lado daqui! Em cima de duas pedra que chama duas irmã. Eu tava lá sentada (LUÍSA MAHIN, 109 ANOS).

Fiquei maravilhada ao ouvir seu relato. Lembrei-me que Luísa nasceu no mês de fevereiro, mês em que é celebrado o Dia de lemanjá. Não pretendo analisar ou dar quaisquer explicações sobre a experiência vivida por ela, dada a certeza de que não possuo repertório para abranger a temática das religiões de forma tão profunda. Todavia, espero que a leitora e o leitor se sintam tão intrigados quanto eu ao conhecerem experiências e opiniões tão ricas compartilhadas pelas interlocutoras desse trabalho.

4.2. Mulher negra: trabalho e educação

A falta de cuidado para com mulheres negras causa dores geracionais. Posso afirmar que a memória de minhas avós é um motor para minha busca de conhecimento, avós essas que apenas posso conhecer por meio das narrativas de minhas tias, de meu pai e de minha mãe. Ambas fizeram suas passagens muito novas, sem poder vivenciar a velhice. Minhas avós não tiveram a elas assegurado o direito de envelhecer com dignidade. Uma vida de trabalho e cuidado com todos, uma vida sem ser cuidada.

Durante as minhas observações e escrita do diário de campo, pude perceber essas questões constantemente.

Num dia bastante atípico de inverno, estranhamente quente, os vizinhos recebem a notícia: seu fulano faleceu. Era um homem idoso que, em seu período de maior vulnerabilidade, foi acolhido pela ex-companheira, que dele

cuidou até sua morte. O relacionamento dos dois foi marcado por abusos e desafetos. Ela vivenciou a solidão da subserviência e quando não mais suportou, se separou. Formalmente, ainda eram casados, mas não havia mais relacionamento. Mesmo assim, aceitou cuidar dele na velhice, na doença, quando ele mais precisou. E sofreu com sua passagem. As vizinhas prontamente se dispuseram a cuidá-la, preparar-lhe comida, limpar sua casa, oferecer-lhe o ombro para chorar. Aquelas mulheres rapidamente se organizaram para prestar acolhimento à companheira, que tanto necessitava. Era assim que acontecia: quando uma demandava apoio, todas se dispunham a estar presentes, a prestarem serviços, a oferecer uma palavra amiga ou o silêncio apaziguador. Ali, vi um grupo de mulheres negras reunidas, afetivamente organizadas e praticando o amor. Amar é um ato político (Diário de Campo).

Ao retratar a realidade das mulheres negras, Lélia Gonzales (2020) é assertiva em afirmar que não houve atenuação do trabalho para a mulher negra em função de sua mulheridade. Enquanto escravizada, trabalhava por horas debaixo do sol escaldante, fazia os trabalhos domésticos, criava os filhos de seus senhores e ainda precisava separar tempo para cuidar de sua família e de seus próprios filhos. Após a abolição, essa realidade foi reelaborada para que as estruturas de poder permanecessem intactas. Essa lógica de superexploração se repete, também, para aquelas que tiveram a oportunidade de ascender e acessar o ensino superior.

Já trabalhei em roça, já trabalhei em tudo. Tudo de coisa eu já trabalhei, então eu me sinto feliz disso. Nem todo mundo aguenta como eu, como minhas filhas. Graças a Deus eu me sinto feliz de viver. Tive quinze filhos, criei doze, depois criei mais três. Então eu me sinto uma pessoa feliz, graças a Deus (MARIA FELIPA, 81 ANOS).

Poxa! Atualmente eu tô em dois trabalhos, inclusive. Atualmente eu tenho um empreendimento, eu tenho um salão e atualmente eu estou como técnica de pesquisa. Eu trabalho agora na equipe de violência. Então eu trabalho com comunidades quilombolas investigando violência contra a mulher nessas comunidades quilombolas todas da Bahia. E também com violência política, né? Que as eleições aí, então a gente tem um foco em trabalhar com as mulheres negras, especificamente, que passam por violência política, que enfrenta a violência política no período da candidatura nos partidos políticos. Aí eu estou nessa empreitada aí atualmente, né? Aqui em Cachoeira e em Salvador inclusive, né? Fico lá e cá. Eu tenho que me dividir entre os dois (empregos), entendeu? Justamente por uma questão de uma renda mesmo, pra complementar a renda. Porque senão eu só ficava nesse trabalho mesmo de... Apesar que eu gosto de fazer a unha, né? Mas em questões de corpo, pra se descansar, o trabalho intelectual é muito melhor, né? Não tem nem comparação (BEATRIZ NASCIMENTO).

Lélia Gonzales (2020, p. 58) salienta:

Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos,

é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão.

Esse panorama gera uma série de efeitos na saúde física e emocional das mulheres negras. Ao questionar sobre como se sentiam diante da realidade de trabalho, ouvi:

Minha filha, eu trabalho que nem uma condenada. Trabalho no salão. Quando eu não estou no salão, atualmente, eu estou no projeto. Tenho um cachorro agora, que ocupa minha mente, minha vida, meu tudo agora. E é isso. Acordo de madrugada, cinco horas da manhã eu estou em pé. E é isso, o meu dia a dia se transforma em trabalho, em correria. E não paro, não, um segundo. Eu quero saber qual é o dia que eu vou parar. Eu acho que só quando eu tiver um SIAPE. Eu acho que vai demorar um pouco. É desesperador, porque a gente acha que a gente estudou pra ganhar dinheiro e é mentira. Porque assim, ó: o fato da gente ter acessado o ensino superior é uma questão que eu sempre reflito assim. O fato da gente ter diplomas não se seriamente vai dizer que a gente vai ter um poder aquisitivo econômico. Esse é um ponto central das cotas, né? A Política de Ações Afirmativas, ela dá a possibilidade da população negra com a perspectiva de reparação em acesso ao ensino superior, que foi negado ao longo do da história desse país. Entretanto, a política se limita a só esse processo. Não há uma política de continuidade, que isso teria que ser refletido pelo Estado, só que o Estado não está interessado com isso também, né? O Estado estava interessado, na verdade, em responder a toda uma pressão exterior, né? Porque a gente também não pode deixar e ser ingênuos de achar que essa Política de Ações Afirmativas, mesmo sendo fruto do movimento social, do movimento negro, das mulheres negras, ela não foi uma política de Estado pressionada pelo exterior, porque naquele momento, em 2002, 2003, logo quando o PT, ele entra no poder, há uma ideia de política de um regime democrático em que se abriu possibilidades com capital estrangeiro (BEATRIZ NASCIMENTO).

Beatriz Nascimento faz parte da primeira geração que está tendo a oportunidade de subverter as desigualdades educacionais para pessoas negras. Para compreender a realidade atual de trabalho exaustivo e exploração que as interlocutoras se encontram, faz-se necessário traçar seus caminhos no acesso à educação. Voltemos ao passado.

O presente estudo teve a participação de seis mulheres negras: três idosas e três jovens. As do primeiro grupo vivem uma realidade muito semelhante: não tiveram educação formal e não foram alfabetizadas. Das mais jovens, as realidades são mais distantes: Beatriz Nascimento é professora graduada e mestra, Xica Manicongo é estudante do Ensino Médio Técnico e Dandara não finalizou o ensino médio. Isso demonstra o quão estável tem sido a manutenção das desigualdades educacionais para a população negra no Brasil. Xica Manicongo representa a minoria das pessoas trans, num contexto onde a expectativa de vida para esse grupo é de apenas 35 anos

(Senado Federal, 2017), sendo a maioria das vítimas pessoas negras. Dandara expressa o desejo de retornar, entretanto sua prioridade é cuidar de seus filhos e promover a melhor infância e adolescência que ela conseguir.

As três interlocutoras que tiveram passagens duradouras pela escola relatam experiências constantes de racismo, preconceito de classe e transfobia. Em muitos momentos, a escola se mostra como um ambiente onde diversas violências se manifestam. Replico aqui o relato de Dandara:

Eu sofria, assim, um bullying. Não discriminação de cor, mas sim de... não tinha gás na casa de minha mãe, era uma fumaça horrível. Mesmo apagando, tomando banho ficava fedor de fumaça e as menina na escola ficava me chamando de Maria Fumaça. Minha mãe cozinhava de lenha. Era horrível! Eu não gostava. Eu entrava na escola e ficava doida pra terminar a aula pra vir pra casa (DANDARA, 25 ANOS).

As jornadas de Beatriz Nascimento e Xica Manicongo apresenta semelhanças e diferenças. Duas mulheres negras do mesmo território, mas de realidades e perfis bastante distintos. Considero relevante destrinchar suas jornadas pela educação, sendo elas as únicas participantes desse estudo a acessarem a educação de forma regular.

4.2.1. Xica Manicongo: educação, travestilidade e resistência

Para Xica Manicongo, as violências eram potencializadas pelas múltiplas identidades dissidentes que ela carrega. A escola em que ela estuda atualmente é acessada por meio de processo seletivo. Sua chegada nesse espaço foi, imediatamente, marcada pela transfobia.

Teve também um caso de transfobia que eu sofri no colégio sobre que a questão da minha cor e por eu não ser tão passável assim, porque passabilidade é quando você passa como o gênero que você quer ser vista, ou seja, mulher, feminino. Aí eu não sou tão passável assim por conta da minha cor e também por eu não ser tão feminina, no ponto do ponto que a sociedade entenda e queira, então, lá no colégio eu fui passada, fui barrada de entrar no banheiro no comecinho, assim, da minha transição, que eu não estava me hormonizando ainda. Estava no comecinho, não tinha muitos traços femininos, então eu ia no banheiro feminino porque eu me sentia mais à vontade e acabou que um funcionário, assim que eu saí do banheiro, falou que eu não devia estar entrando ali. Aí eu perguntei pra ele, questionando: “por que que eu não posso entrar aqui?”. Aí ela falou: “Ah, porque você não pode entrar aí”. Não, explicou muita coisa e meio que eu descobri depois que ele só falou isso porque os meninos estavam ao redor, e estavam se incomodando da minha presença no banheiro feminino, ou seja, eles queriam

que eu entrasse no banheiro deles, pelo que eu entendi. E acabou que depois disso, eu acabei me exaltando, assim, comecei a xingar alto, começar a falar: “porque eu não posso entrar aqui? eu sou mulher, o que que você quer?”. Aí eu fui na diretoria resolver essa situação e depois disso resolveu, mas por muitas partes, assim, do colégio eu me sinto muito deslocada, porque é um colégio que tem majoritariamente pessoas brancas aí, acabo sofrendo muito racismo delas, exclusão, olhares tortos, fuxicos, também, que acontece. E por conta da ser travesti também, porque é uma identidade de gênero que nunca teve no colégio. O colégio tem doze anos ou dezesseis de existência e nunca teve uma pessoa trans, não binária, algo do tipo, e eu sou a primeira e tô passando por tudo isso e tô aprendendo agora, nesse ano, a lidar, porque ano passado eu perdi por conta disso, por não estar sabendo conciliar toda aquela violência com os estudos, que era algo muito pesado para mim (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Para Zerbinati e Bruns (2019), os estudantes reproduzem padrões transfóbicos e cissexistas sobre as identidades trans, concebendo essas existências dissidentes como anormais, pervertidas e patologicamente problemáticas, sendo a escola um dos ambientes onde mais se observa as ocorrências de violências transfóbicas. As escolas carecem de discussões que abarquem a diversidade como pauta central em todas as atividades acadêmicas.

Os currículos representam as narrativas que serão apresentadas aos estudantes, e eles estão atrelados a epistemologias. Difundir conhecimento faz parte da construção do projeto de sociedade, sendo assim, uma sociedade pautada nas desigualdades, tal qual a que vivemos, reflete na construção e difusão do conhecimento. Sueli Carneiro (2014) sinaliza, numa análise na perspectiva racial, a existência de um Brasil que firmou um contrato de exclusão e subalternização do povo negro. Pode-se dizer que esse contrato se estende a outros grupos dissidentes (de gênero, raça, etnia, território, sexualidade etc.). A presença de autoras negras feministas é uma excelente estratégia para a construção de currículos interseccionais. bell hooks (2018) sinaliza que a educação precisa ser libertadora, contra as desigualdades e em favor da pluralidade. Ela ressalta a relação entre as discussões pedagógicas e os debates de gênero, raça e classe.

Todo esse arcabouço minuciosamente estruturado para o funcionamento de uma convivência social desigual pode ser subsidiado, também, pela disseminação do conhecimento em espaços formais e não formais de aprendizagem. Por isso a importância da construção de currículos que explorem a diversidade, que toquem na complexidade da vida social contemporânea e que contem a história real numa perspectiva crítica não eurocêntrica. Dessa forma, a aprendizagem poderá colaborar para o alcance da equidade. Currículo, aprendizagem e equidade educacional estão

intimamente ligados, pois sem conhecimento não é possível construir uma sociedade com equidade e respeito não apenas no ambiente escolar, mas em todos os espaços.

O resultado de uma sociedade construída sob a égide das opressões é a naturalização das violências e a visão de episódios transfóbicos, tão comuns em todos os espaços, como algo banal. Fiquei extremamente sensibilizada com os relatos de Xica Manicongo acerca de suas experiências na escola. Para mim, mulher cis, negra de pele clara, foi crucial me aproximar de sua realidade e observar como os entrecruzamentos de raça e gênero se dão de forma concreta. Tem sido uma oportunidade de compreender, com criticidade e sensibilidade, o lugar das diversas mulheres negras no mundo, inclusive o meu. Compreender os privilégios que a cisgeneridade me confere e as vantagens que a pele mais clara me atribui. Vale ressaltar que quando falo em vantagens, não defendo a ideia de que pessoas negras possuem privilégios por serem negras. O movimento que defendo aqui é o de admissão crítica da existência de uma sociedade que hierarquiza pessoas negras segundo suas características fenotípicas (tom da pele, cabelo, traços etc.), num sistema de opressão que potencializa as violências contra mulheres de pele mais escura.

Audre Lorde (2021, p. 158) afirma que “se as mulheres na academia querem realmente dialogar sobre racismo, será preciso que elas reconheçam as necessidades e as condições de vida das outras mulheres”. Esse pensamento é válido, também, na discussão de gênero entre mulheres cis e trans/travestis. É essencial que mulheres cis de todos os espaços estejam dispostas a debater sobre a condição da mulher e de pessoas travestis no Brasil, levando em consideração as múltiplas realidades. Audre Lorde (2021, p. 160) completa:

Se eu participo, conscientemente ou não, da opressão da minha irmã, e ela chama minha atenção para isso, reagir à raiva dela com a minha apenas faz com que as reações abafem a essência da nossa discussão. E sim, é muito difícil ficar quieta e ouvir a voz de outra mulher delineando uma agonia que não compartilho, ou para a qual contribuí.

Para Xica Manicongo, o racismo intensifica as violências transfóbicas que ela sofre diariamente.

Eu sofro transfobia, mais pela minha cor do que pela minha de identidade de gênero, porque que outras amigas minhas que são trans também, são mulher ou travestis, elas sofrem transfobia, mas não tanto pela cor delas, por elas

serem mais claras ou brancas. Então, o fator da cor é onde mais tem violência, assim, da minha identidade de gênero e da minha etnia (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

O caminho trilhado por Xica para acessar uma educação de qualidade foi teve vários percalços e afetou sua saúde consideravelmente. Sobre as colegas, ela menciona:

No começo eu senti, sim, uma repulsa delas, assim de... sabe, de fechar a porta do banheiro para eu não entrar. O banheiro é da biblioteca, aí esse banheiro é para todas, né? Aí meio que elas fechavam a porta sempre que possível, trocavam ou, enfim, estava no banheiro e fechava a porta e eu ficava assim: “Está fechando por causa de mim? Eu vou entrar aqui, sim, sabe?”. Tinha vezes que ficava triste quando eu via a porta fechada e falava: “Miga, bora comigo”, com minhas amigas, né?. “Bora comigo no banheiro, porque eu não quero entrar lá sozinha”. Aí meio que, ano passado, eu fiquei um bom tempo indo com minhas amigas no banheiro por não ter coragem de ir sozinha e de alguém me olhar torto ou falar que não podia entrar. Tanto que, quando começou o colégio e eu não estava me hormonizando, estava com mais traços masculinos, eu costumava usar o banheiro assim, indo nos matos, não costumava entrar no banheiro por medo e sabe, porque eu não ia entrar no banheiro masculino e também eu não queria estar no feminino por conta delas estarem fazendo esse tipo de coisa, de me olhar feio e tal. Então, por muito tempo ficava usando os matos, ia pro mato. Mas hoje em dia já tenho mais consciência, já comecei a criar palestra no colégio pra poder explicar como é que funciona e tô sentindo mais naturalidade, ainda que seja pouca (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Não é apenas com outras estudantes que Xica enfrenta dificuldades. Ela relata um caso bastante complexo envolvendo uma professora:

A professora de matemática*, pra colaborar, é racista e transfóbica, ela não me suporta. Ela não me suporta ainda. Aí num dia assim, meio que desde o começo do ano eu falava “professora, isso aqui é o quê?”, aí ela explicava. Aí eu perguntava: “mas só que eu não sei fazer”. Ela falava: “isso é um problema seu, você teve estudo precário, isso aqui dá no quinto ano”. Aí eu falei: “quinto ano de colégio particular, porque meu colégio foi público, eu nunca tive aula disso aqui”. Aí meio que eu jogar esse novo, esse novo ponto de vista, porque assim, o Colégio Técnico, mesmo sendo um colégio que era para ter mais pessoas que tem ensino precarizado, mas literalmente são pessoas que vieram de colégio particular, e nunca vi públicos. Então eu cheguei lá e falei “Eu não sei isso aqui. A senhora pode me explicar?”. Ela não queria explicar. Ela falou: “Pesquisa no YouTube, se vira!”, sendo que no colégio todo professor tem que disponibilizar uma hora de aula para só uma aluna, assim, tipo, atendimento com um aluno, e essa professora não disponibilizava pra mim e eu sentia que era racismo. Tinha também a questão dela querer que os alunos sejam subalternos, meio que, assim... ela se sentia topo deles. “Faz isso pra mim, pega pra pega um café pra mim, faz isso aqui pra mim”, tipo cadelinhas da professora. Eu nunca me coloquei nesse local, sempre levantei o nariz e falei: “Você está errada, você não pode querer que o aluno faça isso pra você, não tem nenhum empregado aqui”, e ela sempre implicava com colegas negras e mulheres negras. Sempre implicava mais com mulheres negras. Aí minha existência, também, foi o pior pra ela. Assim:

“Nossa! Agora eu tenho que lidar com uma travesti negra”. Que é isso que eu acho que ela pensa. Aí teve um fatídico dia que eu não aguentei mais, que foi o dia que estava chovendo, estava fazendo frio e, como as provas dela de física que eu entendia nada, meio que eu não ia para sala dela porque ela não sabia explicar, não explicava bem, era muito ignorante e eu não fazia as provas aí ela tava aplicando avaliação nesse dia. Aí eu falei: “Eu não vou fazer a prova, vou sair da sala”, e deixei a mochila lá. Só que começou a chover, fazer frio, e eu não tinha condições de ter um capote, aí tinha um capote muito fino e eu disse: “Eu vou ter que pegar aquele capote, tá fazendo muito frio. Eu cheguei na porta e falei: “Professora, posso pegar um capote?”. Ela falou: “Não, que eu estou ocupada. Mas eu disse: “É porque está fazendo frio aqui fora, está chovendo, eu estou aqui do lado de fora”. Ela ficou quieta. E minha mochila, minha carteira fica perto da porta. Aí estava, assim, perto a minha mochila, aí eu tentei esticar pra pegar. Nessa que eu tentei esticar pra pegar, ela levantou avoadada, apertou meu braço e me tirou pra fora da sala e falou: “Você não vai entrar aqui!”. No momento eu já tinha tido... Antes disso eu tinha tido um sonho horrível, assim, com minha mãe, eu acabei levando muito no emocional, e me estressei e chutei a porta, chutei, assim, pra trás, a porta, quebrei a porta e falei: “Você não vai tocar em mim sua branca nojenta! Você é uma vagabunda! Você não tem que encostar em mim, você não pode encostar em mim, você não tem direito nenhum de me encostar em mim! Isso aqui é agressão!”. Aí eu saí assim, estressada, saí estressada, aí eu fui na assistente social falar o ocorrido. Falei primeiro, antes que ela falasse a versão dela e enfim, eu ficar sendo como a vilã da história. Em resumo, eu recebi uma advertência de dois dias e uma reclamação, já que eu tinha dezessete anos, eu ia fazer dezoito. Eu amostrei pra minha avó, falei a situação e fiquei pra mim, o papel. Meio que ela não gostou que foi só isso. Ela fez de tudo, ela lutou pra eu sair do colégio, ela disse: “Eu não quero essa menina aqui. Ela é agressiva”. Não puxou todo o meu contexto social, do que eu estava passando, que tinha passado, de como era o meu psicológico, porque no começo da minha transição, eu não estava sabendo lidar com meus sentimentos e ansiedade, não tava sabendo lidar. Aí chega uma professora ignorante, branca, racista, eu ainda estava por um dia horrível, aperta meu braço e me tira pra fora da sala. Eu não consegui pensar muita coisa, eu chutei a porta de raiva, assim (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Diante de todas as violências sofridas, Xica ainda teve que lidar com uma penalização por sua reação diante do racismo e da transfobia. Para muitas pessoas que presenciaram ou ouviram falar do ocorrido, o comportamento de Xica revelava uma agressividade inerente a ela enquanto preta e travesti, perpetuando o estereótipo da negra raivosa.

Esse incidente ficou muito marcado no colégio e eu fiquei muito conhecida assim: “Ai, a travesti agressiva”. Tanto que esse ano eu tô fazendo tudo para mostrar meu lado acadêmico, fazendo palestra e tudo, explicando e pontuando, porque minha antiga sala, no passado, era muito péssima comigo (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Para Audre Lorde (2021), a raiva possui um poder libertador. A raiva é uma reação às opressões, não uma ação de agressividade inerente às mulheres negras, e é um artifício muito importante para lidar com as opressões. Sobre a raiva, Lorde

(2021, p. 159) afirma que “usada com precisão, ela pode se tornar uma poderosa fonte de energia a serviço do progresso e da mudança”. A raiva é o oposto do silenciamento e da culpa impostas às pessoas negras numa sociedade que alimenta o ódio a pessoas de cor e sistematiza a existência das pessoas de forma hierárquica, fazendo com que negros e negras não tenham condições de viver plenamente nesse país. Sendo assim, “a raiva é uma reação apropriada a atitudes racistas, assim como a fúria quando as ações decorrentes dessas atitudes não mudam” (Lorde, 2021, p. 162). A raiva é, portanto, uma fonte de sobrevivência.

Urge ressignificar a raiva como estratégia de resistência, e não como símbolo de selvageria insana de mulheres negras. Assumir a selvageria de quem advoga por si de forma individual e coletiva em vez de assumir o local passivo e silenciador de vítima.

Xica Manicongo, no entanto, não estava sozinha. Recebeu apoio de suas semelhantes. Pôde construir afetos em comunidade e reafirmar que sua existência é envolta em dor, mas não pautada por ela.

No começo eu tive mais apoio pelas tias da merenda, os funcionários, porque os únicos funcionários que implicavam comigo eram os homens. As mulheres não tinham isso tudo, não. Elas realmente me respeitavam. Principalmente, elas são negras. A maioria delas são negras e eu tenho muito respeito por elas, porque dá para ver que elas têm um amor, uma empatia comigo, “Ah, você não está sozinha aqui, você vai conseguir, você vai entrar nesse colégio, vai se formar e vai sair daqui linda!”. Porque eu tenho mais apoio delas, assim, do que muitos alunos do colégio. Então comecei a ter apoio das funcionárias que trabalham lá da assistente social, que me ajudou muito nesse processo, da pedagoga, também, da psicóloga, e acho que a maioria, assim do colégio, das pessoas que trabalham lá, eu tenho mais convivência, mais amizade, mais trocas com esse tipo de gente do que os discentes, que são os alunos (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Xica tem assumido uma postura de liderança que está transformando as narrativas construídas sobre pessoas travestis na percepção da comunidade escolar. Sua postura tem sido motivo de interesse nas pessoas, e o apoio às suas reivindicações tem crescido.

Eu agora sou a vice-líder da minha turma. Eu mandei várias cartas com a assinatura de todo mundo pra poder falar tudo que ela fazia, não só comigo, com o resto da turma também. A ignorância dela, o racismo dela, gordofobia, as coisas tudo que ela fazia na sala, eu coloquei lá. Então ela começou a mudar o jeito dela, está mais diferente agora. Parece que enfim, deu uma amansada, porque ela viu que enfim o babado estava pegando pra ela (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Xica Manicongo (r)existe e sua voz reverbera suas lutas, seus afetos e seu conhecimento. Xica Manicongo presente *em vida!*

4.2.2. Beatriz Nascimento: ecoando a voz da negritude

Ao falar sobre a escola, Beatriz Nascimento rememora o apoio que recebeu de sua mãe e a forma como isso a fortaleceu em sua trajetória. Ela, que sempre gostou de estudar e se aprazia da leitura, sempre teve a pretensão de ingressar no ensino superior. Foi o sonho de sua mãe que se tornou seu sonho, como já mencionado no capítulo anterior. Em sua primeira infância, teve contato com a cultura em suas diversas formas: livros, música, mídia. Desenvolveu diálogos com as mulheres de sua família que foram cruciais para a sua formação.

O sonho de sua mãe se inicia nela mesma, sonho esse interrompido pelas desigualdades que ela enfrentou enquanto mulher negra em um período em que os acessos eram muito mais restritos que agora.

A cidade não tinha oportunidades, não tinha nada, não tinha política pública, não tinha políticas de ações afirmativas. As pessoas tinham que trabalhar, porque se não trabalhasse não ia ter o que comer. Então, como é que você opta a estudar? Você opta a trabalhar. E no interior, como você não tem uma universidade, não tinha uma universidade, não é? Elas tinham que sair daqui pra estudar. Então isso dificultou muito o acesso da minha família a crescer, até porque na época delas, vencer na vida era trabalhar. Não era estudar. Eu sou de uma geração que que tinha que estudar pra ser alguém na vida. Minha mãe é de uma geração que tinha que trabalhar pra ser alguém na vida (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

Para Carneiro e Sampaio (2020), a família tem um papel determinante na predição de sucesso e fracasso escolar dos indivíduos. Beatriz faz parte do grupo de jovens que compõem a primeira geração da família a acessar o ensino superior, conquistando sucesso e permanecendo na vida acadêmica enquanto pesquisadora, sendo a primeira pessoa de sua comunidade a alcançar o título de mestra.

Beatriz Nascimento também narra experiências traumáticas em sua infância e adolescência em uma escola particular. Replico aqui a fala já mencionada:

Eu acho que um dos um dos mecanismos de dizer que a gente é preta é a escola. Eu, na minha educação. Infantil e fundamental, eu estudei em um colégio particular. Então, esse espaço desse colégio particular sempre me colocou... inclusive eu só andava com as meninas que pareciam comigo, ou seja, que eram as pretas, né? Então, desse modo, durante a questão da

escola, as professoras sempre preferiam as meninas mais claras, mais brancas, as brancas, né? As filhas dos médicos, as filhas dos empresários, os filhos dos empresários, os meninos só olhavam pra essas meninas, então não, não foi necessário, na verdade... o racismo colocou a gente sempre nesse lugar pra gente saber que a gente tinha uma característica que era preta, que era ser negra. A questão da classe social também conta muito, né? Ser de baixa renda, bolsista, entendeu? Porque eu estudei nessa escola como bolsista integral, aí, nesse sentido, tanto a questão de classe quanto a questão de raça me colocou (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

No entanto, Beatriz tem ciência das nuances de sua realidade enquanto uma mulher negra não retinta e que não possui um cabelo crespíssimo.

Eu não sabia que eram esses termos, nem de como a sociedade se configurava para que eu analisasse aquele momento. Eu analiso hoje, após ter leituras, ter formação, entender que é uma questão histórica, mas naquele momento a gente sabia que a gente tinha características dessa forma, tanto que meu cabelo, minha mãe sempre botava duas tranças, né? Porque mainha nunca deixava meu cabelo solto porque era muito cheio. Fazia um “vru” assim. Então as meninas na escola e os meninos ficavam dando risada do meu cabelo porque ele era muito cheio tipo um balaio. E antigamente não tinha essa questão de fitagem. E olha que meu cabelo não é crespo, né? E olha que eu estou numa questão de privilégio que o meu cabelo não é crespo, meu cabelo é cacheado ou puxado pro ondulado e mesmo assim eu passava por essas questões. Porque na verdade, minha cor e minhas características já diziam logo, né, quem eu era (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

Na adolescência, pode, então, vivenciar outras relações de cumplicidade e amizade saudáveis, ao ser transferida para a escola pública. Sua experiência na escola melhorou consideravelmente.

No colégio público você encontra os seus. Inclusive, sempre fui prodígio. Sempre gostei de estudar e continuei essa questão do gostar de estudar na escola pública também. E assim, você encontra os seus, as meninas parecem com você, você não tem aquele conflito de identidade, né? (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

O passado histórico do Brasil é marcado pelas mazelas da escravização dos povos indígenas e africanos. Esse passado acarretou em consequências catastróficas para a sociedade brasileira e para o desenvolvimento das relações sociais, pesando a permanência do racismo e da colonialidade. Nesse cenário, pessoas negras e indígenas foram privadas de direitos e relegadas aos locais de menor prestígio, sofrendo cotidianamente com as desigualdades interseccionais. No âmbito da educação, esses grupos foram impedidos de estudar e acessar espaços educacionais durante séculos, o que influenciou nos níveis de ensino formal dessas populações.

Beatriz Nascimento faz parte de uma geração de jovens negros e negras que se beneficiou com o processo de interiorização das universidades públicas por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e da materialização das Políticas de Ações Afirmativas. A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB foi criada no ano de 2005 por meio da Lei 11.151/2005, sancionada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, após séculos de reivindicação da população do Recôncavo e dos movimentos sociais por uma universidade e pela democratização do acesso à educação. Suas atividades se iniciaram no ano seguinte. Sobre isso, Beatriz explana:

Naquele momento, essa política era boa para o Estado, porque o Estado precisaria responder a quantidade de pessoas que não acessavam esse ensino superior, né? Na verdade, o processo de escolarização até para o Brasil entrar no BRICS. A gente tá falando de duas dimensões. A primeira dimensão, que é uma dimensão externa, que é uma questão de política de Estado externa, que interessa a relação do Estado brasileiro com as demandas dos outros países, né? Que estavam em ascensão, como no caso da Índia, do Brasil. Entretanto, todavia, a gente tem um ganho que é essa coisa da Política de Ações Afirmativas, e muitas pessoas tendo essa oportunidade... essa oportunidade não. Esse direito, porque não é oportunidade, é um direito de acessar, de ter o diploma (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

Ao passo que reconhece as conquistas advindas da ampliação do acesso à educação para as populações mais pobres, Beatriz Nascimento tece uma crítica à falta de preparo para que esses jovens fossem recebidos pelo mercado de trabalho e às desigualdades geradas por essa problemática.

O mercado de trabalho, ele não se preparou para isso. O mercado de trabalho estagnou. E aí, em que medida o movimento social, também, que foi cooptado – É a minha leitura, viu. O movimento social que foi com a cooptado para o Estado, para os cargos de confiança, a maioria das lideranças do movimento social. Eu utilizo o termo cooptação, mas eles foram convidados a integrar esse governo, e aí nesse sentido, se parou de pressionar essa política e de reavaliar essa política, até porque a gente não tinha nada, e aí chegou um momento da gente ter a possibilidade de ingressar no ensino superior. Essa pra mim é uma grande questão que está relacionada à minha vida. Porque eu sou fruto da Política de Ações Afirmativas, então eu acessei a universidade pelas cotas, fui cotista, né? Fui bolsista integral no Ensino Fundamental. Estudei em colégio público no Ensino Médio. Fui cotista, então eu sou o resultado dessa política, dessa Política de Ações Afirmativas. Eu sou resultado das cotas, eu sou fruto das cotas. É uma questão complexa, porque ao mesmo tempo que eu tenho diploma, eu ainda não acessei o mercado de trabalho na minha área. Eu não acessei o mercado de trabalho na minha área por duas questões: porque a minha cidade carece de oportunidades e também o valor que é pago para professores aqui na nossa região como serviço prestado, ele não é uma coisa positiva, né? É uma coisa que precisa ser avaliado (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

Ela fala sobre uma das estratégias para lidar com a questão do desemprego para os egressos das políticas afirmativas:

A continuidade nos estudos tem sido uma grande saída para os cotistas, que é seguir até o doutorado, porque as bolsas possibilitam você se manter. E aí estamos falando de manutenção de famílias. Não estamos falando de manutenção de um indivíduo só, como é o caso das pessoas brancas. A maioria, não vou botar todo mundo, né? Porque tem branco pobre. Mas a maioria dos brancos e das pessoas que vem de uma família com poder aquisitivo de classe social elevada, tem isso como integral, né? Para eles (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

Na esfera do ensino superior e com as Políticas de Ações Afirmativas, muitos avanços foram conquistados com o ingresso de pessoas negras nos cursos de graduação e pós-graduação, diminuindo as desigualdades, todavia, sem inverter a lógica do racismo. Negros ainda são minoria no espaço acadêmico, principalmente em cursos de mestrado e doutorado e nos cargos de docência. Com a garantia do ingresso, também se constatou ser necessário olhar com sensibilidade e criticidade a questão da permanência, seja ela material ou simbólica, pois estudantes negros precisam conciliar as demandas oriundas de sua realidade – desigual e excludente – com as exigências acadêmicas (Brito, 2009), e além disso, ter que lidar com a discriminação, visto que “havia uma expectativa, igualmente preconceituosa, de que os estudantes negros cotistas egressos da escola pública, na sua maioria, não concluiriam seus respectivos cursos” (Mattos et al, 2013, p. 87).

Há de se reconhecer os grandes avanços das Políticas de Ações Afirmativas, bem como das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 para a população negra, povos indígenas e para a toda sociedade, considerando que elas permitiram o início de mudanças nas narrativas formais da história do Brasil ao incluir negros e indígenas como contadores da própria história. Assim como é importante observar os desafios encontrados e pensar proposições para continuarmos caminhando e promovendo transformação social.

Ser uma mulher negra na academia e no mercado de trabalho implica em ter que lidar com a constante deslegitimação do conhecimento e capacidade de gerência da própria carreira. Transitar em espaços majoritariamente brancos e masculinos significa ter que vivenciar situações de racismo e misoginia cotidianamente.

Normalmente as pessoas não têm credibilidade com a gente quando está à frente de um negócio. Elas acham que, por ser mulher, você não tem uma capacidade de organização administrativa. Então quando você é empreendedora, que é dona do próprio negócio, muitas pessoas acham que você não tem uma capacidade cognitiva pra administrar esse espaço. Você chega, por exemplo, pra fazer a inscrição, lá na prefeitura, de nota fiscal, essas coisas e tudo. Quando é um homem que vai se apresentar nesses espaços, mesmo, o negócio dele sendo um pequeno negócio, as pessoas olham ele de uma maneira mais de crédito. Já nós, mulheres, vê aquela coisa de uma maneira menos respeitosa, ou seja, não tem aquele impacto quando você chega no espaço e os olhares, a forma como se reporta a você, tem todo um mecanismo de que quem sacou a ideia do patriarcado, do racismo nesses espaços quando você está, você começa a perceber nas entrelinhas as atitudes das pessoas com você (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

Beatriz afirma que sua intelectualidade tem sido constantemente questionada na academia, onde sua presença causa incômodo e sua voz é usada para levantar questões importantes para o povo negro.

Na graduação, eu tinha um professor que era do Sudeste. Ele, a maioria dos professores, inicialmente, do curso, eram do sul. E aí ele passou um trabalho, só que assim, tinham muitas pessoas que saíram do ensino médio e durante muito tempo ficaram sem estudar, né? Então, assim, a minha turma era geracional, tinha gente do meu perfil, que tinha acabado de sair da escola, estava todo mundo no gás da situação e tinham muitas pessoas, também, que eram mães de família e pais de família que já tinham se formado há anos. Então essa coisa com a tecnologia, com o computador, com tudo isso, era muito complicado, até porque nem todo mundo tinha uma condição de comprar um notebook. Então esse professor, eu lembro que foi uma disciplina, eu não sei a disciplina, qual foi, só sei que ele passou um trabalho e aí a gente ficou com muitas dúvidas de como ele queria o trabalho, a estrutura do trabalho de norma de ABNT, essas coisas. Não foi nem o conteúdo. E aí ele fez o sinal do digitar: “Vocês precisam digitar, vocês precisam escrever”, como se nós tivéssemos problemas cognitivos. Ou então como se a gente tivesse um problema de intelectualidade e aquilo ali, ele como um ser superior do Sul, né? No caso do Sudeste, se colocou em questão numa sala de pessoas do Recôncavo, pretas. Isso pra mim foi racismo e violência. Porque ele poderia muito bem, como professor, ensinar e informar quais eram as normas da ABNT que ele queria. O papel dele ali era ensinar. Se pessoas tinha dificuldade da estrutura da prova que ele queria, era um problema que ele tinha de sanar, não necessariamente diminuir as pessoas, se colocar como se as pessoas tivessem problemas de entendimento. Então é isso aí, fala. São várias coisas. Se eu for parar pra falar com você aqui, você faz uma tese de doutorado (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

Para pessoas negras, o processo de tornar-se sujeito é atravessado pelo silenciamento, pela imposição de discursos, narrativas e epistemologias, pelo impedimento de acessar espaços (Kilomba, 2020). Quando Beatriz Nascimento e as demais mulheres negras participantes tomam a caneta que escreve suas histórias, promove revolução com seu ato de desobediência às normas. Enquanto mulheres

negras, “ao conhecer, valorizar e afirmar a multiplicidade das nossas experiências, trajetórias e ideias em diferentes temporalidades, estamos promovendo rasuras no cânone acadêmico e além dele” (Jesus, 2021, p. 105).

Quando eu, Kleyne Janne, decido retomar o poder de construir narrativas sobre mulheres negras periféricas, sobre mim, eu estou gritando para o mundo que

Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político. O poema ilustra o ato da escrita como um ato de tornar-se e, enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou (Grada Kilomba, 2020, p. 28).

Apesar dos desafios, Beatriz está muito feliz exercendo a função de pesquisadora e trabalhando com mulheres negras. Essa experiência tem oportunizado o ganho de aprendizados únicos.

4.3. Mulheres negras intelectuais e *griots* na periferia: estratégias de resistência e enfrentamento

Como um estudo que se orienta pela noção de essencialidade do território nos processos de subjetivação das pessoas, afirmo que o desenvolvimento em comunidade é de suma importância na formação dos sujeitos. Isso não é novidade. Nesta seção, apresento como resultados os aspectos observados como estratégias de agenciamento e resistência das mulheres negras da comunidade do Cucui frente à realidade, percebidas nas narrativas exteriorizadas nas entrevistas. São esses: vivência em comunidade, memória e oralidade.

A primeira dimensão analisada é a do fortalecimento mútuo em comunidade. A intelectual bell hooks (2020) já chamava a atenção para o fato de que apenas experimentando a convivência em comunidade é que podemos vivenciar o amor na perspectiva do cuidado, respeito, responsabilidade, confiança, dentre outras qualidades. Estamos acostumadas a viver em uma sociedade que promove uma ideia de família alimentada pelo patriarcado, cuja representação ilusória da família nuclear hétero-cis toma o protagonismo (hooks, 2020).

Substituir a comunidade da família por uma unidade autocrática menor e mais privada ajudou a aumentar a alienação e a possibilidade de abusos de poder.

Isso deu controle absoluto ao pai e controle secundário, sobre as crianças, à mãe. Com o estímulo ao afastamento das famílias nucleares da família estendida, mulheres foram obrigadas a se tornar mais dependentes de um homem, e as crianças, mais dependentes de uma única mulher. É essa dependência que se tornou e continua sendo solo o fértil para os abusos de poder (hooks, 2020, p. 162-163).

Todavia, a experiência de criação em comunidade ainda é vivida por muitas pessoas, mesmo quando minada pelas concepções e vivências nucleares de família. A realidade das interlocutoras desse estudo demonstrou que as mulheres negras da comunidade do Cucui são capazes de manter as tradições africanas de criação das crianças e de suporte mútuo, muito mais expressivamente do que os homens. As mulheres organizam suas rotinas de modo que abrem possibilidade de promover o cuidado com suas famílias e as famílias de seus vizinhos e vizinhas. A importância de uma comunidade centrada nas mulheres negras está presente em toda a narrativa de Beatriz Nascimento. Isso está presente, também, no relato de Aqualtune:

Maria Felipa está ali até hoje, viu? Eu cresci. Ela cuidou de mim. Eu cuidei dos filho dela também. Muito bom. Os meus vizinho é tudo família, Celeste, Esmeralda me considera como mãe, Mário. Então pra mim aqui, realizei tudo a minha vida. Eu não penso sair daqui, não (AQUALTUNE, 70 ANOS).

Vale ressaltar que essa realidade, apesar dos aspectos positivos de manutenção de uma cultura de cuidados, não suprime a problemática que envolve a sobrecarga posta sobre mulheres negras em relação aos cuidados com os outros. Mulheres negras, muitas vezes, vivem suas vidas inteiras dedicadas a cuidar de suas famílias, de seus vizinhos e vizinhas, de seus patrões e patroas e seus filhos. Mas quem cuida das mulheres negras?

As experiências em comunidade foram similares para as cinco interlocutoras cis, todavia, para Xica Manicongo, uma jovem preta travesti, as vivências foram marcadas pela violência e transfobia.

Assim, desde pequena eu brincava no bairro, sempre brinquei ali na frente no meio de todo mundo, eu nunca tive nada, mas eu senti que depois da minha transição... nem depois, eu acho que quando eu estava começando a me entender com um gênero diferente, estava começando a fluir nesse lado de ele ou ela, eu estava sentindo que uma leve diferença, um leve deboche, uma tratamento diferente da minha existência. Então eu comecei a me isolar mais, criei uma casca protetora pra mim e comecei a não falar mais com ninguém, não olhar na cara de ninguém, passar sem falar com ninguém. Então eu me fechei muito mais por medo de ser agredida verbalmente e também por não saber lidar e não sabe ter paciência pra explicar porque, no começo, assim, da minha transição, eu tava com muita paciência pra explicar, "Olha, agora é

Xica Manicongo, agora é ELA”, mas já passou um ano e eu não estou com muita paciência, geralmente eu passo assim, eu não falo muito, aí quando erram o pronome eu corrijo ali, a pessoa continua errando, aí já me deixa muito agoniada, eu vou pra casa e geralmente eu não saio. Porque depois da escola técnica, que eu viajo assim de manhã e volto tarde à noite, depois disso, eu não saio muito de casa. Geralmente eu saio só de noite, bem tarde ou de manhã bem cedo pra não ver as pessoas, porque eu não sei lidar com essa situação e não sei como é que elas iriam lidar comigo, né? Então geralmente eu faço isso. Pra me proteger (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

À Xica é negado o direito à vivência saudável em comunidade, enquanto travesti. Se para Simone de Beauvoir (1980), a mulher é o outro frente a um olhar generificado que posiciona o homem no topo dos privilégios e para Grada Kilomba (2020), a mulher negra é o outro do outro, ocupando uma posição ainda mais desafiadora nas relações sociais dadas as intersecções de raça e gênero, ousou afirmar que travestis e mulheres trans negras são o outro do outro do outro, ocupando um grau de outridade tal que nem chegou a alcançar a busca por ascensão social e acesso a tantos direitos como pauta principal. Para sujeitas travestis, a busca maior ainda é a manutenção da vida. Cotidianamente, Xica Manicongo tem que lidar com as várias tentativas de ceifar sua vida, seja pela violência física ou pelo adoecimento mental.

Ao realizar as análises das narrativas das entrevistadas, vi a imprescindível urgência em levantar a discussão acerca da transfobia dentro das comunidades negras. Urge discutirmos as diferenças intragrupo e pautarmos como lidamos com essas diferenças entre pessoas negras e periféricas. Para Xica, acessar o direito à cidade ainda não é uma realidade concreta.

Eu realmente fico muito em casa, não saio muito. E eu acho muito disforia na hora que eu saio por conta de piadinhas que eu recebo, então prefiro ficar em casa. E essas situações que eu vou pra Salvador é muito diferente, porque lá não tenho todo esse foco, assim, em mim, porque lá existe várias travestis negras, retintas, várias, então o povo já tá sabendo como lidar com esse tipo de identidade de gênero. Porque lá parece que as pessoas estão mais acostumadas a ver pessoas trans, travestis, já aqui eu acho muito diferente, porque depois que eu me transicionei eu percebi que não tinha muitas (trans e travestis), mas depois que eu fui analisando tinha sim, umas pessoas que se dizem travestis e trans. Eu falo “se dizem” porque a tratativa que elas agem aqui é muito diferente da minha, porque se alguém errar o pronome ou falar “ai, você é homem”, elas não tomam partido, elas não falam nada e meio que esse posicionamento delas afeta a mim também, já que eu sou uma pessoa trans e eu me imponho assim: “Não! Você vai falar o meu nome certo, você vai me respeitar!”. Porque eu sei as normas, sei as leis, sabe, eu me sinto mais no quesito de posturamento em relação a elas aí eu não entendo muito bem, não sei muito lidar, porque as pessoas acham que “ah, só porque eu

tratei essa aqui de um jeito eu vou tratar outra também, porque são iguais”, não sei o quê. Então eu sinto que o Cachoeirano não tenho muito entendimento do que é uma identidade de gênero travesti ou pessoa trans. Aí eu acabo que fico mais em casa por conta disso (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Xica não segue só no mundo. Ela constrói uma comunidade com outras travestis e mulheres trans, e é acolhida por esse grupo. Em sua fala, ela demonstra admiração pelas suas amigas e suas trajetórias.

Da cidade são poucas pessoas que eu tenho convívio, que eu possa dizer que é uma pessoa que me inspira, mas tem uma que é minha amiga, ela é travesti também, mas ela não é de Cachoeira, ela é de São Paulo e veio pra cá pra estudar e eu acho que eu me inspiro muito nela, assim, nesse quesito de questões acadêmicas, que ela é muito inteligente. Eu quero ser igual a ela. Quero estudar pra ser igual a ela. Quero ser inteligente que nem ela. Então me inspiro muito nela em questão de vivência (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Nas falas das mulheres cis entrevistadas, percebe-se a presença do sentimento de acolhimento e saudosismo pela infância.

Eu sempre gostei de morar no Cucui, nunca pensei em sair, tô morando aqui embaixo por circunstâncias. Mas não era um incômodo pra mim morar ali, não, até porque minhas melhores amigas são dali. Eu consegui, mesmo na faculdade, manter as minhas relações de amizade. A gente brincava muito de sete pedras, mesmo na ladeira, baleado, coisa no quintal, entendeu? Então, eu tive uma infância no Cucui que foi uma infância maravilhosa (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

Sou muito feliz porque tenho muitos amigos, né? Amigos, boa vizinhança, muito feliz. Mesmo nessa ladeira aqui, eu nunca pensei em sair. Gigante. Todo mundo bem, todo mundo sou amiga de todo mundo, graças a Deus tenho essa idade, não tenho inimigo nem. Gosto muito daqui. Cê vê mesmo ontem, aí, tio morreu com 102 anos e me viu crescer. Entendeu? (AQUALTUNE, 70 ANOS).

Conclui que, enquanto comunidade negra, somos capazes de utilizar o acolhimento como estratégia de resistência. Entretanto, ainda precisamos caminhar muito na compreensão e respeito às diferenças que temos entre nós para que todas as pessoas se sintam acolhidas e incluídas de forma saudável.

A segunda dimensão é a da memória. Aqualtune, Luísa Mahin e Maria Felipa, em suas contações de histórias, descrevem o Cucui antigamente. Suas memórias entrelaçam a rua aos seus moradores e moradoras. Quando falam do bairro, não o fazem apenas numa descrição seca e superficial de casas e estradas, mas o narram interligado aos sujeitos e aos caminhos.

A vida sempre foi essa. Bons amigos, bom vizinho. Foi boa me falando? Minha vida aí no Cucui. Joana brigava porque a gente ficava até de madrugada estou fazendo zuada na rua. Joana que controlava todo mundo ali, fazia fuxico de mim com Chiquinho tomar conta eu tomar conta do seu dela, que ela trabalhava. Foi uma fase boa na minha vida (AQUALTUNE, 70 ANOS).

O Cucui antes... eu vim pra aqui, era uma buraqueira aí ó, no meio, quando chovia a água “dééé” parecendo um riacho. Era essa (casa) daqui, aquela que tá ali que é de Tereza*, aquela que o véi morreu e tinha a casa de Firmina* (LUÍSA MAHIN, 109 ANOS).

Luísa Mahin viu praticamente toda a rua ser construída. Quando, ainda criança, veio morar no centro de Cachoeira, quase não havia casas no Cucui, nem ao menos calçamento. Maria Felipa também se recorda da chegada e partida de muitas pessoas.

Quando sua avó veio pra aqui eu já morava aqui há muito tempo. Aquelas casa tudo dali não tinha nenhuma. Só tinha ali a casa de Maria*. Era a casa de João*. E aquela casa de Norma* que era um pedacinho. E a casa que, hoje, Ana* mora, que era a casa de Vara. A casa da finada Zeta*. Depois Bú*. A casa de Bú era casa de uma pessoa que foi embora. E a casa de Carlos*, aquela ali do lado de cá, tinha a casa de Júlia*, que era outro dono. A casa de Betina* também tinha, ali. Algumas casa, já. Que Betina morreu, já. A casa que Marília* comprou, que tem um pé de manga no fundo, não tem? A casa da finada Marília. No fundo da casa de Mariana*. Aquela casa é velha, velha! É doce, aquele pé de manga (MARIA FELIPA, 81 ANOS).

Fui fazendo o caminho da rua, pelas casas que Maria Felipa citava. Fiquei feliz em ouvi-la falar de minha avó materna, que só conheço por meio das memórias das minhas mais velhas. Fiquei muito contente, também, quando ela falou do pé de manga. Minhas próprias memórias vieram à tona, eu, criança com minhas primas, primos e amigos correndo pelos quintais e subindo nas árvores. A casa e o pé de manga não pertenciam a Marília* nessa época. Seu dono era um senhor que ficava muito irritado quando as crianças invadiam seu quintal, mas permitia prontamente que nós entrássemos por sua casa para colher mangas, se pedíssemos permissão. O Cucui é uma rua com muitas árvores e área verde. É possível acessar a maioria das casas pelos quintais, sendo assim, alguns meninos se aventuravam a colher frutas dos vizinhos sem pedir permissão. Minhas primas, primos e eu sempre pedíamos. O pé de manga permanece no mesmo lugar, muito vivo e frondoso. O senhor já faleceu.

Maria Felipa completa:

Ali em cima não tinha casa nenhuma. Era um curral de boi. Você alcançou o curral? Em cima tinha, antigamente, um pasto de boi. Pra lá pra cima tinha a casa do finado Manuel* doido, que morreu. Acharam ele morto dentro de casa. Era um pasto de gado. Há muitos anos (MARIA FELIPA, 81 ANOS).

As lembranças das interlocutoras conversam perfeitamente com as informações que coletei por meio da pesquisa documental e da entrevista realizada com o professor historiador Luiz Claudio Nascimento, como pode ser constatado no capítulo 2 deste trabalho. As interlocutoras deram nome e definiram os pormenores contidos nos dados. Para Leonel (2020), se aprofundar nos estudos sobre território é essencial nas pesquisas que tratam de relações de identidade. Os dados que coletei viraram pessoas, casas, lugares, histórias. E aí que a terceira dimensão, da oralidade, se faz presente.

A tradição oral mantém viva a cultura e a ancestralidade africana na diáspora. É pela oralidade que se apreendem conhecimentos imensamente significativos para viver e sobreviver diante da realidade que atinge a população negra no Brasil. Nos relatos das interlocutoras mais velhas, observei que as narrativas de sofrimento eram acompanhadas de formas de agenciamento. A dor não foi e não é protagonista na existência das interlocutoras. bell hooks (2019) alerta que, na caminhada de estudos acerca e para mulheres negras, é necessário observar que narrativa estamos construindo, para não cair no engodo da narrativa única de sofrimento, dor e conflito que serve apenas à branquitude e supremacia branca. Não escrevemos para o deleite dos que se comprazem das nossas dores e demonstram pena sob o pretexto de serem antirracistas. Estamos construindo novas epistemologias e desconstruindo um sistema milimetricamente organizado para nos fazer permanecer no lugar de subalternidade.

Posso afirmar que cultivo uma amizade deveras especial com Luísa Mahin. Essa relação foi construída pela oralidade e pela escuta. Ela costuma ficar na porta observando a rua, e eu adquiri o hábito de parar para conversar. Logo, logo ela passou a me contar os causos de sua vida, o que me deixa sempre maravilhada, pois posso admirar sua grandiosa intelectualidade. Ela afirma que é minha amiga, e eu afirmo que sou amiga dela. Me contando sobre os desafios de sua infância, ela me diz que quando não havia muito para se alimentar, fazia cozidos com as folhas do quintal. As folhas ocupam uma posição fundamental no agenciamento de mulheres negras.

A gente vivia de chá. Quando tinha essas febre braba, meu pai tinha jitirana, tenho até essa jitirana até hoje aí, tinha mesmo essa jitirana que a gente fazia o chá, bebia três goles, dava o banho. No outro dia a pessoa melhorava. Clara já tomou duas vezes. Há pouco tempo ela tomou o chá daquela jitirana que eu tenho aí. Toinho mandou. Antigamente tinha outras coisas diferentes na vida. Eu uso muito é chá de folha. Eu tomo muito chá de folha (MARIA FELIPA, 81 ANOS).

Era folha. Ô! Não tinha nada. Maria Preta, folha de caboclo, eu me alembro. São Gonçálinho do branco. Qual é a outra, meu Deus?! Assa-peixe branco. Era isso que mandava a gente tomar. Não tinha médico. Isso era a farmácia. Era assim. Quando eu me queimei, passou a folha bananeira e enrolou minha perna, passou óleo de... azeite de dendê. Sarou. Aí quando todo mundo foi pra Muritiba pra rezar Santo Antônio que meu avô era muito devoto, aí não queria me levar, eu peguei a vassoura, meti a coisa da vassoura na minha perna, foi sangue! Aí, minha fia, melhorei da dor. Peguei a colher de frande, botei no fogo, quando tava bem quente, passei na minha perna (LUÍSA MAHIN, 109 ANOS).

Comunidade, memória e oralidade são dimensões intimamente interligadas. Barbosa et al (2021, p. 6) afirma que “a tradição oral se fundamenta na memória. A lembrança dos registros históricos que fica guardada na mente, e a memória de quem recebe tal tradição como ensinamento é o que mantém viva a tradição”. E completa:

O principal vetor educacional e de transmissão de conhecimentos históricos e morais é a tradição oral, que tem sua fundação nas experiências vividas em comunidade, tribo ou família e assim, modela e educa homens, mulheres e corpos africanos (Barbosa, Barbosa & Vasconcelos, 2021, p. 4).

Manter os elementos culturais e epistemológicos da cultura africana na diáspora brasileira é uma postura de combate ao colonialismo e aos tantos genocídios que pessoas negras experienciam nesse território. É negar o lugar de vítima e assumir o protagonismo do discurso de si.

4.4. Negritudes, mulheres e afetividade

Se o desamor é a ordem do dia no mundo contemporâneo, falar de amor pode ser revolucionário. [...] O primeiro passo deve ser abandonar a ideia de que o amor é apenas um sentimento e passar a entendê-lo como ética de vida (Silva, 2020).

As reflexões feitas por mim enquanto uma jovem negra que se propõe a exercer a observação crítica como prática cotidiana me levaram a concluir que a dimensão do afeto é indispensável nas discussões acerca das relações raciais, em todos os aspectos. Me aproximar dos escritos de bell hooks sobre o amor foi um grande passo

na construção de um repertório intelectual sobre o assunto, todavia, preciso ressaltar o quão desafiador foi constatar que, à essa altura da minha juventude, eu não sabia conceituar o amor. Estava envolta em noções deturpadas sobre a arte de amar, noções essas muito embebidas da tradição religiosa em que fui criada: cristã e conservadora. Isso não cessou minha busca quase frenética por uma explicação que levasse a compreender as relações ao meu redor, especialmente as tramas da minha família e comunidade.

Ao contrário das definições que caracterizam o amor como fruto de fraqueza ou irracionalidade, ou que trazem explicações do amor como um mero sentimento, bell hooks compreende o amor como potência e vetor de transformação capaz de romper ciclos de violência. Amor é ação (Silva, 2020). Para bell hooks (2020, p. 50), amor é “uma combinação de cuidado, compromisso, confiança, sabedoria, responsabilidade e respeito”. Sua forma de pensar muito se distancia da ideia de amor romântico que perpetua a concepção de que a posse faz parte das relações, principalmente as conjugais. A expressão concreta do amor não pode produzir violências, senão não é, verdadeiramente, amor.

Para bell hooks, passar a entender o amor de forma genuína também foi doloroso, à medida que ela pôde reconhecer, em sua vida, onde houve desamor por parte de pessoas de sua família, o que levanta a questão sobre a necessidade de se discutir a infância enquanto momento essencial no aprendizado de amar enquanto ação. Ela exemplifica que quando pais e mães justificam a criação por meio da violência física como ato de amor, estão criando sujeitos que não sabem diferenciar violência de amor, produzindo compreensões totalmente deturpadas que, possivelmente, afetarão suas relações futuras.

Um dos mais importantes mitos sociais desmascarar se pretendemos nos tornar uma cultura mais amorosa é aquele que ensina os pais que abuso e negligência podem coexistir com amor (hooks, 2020, p. 63-64).

Para bell hooks (2020), é essencial que alcancemos uma percepção real do nosso eu para conquistarmos o amor-próprio. Ela ressalta que isso não será possível se estivermos isoladas do mundo e da convivência em coletividade, pois é preciso, em conjunto com as pessoas ao nosso redor, que construamos qualidades como confiança, compromisso, cuidado, conhecimento, responsabilidade e respeito. Discutir a infância em um estudo que se trata de projetos de vida e processos de

subjetivação de mulheres negras pode, talvez, parecer desconexo, entretanto, é na infância que vários padrões de comportamento nocivos são apreendidos; é o momento crucial na formação da identidade e descobrimento de si.

Vale ressaltar que, apesar dos pensamentos e comportamentos negativos que podemos ter e aprender na infância e das violências que algumas pessoas sofrem, é possível subverter esses padrões e alcançar autonomia de si. Considero que a tomada de consciência por meio do envolvimento em comunidade – Associações de bairro, movimentos sociais, família estendida, grupos de amigos, grupos culturais, universidade – é um fator determinante para esse movimento de descobrimento de si que influi na forma que vemos o mundo e suas realidades.

Simplymente assumir responsabilidade não significa que possamos impedir que os atos discriminatórios ocorram. No entanto, podemos escolher como reagimos aos atos de injustiça. Assumir a responsabilidade significa que, diante de barreiras, ainda temos a capacidade de inventar nossa vida, de moldar nosso destino de formas que ampliem nosso bem estar ao máximo (hooks, 2020, p. 97).

Ao abordarmos a temática do amor e afetividade para mulheres negras, é comum nos atermos ao aspecto da solidão e da violência. Ele esteve presente em algumas falas. Xica Manicongo conta de sua experiência enquanto jovem conhecendo as relações amorosas:

O único relacionamento que eu tive que foi essa troca de assumir para pessoas, apresentar pra família foi ano passado, no começo da minha transição, que eu conheci um garoto, né? Aí ele era mais novo que eu e a gente se conheceu assim de muito momento, muito assim, do nada. A gente começou a conversar na rua, aí a gente começou a conversar assim e ele pediu namoro. Acho que foi umas duas semanas assim, ele já me pediu em namoro. E eu aceitei, porque eu já fiquei apaixonada por ele. Aí a gente ficou no relacionamento só por um mês. E o término eu ainda não entendi muito bem por que foi um término muito horrível. Ele mandou mensagem, do nada, falando que não queria mais, falando que os pais dele não queria, sendo que ele tinha me apresentado pra família toda, eu já tava indo na casa dele, a mãe dele me conhecia. A mãe dele gostava de mim, me chamava pra churrasco, essas coisas. Então assim, a família dele tava me respeitando. Ele que não conseguiu tankar assumir uma travesti, assumir um relacionamento com uma travesti em Cachoeira. Porque me falavam que os amigos dele fazia piada, que ficava triste, que ele não falava nada, que ele não sabia reagir quando alguém fazia piada de mim. É, acabou que se deu isso. Ele terminou comigo. Eu fiquei muito arrasada, eu fiquei o mês inteiro arrasada. Isso foi no São João. Tanto que eu criei um trauma no São João que eu não gostava mais de sair, que eu não queria mais sair, queria ficar em casa, de não querer lembrar o que aconteceu, porque foi meio que um mês inteiro, assim, foi só um mês esse relacionamento. E foi algo muito intenso, sabe... muito intenso. E eu tava achando que seria algo que ia demorar mais, ia durar um bom tempo. E acabar assim, do nada, foi o que me deixou muito triste e muito mais

rancorosa em tentar relacionamentos de novo com outras pessoas (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Ao se referir à Sarah Bartmann, bell hooks destaca a relação entre a exibição de seu corpo nu com a exibição de mulheres negras nas vendas de pessoas escravizadas, explanando a conexão entre as duas, o objetivo da sociedade que ela ironicamente chama de “civilizada”, branca e europeia, com todos os traços da branquitude como pacto sistêmico que desumaniza e violenta corpos negros como, também, forma de manutenção do *status quo*. Essa relação permanece nas dinâmicas adotadas pela mídia ao mostrar mulheres negras em filmes, séries, etc. Artistas negras têm suas imagens hipersexualizadas. Isso pode se refletir nos relacionamentos amorosos.

Todos os meninos cis que eu já me relacionei, eu parei de falar de um jeito muito errôneo, deles só quererem usar o meu corpo, algo do tipo, então acaba que fico muito triste nessas situações e acaba que eu crio uma casca mais forte, porque eu acabo que não me abrindo mais a possíveis pessoas boas. Assim, o menino chega em mim, eu já imagino logo: “vai querer me usar, vai querer fazer isso, vai me usar, não vai conseguir sustentar ficar ao lado de uma travesti” (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Essa experiência tocou Xica profundamente, mas não define sua vivência com o amor. Logo após me contar sobre esse fato, ela passa a relatar seu processo de transição de gênero e o cuidado que recebeu de suas amigas. Xica tem experimentado o amor por meio da comunidade que construiu com outras amigas trans e travestis. Cuidado, reconhecimento, respeito, responsabilidade, compromisso. As dores que são parte de sua trajetória não a determinam como sujeito. Sobre sua transição de gênero, ela fala sobre sua motivação.

Mais pelas minhas amigas. que são travestis também. No começo eu ficava pensando que eu não me sentia muito bem com os traços mais masculinos que eu tinha na época, porque era muito magra, alta e, enfim, não era um corpo que eu tava me sentindo à vontade. Aí eu comecei a tomar hormônios aí, meio que no terceiro mês, por aí eu comecei a ver a diferença, que primeiro começou os pensamentos, eu comecei a pensar diferente, a chorar mais, ficar mais emotiva. Depois do quinto mês, já começou a mudar mais a questão do corpo. Comecei a engordar mais, ficar mais inchada. Aí depois veio o surgimento dos peitos. Aí foi um surgimento do corpo gradualmente, assim (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

As paredes da cidade manifestam a afirmação do amor para travestis. Em Cachoeira, uma voz ecoa:

Figura 11 – Travestis também amam – autora desconhecida



Fonte: acervo pessoal da autora

Ao cabo das análises das entrevistas desse trabalho, notei que a forma em que amor – na perspectiva de ação – mais se manifestou, foi por meio das relações entre as próprias mulheres com suas famílias, sua comunidade, com outras mulheres e com o território, como os relatos já apresentados nas seções anteriores pode revelar. Em contrapartida, ficou perceptível a presença de padrões estabelecidos de forma imposta à mulher negra em razão da constituição das relações sociais pelo sistema escravocrata. Tanto as mulheres negras entrevistadas nesse estudo quanto as mulheres que elas citaram estão envolvidas em uma vida ora de cuidado, onde elas assumem o papel de cuidadora, mantenedora tanto de suas famílias e comunidade quanto das famílias em que elas exercem o papel de empregadas domésticas, babás e cozinheiras, ora na posição de figura hipersexualizada, onde apenas o corpo é visto, não o sujeito.

Essa realidade, como também já observado, não é capaz de lhes roubar a voz e o poder da palavra, poder esse que elas exercem em diferentes espaços – na

comunidade, na igreja, na universidade, na escola, na rua etc. As interlocutoras são capazes de ressignificar suas vivências e tornar suas potências como protagonistas de si. Na narrativa de todas as entrevistadas, é nítida a recusa de uma identidade vitimada e desempoderadora (hooks, 2019). Recuso, também, o lugar subalterno de vítima. Me afirmo potência!

4.5. Projetos de vida e subjetivação de mulheres negras da comunidade do Cucui

Ao cabo da realização deste estudo, pude confrontar minhas expectativas enquanto pesquisadora e meus anseios como mulher negra e periférica, residente no lócus da pesquisa. Desde que me propus a desenvolver este estudo, tive ciência de que, para pessoas negras, construir projetos de vida para além das imposições e limitações das desigualdades é uma tarefa desafiadora. Uma das minhas grandes curiosidades era saber como a construção dos projetos de vida é influenciada pelos processos de subjetivação ligados à pobreza e às categorias de gênero, raça e território. Diante de suas vivências, quis saber o que as interlocutoras projetam e/ou projetaram para seu futuro.

Muitos e muitas de nós passam a vida inteira sem alçar voos e explorar totalmente suas qualidades e capacidades, em razão da falta de oportunidades para a população negra e pobre no Brasil. É imprescindível, para assistentes sociais, se aterem de forma mais profunda aos estudos sobre a dimensão subjetiva da pobreza e das desigualdades sociais, para que possamos visualizar as sujeitas com sensibilidade e compreender a realidade de forma mais ampla. É preciso que vejamos as sujeitas, para além dos dados e informações.

A análise do sujeito enquanto categoria só é possível se compreendido de forma processual e provisória, como uma entidade que se constitui a partir das ações que pratica e que sofre, numa troca em sua existência coletiva (Mansano, 2009). A sociedade não é um organismo estagnado. Ela se desenvolve, cria e recria em meio às transformações sociais consequentes das agências dos sujeitos. As subjetividades se concebem a partir dos efeitos que as transformações produzem nas maneiras de viver, situando-se de forma histórica, política e social.

Sonia Mansano (2009), em referência ao pensamento de Michel Foucault, salienta que os processos de subjetivação perpassam as formas de existir do sujeito,

formas essas que sofrem influência direta do contexto histórico e sócio-político. Pensando na realidade do Brasil, um país forjado pela escravização da população negra e dos povos indígenas como sistema econômico e pela super exploração desses grupos e das camadas mais pobres da população, afirmo que não há como refletir sobre as subjetividades e os processos de subjetivação de mulheres negras sem abordar os temas relacionados à raça, classe e gênero, considerando as desigualdades sociais e também as potencialidades e estratégias de agenciamento e resistência desses grupos.

Como já discutido em capítulos anteriores, há várias noções de pobreza para a compreensão da realidade da classe trabalhadora no Brasil. Esse estudo se orienta pelo entendimento da pobreza multidimensional, que considera, para além dos níveis de privação e aspectos de renda, as privações nos âmbitos político, econômico e social. Para chegar à compreensão dos projetos de vida e processos de subjetivação das interlocutoras, ponderei ser necessário entender suas noções de pobreza. Ao serem questionadas sobre o que compreendiam por pobreza e se consideravam-se pobres, elas responderam:

Não, eu me considero... que eu acho que pobre é uma palavra muito dura para mim, pobre é as pessoas que andam de baixo da ponte. Se você tem um salário para se manter, você é uma pessoa razoável, não é rica, não é? Como é que fala? Porque tem três coisa que fala... pobre, rico e regular, né? Eu acho que é uma pessoa normal. Meu marido ganha dois salários, eu ganho um salário. Meu salário eu mantenho as coisas do remédio e as coisas de casa e ele mantém alimentação, contas, então, normal (AQUALTUNE, 70 ANOS).

Humilde. Porque não tenho um emprego bom, não tenho nada de bom pra mim (LUÍSA MAHIN, 109 ANOS).

Acho que a noção que eu tenho de pobreza é de a pessoa meio que falar que não tem o que comer assim: “Ah, eu acordei, mas eu não sei o que eu vou comer”. Acho que isso eu acho muito triste quando eu vejo pessoas que falam que não tem o que comer ou que passam pedindo moeda. Às vezes eu fico assim... nossa! Essa pessoa está passando por uma situação que eu não estou passando então, assim, se eu já me sinto pobre, sendo que eu tenho essas refeições todo dia, imagina essa pessoa que não tem? Aí eu fico muito tocada nesse quesito (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Rapaz. Eu entendo por pobreza, é você não ter saneamento básico, você não ter alimentação. Pobreza no seu sentido literal da palavra, no sentido literal da palavra pobreza, é você não ter coisas essenciais. Viver sem o essencial, que é alimentação, luz, água encanada, saneamento básico. Viver do mínimo que você tenha. Eu penso assim, na pobreza, no sentido literal. Dentro dessa perspectiva aí do pobre que não tem nada, eu não sou pobre, não. Eu trabalho para sobreviver. A pobreza está relacionada a quem nem isso tem

condições. Porque tem muito essa coisa, né? “Ah, porque eu sou pobre. Porque a gente que é pobre”. A gente não é pobre, não viu? Pobre é quem não tem o mínimo. A gente tem algumas coisas que a gente consegue sobreviver e a gente sobrevive. (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

Pobre é a pessoa que não tem nem o que comer dentro de casa. Mora, as vezes, nas casas dos outros, as pessoas dá, as vezes, lugar pra morar, uma casa. Uma pessoa como José. José tem a Bolsa Família, mas não tem uma casa pra morar, não tem ele botar o coisa pra dormir. Ele, as vezes, uma pessoa ajuda, outra pessoa ajuda. Pessoa que só vive... tem uma roupa toda lascada. Não tem uma cama pra dormir. Eu tive em um lugar, e a pessoa pedia roupa aos outros pra vestir. Mas as vezes tem gente que tem essas coisas, que é assim e... não sei. Eu fui em um lugar uma vez e quando eu cheguei lá a cama da pessoa ficava os pau, botava as vara e fazia aquela coisa. Uma pessoa dessa é pobre (MARIA FELIPA, 81 ANOS).

Dandara diz que ser pobre

É não ter um alimento pra comer, é horrível a pobreza. Misericórdia! É não ter como se manter, não ter como se vestir, se calçar, não ter as até coisas mais simples, que pra ter tem que ter uma renda, tem que trabalhar. A pobreza é horrível (DANDARA, 25 ANOS).

Questionada se ela se considera pobre, afirma veementemente:

Pobre é o diabo no inferno! (DANDARA, 25 ANOS).

Ficou explícito nos relatos da maioria delas uma compreensão negativa da pobreza. Para elas, pobreza se inscreve na falta extrema que resulta na não possibilidade de suprir as necessidades básicas do ser humano, uma forma de pensar pobreza que se relaciona a uma noção que privilegia renda e as condições objetivas dos indivíduos para definir o que significa ser pobre. Dentro dessa concepção, a maioria delas rejeita o rótulo de “pobre”, seja pela definição pelo uso da palavra, mesmo admitindo que não acessam todos os seus direitos plenamente. Todavia, algumas têm um discurso distinto:

Assim... em comparação com outras pessoas, não, mas eu não considero uma pobre sim. Porque, tipo assim, existe extrema pobreza e existe... É que eu não entendo muito bem assim, porque pra mim, eu me considero pobre porque não tem um básico de eu, assim, tô trabalhando, ter uma coisa eu posso comprar, não consigo comprar isso, não consigo ir pra esse evento, não consigo fazer isso. Então, eu já me sinto pobre por ter essas limitações e não conseguir acessar esses locais também (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Xica reconhece as faltas que, para ela, a caracterizam como pobre, mesmo não estando em situação de extrema pobreza. Seu pensamento corrobora com a ideia de que ser pobre vai além de não ter o básico do básico, pois acesso a lazer, esporte, educação de qualidade, alimentação adequada também são necessidades básicas. As entrevistadas identificam suas demandas, desejos e carências, entretanto, percebe-se, na narrativa de algumas delas, certa conformação com a pobreza, baseada em concepções religiosas:

(Eu queria ter) Muito dinheiro! E uma casa boa, de sobrado. Mas cadê o dinheiro? Só tem mesmo o dinheirinho pra comprar comida, comprar o gás, né, mas com isso mesmo eu me conformo porque aquilo eu tenho então foi essas coisa que Deus disse: “você tem que passar sua vida com esse que eu te dei”. Não é assim? Então você tem que se conformar. Ô! Tudo é pela vontade de Deus. Aquilo que a gente passa, tem muitas coisa que não é da vontade de Deus, não é? Mas tem outras coisas que não é certo não (LUÍSA MAHIN, 109 ANOS).

Assim, a gente uma dificuldade no quesito que minha avó é a única pessoa que tá lá no sustento da casa. Temos ajuda do Bolsa Família, que agora que a gente está conseguindo comprar nossas coisinhas, mas as vezes não dá por conta das demandas de uma casa, né? Que são três pessoas aí a vezes não dá. Fora que minha avó ainda tem que sustentar o filho dela, que ela meio que banca ele. Ela manda dinheiro do aluguel, aí ele pede um dinheiro, “manda cem reais”, aí manda. E nessa dela proporcionar esse valor pra ele, que é todo mês, corta o nosso. Aí a gente fica numa precariedade assim, porque se não fosse a Escola Técnica, eu não ia ter uma refeição digna, por exemplo, porque na escola eu tenho café da manhã, tem almoço meio-dia, tem merenda à tarde. É um gasto que eu não tenho mais na casa, então é só ela e meu irmão nesse quesito. Aí eu acho muito precário assim, porque minha vó é uma pessoa de idade, ela não está mais sabendo cozinhar direito, então acaba que sobra pra meu irmão e nem sempre ele está disposto a fazer. Então geralmente têm essa dificuldade e também no quesito de manutenção da casa, mesmo, de coisas que precisa pra casa, a gente não consegue comprar porque ela tá fazendo esse pagamento pra meu progenitor todo mês (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Graças a Deus a gente mantém. E hoje, Deus, não sinto falta de nada, só a dificuldade que todo mundo sente, né? A carestia, luz cara, água cara, tudo caro, remédio caríssimo, mas dá pra manter tranquilo. Depois dessa doença aí (COVID-19), minha filha, a vida ficou muito caro, muito caro. Para você ter o seu sustento, você precisa controlar tudo, fazer tudo certinho, porque se não nem com salário não dá, não. Além do salário ser pequeno, né? É, é muito. A dificuldade é demais. Os pessoal fala que há um tempo atrás que a época era bem ruim, mas nunca foi como agora. Entendeu? Você antigamente, aqui, todo mês eu comprava um filé, uma picanha e hoje em dia é difícil, você não tem mais condições de fazer isso porque... outro dia mesmo eu estava reclamando aqui com ele: “Inho, ó pra aqui o filé ‘destamainho’, que antigamente comprava aqueles filé de 65, 70 reais. Hoje é 100 reais, 90 reais um filezinho. Então hoje a vida é mais difícil. Os governos... este último governo (Bolsonaro) foi o pior governo (AQUALTUNE, 70 ANOS).

Todas as entrevistadas, sejam as que se consideraram pobres ou as que não se definiram dessa forma, identificaram pessoas ou situações que definiram uma realidade mais árdua do que a delas. Partindo da noção de pobreza como fenômeno multidimensional, encontrei divergências nos relatos das interlocutoras ao analisar o “ser pobre” e o acesso a direitos sociais. Ao analisar o acesso das entrevistadas a direitos básicos, fica nítida que suas realidades estão envoltas nas desigualdades sociais, de raça, gênero e também na pobreza, em algum nível. No âmbito da saúde, por exemplo, todas as interlocutoras relatam utilizar de forma majoritária o Sistema Único de Saúde – SUS, por ser o único meio de acesso à saúde possível para elas, que reconhecem a importância desse sistema para a população, em especial os mais pobres. Mas também identificam falhas e a fragilidade do sistema que é a única opção da maior parte da população. Ou seja, um acesso não pleno ao direito à saúde.

Assim, se você está com problema sério ou você acha um lugar como o Hospital da Mulher que lhe recebe bem, você consegue ou você tem que pagar e antigamente não. Tinha a Santa Casa daqui de Cachoeira e tinha Hospital de São Félix, não existia negócio de regulação. Quando eles dois não dava conta como quando eu tive problema de intestino, eles mandavam para Salvador. Eu mesmo fui pra... fiz a minha cirurgia do intestino em um hospital que era particular, no Hospital Espanhol (AQUALTUNE, 70 ANOS).

O reconhecimento do SUS pelas interlocutoras como uma conquista e um direito de extrema necessidade acontece ao mesmo tempo em que constata falhas e processos de violência e negligência. Isso é bastante perceptível nas falas de Dandara, Beatriz Nascimento e Xica Manicongo. Ao identificar que o desenvolvimento de seu filho não estava ocorrendo de forma usual, Dandara buscou a Unidade Básica de Saúde – UBS.

Busquei ajuda no posto, na Unidade de Saúde, aí fui pro médico, pedi exames, neuropediatra, que trata as crianças, também, especiais, e aí fui pro médico e ele diagnosticou que ele é autista. Foi bom, ajudou bastante, porque se precisasse de pagar eu não ia ter condição de pagar. Foi ótimo (DANDARA, 25 ANOS).

Mas Dandara relata, também, desafios para acessar um atendimento qualificado:

Ele não se adaptou com ela. Já é a segunda vez que ela consegue trabalhar como fonoaudióloga, mas ele não se adaptou a ela ainda. Eu acho que, pra ele, ela não é uma profissional boa. Não é capacitada pra... não sei. Outras

pessoas relatam que ela é ótima, mas eu não achei muito desenvolvimento nele com ela, não. Ele só faz, quando chega lá, chora, chora, chora, e se tiver com efeito do medicamento, dorme. Não consegue fazer nada (DANDARA, 25 ANOS).

Beatriz Nascimento traz um relato bastante delicado:

Não tenho plano de saúde. Não tenho plano. Uso o SUS e faço algumas consultas particulares, mas o SUS tem me salvado. Eu tenho uma experiência muito dolorida, inclusive em relação a essa questão (da saúde). Em 2016 eu descobri que estava grávida. E eu estava grávida de seis meses e dei entrada no hospital com a criança morta na minha barriga. E lá, eu sofri violência obstétrica, violência de todos os tipos que você imaginar. O médico enfiou a metade do antebraço dele em mim para me suspender para ver se eu tinha alguma coisa dentro de mim depois que o bebê saiu. Eu tive que parir, colocaram dez remédios, aqueles citotec, mesmo, né? Pra estimular o parto. E nessas horas a gente vê o processo de vulnerabilidade e de como essas pessoas veem a gente enquanto mulher negra. Porque eu garanto que se fosse uma menina branca com o filho de não sei quem, de não sei quem, talvez elas não tratariam daquela forma. Foi uma experiência muito violenta, traumática, inclusive. Mas que eu hoje reflito de como essas questões, elas estão para além de mim. Naquele mesmo dia, outras mulheres passaram por esse procedimento e passaram pelas mesmas coisas, e todas elas eram pretas. Então, assim, o sistema de saúde, ele não foi preparado para nós. Porque ele foi pensado por pessoas brancas. Ele é gerido e pensado em sua maioria por pessoas brancas, então não vai olhar pra gente de uma maneira legal, né? A maioria dos médicos do interior são todos brancos. Ele não olha nem pra sua cara pra receitar, pra escrever a receita. Aí eu digo a você, até os particulares. Mas assim, independente dessas questões, o SUS me salvou, entendeu. Que eu poderia estar morta hoje. Por infecção hospitalar, passando por uma infecção dentro de mim, porque eu não sabia quanto tempo a criança estava morta. É muito paradoxo. É um paradigma que a gente vive, mas que a gente não pode deixar passar, né? (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

Diante dos relatos apresentados, observa-se que, apesar dos esforços dos movimentos sociais e setores progressistas da sociedade em prol do combate às desigualdades, ainda não conseguimos desenvolver dispositivos capazes de dirimir as desigualdades e opressões no âmbito da saúde e outras políticas públicas. A violência e a discriminação contra mulheres negras em serviços de saúde ainda é uma realidade latente, onde o tratamento a esse grupo é imbuído de estigmas racistas e imagens de controle que interferem diretamente no atendimento a ser prestado. Silva *et al.* (2019) obteve, como resultado de seu estudo, a ratificação das evidências que indicam que a qualidade e o nível de cuidados que um indivíduo recebe é fortemente influenciado por fatores como raça, etnia, classe, território, gênero e sexualidade.

Nesse sentido, mulheres negras acabam por receber atendimentos de menor qualidade e muitas vezes, serem vítimas de violências diversas. Os relatos das

interlocutoras evocam a minha lida em busca de um diagnóstico, jornada essa que durou quase dez anos, tendo início em minha adolescência. Lembro-me de inúmeras vezes, ser levada ao hospital com dores incapacitantes e ouvir de profissionais da medicina, brancos e brancas, que aquilo era normal. Esses mesmos profissionais me prescreviam uma medicação para dor que era insuficiente para me fazer melhorar, após expressar falta de crédito ou importância pelo meu relato de dor. Para eles, a dor não era tanta. Após quase uma década, fui diagnosticada com endometriose e apenas um ano e meio após o diagnóstico, tive acesso à atendimento no SUS em um hospital especializado para realizar o tratamento adequado. Isso demonstra a ineficiência de profissionais de saúde em assumirem uma abordagem de respeito à diversidade em seu fazer profissional.

Silva N.N. *et al.* (2019, p. 6), afirma que

O fracasso das instituições e organizações reside em não ofertar um serviço profissional que respeite a diversidade e seja adequado às pessoas por causa de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. O que se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho resultantes do preconceito racial, ações que combinam estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer situação, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos em condições de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações

Xica Manicongo também faz um relato de experiências de um acesso ao SUS embebido em micro e macro violências voltadas para suas identidades negra e travesti.

Eu uso o SUS e uso geralmente aqui Cachoeira, mas não muito. Agora que eu descobri esse acesso de ir pra Salvador com o carro da saúde, eu comecei a fazer mais tratamentos, essas coisas lá do que aqui, porque eu sinto um maior respeito lá do que aqui que as pessoas não entendem muito bem. Aí, geralmente a questão do nome social, como eu não sou retificada, eu sempre falo, “olha, meu nome social é esse, bota no papel pra, na hora da chamada, me chamarem por esse nome, pra não ficar um constrangimento”. Geralmente, eles não acatam esse dever, né? Porque tá na lei que o meu nome social tem que ser dito, não pode falar o nome de registro se a pessoa não se sente bem com ele. Mas aqui, meio que essas leis não é não é aceita. Eles meio que ignoram essa lei e metem o louco e fala nome morto. Aí eu fico, sabe, eu fico constrangida. Teve uma vez que eu tive que ir com meu irmão no hospital, estava passando mal, aí chamaram lá o nome morto. Aí eu falei: “Levanta aí, finge que é você, que eu não quero levantar e alguém ver que esse nome é o meu nome morto, sabe?” Aí ele levantou, foi lá falar com o cara, aí eu fui, entrei na sala e meio que ficou por isso mesmo, sabe? Eu reclamei, eu tinha falado com ele antes: “Olha, meu nome social é Xica Manicongo, tem que falar isso em nome aqui”, e a pessoa não acatou e eu acabei me estressando. Tipo assim, a pessoa já está doente, está mal ali, já

tá indo pro hospital porque não está bem, ainda tem que passar por essa situação desconfortante, piora a situação, mais ainda. Mas, bom que os médicos, quando fui atendida, os médicos entenderam e falaram que tem que ter mais consciência de geral mesmo, porque ele entende. O médico foi mais respeitoso do que a portaria, porque foi na portaria que eu recebi a transfobia, mas o médico eu expliquei pra ele, ele entendeu direito e me respeitou. Mas eu acabo que evitando fazer qualquer uso do sistema de saúde daqui, aí eu opto por usar lá em Salvador que eu sou mais respeitada (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Para acessar o direito ao tratamento de hormonioterapia, tem travado uma jornada desafiadora e cansativa. A fragilidade do SUS em alcançar pessoas trans e travestis fez com que Xica iniciasse seu tratamento sem apoio de uma equipe de saúde.

A violência mais forte que eu senti, assim, de uma pessoa que trabalha na saúde foi quando eu comecei a querer me hormonizar sendo acompanhada por uma endocrinologista. Aí eu procurei aqui no posto onde é que tinha uma endocrinologista perto, aí falou que tinha lá em Santo Amaro, se eu não me engano... Santo Antônio. Acho que era Santo Antônio. Aí eu peguei um carro da saúde, fui pra Santo Antônio, fui de manhã cedo. Eu fiquei lá esperando, minha consulta ia ser à tarde. Eu esperei, esperei, aí quando foi final da tarde fui atendida pela endocrinologista, aí eu falei sobre esse meu desejo de começar um tratamento hormonal. Aí ela simplesmente falou que ela não trabalha com isso, que ela não sabe lidar com isso, ela não trabalha com isso e que não podia me ajudar. Eu fiquei muito triste, chorei muito na viagem de volta, porque eu me acabei muito pra conseguir aquela consulta, pra estar lá, e chegar lá a endocrinologista falar que não poderia me ajudar, que não sabia me ajudar, que não tinha como, que ela trabalhava só com mulheres cis, isso foi muito triste pra mim e foi aí que eu tomei a iniciativa e dizer: "vou me hormonizar por conta e foda-se se acontecer uma coisa comigo!". Eu tentei e não deu certo. Por muito tempo eu achei que a possibilidade de ser acompanhada por uma endocrinologista seria inviável. Aí depois descobrir Salvador e comecei a me hormonizar por lá por Salvador (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Essa violência sofrida não a paralisou. Ela continuou buscando possibilidades de acessar a saúde e realizar seu tratamento da forma mais segura.

Eu faço (tratamento hormonal) há um ano por conta ainda, infelizmente, porque ainda estou no processo de conseguir. Agora está um caminho... um passo muito mais pra frente de eu conseguir um acompanhamento pela endocrinologista lá de Salvador, mas por um ano eu comecei a tomar por conta. Era uma seringa por mês, assim de um hormônio que era chamado de Perlutan, aí eu fiquei tomando esse hormônio por um mês assim, aí o corpo começou a mudar. Já consegui o atendimento com a endócrino, já fui lá, aí ela me passou exame de sangue pra ela ver como é que tá as taxas hormonais do meu corpo e passar os hormônios certos pra suprimir a necessidade de hormônio no meu corpo. Aí eu preciso entregar ainda esses documentos pra ela na minha próxima consulta, aí nessa é que ela vai passar, eu acho, vai passar os hormônios que eu tenho que tomar. Eu não sei se é eu que vou ter que comprar ou se elas que vão disponibilizar no

ambulatório. Mas se pá, eu acho que vou ter que comprar mesmo (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Na área da educação, o acesso também se mostrou precário para a maioria das entrevistadas, considerando que quatro das seis mulheres negras que participaram desses estudo não se formaram no Ensino Médio. Três delas não acessaram nem a educação primária, e não foram alfabetizadas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2023), a taxa de analfabetismo caiu em 2022, entretanto, continua alta entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste, perfil no qual as interlocutoras se encaixam. Isso significa dizer que, quanto mais velhos, maior a taxa de analfabetismo, o que demonstra que as gerações mais novas estão tendo maior acesso à educação, um reflexo de transformação social positiva. Não posso negar, todavia, que para as interlocutoras, lhes foi negado o direito básico à educação, cujos efeitos negativos não se dirimem. Dandara, mais jovem e com uma passagem mais duradoura pela escola, expressa o desejo em retornar, mas se vê limitada por uma série de demandas. Ela pretende voltar a estudar, mas

Só quando meus filhos estiverem maior. Porque eu não tenho com quem deixar eles com outras pessoas, principalmente o mais velho. Ele precisa mais de cuidados, ele tem que ter bastante paciência, que eu trabalho isso, na paciência, que eu sou um pouquinho nervosa, sabe. Mas eu trabalho isso pra poder manter ele calmo e pra ele, também, desenvolver nas questões sociais, tudo. Eu também sou muito ansiosa, não gosto de esperar. Eu tava atrapalhando ele nos tratamentos, tava passando esse nervosismo meu pra ele. Eu chego num lugar, eu não gosto de esperar, eu fico com dor de cabeça, começa a me dar suadeira e eu desisto até de tá no lugar. Ele tava fazendo a mesma coisa que eu, chorava, chorava, só queria ficar do lado de fora. Eu chegava no lugar e não entrava, só ficava na porta até ser atendida. Eu tô aprendendo a me controlar, parar eu ainda não parei totalmente. Ainda tô aprendendo a me controlar (DANDARA, 25 ANOS).

O acesso aos benefícios previdenciários é outra grande problemática que aparece na pesquisa, em especial na vida de Dandara, mãe de uma criança neuro divergente. Ela considera que sua longa espera, aliada ao tratamento que recebeu dos profissionais que a atenderam, é consequência do racismo.

Foi muito difícil, né. Foi anos e anos tentando, pensando até em desistir, mas tinha pessoas que me ajudou a me dar uma certeza, uma firmeza que eu ia conseguir, que não pode desistir, que ele tinha esse direito, né. Eu tinha que correr atrás, aí consegui. Eu tentei com dois anos só que ainda não tinha o laudo. Aí eu consegui o laudo, fui, mas aí teve uma série de impedimentos. Teve a identidade, que eu não tinha identidade dele, tinha que fazer em quinze dias, só que não tinha como fazer em quinze dias. Identidade só dava depois de um mês. Aí deu por não cumprimento da exigência. Tentei de novo,

fez a perícia e deu... eles não liberaram. No dizer deles, é (ele não tinha autismo), porque tava escrito na cara de Luiz. Dessa vez eu passei pela perícia em Muritiba, era feminina a perícia, e aí ela disse: "porque você não conseguiu? Tinha tudo pra você conseguir. Tá na cara que ele é especial". Aí eu falei: "é, mas tem pessoas, né... não sei... tem gente que tem problema pessoal com cores, com negros, sei lá". Eu achei que foi quase isso, por não ter liberado. Tinha tudo, tinha laudo, comecei botar ele na APAE, dos especialistas que ele ia, que é fonoaudióloga, levei pro psicólogo, mas eles não quis saber, não liberaram. E agora que eu vim a conseguir (DANDARA, 25 ANOS).

A velha constatação de que as desigualdades atingem a população negra de forma mais potencializada pelo racismo, e às mulheres negras, pelo sexismo, fazendo com que o acesso a direitos e serviços básicos seja ainda mais dificultado, só atesta a essencialidade de formulação, implementação e materialização de políticas públicas e sociais com pilares interseccionais, que considerem esse grupo e suas singularidades. Esse é um papel cuja categoria profissional de assistentes sociais precisa se engajar, vista a sua utilidade nessa área e a possibilidade de oferecer olhares mais qualificados para uma prática profissional antirracista. Atualmente, já observamos um avanço em políticas voltadas para a população negra e outros grupos de maneira direcionada, como por exemplo a Política de Ações Afirmativas, na área da educação e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, na área da saúde. Essas ações têm sido de suma importância no combate às desigualdades, mas ainda precisamos caminhar bastante para alcançar a equidade. Os dados ainda apontam que a população negra encontra-se marginalizada, ocupando os piores índices de desenvolvimento no Brasil.

Compreender as realidades das interlocutoras frente aos acessos a direitos sociais, bens e serviços foi essencial para que eu entendesse seus desejos e sonhos. Constatei que o sonho, desejo e objetivo de todas as mulheres negras entrevistadas nesse estudo é ter dignidade. Todos os seus desejos estão relacionados a faltas que as desigualdades lhes geram enquanto pessoas pobres, periféricas, mulheres negras que nunca descansam, pois a luta nunca cessa. Ao perguntar-lhes sobre seus sonhos, ouvi desejos muito semelhantes. Aquilaine, por exemplo, me diz que já realizou seu maior objetivo, e agora enseja pelo lazer:

Trabalhei de cozinheira conseguir, né? Tenho duas casas, um carrinho pra subir a ladeira e estou até hoje com meu marido. Não tem por que reclamar da vida. Cuido da casa, cozinho. Eu faço coisas ainda para vender, faço bolo. Comida. E seguindo a vida. Eu gosto mesmo é da minha casa. Minha casa e a igreja. A única coisa que eu quero fazer que eu tenho vontade, eu tenho

muita vontade de ir à cidade que tem uma Cachoeira bem bonita, isso aí é meu sonho que eu estou perto de realizar, porque eu já estou planejando. Aí, isso aí é o sonho que eu tenho, mas não gosto muito de praia, porque quando eu estou na praia, não fico muito na água salgada por causa da pressão que sobe. Aí eu não gosto muito de sair (AQUALTUNE, 70 ANOS).

Maria Felipa e Luísa Mahin são grandes apreciadoras das viagens e passeios. Seus maiores desejos são conhecer lugares.

Agora eu já vou. Eu quero ir, sabe, num lugar que chama Terra Santa. Eu quero ir pra conhecer. Eu vou mais minha filha. Agora só vai ver o cartão. Bom Jesus da Lapa. A gente ia pra Bom Jesus da Lapa (LUÍSA MAHIN, 109 ANOS).

Tinha vontade ir muito, e eu já fui, em Aparecida do Norte, já fui em Bom Jesus da Lapa várias vez, Aparecida também já fui várias vez. Agora só em Porto Alegre que eu tenho vontade de ir, que eu tenho uma pessoa lá que é muito amiga. Se Deus me dá o poder de ir. Os outros lugar é por aqui. Em Porto Alegre que eu tenho vontade de ir. Se for da vontade de Deus, meu sonho é ir em Porto Alegre. Se for da vontade de Deus eu quero ir mesmo. Se Deus quiser! Com a graça de Deus, meu sonho é esse (MARIA FELIPA, 81 ANOS).

Replico aqui outro desejo de Luísa já mencionado nessa seção:

Muito dinheiro! E uma casa boa, de sobrado (LUÍSA MAHIN, 109 ANOS).

Entre as mais jovens, um grande objetivo se destaca: moradia, emprego e renda.

Construir minha... nossa casa! Nossa, assim, minha, dos meus filhos e do meu marido... meu companheiro. Construir a minha casa, um lugar pra dizer que é meu. Amanhã, depois, dos meus filhos. Meu e dos filhos, de todo mundo. Mas amanhã, depois, ter onde meus filhos... ter onde ficar, sem briga, sem confusão, na paz. Dificuldade sempre vai ter, né, mas assim, materiais que estão caros, muito caros. As ferragens, né, os ferros. E os blocos, cada um R\$1,00 hoje né. Ainda tô começando. O dinheiro tá guardado esperando medir o toco pra começar a comprar a ferragem e os materiais pra chumbar o toco, pra começar. Já tenho o terreno (DANDARA, 25 ANOS).

Casa! Casa própria. Esse é meu desespero atualmente. Ter uma casa, um lugar para se deitar, pra não pagar aluguel, pra viver bem em plenitude. Entendeu? (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

Eu acho que um sonho que eu tenho é poder trabalhar fora e ter uma casa, ter uma renda estável assim, fora daqui, porque eu não consigo imaginar um futuro em Cachoeira pelas coisas que eu já comentei, de não me sentir bem aqui, então eu planejo, com a Escola Técnica, né? Depois da Escola Técnica, fazer uma faculdade fora, em Salvador, algo do tipo. E ter a vida estável, sabe, ter uma renda estável... longe (XICA MANICONGO, 18 ANOS).

Enquanto pesquisadora com expectativas e anseios, muito me frustrou ouvir todos os percalços que envolviam as experiências de vida das interlocutoras. Ingenuamente, tinha esperanças de construir um trabalho que discutisse pobreza sem protagonizar o sofrimento – esse era meu objetivo. Entretanto, não cabe a mim narrar e julgar as histórias de vida de outras mulheres negras conforme os meus anseios. Os grandes sonhos que eu esperava ouvir, talvez, eu escute um dia das gerações mais jovens, ainda mais jovens do que eu. Mas destaco que fiquei feliz em ouvir as mais velhas contarem sobre seus desejos de viajar, principalmente porque elas já estão conseguindo realizar seus ensejos. Ouvi-las falar sobre experiências prazerosas muito apraz.

É viagem pro jorro, é viagem pra outro lugar, viagem pra São Roque. Agora, mesmo, eu tô querendo ir prum lugar aí pra ver minha prima, lá em Iaçu. Mas eu vou com minha família. Aí, pronto (MARIA FELIPA, 81 ANOS).

Esse desejo também é compartilhado por Beatriz, que me relata grandes sonhos.

Viajar o mundo, por exemplo, ir pro exterior. Conhecer o continente africano. Inclusive, passear por vários países do Oriente médio. Pensar uma perspectiva de uma outra cultura. Experimentar todas essas relações na qual eu acho que essa questão de ser uma mulher que é oriunda das populações africanas e indígenas, eu acho que eu tenho uma vontade, pela minha formação mesmo, de vivenciar experiências nesses espaços e que o dinheiro hoje não me dá condições. Por exemplo, eu tenho muita vontade de conhecer a Jordânia. Alguns países do Oriente Médio, conhecer o Marrocos, conhecer a África Subsaariana que eu, inicialmente no curso de história, me debrucei muito em ler, em pesquisar, li algumas literaturas sobre. Até mesmo a Nigéria, o país da Nigéria. Então, tem muitas coisas, assim, que a questão econômica limita (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

A população negra está vivendo um período de grandes esforços pelo enfrentamento à pobreza. Existe o anseio de que as gerações mais jovens não sejam afetadas pelo pauperismo, miséria e extrema pobreza que nossos mais velhos e mais velhas sofreram. Nossos sonhos estão interligados ao alcance da humanidade: hoje, o que as mulheres negras que compartilharam seus saberes ancestrais desejam é ter sua humanidade respeitada e acessarem direitos básicos com qualidade e segurança.

Em ricos diálogos com amigas, também pesquisadoras negras, nos questionamos onde ficou nossa possibilidade de sonhar, enquanto pessoas negras. O que é sonhar? Será que um dia sonhamos com algo que não tenha remetido às

faltas que sofremos? O que garante a legitimidade de um sonho? Chegamos à conclusão de que apenas desejamos com ansiedade por uma vida digna. À população negra no Brasil, não se é garantido o direito de sonhar, pois ainda não se é garantido, ao menos, o direito à vida e à existência com dignidade. Brasil, “dos filhos deste solo és mãe gentil?” (Duque-Estrada, 1922). Eis a questão. A resposta é óbvia. Fomos capazes de visualizar que, com a população negra, em especial as mulheres negras, que são sujeitas protagonistas desse estudo, o Brasil nunca foi mãe gentil. Mas Beatriz, diante dos meus anseios e incômodos, me traz uma lição de visão para o futuro:

O que me deixa feliz é que a gente sempre pode fazer mais, sempre pode avançar. Eu acho que para todas as coisas, há uma possibilidade de transformação. Porque eu acho que quando se tem vida e movimento de pessoas, eu acho que a gente pode transformar (BEATRIZ NASCIMENTO, 31 ANOS).

Reconheço nas interlocutoras e em todas as mulheres negras do Cucui o potencial de transformação social, ação que elas já estão desenvolvendo ao pensar o mundo sob suas óticas, ao criar estratégias de viver, para além de sobreviver. Quando as mulheres negras sonham, mesmo diante das desigualdades que as infligem, elas estão contradizendo aquilo que foi preestabelecido para suas vidas. Quando as interlocutoras me falam sobre seus sonhos e a busca por possibilidades, elas me lembram que também posso sonhar.

REFLEXÕES INCONCLUSIVAS

Como pesquisadora e assistente social que compreende a sociedade como não estagnada, entendo as investigações científicas como capazes de instigar novas perguntas – sendo que algumas delas serão respondidas, o que torna impossível a existência de conclusões. Aqui, nada concluo. Faço considerações com o anseio de que este estudo colabore de forma aplicada com a construção de um Serviço Social antirracista e de uma sociedade mais justa.

O presente estudo objetivou compreender como mulheres negras da comunidade periférica do Cucui, situada no município de Cachoeira, elaboram seus projetos de vida, partindo da construção de suas identidades e subjetividades ligadas às categorias sociais a que pertencem. Parto do pressuposto de que os processos de subjetivação de mulheres negras se dão no entrelaçamento de suas vivências enquanto sujeitas conectadas às suas identidades e pertencimentos, sendo assim, as categorias de raça, gênero e território são afirmativamente cruciais na formação de suas subjetividades e na elaboração de seus projetos de vida. Esta pesquisa definiu três objetivos específicos, sendo esses: 1. Entender na narrativa das interlocutoras suas noções de raça, gênero e território e como esses marcadores influenciam no acesso à oportunidade e à construção da subjetividade dos sujeitos; 2. Discutir as inter-relações entre pobreza, desigualdade e exclusão social na narrativa das interlocutoras; 3. Identificar quais os projetos de vida das interlocutoras do estudo diante das possibilidades a que elas têm acesso.

A realidade que envolve as vivências de mulheres negras no Brasil é marcada tanto pelas desigualdades sociais quanto pelos aspectos político culturais da diáspora africana. Constata-se, tanto na pesquisa em questão quanto em vários estudos já existentes de intelectuais negras, que esse grupo tem desenvolvido diversas formas de agenciamento de suas vidas e de retomada de poder sobre seus corpos e narrativas a partir de seus conhecimentos ancestrais.

Para alcançar os objetivos estabelecidos, me propus a analisar as mediações entre racismo, desigualdades sociais e territórios e, para além disso, compreender as estratégias de enfrentamento presentes nas narrativas das interlocutoras, bem como suas percepções acerca de raça, gênero e território, marcadores que entrecortam suas vivências e o acesso a oportunidades. Em uma sociedade onde a palavra se traduz em poder, e o poder de construir narrativas encontra-se sob domínio da

branquitude, ouvir mulheres negras e contribuir para que suas vozes ecoem é um ato revolucionário. As falas das entrevistadas corroboraram com o pensamento de que mulheres negras, inseridas ou não na academia, produzem conhecimento diariamente. Diante de um Estado que produz a morte para a população negra, mulheres negras têm inventado formas de sobreviver e desenvolvido uma relação curativa com a natureza que vai de encontro às noções de exploração capitalistas.

Fiz questão de apresentar as mulheres que se dispuseram a contribuir com este estudo. Quem são, de onde vieram, onde estão, o que pensam sobre o mundo e suas existências nele, o que desejam para suas vidas, seus anseios e conquistas. As interlocutoras são um conjunto de complexidades que espero ter sido capaz de, ao menos, pincelar nessa pesquisa.

A trajetória de resistência das mulheres negras tem se entrelaçado à história do território ancestral em que elas habitam: o Recôncavo da Bahia. Terra de lutas por liberdade e solo de produção e reprodução da cultura preta, Cachoeira tem transmitido sua grandeza ao longo dos séculos. O histórico de lutas por independência e pela criação de uma universidade no Recôncavo apenas constata que o povo negro nunca esteve passivo às violências a eles perpetradas. Têm lutado, ao mesmo tempo em que fazem samba. A resistência se emaranha no riso alto, na dança, no canto. Afirmo com veemência: não temos feito do sofrimento o protagonista de nossas existências, pois o que nos destaca é a intelectualidade, a cultura, a ancestralidade e o riso.

Apenas com um conhecimento extraordinário, um povo que vivenciou a escravização e um pós-abolição sem direitos fundamentais é capaz de sobreviver. A ancestralidade africana foi capaz de dar subsídios à população negra para que essa não apenas sobrevivesse, mas vivesse e continuasse produzindo coisas extraordinárias diante da realidade posta.

Para o escopo do Serviço Social, as discussões sob uma perspectiva interseccional também se fazem de extrema essencialidade e urgência, visto que estamos, enquanto categoria, num período onde questionamos as bases epistemológicas da academia e, conseqüentemente, do próprio Serviço Social, através da admissão da necessidade de se abordar de forma mais qualificada as pautas voltadas para as categorias de gênero, raça e território.

É por meio das pesquisadoras e pesquisadores negros, em sua maioria oriundos do sistema de cotas e das Políticas de Ações Afirmativas, que a universidade e o Serviço Social vão enegrecer. E digo enegrecer não apenas visualmente, mas

principalmente em suas bases epistemológicas. Vislumbro para o futuro um Serviço Social que trate as discussões que abarcam as identidades dos sujeitos com a mesma urgência e relevância que se é tratado o debate de classe e trabalho.

Os resultados desse estudo demonstraram que não é possível abordar essas categorias ignorando o fato de que a classe trabalhadora tem raça, gênero, sexualidade e pertence a territórios diversos. Pesquisar classe e trabalho sem interseccionalidade é ignorar a diversidade da existência dos sujeitos, é invisibilizar questões que perpassam as experiências de trabalhadoras e trabalhadores no Brasil, é negar que a maioria dos sujeitos que ocupam postos de trabalho desumanizantes é composta por negros e negras.

As entrevistas revelaram que as interlocutoras possuem um vasto repertório intelectual e posições sólidas sobre raça, gênero e território. Todas elas se reconhecem de forma positiva enquanto mulheres negras, e identificam em sua trajetória tanto as experiências de racismo cotidiano quanto a beleza de ser quem são. Relataram suas vivências cotidianas de forma interseccional, mesmo que a maioria delas não tenha tido contato com essa teoria crítico-metodológica, o que atesta que a academia não o único espaço legítimo de produção de conhecimento. Quando uma mulher negra me dita uma receita de ervas e plantas medicinais úteis para uma queimadura grave, ela está demonstrando sua intelectualidade. Quando uma mulher negra me relata suas experiências com a espiritualidade, ela está despindo sua ancestralidade.

Ouso dizer que fora da academia muito mais se produz, pois é no cotidiano que se elaboram conhecimentos orgânicos, em consonância com o pensamento do Mestre Nego Bispo (2023), que, ao fazer uma crítica à universidade por “transformar saberes em mercadoria”, define que “orgânico é tudo aquilo que é produzido pelo saber orgânico”, com a intenção de produzir a vida. A entrada de pessoas negras e indígenas nas universidades tem sido bastante benéfica nesse aspecto, pois é uma possibilidade de subverter a lógica colonial da academia e inserir saberes ancestrais ao repertório de um ambiente formal de aprendizagem. Devemos engolir a universidade, não permitir que nossos verdadeiros “eus” se dirimam, fazendo o exercício diário de retorno, Sankofa, para que levemos nossa ancestralidade para a academia sem que ela nos invada. Nós é que devemos transformá-la.

A realização das entrevistas se deu com uma série de limitações. A pandemia de covid-19 causou um impacto muito grande, restringindo minhas possibilidades. Ao

passo que planejei realizar entrevistas presenciais, tive uma preocupação com as interlocutoras idosas. A pandemia teve uma repercussão trágica na vida de todas as pessoas, inclusive eu, que vivenciei momentos de fragilidade física e emocional. Por vezes, não sabia diferenciar se tinha sintomas relacionados a doenças crônicas preexistentes ou à covid-19, e preferi, em muitos momentos, adiar as entrevistas com receio de estar infectada e transmitir o vírus. Aliado a isso, tivemos que lidar com as perdas de pessoas queridas e viver um luto que nunca vivemos antes, um luto onde a passagem não permitia despedidas, onde o acolhimento não poderia envolver contato físico. Era terminantemente proibido abraçar. Foi nesse cenário que essa pesquisa foi realizada. Eu estou viva e não desisti, mas peno pelas mais de 700 mil pessoas que perderam suas vidas. Algumas delas eram afetos meus.

Ao cabo do estudo, constatou-se que os sonhos e projetos de vida das mulheres negras da comunidade do Cucui estão intimamente relacionados ao anseio por um acesso digno e qualificado a direitos, tais como educação, lazer e, principalmente, moradia. Ficou visível na fala de todas as interlocutoras que as desigualdades sociais são fator impeditivo para que elas alcancem uma cidadania plena. Enquanto pessoas pertencentes a um dos grupos mais vulnerabilizados no corpo social, é compreensível que seus sonhos sejam ligados a aspectos tangíveis da vida cotidiana. Muito me identifiquei, lembrada pelas interlocutoras com suas falas que meus maiores objetivos de vida também perpassam o campo da subsistência. Moradia, emprego e renda, estabilidade financeira e emocional, lazer.

Diante do exposto, nasce o desafio de, coletivamente, buscar estratégias que garantam às mulheres negras uma vida onde seus sonhos possam ser bobos, não envoltos em preocupações sérias e necessidades essenciais. Todas as interlocutoras têm planos, pois a realidade fatigante não é suficiente para afastá-las de si e de seus objetivos. Fiquei muito feliz em ouvir o desejo e caminhada das mais jovens pelo acesso à educação como artifício de retomada das narrativas. Nós, que acessamos uma realidade menos árdua que nossas mais velhas, arrombamos as portas e adentramos os espaços, fazendo ecoar nossas vozes que, há muito, já deveriam estar sendo ouvidas.

Desde que nasci
Nunca ajoelhei
Nunca me curvei
Nem engatinhei

Espanto causei
Forte eu cresci
Minha alma brilha
Cabeça erguida
Meus ancestrais
Carrego por cada esquina!
Forte, vou varrer várias armadilhas
E todo o meus amor
É pra cuidar
Das minhas meninas!
Minha menina
Pega essa Abayomi
Da barra da saia foi pra ti!
Fiz pra te ver sorrir!
(Jéssica Gaspar)

“Esse povo anda com a navalha debaixo da língua” – É o que dizem sobre nós da Rua da Feira. Minha navalha é a palavra e minha língua é ferina, pois minha intenção não é amaciar o ego daqueles que, sem dúvidas, a essa língua cortariam há alguns séculos. Eu quero ferir o sistema e apaziguar minhas irmãs. Eu não sou capaz de tudo e nem tenho a ensejo de ser. Só quero fazer o que sou capaz sendo eu. Subverter.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. In: TED Talks, 2014.

APAE. **Você sabe o que é a APAE?**. Concórdia – SC, 2017. Disponível em: <https://apaeconcordia.org.br/voce-sabe-o-que-e-a-apae/>.

ARAUJO, Ana Lucia. **Nenhum negro foi indenizado pela escravidão no Brasil**. Esse debate é mais urgente do que nunca. In: The Intercept Brasil, 2019.

ARQUIVO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA. **Ação de Escritura: Fazenda Três Riachos**. Cachoeira, Bahia, 1888.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB. **Livro de Registro de Terras - Cachoeira - 1958**. Maço: 4677. Seção: Viação e Obras Públicas.

BENTO, Cida. Pacto narcísico. In: **O pacto da branquitude**. Companhia das Letras, 2022, p. 17-25.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento**. Belo Horizonte, MG: Letramento; Justificando, 2018.

BOURDIEU, Pierre et al. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BUENO, Winnie. **Imagens de Controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Ed Zouk, Porto Alegre – RS. 2020.

BUTLER, Judith. Gênero: as ruínas circulares do debate contemporâneo. In: **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora José Olympio, 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez.

_____. Ministério da Saúde. Unidade de Saúde UsF Aristides Novis. **Relatório consolidado da situação do território**. Cachoeira – Bahia, 2023.

_____. Ministério da Saúde. Unidade de Saúde UsF Aristides Novis. **Relatórios de cadastro individual**. Cachoeira – Bahia, 2023.

_____. Ministério da Saúde. Unidade de Saúde UsF Aristides Novis. **Relatórios de cadastro domiciliar e territorial**. Cachoeira – Bahia, 2023.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: Uma política do SUS**. Brasília, 2017.

_____, 2013; RIO GRANDE DO SUL, 2014. **A importância de registrar a orientação sexual e identidade de gênero no e-SUS APS**. Atenção Básica RS.

_____. Secretaria de Cultura. **Divisão Territorial da Bahia: Territórios de Identidade**. Salvador, Bahia. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=314>.

_____. Senado Federal. **Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional**. Brasília – DF, 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>.

BRITO, Larisse Miranda de. Universidade na América Latina e no Brasil. In: **Os desafios, dilemas e possibilidades da atuação do serviço social na universidade: a experiência da UFRB**. Cachoeira, 2012, p. 29-40.

_____. A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. In: **Os desafios, dilemas e possibilidades da atuação do serviço social na universidade: a experiência da UFRB**. Cachoeira, 2012, p. 53-61.

CAMPANHA DE FILIAÇÃO CPERS. **Dia da Visibilidade Trans: a educação pode superar a transfobia**. Departamento de Gênero e Diversidade. Porto Alegre – SC, 2022. Disponível em: <https://cpers.com.br/dia-da-visibilidade-trans-a-educacao-pode-superar-a-transfobia/>.

CARNEIRO, Ava da Silva Carvalho; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Ações Afirmativas na Educação Superior: dos percursos escolares à transição para a vida adulta. In: **Observatório da vida estudantil: interdisciplinaridade, vida estudantil e diálogo de saberes**. Org.: SANTOS, Georgina Gonçalves dos; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. EDUFBA, Salvador-BA. 2020, p. 229-243.

CARNEIRO, Sueli. Direitos humanos. In: **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2015, p. 15-41.

_____. Do Epistemicídio. In: **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: USP, 2005, p. 97.

_____. Epistemicídio. In: **Matéria Espelho (com Lázaro Ramos)**. São Paulo: Portal Geledés, 2014.

_____. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CECCON, Roger Flores. **Mulheres em situação de pobreza extrema: gênero, raça e classe social**. Saúde em Redes. 2019; 5(3):4357.

COLLINS, Patricia Hill. A construção do pensamento feminista negro. In: **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. P. 27-95. Trad. Jamille Pinheiro Dias. Editora Boitempo, 1º ed. São Paulo, 2019.

_____. O poder da autodefinição. In: **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**.

Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

COLLING, Leandro (org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.

COULON, Alain. **O ofício de estudante: a entrada na vida universitária**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez., 2017.

Construção de conhecimentos em serviço social: entre periferias, territorialidades, narrativas, experiências e cartografias / Carola C. Arregui; Dirce Koga (orgs). - São Paulo: EDUC, 2021.

COSTA, J.S.; PINHEIRO L.; MEDEIROS M.; QUEIROZ C. **As definições de feminização da pobreza. In: A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. Brasília: IPEA, texto para discussão nº 1137. 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. In: Cruzamento: raça e gênero, Painel 1.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. RAE eletrônica, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002.

DA CRUZ, Isabel Cristina Fonseca. **Escravidão, racismo e exclusão são fatores de risco da hipertensão arterial em negros?**. BIS. Boletim do Instituto de Saúde, n. 31, p. 23-26, 2003.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016

DE ALMEIDA, Angélica. **As Griôs no Brasil: saberes e fazeres de mulheres negras através da categoria tia**. Revista Calundu, v. 4, n. 2, p. 17-17, 2020.

DE AZEVEDO BRANDÃO, Maria. Novos rumos, novos personagens. In: **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Fundação Casa de Jorge Amado, 1998, p. 219-239.

DE PAULA PEREIRA, Bergman. **De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós-abolição**. Anais do Encontro da ANPUH, 2011.

DJOKIC, Aline. **Colorismo: o que é, como funciona**. Portal Geledés, São Paulo – SP. 2015. Disponível em: https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/?amp=1&gclid=CjwKCAjwxaanBhBQEiwA84TVXCeDxuDcaqF_x9v5znBlfyOKNts9gQgqCZ91JNZqe8URy2vT_YaahoCxxkwQAvD_BwE.

DOS SANTOS BARBOSA, Madelyne; DOS SANTOS BARBOSA, Éden; VASCONCELOS, José Gerardo. **Memória e oralidade, sementes da educação africana plantadas na diáspora**. Ensino em Perspectivas, v. 2, n. 4, p. 1-11, 2021.

DUQUE-ESTRADA, Joaquim Osório. **Hino Nacional Brasileiro**. In: PESQUISA Escolar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

EURICO, Márcia Campos. **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 114, p. 290-310 abr./jun. 2013.

FERRETTI, Sérgio E. **Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural**. Horizontes Antropológicos, v. 4, p. 182-198, 1998.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010, p. 21-97.

GARCIA, Antonia dos Santos. Abordagens sobre a questão racial e a questão urbana: debates contemporâneos. In: **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade D Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum**. 2009. p. 49-110.

_____. Segregação urbana: Salvador e Rio de Janeiro. In: **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade D Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum**. 2009. p. 111-172.

GASPAR, Jéssica. **Abayomi**. São Paulo – SP. In: AMOR. Gravadora: Agogô Cultural, 2023 (5 min)

GELEDÉS-INSTITUTO DA MULHER NEGRA; CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. **Guia de enfrentamento do racismo institucional**. 2013.

GOMES, Irene; FERREIRA, Igor. **Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste**. Agência IBGE Notícias. Editoria: Estatísticas Sociais. Brasília – DF, 2023.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

_____. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1984.

_____. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômico. In: **O lugar da mulher negra: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Org. Manoel T. Luz. Coleção Tendências. Edições Graal. Rio de Janeiro, 1982.

_____. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, Bell. A teoria como prática libertadora. In: **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

_____. **Olhares negros: raça e representação**. Elefante Editora, 2019.

_____. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

_____. Recusando-se a ser uma vítima. In: **Feminismo Radical**. Editora Elefante. São Paulo, 2019.

_____. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país**. In: Síntese dos Indicadores Sociais – Agência de Notícias IBGE. Editora Estatísticas Sociais, 2020. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais>.

_____. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Estudos e Pesquisa, Informação demográfica e socioeconômica, nº 48, 2022.

_____. **História & Fotos: Cachoeira – Bahia**. IBGE Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cachoeira/historico>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA – IBDFAM. **Paternidade responsável: mais de 5,5 milhões de crianças brasileiras não têm o nome do pai na certidão de nascimento**. Belo Horizonte – MG, 2019. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/7024/Paternidade+respons%C3%A1vel:+mais+de+5,5+mil%C3%B5es+de+crian%C3%A7as+brasileiras+n%C3%A3o+t%C3%AAm+o+nome+do+pai+na+certid%C3%A3o+de+nascimento>.

_____. **Brasil tem mais de 100 mil crianças registradas sem o nome do pai nos primeiros sete meses de 2022**. Belo Horizonte – MG, 2022. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/9997/Brasil+tem+mais+de+100+mil+crian%C3%A7as+registradas+sem+o+nome+do+pai+nos+primeiros+sete+meses+de+2022>.

JESUS, Gabriela dos Anjos de. Processo de Assunção da Identidade Negra. In: **As formas de resistência na trajetória acadêmica de mulheres negras**. 2021. Monografia (graduação em Serviço Social) – Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Cachoeira.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.

_____. **“Descolonizando o Conhecimento”**: uma Palestra-Performance de Grada Kilomba. MITsp, São Paulo.

KOGA, Dirce. Construção de conhecimento em serviço social: embates a partir do território de vivência. In: **Construção de conhecimentos em serviço social: entre periferias, territorialidades, narrativas, experiências e cartografias** / Carola C. Arregui; Dirce Koga (orgs). - São Paulo : EDUC, 2021, p. 21-42.

_____. **Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais.** Serv. Soc. Rev., Londrina, V. 16, N.1, P. 30-42, Jul./Dez. 2013.

_____. **Territórios de vivência em um país continental.** Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v.14, n.1(19), jan./jun. 2015 ISSN 1676-6806.

LEONEL, Priscila. **Ateliê-Território da Artista: relacionando arte, território, ancestralidade negra e memórias.** Palíndromo, v. 12, n. 27, p. 248-265, 2020.

LESSA, Sérgio. **Trabalho, sociabilidade e individuação.** Trabalho, Educação e Saúde, v. 4 n. 2, p. 231-246, 2006.

LÓPEZ, Laura Cecilia. **O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde.** Revista Interface – Comunicação e Saúde, UNESP, p. 121-134. São Paulo, 2012.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências.** Autêntica Editora, 2019.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. **Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade.** Revista de Psicologia da UNESP, v. 8, n. 2, 2009.

MATTOS, Wilson; R. de; MACEDO, Kize; A.S. de; MATTOS, Ivanildes G. de. **10 anos de Ações Afirmativas na UNEB: desempenho comparativo entre cotistas e não cotistas de 2003 a 2009.** Revista da ABPN, v.5, n.11, p. 83-99, jul-out 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Burgueses e proletários. In: **Manifesto Comunista.** Editora Boitempo, 1º ed. P. 40-51. São Paulo, 1998.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica.** Ed Temáticas: Porto Velho, RO. p. 123-151. 2018.

MDS. **Plano Brasil Sem Miséria.** 2013.

_____. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.** Brasília, 2009.

MENDES, Marília Colares. **A Feminização da Pobreza no Contexto da Pandemia: interseccionalidade no cenário brasileiro.**

MENDES, Juliana Thimóteo Nazareno. O tempo presente e os projetos de vida dos jovens pobres. In: **Anais 19º Conferência Mundial de Serviço Social.** Salvador, Bahia, 2008.

MUNANGA, Kabengele. Introdução. In: **Negritude: Usos e sentidos**. Autêntica Editora, 2020. Pág. 11-20.

NEVES, Angela Vieira. **Apontamentos sobre Gramsci e sua influência ao Serviço Social no século 21**. In: *R. Katál., Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 31-36, jan./abr. 2017.*

NOTÍCIA PRETA. **Xica Manicongo, primeira travesti do Brasil, pode dar nome a rua em SP**. Rio de Janeiro – RJ, 2022. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/xica-manicongo-primeira-travesti-do-brasil-pode-dar-nome-a-rua-em-sp/>.

OLIVEIRA, João Manuel de. Trânsitos de gênero: leituras queer/trans* da potência do rizoma gênero. Colling, L. **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, p. 109-132, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Questão Regional: a hegemonia inacabada**. São Paulo: *Estudos Avançados*, vol. 7, n. 18, mai/ago, 1993, pp. 43-63

PEREIRA, Fabio Queiroz; GOMES, Jordhana Maria Costa. **Pobreza e gênero: a marginalização de travestis e transexuais pelo direito**. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, v. 22, n. 2, p. 210-224, 2017.

PITOMBEIRA, Delane Felinto et al. **Reflexões decolonias sobre as relações entre pobreza e racismo no contexto brasileiro**. Capoeira-Humanidades e Letras, v. 5, n. 2, p. 197-215, 2020.

PORTAL GELEDÉS. **Luísa Mahin**. São Paulo – SP, 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/luiza-mahin/>.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, Djamila; RIBEIRO, Stephanie. **Nós, mulheres negras, queremos o fim da Globoleza**. Revista AZMina. Brasília, DF. 2016. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/nao-queremos-mais-protagonizar-o-imaginario-de-quem-busca-turismo-sexual/>.

ROCHA, Halitane. **“Devolvam o pardo ao Movimento Negro” diz Carla Akotirene**. Mundo Negro, São Paulo – SP. 2023. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/devolvam-o-pardo-ao-movimento-negro-diz-carla-akotirene/>.

SANTOS, Dyane Brito Reis. A permanência simbólica. In: **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009, p. 73-77.

SANTOS, Isadora. **“É uma conquista”, responde Anielle Franco sobre aumento no número de autodeclarados pretos no Brasil**. Mundo Negro, São Paulo – SP.

2023. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/e-uma-conquista-responde-anielle-franco-sobre-aumento-no-numero-de-autodeclarados-pretos-no-brasil/>.

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO. **Quem foi Maria Felipa? O protagonismo feminino, negro e popular na batalha pela Independência.** Prefeitura Municipal de Salvador. Disponível em: <https://comunicacao.salvador.ba.gov.br/quem-foi-maria-felipa-o-protagonismo-feminino-negro-e-popular-na-batalha-pela-independencia/>.

SILVA, Nelma Nunes da et al. **Acesso da população negra a serviços de saúde: revisão integrativa.** Revista Brasileira de Enfermagem, v. 73, 2020.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.** P. 109-131. IPEA. 2013.

SIMONE, Nina. **Blackbird.** Gravadora Rhino. Estados Unidos, 1966.

_____. **Feeling good.** Gravadora Philips. Estados Unidos, 1965.

SOARES, Nathalia Cardinali. **O impacto psicológico do abandono paterno na infância.** 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE – SBMFC. **Dandara dos Palmares.** Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: <https://www.sbmfc.org.br/dandara/>.

SOUSA, Elaine Borges. **“Não te criei pra isso”: vulnerabilidades e relação familiar de negras lésbicas e sapatonas.** 2021. Monografia (graduação em Licenciatura em Ciências Sociais) – Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Cachoeira.

SOUSA SANTOS, B. de. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1997.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

SZUL, Karoline Dutra; SILVA, Lenir Mainardes da. **Feminização da pobreza no Brasil.** II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis – outubro de 2017.

TV UFMA. **Abandono paterno é a regra no Brasil.** São Luís – MA, 2022. Disponível em: <https://portalpadrao.ufma.br/tvufma/noticias/abandono-paterno-e-a-regra-no-brasil>.

UFMG. **Beatriz Nascimento.** In: Literafro: o portal de literatura afro-brasileira. Belo Horizonte – MG, 2023. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1422-beatriz-nascimento>.

UFRGS. **Biografias de Mulheres Africanas**. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos. Porto Alegre – RS. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/africanas/aqualtune-seculos-xvi-xvii/>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **UFRB - Dados, períodos e eventos**. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/apresentacao>.

USPFFLCH. **Aquilombar o Antropoceno, Contra-colonizar a Ecologia: confluências entre Malcom Ferdinand e Antonio Bispo**. YouTube, março/2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7RCuzE6b83k>.

VASCONCELOS, S. S. D. **IGREJA CATÓLICA E A ESCRAVIDÃO NO BRASIL COLÔNIA: uma abordagem cultural**. In: XXVII Simpósio Nacional de História. Natal – RN, 2013. (Anais do evento).

VELOSO, Abraão. **Tecnologia Ancestral Africana: Símbolos Adinkra**. Espaço do Conhecimento, UFMG. Belo Horizonte – MG, 2022. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/tecnologia-ancestral-africana-simbolos-adinkra/>.

WRIGHT, Henry Maxwell. **Alvo mais que a neve**. Hino 39, Harpa Cristã. 1914.

XAVIER, Giovana. Intelectual negra sim. Por que não? In: **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história**. P. 89-92. Editora Malê. Rio de Janeiro, 2019.

ZALUAR, Alba. O Antropólogo e os pobres: uma introdução metodológica e afetiva. In: **A máquina e a revolta: as organizações populares e os significados da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 265 pp.

ZERBINATI, João Paulo; DE TOLEDO BRUNS, Maria Alves. **Transfobia: contextos de negatividade, violência e resistência**. Revista Periódicus, v. 2, n. 11, p. 195-216, 2019.

APÊNDICE A – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada participante,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa **“POR ACASO EU NÃO SOU UMA MULHER?”: Construção de projetos de vida e as subjetividades de mulheres negras de comunidades periféricas do município de Cachoeira – Bahia**, desenvolvida pela discente **Kleyne Janne Costa de Souza** e pela Professora **Dra. Lucia Maria Aquino de Queiroz**.

Sobre o objetivo central

Analisar as mediações entre racismo, desigualdades sociais e território e compreender as estratégias de resistência nas narrativas e nos projetos de mulheres de comunidade periférica do município de Cachoeira.

Porque o participante está sendo convidado

Você está sendo convidada por ser **mulher negra moradora da comunidade do Cucui, das ruas: Cucui de Brito, Cucui de Caboclo e/ou Cucui de São Cosme**. Sua participação é voluntária e não remunerada, isto é, ela não é obrigatória e você não receberá nenhuma quantia em dinheiro ou equivalentes para participação na pesquisa. Você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizada de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas.

Mecanismos para garantir a confidencialidade e a privacidade

Qualquer dado que possa identificá-la será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, o material será armazenado em local seguro, com acesso único da pesquisadora responsável e orientadora.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que

poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Identificação do participante ao longo da pesquisa

Para que não haja possibilidade de identificação, o nome do entrevistado será substituído por nomes fictícios, cuja relação é impossibilitada. Além da omissão de dados que facilitem a identificação do coparticipante.

Procedimentos detalhados que serão utilizados na pesquisa

A sua participação consistirá em ser entrevistada e a entrevista será gravada via som, por meio de aplicativo de gravador do celular. Não haverá gravação por imagem. Será disponibilizada uma cópia do roteiro de entrevistas para as participantes que assim desejarem.

Tempo de duração da entrevista

O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora e meia.

Guarda dos dados e material coletados na pesquisa

As entrevistas serão transcritas e juntamente com os arquivos de áudio e imagem serão armazenadas em arquivos digitais, cujo acesso será restrito a pesquisadora e a orientadora.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo por um período de 5 anos, conforme Resolução 466/12, e posteriormente será destruído.

Benefícios diretos (individuais ou coletivos) ou indiretos aos coparticipantes da pesquisa

Os benéficos são coletivos, na medida em que a pesquisa contribui para a identificação e análise da realidade de mulheres negras periféricas, gerando dados e informações úteis a serem utilizadas na formulação e implementação de políticas públicas e sociais para essa população.

Previsão de riscos ou desconfortos

Os riscos de participação na pesquisa são de constrangimento durante a entrevista, de relatar informações confidenciais, além do vazamento de informações. Há também risco de danos emocionais devido a explicitação e lembranças de acontecimentos, tendo em vista os possíveis efeitos da temática na vida e história da entrevistada.

Por ter formação em Serviço Social, a pesquisadora se considera apta para condução

da entrevista de maneira assertiva, assim, caso as entrevistadas demonstrem sofrimento ou incômodo nos relatos, a entrevista será interrompida e prestada assistência imediata aos participantes da pesquisa. Também será explanado, antes do início das entrevistas, a possibilidade de desconforto e os equipamentos e serviços que dispõem de atendimento para as possíveis problemáticas que se apresentem no momento da entrevista.

As entrevistas serão realizadas de forma individual, em local designado, de escolha da entrevistada para minimizar possíveis desconfortos, e para garantir o sigilo e anonimato, serão utilizados nomes fictícios e/ou de personagens negras históricas para substituição dos nomes verdadeiros na pesquisa, nomes esses que serão apresentados às entrevistadas para apreciação, antes da defesa da pesquisa, além do ocultamento de informações que possam identificar os participantes.

Os dados coletados em formato de som e transcrição serão guardados em arquivo digital com senha por um período de cinco anos, aos quais só a pesquisadora e a orientadora terão acesso, após isso os arquivos serão excluídos permanentemente.

Caso a participante da pesquisa expresse constrangimento ou quaisquer outros sentimentos negativos e deseje finalizar a entrevista, essa será suspensa imediatamente para o devido esclarecimento das dúvidas do entrevistado, com a releitura do TCLE. Caso a entrevistada deseje, após isso, a entrevista será reiniciada ou poderá ser agendada nova data. E, se alegar desistência, a entrevista será encerrada, e os sons serão excluídos.

Sobre divulgação dos resultados da pesquisa

Os resultados serão divulgados em artigos científicos, e poderão ser divulgados, também, em palestras públicas. Os artigos que resultem do projeto de investigação serão enviados via e-mail a todas as participantes da entrevista. A produção final proveniente dessa pesquisa de campo, a saber, a dissertação, será também enviada por e-mail. Considerando que as entrevistadas são de perfis diversos, para aquelas que não forem alfabetizadas ou não tiverem acesso à aparelhos tecnológicos para acessar a dissertação, será entregue a versão impressa, e, se necessário, a pesquisadora fará a leitura para a participante.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para o pesquisador.

É necessário que todas as páginas sejam rubricadas pelo participante da pesquisa e pela pesquisadora responsável, com ambas as assinaturas na última página.

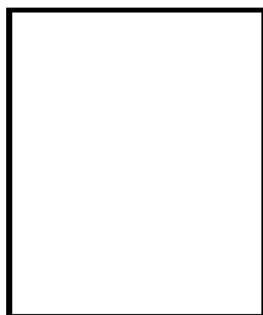
Caso haja qualquer dúvida ou reclamações sobre a condução ética da presente pesquisa, o Comitê de Ética poderá ser contatado. O Comitê de Ética – “CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da

pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos” (Ministério da Defesa, 2021).

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do coparticipante da pesquisa

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Endereço: Rua Rui Barbosa, 710 - Centro - Cruz das Almas/BA CEP: 44.380-000
Tel.: (75) 9 9969-0502
E-mail: eticaempesquisa@ufrb.edu.br

Se desejar, consulte ainda a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep):
Tel.: (61) 3315-5879
E-mail: conep@saude.gov.br



Campo para Impressão Digital da entrevistada

Assinatura da entrevistada

Nome e assinatura da Pesquisadora responsável

Contato da pesquisadora responsável

Tel.: (75) 9 8891-5253

E-mail: kleynejanne@gmail.com

Endereço: Rua Cucui de Caboclo, nº 27, centro, Cachoeira, Bahia, CEP: 44.300-000

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante,

Você está sendo convidado a participar da pesquisa **“POR ACASO EU NÃO SOU UMA MULHER?”: Construção de projetos de vida e as subjetividades de mulheres negras de comunidades periféricas do município de Cachoeira – Bahia**, desenvolvida pela discente **Kleyne Janne Costa de Souza** e pela Professora **Dra. Lucia Maria Aquino de Queiroz**.

Sobre o objetivo central

Analisar as mediações entre racismo, desigualdades sociais e território e compreender as estratégias de resistência nas narrativas e nos projetos de mulheres de comunidade periférica do município de Cachoeira.

Porque o participante está sendo convidado

Você está sendo convidado por ser **um historiador pesquisador nos temas relacionados à história da Bahia, Recôncavo baiano, religiosidade, cultura afro-brasileira e etnicidade**. Sua participação é voluntária e não remunerada, isto é, ela não é obrigatória e você não receberá nenhuma quantia em dinheiro ou equivalentes para participação na pesquisa. Você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizada de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Sobre confidencialidade, privacidade e identificação do participante ao longo da pesquisa

Sua participação não será confidencial e sigilosa, visto que sua contribuição terá caráter de fonte primária, sendo assim, os devidos créditos de propriedade intelectual serão dados.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Procedimentos detalhados que serão utilizados na pesquisa

A sua participação consistirá em ser entrevistada e a entrevista será gravada via som, por meio de aplicativo de gravador do celular. Não haverá gravação por imagem. Será disponibilizada uma cópia do roteiro de entrevista, se assim o desejar.

Tempo de duração da entrevista

O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora e meia.

Guarda dos dados e material coletados na pesquisa

As entrevistas serão transcritas e juntamente com os arquivos de áudio e imagem serão armazenadas em arquivos digitais, cujo acesso será restrito a pesquisadora e a orientadora.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo por um período de 5 anos, conforme Resolução 466/12, e posteriormente será destruído.

Benefícios diretos (individuais ou coletivos) ou indiretos aos coparticipantes da pesquisa

Os benefícios são coletivos, na medida em que a pesquisa contribui para a identificação e análise da realidade de mulheres negras periféricas, gerando dados e informações úteis a serem utilizadas na formulação e implementação de políticas públicas e sociais para essa população.

Previsão de riscos ou desconfortos

Não há previsão de riscos ou desconfortos, visto que a entrevista terá o objetivo de coleta de dados científicos provenientes dos anos de estudo do pesquisador, amplamente divulgados e publicitados pelo mesmo em eventos, aulas e trabalhos escritos. Não haverá questões pessoais ou que toquem aspectos privados da vida do pesquisador.

Sobre divulgação dos resultados da pesquisa

Os resultados serão divulgados em artigos científicos, e poderão ser divulgados, também, em palestras públicas. Os artigos que resultem do projeto de investigação serão enviados via e-mail a todas as participantes da entrevista. A produção final proveniente dessa pesquisa de campo, a saber, a dissertação, será também enviada por e-mail. Considerando que as entrevistadas são de perfis diversos, para aquelas

que não forem alfabetizadas ou não tiverem acesso à aparelhos tecnológicos para acessar a dissertação, será entregue a versão impressa, e, se necessário, a pesquisadora fará a leitura para a participante.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para o pesquisador.

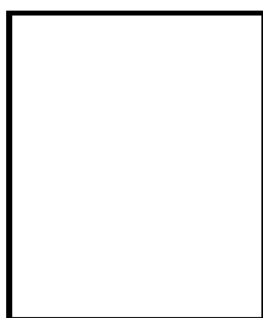
É necessário que todas as páginas sejam rubricadas pelo participante da pesquisa e pela pesquisadora responsável, com ambas as assinaturas na última página.

Caso haja qualquer dúvida ou reclamações sobre a condução ética da presente pesquisa, o Comitê de Ética poderá ser contatado. O Comitê de Ética – “CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos” (Ministério da Defesa, 2021).

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do coparticipante da pesquisa

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Endereço: Rua Rui Barbosa, 710 - Centro - Cruz das Almas/BA CEP: 44.380-000
Tel.: (75) 9 9969-0502
E-mail: eticaempesquisa@ufrb.edu.br

Se desejar, consulte ainda a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep):
Tel.: (61) 3315-5879
E-mail: conep@saude.gov.br



Campo para Impressão Digital da entrevistada

Assinatura do entrevistado

Nome e assinatura da Pesquisadora responsável

Contato da pesquisadora responsável

Tel.: (75) 9 8891-5253

E-mail: kleynejanne@gmail.com

Endereço: Rua Cucui de Caboclo, nº 27, centro, Cachoeira, Bahia, CEP: 44.300-000

DECLARAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE TÍTULO DE PESQUISA

Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios – PPG POSTERR
Objetivo Acadêmico: Dissertação de Mestrado

Título constante no parecer de aprovação do projeto pelo CEP:

“POR ACASO EU NÃO SOU UMA MULHER?”: Construção de projetos de vida e as subjetividades de mulheres negras de comunidades periféricas do município de Cachoeira – Bahia.

Título final do trabalho (constante na capa da dissertação):

VOZES NEGRAS ECOAM: Construção de projetos de vida e as subjetividades de mulheres negras periféricas de Cachoeira – Bahia.

Declaro que o trabalho não sofreu alterações nos objetivos e/ou conteúdo metodológico da época de apresentação para análise do CEP.

Kleynne Janne Costa de Souza

Assinatura da mestrande

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Semiestruturado

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

I. IDENTIFICAÇÃO

1. Nome:
2. Idade:
3. Cor/Raça:
4. Identidade de gênero:
5. Orientação sexual:
6. Município de origem:
7. Município de residência:
8. Tempo de residência no bairro:

II. COMPOSIÇÃO FAMILIAR

9. Estado civil:
 - a. Solteira Casada União Estável Divorciada Viúva
10. Configuração familiar:
 - a. Nuclear Monoparental Extensa Reconstituída Homoafetiva Mora só Não soube responder
11. Tem filhos?
 - a. Sim. Quantos?
 - b. Não

III. ESCOLARIDADE

12. Nível de escolaridade
 - a. Não escolarizada
 - b. Ensino Fundamental Completo
 - c. Ensino Fundamental Incompleto. Qual série?
 - d. Ensino Médio Completo
 - e. Ensino Médio Incompleto. Qual série?
 - f. Graduação Completa
 - g. Graduação em andamento
 - h. Graduação Incompleta
 - i. Mestrado Completo
 - j. Mestrado em andamento

- k. Doutorado Completo
 - l. Doutorado em andamento
13. Estou o Ensino Fundamental e Médio em:
- a. Escola Pública
 - b. Escola Particular com bolsa
 - c. Escola Particular sem bolsa
 - d. Outros:

IV. RENDA

14. Renda familiar:
- a. Menos de um salário mínimo
 - b. Um salário mínimo
 - c. Dois salários mínimos
 - d. Três salários mínimos
 - e. Mais de três salários mínimos
 - f. 14.1. Quantas pessoas na família contribuem para formação da renda familiar? E quantas pessoas vivem desta renda?
- 14.2 Você trabalha? Onde? Quanto ganha? Se não trabalha, qual seu último emprego/ocupação, quando foi e quanto ganhava?

V. RAÇA

15. Na sua concepção, a autodeclaração quanto à raça/cor leva em consideração (marque o que considerar necessário):
- a. Cor da pele.
 - b. Ascendência direta (pais).
 - c. Ascendência direta (avós).
 - d. Ascendência direta (bisavós).
 - e. Outros. Especificar o quê?
16. Você já vivenciou/vivencia algum preconceito por ser mulher? Caso afirmativo, poderia relatar?
17. Você já vivenciou/vivencia algum preconceito por ser negra? Caso afirmativo, poderia relatar?
18. Como era ser negra e mulher antigamente? O que as pessoas achavam do cabelo crespo, dos traços, etc? Essa visão melhorou ou piorou?

VI. TRAJETÓRIA E VIVÊNCIAS

19. Como foi sua infância? Me conta sobre sua família, seus pais.
20. Como foi sua adolescência, sua relação com seus irmãos e irmãs?
21. Como foi a história da sua família até chegar ao que é hoje? Me conta como você conheceu seu companheiro (se tiver).
22. Me conta um pouco sobre sua família atualmente, quem são os membros e o que eles fazem atualmente.
23. Quem assume a liderança da casa financeiramente? E quem toma as decisões importantes?
24. Você pode me contar como é seu dia-a-dia?
25. Como fica a divisão de tarefas entre os membros da família?
26. Como foi sua passagem pela escola? Você gostava? (quando começou a estudar, se houve interrupções, onde estudou ou estuda)
27. Como você chegou a morar no Cucui? Me fala dos lugares que você morou e como veio parar aqui.
28. Você gosta de morar aqui? Como você descreve o bairro (as pessoas e suas relações, a rua em si, o que gosta, o que não gosta)
29. Você conhece alguma história antiga do bairro? Pode contar?
30. Você participa de algum grupo religioso ou associação? Como e porque você se tornou membro dessa religião e como é sua experiência com ela atualmente? A igreja te indica a não participar de algum tipo de atividade (quais), a utilizar determinado tipo de roupa ou a não frequentar cultos ou práticas de matriz africana? Qual a razão?
31. Como você se diverte e se distrai no dia-a-dia? Quais são as coisas que você gosta de fazer como lazer sozinha e/ou com sua família? O que você gostaria de fazer como lazer e não pode por não possuir dinheiro?
32. O que te deixa feliz? E o que te entristece?
33. Você gosta de morar nesse bairro? Quais as razões? Caso negativo, onde gostaria de morar?
34. Você já viajou ou viaja? Foi para onde? O lugar que conheceu é melhor, igual ou pior do que a sua cidade? Quais as razões?
35. Qual o lugar do seu bairro que você mais gosta? E da sua cidade? Explique as razões
36. Você tem algum problema de saúde? Como ele afeta sua vida?

37. Você consegue acessar bem o sistema de saúde? Em geral busca esse sistema na sua cidade, em São Félix ou outra?
38. Quais as dificuldades você tem de manter seu sustento?
39. Você tem ou já teve algum sonho? O que você gostaria de realizar na vida? O que dificulta essa realização?
40. Há alguém na sua família, vizinhança, associação, igreja ou mesmo pessoas conhecidas (artistas, professores, políticos, religiosos) que você admira e seja uma referência de vida para você? Caso afirmativo, quem e por quê?
41. O que gostaria de ter realizado na vida e não conseguiu? Porque não conseguiu?
42. Tem algo material, ou mesmo acesso à serviços que você gostaria de ter e não tem, e que tem?
43. O que você acha da realidade do país atualmente? Você vê diferença entre antes e agora? Qual?
44. Como era ser mulher antigamente? Você acha que melhorou?
45. Quando você ficava doente antigamente, a quem recorria? E agora?
46. O que você entende por pobreza?
47. Você se considera pobre? Porque?
48. Pra você, quais as características de uma pessoa bonita? E uma mulher bonita, como deve ser?
49. Você acha bonita?
50. Durante sua infância e adolescência, as pessoas costumavam elogiar sua beleza (seus traços, cabelo, jeito de ser)?
51. As pessoas da sua família estudaram? Qual a relação deles com a educação? Você encontrou dificuldade para estudar ou o que a impediu de continuar estudando?

VII. TRAJETÓRIA ACADÊMICA (para as que acessaram o ensino superior)

52. Outras pessoas da sua família estão inseridas ou já se formaram na universidade? Qual grau e curso?
53. Como foi sua preparação para entrar no Ensino Superior? Qual e quem foi a sua motivação?
54. Você ingressou no ensino superior através de ações afirmativas?
55. Qual o seu curso de formação na graduação?
56. Qual a sua Instituição e ano de formação da graduação?
57. Qual o seu curso de formação na pós-graduação? (se houver)

58. Qual a sua Instituição e ano de formação da pós-graduação? (se houver)
59. Durante a graduação, mestrado e/ou doutorado, você se recorda de ter passado por alguma situação de violência racial, de gênero ou de classe?
60. Você sentiu que sofreu alguma violência relacionada ao questionamento da sua intelectualidade?

Obrigada pela confiança e pelo compartilhamento das informações

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ¿POR ACASO EU NÃO SOU UMA MULHER?¿: Construção de projetos de vida e as subjetividades de mulheres negras de comunidades periféricas do município de Cachoeira ¿ Bahia

Pesquisador: KLEYNE JANNE COSTA DE SOUZA

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 66052722.9.0000.0056

Instituição Proponente: Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.185.478

Apresentação do Projeto:

As informações dos campos "Apresentação do projeto", "Objetivo da pesquisa" e "Avaliação de riscos e benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas do projeto (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2038588.pdf, de 13/07/2023) e/ou do projeto completo (5ProjetoPesquisa.pdf, de 04/12/2022).

Resumo:

"O presente estudo dissertativo tem como objetivo geral analisar, tendo como referência as mulheres negras do bairro do Cucui, as mediações entre racismo, desigualdades sociais e território e compreender as estratégias de resistência nas narrativas e nos projetos destas mulheres da comunidade periférica do município de Cachoeira. O estudo tem a pretensão de perceber é o que os sujeitos mulheres negras periféricas estão vendo e expressando referente a si, ao outro e à realidade que o permeia a partir de seus projetos de vida, sob sua ótica epistemológica, a despeito do que se é considerado conhecimento e ciência para os padrões tradicionais, o que o conduz à seguinte questão: como mulheres negras de comunidades periféricas do município de Cachoeira no Recôncavo da Bahia desenvolvem seus projetos de vida a partir da construção das suas identidades e subjetividades considerando as categorias sociais a que pertencem? A pesquisa em questão é de abordagem qualitativa, por meio de entrevistas

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710, 1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro: Centro **CEP:** 44.380-000
UF: BA **Município:** CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 **Fax:** (75)99969-0502 **E-mail:** eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.185.478

semiestruturadas. A pesquisa se justifica pela necessidade e relevância de se considerar as individualidades na construção de estratégias de enfrentamento às desigualdades que estão no cerne das relações sociais”. (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2038588.pdf, de 13/07/2023, p. 02).

Hipótese:

“Parte-se da hipótese de que os marcadores sociais que os sujeitos possuem são definidores das oportunidades que os mesmos irão receber, e conseqüentemente, os locais e possibilidades que irão acessar. Considerando a teoria já provada da existência do racismo e preconceito de classe na sociedade brasileira, conclui-se que mulheres negras de comunidades periféricas produzem conhecimentos que são utilizados como estratégias de vivência e sobrevivência, com a hipótese, também, de que esses conhecimentos podem ter grande utilidade na formulação e implementação de políticas sociais para a população negra e periférica”. (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2038588.pdf, de 13/07/2023, p. 03).

“Metodologia Proposta:

A pesquisa em questão é de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, de objetivo exploratório, cujo locus vai compreender ao território de três ruas: Cucui de Brito, Cucui de Caboclo e Cucui de São Cosme. No que diz respeito aos procedimentos, será utilizada tanto a pesquisa bibliográfica quanto a pesquisa de campo. A pesquisa de campo será realizada por meio de entrevistas semi estruturadas, onde serão entrevistadas três mulheres em diferentes faixas etárias (jove., jovem adulta e idosa) em cada rua, totalizando nove entrevistas”. (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2038588.pdf, de 13/07/2023, p. 03).

Objetivo da Pesquisa:

“Objetivo Primário:

Analisar, tendo como referência as mulheres negras do bairro do Cucui, as mediações entre racismo, desigualdades sociais e território e compreender as estratégias de resistência nas narrativas e nos projetos destas mulheres da comunidade periférica do município de Cachoeira.

Objetivo Secundário:

1. Entender na narrativa das interlocutoras suas noções de raça, gênero e território e como esses marcadores influenciam no acesso à oportunidade e à construção da subjetividade dos sujeitos;
2. Discutir as inter-relações entre pobreza, desigualdade e exclusão social na narrativa das interlocutoras;

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710, 1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro: Centro **CEP:** 44.380-000
UF: BA **Município:** CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 **Fax:** (75)99969-0502 **E-mail:** eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.185.478

3. Identificar quais os projetos de vida das interlocutoras do estudo diante das possibilidades a que elas têm acesso”. (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2038588.pdf, de 13/07/2023, p. 03).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

“Riscos:

Os riscos de participação na pesquisa são de constrangimento durante a entrevista, de relatar informações confidenciais, além do vazamento de informações. Há também risco de danos emocionais devido a explicitação e lembranças de acontecimentos, ademais da possível afetação da temática na vida e história do entrevistado. Por ter formação em Serviço Social, a pesquisadora se considera apta para condução da entrevista de maneira assertiva, assim, caso os entrevistados demonstrem sofrimento ou incômodo nos relatos, a entrevista será interrompida e prestada assistência imediata aos participantes da pesquisa. As entrevistas serão realizadas de forma individual, em local reservado e para garantir o sigilo e anonimato serão utilizados nomes fictícios e/ou de personagens negros históricos para substituição dos nomes verdadeiros na pesquisa, ademais do ocultamento de informações que possam identificar os participantes. Os dados coletados em formato de imagem, som e transcrição serão guardados em arquivo digital com senha por um período de cinco anos, aos quais só a pesquisadora e a orientadora terão acesso, após isso os arquivos serão excluídos permanentemente. Caso o participante da pesquisa declare constrangimento, a entrevista será suspensa imediatamente para o devido esclarecimento das dúvidas do entrevistado, com a releitura do TCLE. Após a concordância do participante, a entrevista será reiniciada. E, se alegar desistência, a entrevista será encerrada, e as imagens e sons serão excluídos.

Benefícios:

Os benefícios são coletivos, na medida em que a pesquisa contribui para a identificação e análise da realidade de mulheres negras periféricas, gerando dados e informações úteis a serem utilizadas na formulação e implementação de políticas públicas e sociais para essa população”. (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2038588.pdf, de 13/07/2023, p. 03).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo nacional, unicêntrico, qualitativo, exploratório com financiamento próprio. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida no programa de pós-graduação Política Social e Territórios do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) para obtenção de título de Mestre.

(5ProjetoPesquisa.pdf, de 04/12/2022) e (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2038588.pdf, de 13/07/2023).

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710, 1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro: Centro **CEP:** 44.380-000
UF: BA **Município:** CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 **Fax:** (75)99969-0502 **E-mail:** eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.185.478

Número de participantes no Brasil: 09.

Início da pesquisa: (Realização das entrevistas): 15/08/2023.

Término da pesquisa: (Envio do Relatório final para o CEP/UFRB): 20/12/2023.

(PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2038588.pdf, de 13/07/2023, p. 03 e 04).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide o campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo foi alterado, quanto aos aspectos éticos e documentais, segundo as solicitações deste Comitê de Ética (CEP/UFRB), estando, portanto, aprovado.

3. Cronograma

3.1 Solicitação atendida.

3.2 Solicitação atendida.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo aprovado.

Seu projeto foi aprovado e a coleta de dados poderá ser iniciada junto aos participantes da pesquisa. O CEP/UFRB deseja sucesso no desenvolvimento dos trabalhos e aguardará o recebimento do relatório final no prazo pertinente previsto no cronograma, por meio de notificação via Plataforma Brasil, conforme a Resolução do CNS nº 466/2012, item XI.2, letra d. O modelo dos relatórios encontra-se na página: https://www2.ufrb.edu.br/cep/images/Formularios/Modelo_relatorio_parcial_ou_final.pdf.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2038588.pdf	13/07/2023 14:28:11		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMADEESTUDOS4.pdf	13/07/2023 14:27:26	KLEYNE JANNE COSTA DE SOUZA	Aceito
Outros	CARTARESPOSTA2.pdf	28/04/2023 21:45:13	KLEYNE JANNE COSTA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLE3.pdf	28/04/2023 21:44:45	KLEYNE JANNE COSTA DE SOUZA	Aceito

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710, 1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro: Centro **CEP:** 44.380-000
UF: BA **Município:** CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 **Fax:** (75)99969-0502 **E-mail:** eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RECÔNCAVO DA BAHIA -
UFRB



Continuação do Parecer: 6.185.478

Ausência	TCLE3.pdf	28/04/2023 21:44:45	KLEYNE JANNE COSTA DE SOUZA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	2DeclaracaodeConfidencialidade.pdf	04/12/2022 20:43:11	KLEYNE JANNE COSTA DE SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	5ProjetodePesquisa.pdf	04/12/2022 20:40:44	KLEYNE JANNE COSTA DE SOUZA	Aceito
Orçamento	1ORCAMENTO.pdf	04/12/2022 20:37:57	KLEYNE JANNE COSTA DE SOUZA	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	04/12/2022 20:23:24	KLEYNE JANNE COSTA DE SOUZA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CRUZ DAS ALMAS, 17 de Julho de 2023

Assinado por:
Sibele de Oliveira Tozetto Klein
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710, 1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro: Centro **CEP:** 44.380-000
UF: BA **Município:** CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 **Fax:** (75)99969-0502 **E-mail:** eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br

**ANEXO B – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa
(Emenda)**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: ¿POR ACASO EU NÃO SOU UMA MULHER?¿: Construção de projetos de vida e as subjetividades de mulheres negras de comunidades periféricas do município de Cachoeira ¿ Bahia

Pesquisador: KLEYNÉ JANNE COSTA DE SOUZA

Área Temática:

Versão: 6

CAAE: 66052722.9.0000.0056

Instituição Proponente: Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.413.224

Apresentação do Projeto:

As informações dos campos "Apresentação do projeto", "Objetivo da pesquisa" e "Avaliação de riscos e benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas do projeto (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2209656_E1.pdf, de 29/09/2023) e/ou do projeto completo (PROJETODETALHADO.pdf, de 29/09/2023).

Resumo:

"O presente estudo dissertativo tem como objetivo geral analisar, tendo como referência as mulheres negras do bairro do Cucui, as mediações entre racismo, desigualdades sociais e território e compreender as estratégias de resistência nas narrativas e nos projetos destas mulheres da comunidade periférica do município de Cachoeira. O estudo tem a pretensão de perceber é o que os sujeitos mulheres negras periféricas estão vendo e expressando referente a si, ao outro e à realidade que o permeia a partir de seus projetos de vida, sob sua ótica epistemológica, a despeito do que se é considerado conhecimento e ciência para os padrões tradicionais, o que o conduz à seguinte questão: como mulheres negras de comunidades periféricas do município de Cachoeira no Recôncavo da Bahia desenvolvem seus projetos de vida a partir da construção das suas identidades e subjetividades considerando as categorias sociais a que pertencem? A pesquisa em questão é de abordagem qualitativa, por meio de entrevistas

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710, 1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro: Centro **CEP:** 44.380-000
UF: BA **Município:** CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 **Fax:** (75)99969-0502 **E-mail:** eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.413.224

semiestruturadas. A pesquisa se justifica pela necessidade e relevância de se considerar as individualidades na construção de estratégias de enfrentamento às desigualdades que estão no cerne das relações sociais".(PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2209656_E1.pdf, de 29/09/2023, p. 2).

Metodologia proposta:

"A pesquisa em questão é de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, de objetivo exploratório, cujo lócus vai compreender ao território de três ruas: Cucui de Brito, Cucui de Caboclo e Cucui de São Cosme. No que diz respeito aos procedimentos, será utilizada tanto a pesquisa bibliográfica quanto a pesquisa de campo. A pesquisa de campo será realizada por meio de entrevistas semi estruturadas, onde serão entrevistadas oito mulheres em diferentes faixas etárias (jovem adulta e idosa) nas três ruas, totalizando, e uma entrevista não estruturada com um profissional historiador para coletar dados sobre a história do território estudado, totalizando nove entrevistas".

(PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2209656_E1.pdf, de 29/09/2023, p. 3).

Objetivo da Pesquisa:

“Objetivo Primário:

Analisar, tendo como referência as mulheres negras do bairro do Cucui, as mediações entre racismo, desigualdades sociais e território e compreender as estratégias de resistência nas narrativas e nos projetos destas mulheres da comunidade periférica do município de Cachoeira.

Objetivo Secundário:

1. Entender na narrativa das interlocutoras suas noções de raça, gênero e território e como esses marcadores influenciam no acesso à oportunidade e à construção da subjetividade dos sujeitos;
2. Discutir as inter-relações entre pobreza, desigualdade e exclusão social na narrativa das interlocutoras;
3. Identificar quais os projetos de vida das interlocutoras do estudo diante das possibilidades a que elas têm acesso.”.

(PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2209656_E1.pdf, de 29/09/2023, p. 3).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

“Riscos:

Os riscos de participação na pesquisa são de constrangimento durante a entrevista, de relatar informações confidenciais, além do vazamento de informações. Há também risco de danos emocionais devido a explicitação e lembranças de acontecimentos, ademais da possível afetação da temática na vida e história do entrevistado. Por ter formação em Serviço Social, a pesquisadora

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710, 1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro: Centro **CEP:** 44.380-000
UF: BA **Município:** CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 **Fax:** (75)99969-0502 **E-mail:** eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.413.224

se considera apta para condução da entrevista de maneira assertiva, assim, caso os entrevistados demonstrem sofrimento ou incômodo nos relatos, a entrevista será interrompida e prestada assistência imediata aos participantes da pesquisa. As entrevistas serão realizadas de forma individual, em local reservado e para garantir o sigilo e anonimato serão utilizados nomes fictícios e/ou de personagens negros históricos para substituição dos nomes verdadeiros na pesquisa, ademais do ocultamento de informações que possam identificar os participantes. Os dados coletados em formato de imagem, som e transcrição serão guardados em arquivo digital com senha por um período de cinco anos, aos quais só a pesquisadora e a orientadora terão acesso, após isso os arquivos serão excluídos permanentemente. Caso o participante da pesquisa declare constrangimento, a entrevista será suspensa imediatamente para o devido esclarecimento das dúvidas do entrevistado, com a releitura do TCLE. Após a concordância do participante, a entrevista será reiniciada. E, se alegar desistência, a entrevista será encerrada, e as imagens e sons serão excluídos. Benefícios:

Os benéficos são coletivos, na medida em que a pesquisa contribui para a identificação e análise da realidade de mulheres negras periféricas, gerando dados e informações úteis a serem utilizadas na formulação e implementação de políticas públicas e sociais para essa população".

(PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2209656_E1.pdf, de 29/09/2023, p. 3).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo nacional, unicêntrico, qualitativo, exploratório com financiamento próprio. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida no programa de pós-graduação Política Social e Territórios do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) para obtenção de título de Mestre.

(PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2209656_E1.pdf, de 29/09/2023) e/ou do projeto completo (PROJETODETALHADO.pdf, de 29/09/2023).

Número de participantes no Brasil: 09.

Início da pesquisa: (Realização da entrevista com historiador): 20/10/2023.

Término da pesquisa: (Envio do Relatório final para o CEP/UFRB): 20/12/2023.

(PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2209656_E1.pdf, de 29/09/2023, p. 4).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide o campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710, 1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro: Centro **CEP:** 44.380-000
UF: BA **Município:** CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 **Fax:** (75)99969-0502 **E-mail:** eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.413.224

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Com base na carta resposta (CARTARESPPOSTAEMENDA.pdf, de 29/09/2023), a pesquisador atendeu às solicitações sugeridas.

Desta forma, a emenda encontra-se aprovada. Cabe ao pesquisador responsável manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa (Resolução CNS 466/2012 Item XI.2.f – Do Pesquisador Responsável).

Considerações Finais a critério do CEP:

A emenda encontra-se aprovada. Cabe ao pesquisador responsável manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa (Resolução CNS 466/2012 Item XI.2.f – Do Pesquisador Responsável).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2209656_E1.pdf	29/09/2023 12:30:34		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODETALHADO.pdf	29/09/2023 12:29:07	KLEYNE JANNE COSTA DE SOUZA	Aceito
Outros	CARTARESPPOSTAEMENDA.pdf	29/09/2023 12:24:45	KLEYNE JANNE COSTA DE SOUZA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMAEMENDA.pdf	29/09/2023 12:24:29	KLEYNE JANNE COSTA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEEMENDA.pdf	29/09/2023 12:23:54	KLEYNE JANNE COSTA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE3.pdf	28/04/2023 21:44:45	KLEYNE JANNE COSTA DE SOUZA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	2DeclaracaodeConfidencialidade.pdf	04/12/2022 20:43:11	KLEYNE JANNE COSTA DE SOUZA	Aceito
Orçamento	1ORCAMENTO.pdf	04/12/2022 20:37:57	KLEYNE JANNE COSTA DE SOUZA	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	04/12/2022 20:23:24	KLEYNE JANNE COSTA DE SOUZA	Aceito

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710, 1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro: Centro **CEP:** 44.380-000
UF: BA **Município:** CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 **Fax:** (75)99969-0502 **E-mail:** eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RECÔNCAVO DA BAHIA -
UFRB



Continuação do Parecer: 6.413.224

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CRUZ DAS ALMAS, 07 de Outubro de 2023

Assinado por:

**Sibele de Oliveira Tozetto Klein
(Coordenador(a))**

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710, 1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com

Bairro: Centro

CEP: 44.380-000

UF: BA

Município: CRUZ DAS ALMAS

Telefone: (75)3621-6850

Fax: (75)99969-0502

E-mail: eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br